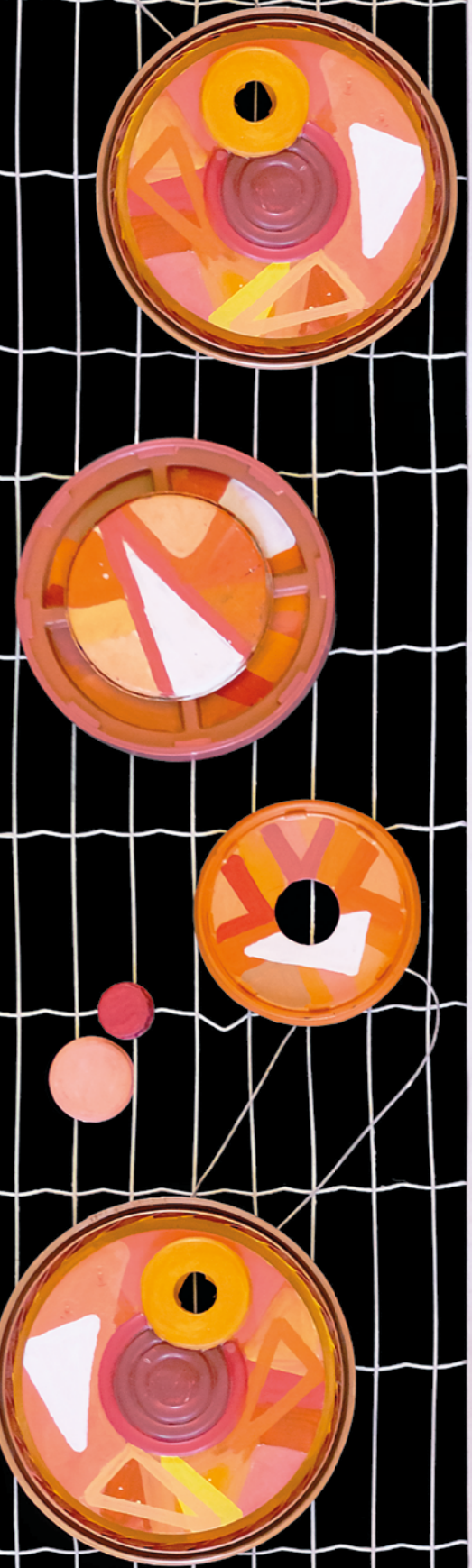


Rousiley C. M. Maia
Organizadora

Métodos de pesquisa em comunicação política

EDUFBA

Métodos de pesquisa em comunicação política

Rousiley C. M. Maia (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MAIA, R. C. M., ed. *Métodos de pesquisa em comunicação política* [online]. Salvador: EDUFBA, 2022, 325 p. ISBN: 978-65-5630-888-3. https://doi.org/10.7476/9786556308883.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

Este livro apresenta dez métodos de pesquisa em comunicação política, incorporando abordagens qualitativas, quantitativas, mistas e orientações para a combinação de métodos. Em contraste com manuais ou coletâneas que tratam de métodos de maneira independente, este livro introduz o contexto intelectual e a base teórica de cada método e explora o passo a passo para a sua aplicação, com foco na área de comunicação política. Entre os métodos apresentados, destacamos: grupos focais e grupos de discussão, análise de conteúdo, entrevistas, *surveys*, etnografia, análise de enquadramentos, pesquisas em plataformas digitais, experimentos, análise de emoções, de redes e de histórias pessoais.

Sob a coordenação de Rousiley Maia, este livro é integrado e coeso. Todos os capítulos possuem estrutura semelhante e, também, considerações detalhadas sobre usos dos métodos em pesquisas empíricas concretas. De tal sorte, os leitores poderão explorar estratégias e instrumentos analíticos de pesquisas passadas e presentes sobre processos comunicativos que perpassam redes de governança, debates públicos, participação política, formação de preferências, conversação cotidiana, movimentos sociais e mobilização. O livro visa facilitar o ensino de métodos de pesquisa em cursos de graduação e pós-graduação e a sua aplicação na atuação no mercado de trabalho e, ainda, auxiliar leitores a desenvolver seus próprios interesses de investigação.

Métodos de pesquisa em comunicação política

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor
Penildon Silva Filho

EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Susane Santos Barros

Conselho Editorial
Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Niño El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
Maria do Carmo Soares de Freitas
Maria Vidal de Negreiros Camargo

Rousiley C. M. Maia
Organizadora

Métodos de pesquisa em comunicação política

Salvador
Edufba
2022

2022, autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

ANALISTA EDITORIAL | Mariana Rios
COORDENAÇÃO GRÁFICA | Edson Nascimento Sales
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO | Gabriela Nascimento
CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO | Larissa Vieira de Oliveira Ribeiro
OBRA DE CAPA | Rousiley C. M. Maia
FOTOGRAFIA DE CAPA | Rafael Maia Salomão
REVISÃO | Clara Soares Morais de Souza
NORMALIZAÇÃO | Raquel Matos de Aguiar

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

M593 Métodos de pesquisa em comunicação política / Rousiley C. M. Maia (organizadora). – Salvador: EDUFBA, 2022.
325 p.

ISBN: 978-65-5630-455-7

1. Comunicação – Aspectos políticos. 2. Comunicação – Pesquisa. I. Maia, Rousiley C. M.

CDU: 659.3

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

EDITORA AFILIADA À

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

EDITORA DA UFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

7 | **Introdução**
Organização: Rousiley C. M. Maia

17 | **Grupos focais e grupos de discussão**
Danila Cal e Rousiley C. M. Maia

39 | **Análise de conteúdo**
Rousiley C. M. Maia, Gabriella Hauber e Julia E. de Paula

81 | **Análise de conteúdo integrada**
Rousiley C. M. Maia, Leonardo Santa Inês, Edna Miola e Guilherme Marques

109 | **Análise de enquadramentos**
Rousiley C. M. Maia, Tariq Choucair e Fernanda N. Sanglard

129 | **Histórias e narrativas pessoais**
Rousiley C. M. Maia, Regiane L. Garcêz e Julia E. de Paula

153 | **Metodologias de análise das emoções**
Gabriella Hauber e Rousiley C. M. Maia

173 | **Entrevistas**
Fernanda N. Sanglard,
Regiane L. Garcêz e Rousiley C. M. Maia

189 | **Surveys**
Pedro S. Mundim e Rousiley C. M. Maia

205 | **Métodos em plataformas digitais**
Rousiley C. M. Maia, Maiara Orlandini
e Bruna Silveira de Oliveira

235 | **Observação e etnografia**
Janine Bargas e Rousiley C. M. Maia

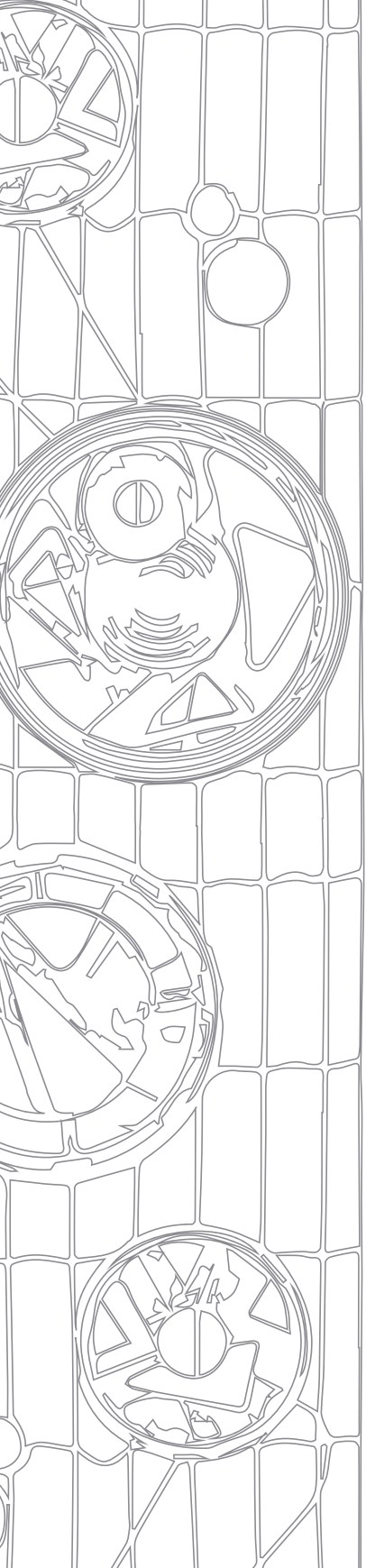
251 | **Pesquisas com desenho experimental**
Rousiley C. M. Maia, Augusto V. Leão e Pedro Camelo

277 | **Métodos combinados**
Rousiley C. M. Maia, Diógenes Lycarião,
Kelly Prudencio, Tariq Choucair
e Hartmut Wessler

297 | **Análise de redes**
Neylson Crepalde, Tariq Choucair,
Diógenes Lycarião, Marcelo Alves e Rousiley C. M. Maia

315 | **Sobre a organizadora**

316 | **Sobre os autores**



Introdução

Organização: Rousiley C. M. Maia

Nas últimas décadas, presenciamos o interesse cada vez maior em debates públicos e conversações políticas, em diferentes tipos de *media*, que envolvem cidadãos, movimentos sociais, ativistas, grupos religiosos, especialistas, jornalistas opinativos, partidos e representantes políticos. Os processos através dos quais os cidadãos formam opiniões e debatem assuntos de interesse coletivo passou a ser um tema de primeira ordem. A análise das dinâmicas de mediação é ainda mais relevante no cenário atual, em que temos um declínio na confiança dos cidadãos nas instituições democráticas; aumento da incivilidade entre líderes eleitos e polarização entre grupos políticos; e fortalecimento na cena pública de grupos ou partidos iliberais, que se colocam contra o avanço dos direitos de minorias políticas. São muito raros livros de metodologia que abordam os métodos com foco em distintas modalidades dos *media*, conversações e debates públicos. A área de comunicação política é uma especialidade com crescimento exponencial, congregando os campos de comunicação, ciência política e sociologia. Apresentamos neste livro os principais métodos utilizados nas pesquisas sobre conteúdos, debates e

discussões públicas que acontecem em diferentes ambientes, envolvendo práticas complexas de mídia.

A intenção de escrever um livro sobre metodologia surgiu em conexão com as conclusões que chegamos em diferentes pesquisas anteriores. Em *Mídia e deliberação*, publicado pela Editora FGV em 2008, e em *Deliberation, the media and political talk*, publicado em 2012 pela Hampton Press, examinamos debates públicos e discussões de cidadãos sobre discursos conflitantes veiculados na arena dos *media*. Na sequência, as obras *Recognition and the media*, publicada pela Palgrave Macmillan em 2014, e *Deliberation across deeply divided societies* – em coautoria com Jürg Steiner, M.C. Jaramillo e S. Mameli –, publicada pela Cambridge University Press em 2017, investigaram diferentes conflitos sociais no ambiente de mídia e em grupos de discussão face a face. Ao longo dessa trajetória em pesquisas, um conjunto diversificado de métodos foram aplicados, desenvolvidos e criados em colaboração com vários colegas, estudantes de pós-graduação, pesquisadores em estágio pós-doutoral e parceiros de pesquisa em instituições nacionais e internacionais. São exemplos os indicadores para análises de Momentos Transformadores da Deliberação (DTM), em parceria com o prof. Jürg Steiner (*in memoriam*) da Universidade de Berna e da Universidade da Carolina do Norte, e análises multimodais, em parceria com o prof. Hartmut Wessler da Universidade de Mannheim. Ao trabalhar na vanguarda de pesquisas sobre os *media*, conversações e debates públicos, métodos específicos são necessários para tratar de diferentes tipos de mídia, procedimentos de trocas comunicativas que ocorrem em diferentes ambientes e dinâmicas de mediação. O projeto deste livro conta com o empenho e o esforço colaborativo de muitas dessas pessoas e participantes do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em diferentes gerações de pesquisadores. Apresenta distintas facetas e fases dessa trajetória de pesquisas.

O interesse em escrever este livro também se originou da experiência de ensino na área de comunicação e política por mais de 20 anos. As abordagens sobre métodos existentes em livros de metodologia convencionais são frequentemente baseadas em noções genéricas de aplicação, de modo descontextualizado ou com breves ilustrações. Cabe destacar que abordagens metodológicas mais específicas e sofisticadas se encontram, via de regra, dispersas em artigos científicos, localizadas sobretudo em periódicos estrangeiros. Esses dois fatores dificultam o ensino de diferentes métodos em cursos regulares sobre metodologia no ensino de graduação e

pós-graduação e também fazem com que o entendimento da aplicação do método se torne lacunar. Isso porque os artigos científicos, que devem ser sintéticos, nem sempre descrevem os métodos de modo suficientemente detalhado para que os leitores compreendam bem o passo a passo para aplicá-los em estudos com interesses semelhantes.

Acreditamos que a abordagem de métodos de modo aplicado, usada neste livro, facilita o ensino em cursos de graduação e pós-graduação e, também, o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e práticas no mercado de trabalho. Este livro busca facilitar o ensino e a aplicação de métodos por meio de três contribuições principais. Em primeiro lugar, aborda um conjunto de métodos de modo acessível, didático e com exemplos concretos de aplicação. São eles: 1) grupos focais e grupos de discussão; 2) análise de conteúdo; 3) análise de conteúdo integrada; 4) análise de enquadramento; 5) análise de histórias pessoais; 6) análise de emoções; 7) entrevistas; 8) *surveys*; 9) métodos em plataformas digitais; 10) observação e etnografia; 11) experimentos; 12) métodos combinados; e 13) análise de redes.

Em segundo lugar, visa auxiliar o ensino e a aplicação desses métodos, de modo contextualizado, por meio de estudos empíricos sistemáticos e bem fundamentados. Em todos os capítulos buscamos esclarecer: (a) o contexto intelectual e a base teórica do método; (b) o contexto de aplicação do método em pesquisa sobre comunicação, em particular *media*, conversação e debate público; (c) os protocolos e os passos para aplicação do método; (d) exemplos detalhados de aplicação em pesquisas empíricas concretas, com descrição dos objetivos e desafios do emprego dos métodos, de suas vantagens e limitações; (e) a aplicação do método no contexto de práticas profissionais da comunicação.

Acreditamos que o conhecimento e uso de ferramentas metodológicas são relevantes em diferentes contextos, além de pesquisas acadêmicas. Em terceiro lugar, este livro pretende contribuir para o aperfeiçoamento e a inovação de práticas profissionais. Os capítulos trazem exemplos de iniciativas concretas envolvendo o emprego dos respectivos métodos nas áreas de jornalismo, relações públicas e publicidade e oferecem, assim, orientações sobre o desenvolvimento reflexivo de técnicas e procedimentos metodológicos para solucionar problemas de diferentes naturezas ou para empreender inovações no fazer profissional.

Em contraste com coletâneas que abrangem diferentes métodos de maneira independente, este livro é integrado e coeso. Todos os capítulos possuem estilo e estrutura de organização semelhante, com diálogo

interno. Sendo o resultado de uma série de projetos de pesquisa na área de comunicação política, o livro proposto conta com a contribuição de pesquisadores que já participaram ou atualmente integram o EME/UFMG. Muitos são colegas em projetos colaborativos e atuam em diferentes instituições: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade de Uppsala, Universidade de Mannheim e Queensland University of Technology, em Brisbane, além da UFMG. Um agradecimento especial é devido a essas pessoas e também a outros pesquisadores que não participaram da escrita formal deste livro, mas cujas dissertações e teses são parte do esforço cooperativo coletivo para aplicar e fazer avançar as perspectivas metodológicas aqui sintetizadas. Por fim, este livro se sustenta na convicção de que o enfrentamento desses desafios é um empreendimento verdadeiramente colaborativo, esforço que também anima nossas práticas diárias de compartilhamentos no ensino e na pesquisa.

Estrutura do livro

Nós começamos este livro com a apresentação de métodos que tornam possível observar as próprias interações e, portanto, os debates, as discussões e as demais produções discursivas. O capítulo 1 é dedicado aos "Grupos focais e grupos de discussão", técnicas que reúnem indivíduos interagindo face a face nas quais há um estímulo para que os participantes respondam uns aos outros e/ou ao moderador. Esses grupos possibilitam o encontro de diferentes visões e experiências e podem criar oportunidades para a construção de perspectivas comuns sobre o tema em discussão. Destacamos duas experiências de pesquisa, uma que utilizou grupo focal e outra grupo de discussão: (a) análise sobre a compreensão do trabalho infantil doméstico como problema público a partir de grupos focais com trabalhadoras e ex-trabalhadoras domésticas e (b) análise sobre deliberação em sociedades divididas, em especial, sobre a possibilidade de construção de uma cultura de paz entre polícia e comunidades envolvendo moradores de periferia, policiais militares e adolescentes.

O capítulo 2 trata de "Análise de conteúdo", uma técnica de pesquisa utilizada para investigar de forma sistemática e objetiva as características de materiais de comunicação, tais como textos, falas, postagens em redes sociais e imagens. Essa abordagem metodológica é bastante usada em diferentes áreas científicas por, sobretudo, permitir a replicabilidade das análises e buscar confirmar os resultados a partir de dados empíricos de diferentes naturezas. A versatilidade da análise de conteúdo decorre do fato de o próprio pesquisador ser o responsável por criar as categorias por meio das quais o material empírico será analisado. Diante dessas possibilidades, a análise de conteúdo tem sido muito utilizada no campo da comunicação e política. Embora seja uma técnica com foco em análises quantitativas, argumentamos e demonstramos nesse capítulo como a análise de conteúdo pode combinar análises quantitativas e qualitativas. Os exemplos incluem pesquisas com análises de coberturas jornalísticas, discussões em redes sociais e em portais de notícias.

Apresentamos no capítulo 3 desdobramentos da discussão do capítulo anterior para "Análise de conteúdo integrada" a fim de apreender características de discussões em ambientes diversos. A percepção de um ambiente de mídia altamente complexo com diferentes espaços comunicacionais demandou que as pesquisas empíricas no campo da comunicação e política buscassem analisar tanto as diferenças entre esses espaços como as conexões entre eles. Os ambientes de debate possuem diferentes lógicas de produção e circulação de conteúdos, o que exige definições distintas para as unidades de análise. Esse capítulo propõe análises para entender diferentes níveis de conexões entre os ambientes, como atores e formas discursivas. Citamos exemplos de pesquisas que examinam: (a) o debate sobre a redução da maioridade penal em audiências públicas, cobertura jornalística e postagens no Facebook de entidades cívicas e (b) a comunicação de um movimento social – Movimento Tarifa Zero – ao atuar como fonte jornalística, postar conteúdo na página do Facebook do movimento e engajar-se em assembleias presenciais com o público local.

Uma forma diferente de olhar para os enunciados e proferimentos expressos pelos atores sociais é apresentada no capítulo 4, a "Análise de enquadramentos". Esse método é utilizado nas pesquisas sobre debates públicos para desvelar como a realidade do assunto em disputa é apreendida e interpretada pelos cidadãos, ativistas, veículos de mídia e outros. Através desse tipo de análise é possível investigar o que esses atores selecionam e salientam e, portanto, o que está em questão para eles.

Mostramos três experiências de pesquisa nesse sentido: (a) estudo sobre a construção das narrativas jornalísticas sobre a ditadura, durante a realização da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), a fim de examinar os elementos de maior destaque midiático, os enquadramentos e as fontes de informação privilegiadas, (b) uma investigação sobre como os enquadramentos sobre o aborto são disputados tanto na sociedade civil quanto no Parlamento e (c) estudos de enquadramentos, em análises indiretas, que emergem da cobertura jornalística sobre pessoas com deficiência ao longo do período de quatro décadas.

Práticas de contar histórias pessoais surgem em uma variedade de ambientes, incluindo conversas cotidianas, plataformas digitais e parlamentos. Elas desempenham papéis importantes nas discussões políticas, tanto positivas quanto negativas. No capítulo 5, sobre "Histórias e narrativas pessoais", delineamos uma tipologia de diferentes formas de narrativas e histórias pessoais e funções por elas desempenhadas. Indicamos estratégias para examinar histórias no fluxo das discussões, ao combinar análise formal e de cunho mais interpretativo. Os exemplos incluem (a) estudos sobre testemunhos de pessoas surdas em assembleias de cidadãos e no Facebook e (b) de pessoas que relataram abusos sofridos durante a ditadura militar à Comissão da Verdade e, concomitantemente, a repercussão dessas histórias em jornais e redes sociais. Inclui também (c) histórias pessoais em discussões sobre parto, redução da maioridade penal e em mobilizações feministas contra o assédio sexual através de *hashtags*.

O interesse pelas emoções é crescente, sobretudo com a emergência de líderes e movimentos populistas na cena política atual. Embora haja uma profusão de pesquisas sobre emoções em diferentes áreas, há diversos desafios metodológicos nessa área de pesquisa. O capítulo 6 sobre "Metodologias de análise das emoções" oferece um panorama sobre as metodologias mais comuns de identificação das emoções em estudos empíricos em comunicação e política. Apontamos as potencialidades e limitações para a captura de emoções através de aplicação de questionários e *surveys*, critério léxico, análise automatizada de sentimento, análise de conteúdo e, por fim, ilustramos como aplicam uma tipologia das emoções em estudos empíricos.

O capítulo 7 trata de "Entrevistas", uma técnica bastante utilizada em pesquisas científicas por permitir um entendimento completo e complexo de fenômenos sociais a partir de pontos de vista e narrativas de atores-chaves. Definir os entrevistados, produzir questões e obter respostas são

tarefas muito mais difíceis do que pode parecer à primeira vista. Há uma série de possibilidades de se planejar entrevistas em profundidade para fins de pesquisa. Elas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas; face a face ou virtuais; individuais ou em grupos. O encontro entre pesquisadores e entrevistados é outro ponto de atenção, uma vez que a entrevista não é um movimento neutro de fazer perguntas e obter respostas. Pelo contrário, é um processo colaborativo e mútuo de construção de uma narrativa, em meio a um conjunto significativo de expressões como trocas gestuais, silêncios e tonalidade de voz. Esse capítulo aborda as entrevistas em profundidade e ilustra entrevistas concedidas por estudantes e professores de escolas públicas sobre um projeto de educação deliberativa, entrevistas com líderes de movimentos sociais, com especialistas e, ainda, com profissionais dos *media*.

No capítulo 8, abordaremos os "*Surveys*", uma ferramenta de pesquisa para coletar informações precisas sobre a sociedade. Utilizados nas ciências sociais desde a década de 1940, os *surveys* se baseiam em pesquisas de amostragem com alguns milhares de entrevistados selecionados aleatoriamente, as quais permitem reunir informações sobre uma infinidade de assuntos. Pode-se, assim, produzir um retrato representativo e imparcial de populações com milhões de membros. Mas além da abordagem descritiva, os *surveys* também podem avaliar causas e impactos da atividade política e o fluxo de opinião pública de cidadãos, grupos e instituições. Nesse capítulo, trataremos das formulações das perguntas dos *surveys* e da seleção dos entrevistados, das potencialidades desse método, além dos desafios para a sua aplicação. Discorreremos também sobre exemplos de pesquisas empíricas realizadas com essa metodologia.

Nos últimos anos, as discussões e os debates públicos passaram a acontecer primordialmente intermediados pelas plataformas digitais, em que há uma complexa rede de interações envolvendo páginas, grupos, perfis pessoais e *hashtags*. No capítulo 9 discutimos os "Métodos em plataformas digitais", metodologias voltadas para os estudos em ambientes digitais, provenientes especialmente dos Science and Technology Studies (STS). Tratamos não apenas de técnicas metodológicas das ciências sociais no ambiente *online*, mas, ao invés disso, buscamos apontar diferentes elementos que devem ser considerados para tratar da natureza, dos mecanismos e dos dados inerentes às plataformas de redes sociais. Destacamos a importância de apreender as interações *online* considerando as questões relativas ao funcionamento das plataformas, já que se faz necessário olhar

para os discursos empreendidos nesses espaços como combinações entre forma e conteúdo.

O capítulo 10 sobre "Observação e etnografia" oferece subsídios para a compreensão sobre as relações estabelecidas entre a fundamentação teórica, o material empírico coletado junto aos interlocutores e a importância do papel interpretativo dos pesquisadores como uma das formas de sistematização e análise de resultados. Discute a construção de relações de confiança e responsabilidades éticas e científicas envolvidas na relação de pesquisa e introduz os procedimentos já consolidados das etnografias para a investigação de processos comunicacionais e sua inserção em um contexto social, cultural e político mais amplo. Discute também a pertinência da realização de etnografia virtual. Essas questões são ilustradas por meio de uma pesquisa sobre o uso do Facebook e do WhatsApp pelos quilombolas do Pará, em relações de sociabilidade, conflito e mobilização, que tanto facilitam quanto dificultam ações políticas. Essa pesquisa desenvolve uma abordagem qualitativa, de base etnográfica, de análise de dados digitais e não digitais e sua combinação com outras técnicas metodológicas.

O capítulo 11 é dedicado às "Pesquisas com desenho experimental", ou quase-experimental, que procuram observar relações de causalidade entre variáveis a partir da comparação entre grupos que receberam um "tratamento" (informação, treinamento etc.) e pessoas que não receberam esse mesmo tratamento (chamado grupo de controle). O desenho de pesquisa dos métodos experimentais permite isolar os efeitos de outras variáveis que influenciam os grupos de tratamento e de controle simultaneamente e, com isso, possibilitam avaliar com maior precisão qual a extensão dos efeitos causados pelo tratamento. Ilustramos com a experiência da pesquisa "Deliberação em escolas públicas: criando capacidades deliberativas" que envolveu mais de 500 estudantes, desenvolvida pelo EME/UFMG e o grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) da UFPA, em parceria com as Universidades de Berna e Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill.

O capítulo 12 destaca que os estudos em comunicação e política se tornaram mais sofisticados metodologicamente por meio do emprego de métodos mistos. Esse capítulo apresenta uma abordagem que integra componentes de diferentes estruturas analíticas a fim de combinar análise de conteúdo, análise de enquadramentos, métodos estatísticos e visuais. Esse capítulo demonstra as vantagens dos "Métodos combinados" para desenvolver análises comparativas em contextos nacionais

e transnacionais. São apresentados exemplos da pesquisa colaborativa "Eventos midiáticos sustentáveis? A produção e o impacto discursivo de eventos midiáticos sobre as mudanças climáticas", desenvolvida pelos pesquisadores da Universidade de Mannheim (Alemanha) em colaboração com o EME/UFMG.

Por fim, o último capítulo apresenta análise de redes, método empregado tanto nas ciências naturais quanto nas sociais. Esse tipo de análise focaliza relações, conexões ou interações entre elementos, sejam pessoas, empresas, animais, times, células, eventos, opiniões etc. O capítulo 13 apresenta uma breve introdução à lógica da pesquisa de redes sociais e o seu emprego no campo da comunicação política para compreensão de distintos fenômenos. Oferece uma introdução aos conceitos básicos, opções para coleta de dados, modos de representação e técnicas fundamentais de análise. Os exemplos buscam esclarecer como compreender a topologia de redes, medidas de centralidade e densidade em diferentes contextos de pesquisa sobre: (a) processos de conversas entre usuários de redes sociais, (b) sistema de relações sociais de agentes penitenciários e, ainda, (c) as possibilidades de combinar análise de redes com análise semântica de conteúdo a fim de identificar e hierarquizar os líderes de opinião em trocas comunicativas no ambiente digital.

Públicos-alvo

O livro proposto oferece uma apreciação sistemática de 13 métodos, com linguagem acessível e didática.[1] Ele foi configurado para estudantes de graduação, de pós-graduação e pesquisadores. Uma vez que os *media* e as plataformas digitais ganharam centralidade na vida social contemporânea, este livro explora ferramentas conceituais fundamentais e estratégias analíticas qualitativas, quantitativas e mistas para a pesquisa empírica de mídia, conversações e debates em distintos contextos. Esta obra ainda possui o potencial de despertar o interesse de profissionais que atuam com processos de governança e administração pública, consultas, campanhas eleitorais e *marketing* político, jornalismo, publicidade,

1 Esta obra obteve suporte das seguintes agências de fomento: CNPq – processo 06492/2018-0, Processo: 440214/2017-3, Processo 406504/2022-9, CNPq – INCT/DDC Processo 465535/2014-3; CAPES Processo: 88881.158409/2017-01, INCT/DDC – 88887.136417/2017-00, FAPEMIG – APQ-03126-22; INCT DSI, CNPq: 406504/2022-9.

engajamento cívico, relações públicas e atendimento a públicos. Inclui análise de material diversificado como notícias, programas de TV, internet, redes sociais, debates legislativos, peças publicitárias, material para mobilização e ativismo.

Grupos focais e grupos de discussão

Danila Cal
Rousiley C. M. Maia

Introdução

Neste capítulo, explicaremos as definições de grupo focal e de grupo de discussão, atualizando discussões clássicas sobre esses métodos à luz de pesquisas já realizadas na área de comunicação e esfera pública. Diferentemente de entrevistas individuais, essas técnicas possibilitam a coleta de dados a partir de um contexto de interação mais amplo no qual há um estímulo para que os participantes respondam uns aos outros. Nesse caso, não apenas as respostas são analisadas, mas também o processo de interação. Partimos da compreensão dos grupos focais e grupos de discussão como contextos interativos em que há produção

discursiva. Apesar de se configurarem como técnicas para coleta de dados, eles podem permitir o encontro de diferentes visões e experiências e oportunizar a construção coletiva de perspectivas sobre o tema em tela. (CAL, 2016; KITZINGER; BARBOUR, 2001)

Detalharemos os principais procedimentos necessários para aplicação desses métodos de modo a instruir estudantes, pesquisadores e profissionais interessados em utilizá-los. Para explorarmos essas potencialidades, destacaremos três experiências de pesquisa, uma que trabalhou com grupo focal e duas com grupo de discussão: (a) análise sobre a compreensão do trabalho infantil doméstico como problema público a partir de grupos focais com trabalhadoras e ex-trabalhadoras domésticas, (b) análise sobre deliberação em sociedades divididas, em especial sobre a possibilidade de construção de uma cultura de paz entre polícia e comunidades por meio da realização de grupos de discussão envolvendo moradores de comunidades periféricas, policiais militares e adolescentes e (c) investigação sobre como alunos de escolas públicas processam questões controversas relativas às proposições do movimento Escola sem Partido por meio da deliberação.

Base teórica e contextos de aplicação

A origem da utilização de grupos focais como técnica de pesquisa na área de opinião pública remonta às "entrevistas focalizadas" (MERTON, 1987), que têm sua gênese na parceria de pesquisa entre Robert K. Merton e Paul Lazarsfeld sobre a recepção de programas de rádio dos Estados Unidos. De acordo com Merton (1987), essa técnica também foi aprimorada durante a Segunda Guerra Mundial, em uma pesquisa com soldados sobre as respostas deles a filmes de propaganda de guerra.

Uma das principais referências sobre grupos focais, desde a década de 1980, é o sociólogo David Morgan. Ele os define como "uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio da interação em grupo sobre um tema determinado pelo pesquisador". (MORGAN, 1997, p. 130, tradução nossa) Apesar de enxuta, essa conceituação mostra-se bastante produtiva na delimitação da noção de grupo focal. De acordo com Morgan (1997), o primeiro ponto a ser ressaltado é que se trata de uma técnica de coleta de dados. O segundo ponto é que focaliza os dados coletados a partir do processo interativo da discussão em grupo. Por fim, o terceiro é a importância do papel do pesquisador no desenho e na realização dos grupos focais, com destaque para a função de mediador, que organiza a discussão em grupo.

A diferença crucial entre entrevistas individuais e grupos focais é que os últimos permitem a coleta de dados no contexto de interação mais amplo, em que há o estímulo para que os entrevistados respondam uns aos outros. (KITZINGER; BARBOUR, 2001) Essa característica também os distingue de outras formas de entrevistas em grupo. De acordo com Kitzinger e Barbour (2001), nos grupos focais as interações são consideradas para geração de dados de análise, e não apenas as falas isoladas dos participantes:

> ao invés de perguntar questões a uma pessoa de cada vez, os pesquisadores de grupo focal encorajam os participantes a conversar entre eles: fazendo perguntas, trocando anedotas e comentando acerca das experiências e dos pontos de vista dos outros. No mínimo, os participantes da pesquisa criam um público uns para os outros. (KITZINGER; BARBOUR, 2001, p. 4, tradução nossa)

Essa técnica é considerada bastante adequada para examinar experiências, opiniões e preocupações dos sujeitos. (KITZINGER; BARBOUR, 2001) Ainda mais porque possibilita a interconexão entre diferentes vivências e opiniões, o que pode favorecer a geração de novas ideias ou pontos de vista acerca de questões ou problemas em discussão. Segundo Kitzinger e Barbour (2001, p. 19, tradução nossa), "participantes dos grupos focais têm a oportunidade de juntar as experiências fragmentadas dos membros do grupo e passar a ver os eventos em suas próprias vidas sob uma nova luz no curso de tal discussão".

Para Gamson (2011, p. 239), "os grupos focais tendem especialmente a proporcionar *insights* sobre o processo de construção de sentidos". Segundo ele, os mecanismos dos grupos focais possibilitam a observação de interações a respeito de temas específicos a partir de questões que poderiam não vir à tona espontaneamente.

Essa dimensão interativa, para alguns autores, está no cerne da definição também de grupos de discussão, uma técnica de entrevista em grupo que prioriza a construção coletiva de sentidos e prevê um papel de moderação com menor interferência na condução dos grupos. A literatura sobre o assunto aponta diferentes origens sobre essa técnica, citando por vezes as pesquisas de Friedrich Pollock, no Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt (FLICK, 2008; WELLER, 2006), ou uma perspectiva hispânica a partir das formulações de Jesús Ibáñez (GUTIÉRREZ, 2011) ou, ainda, as pesquisas de Paul Willis sobre juventudes e de David Morley

sobre recepção midiática no Centre for Contemporary Cultural Studies da University of Birmingham na Inglaterra. (BOHNSACK, 2004)

Gutiérrez (2011) desenvolve uma série de comparações entre Grupos Focais (GF) e Grupos de Discussão (GD). Dentre uma das principais, ressalta que: "O incitamento (estímulo) para discutir um tópico é tão importante como o incitamento para o próprio grupo tomar as rédeas da reunião. Com este gesto, o GD força o mediador a esperar e caminhar sempre atrás do grupo e dos seus movimentos". (GUTIÉRREZ, 2011, p. 112) Em termos formais, a técnica dos grupos focais é apresentada como mais estruturada do que a dos grupos de discussão.

Na literatura da área de comunicação e política no Brasil, grupos focais e grupos de discussão são, por vezes, considerados como sinônimos. (VEIGA; GONDIM, 2001) Há, porém, trabalhos que buscam ressaltar a diferença entre uma e outra técnica a partir da ênfase no processo interacional e discursivo (MARQUES; ROCHA, 2007; MARQUES; MAIA, 2008), frequentemente atribuído aos grupos de discussão como forma de contraposição ao recorrente uso dos grupos focais em pesquisas de mercado. Tipicamente em pesquisas de mercado, um grupo de pessoas é consultado acerca de um determinado produto, um evento ou uma questão específica. (HOPKINS, 2017) Em pesquisas acadêmicas, além examinar os conteúdos trocados pelos participantes, o pesquisador tipicamente aborda também o processo interativo nos grupos – a fim de melhor compreender os fatores que facilitam ou comprometem o engajamento na discussão, tipos de expressões discursivas e narrativas, silenciamentos e fatores sociodemográficos ou identitários que afetam a dinâmica grupal, por exemplo.

Grupos focais têm sido utilizados nas pesquisas na área de comunicação e política no Brasil inicialmente para estudos sobre propaganda política e comportamento do eleitor, mas seus usos têm se expandido desde meados dos anos 2000 para investigar processos de conversação cotidiana, construção de sentidos em grupos específicos sobre temáticas proeminentes na sociedade e outras questões vinculadas a debates sociais e formação de opiniões públicas. De modo semelhante, grupos de discussão também têm se configurado como técnica qualitativa fundamental em pesquisas sobre deliberação e esfera pública. Em ambos os casos, são utilizados, normalmente, como uma das estratégias metodológicas empregadas em combinação com outras técnicas como entrevistas em profundidade, análise de produtos midiáticos, observação participante, dentre outras.

Procedimentos para realização

Para definição das características dos grupos focais e/ou grupos de discussão, é fundamental considerar o problema de pesquisa investigado, os objetivos da pesquisa, os sujeitos envolvidos, as condições estruturais e tecnológicas necessárias, além dos recursos disponíveis. A seguir, apresentaremos brevemente procedimentos relacionados ao planejamento, ao treinamento, à execução e à análise de grupos focais e/ou grupos de discussão. Por fim, discutiremos preocupações éticas quanto à utilização dessas técnicas.

Planejamento

Após a definição da técnica a ser utilizada e do exame das condições da pesquisa, o pesquisador deve decidir se serão organizados grupos presenciais ou remotos. Caso sejam remotos, é preciso definir ainda se serão síncronos ou assíncronos. De acordo com Abreu, Baldanza e Godim (2009, p. 10), a principal característica dos grupos *online* é a de serem realizados "em ambiente virtual, dispensando a presença física dos participantes para que haja interação e consequente comunicação entre eles".

Esses autores sistematizaram as vantagens dos grupos focais *online*: manutenção da experiência de discussão em grupo; oportunidade de buscar apoio de outros membros do grupo para dar suporte a opiniões; oportunidade de ter acesso a diferentes visões sobre o assunto em discussão. À essa lista, acrescentamos a manutenção da possibilidade de análise da interação entre os participantes. De modo específico sobre os grupos focais *online*, os autores apontam a economia de custos e de tempo, considerando a ausência da necessidade de deslocamento dos participantes, a possibilidade de participação de pessoas situadas em áreas geográficas distintas, dentre outras.

Há, contudo, algumas questões que devem ser consideradas para definição se os grupos serão remotos, dentre as quais: a qualidade do acesso à internet, sobretudo dos participantes; se o desconhecimento das ferramentas tecnológicas e os hábitos de uso da internet serão um empecilho à efetiva participação; preocupação em não criar desnivelamentos de saída entre os participantes por conta do acesso e/ou do manejo de tecnologias.

Dentre as ferramentas que podem ser utilizadas em grupos remotos, podemos listar tanto plataformas de mídias digitais, como Instagram e Facebook, quanto aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp

e Telegram, por meio da construção de grupos específicos – que podem servir a discussões síncronas ou assíncronas.[1] Para grupos síncronos, há ainda uma grande variedade de *sites* e aplicativos de videoconferência.

Além da definição sobre o formato dos grupos, é fundamental considerar no planejamento: o papel do mediador, a definição dos participantes e o recrutamento, localização e duração dos grupos, preparação de roteiro.

O papel do moderador

Morgan (1997) aponta que, apesar de a utilização de grupos focais em pesquisas de mercado, principalmente no *marketing*, priorizar um modelo mais estruturado de grupos focais com participação ativa do moderador, nas pesquisas acadêmicas na área social o modelo de aplicação é, normalmente, menos estruturado. Por estruturado, o autor se refere tanto ao controle das questões e tópicos em discussão quanto à influência na dinâmica de grupo, instigando a participação, quando for o caso, ou manejando o controle do tempo por parte de alguns integrantes. A decisão sobre o grupo ser mais ou menos estruturado deve estar relacionada aos objetivos da pesquisa realizada.

Dada a relevância do moderador, o pesquisador deve ter clareza sobre as implicações decorrentes do tipo de mediação – se de natureza neutra ou ativa – e dos recursos de facilitação empregados para que o grupo atinja seus objetivos. (EDWARDS, 2002; LANDWEHR, 2014; MORRELL, 2018) No caso da moderação neutra, Marques e Rocha (2007, p. 8) afirmam que cabe ao mediador "propor temas do debate, mas com a consciência de que são os participantes que o conduzem, posicionando-se em relação aos tópicos propostos pelo pesquisador". Esse tipo de formulação se aproxima com o preconizado na literatura sobre grupo de discussão. (GUTIÉRREZ, 2011; STEINER et al., 2017) Ainda que o modelo de intermediação seja menos estruturado, é importante considerar que cabe ao moderador as definições formais sobre início e final da discussão e as orientações sobre como funcionará o grupo.

1 Veloso (2020) apresenta uma pesquisa a partir do uso do WhatsApp como ferramenta para realização de grupos focais digitais assíncronos, em que foram formados grupos específicos nesse aplicativo e que eram motivados por um moderador. Por ser assíncrona a discussão, as pessoas puderam responder no momento mais adequado dentro de suas rotinas. Esse processo durou um mês. Como ponto negativo, o autor aponta que houve momentos em que a discussão esfriava e que era necessário o trabalho do mediador como instigador.

Outra possibilidade é a moderação ativa. Nesse caso, o moderador, além de esclarecer sobre os procedimentos a serem adotados no grupo, pode intervir para coordenar a vez de fala dos participantes e estimular o engajamento. Em estudos sobre discussão em pequenos grupos na área de participação política, como *deliberative polls* ou fóruns de cidadãos (FISHKIN, 2009; KNOBLOCH et al. 2013), é comum que o moderador atue como motivador para que todos tenham chance de expressar suas ideias e seus sentimentos abertamente, de modo a assegurar maior inclusão e pluralidade de perspectivas e, ainda, para criar um clima de escuta e interação respeitosa. Em algumas iniciativas, o facilitador pode realizar sínteses de pontos de concordância e de argumentos apresentados, sem, contudo, agregar os resultados ou fazer sugestões. (LANDWEHR, 2014; MORRELL, 2018)

O papel do moderador ativo é bastante controverso e apresenta desafios para pesquisas que visam observar o comportamento espontâneo das pessoas. No caso de pesquisas sobre deliberação, por exemplo, Morrell (2018, p. 242) destaca que "os facilitadores existem para garantir que a deliberação atenda a certas condições, mas isso também parece colocá-los em uma posição, possivelmente não democrática, de grande poder". Edwards (2002) sugere que os facilitadores ativos, ao exercerem pressões externas, podem comprometer o tipo de escuta necessária em discussões coletivas. De acordo com Flick (2009, p. 185), num grupo de discussão "essas intervenções devem apenas auxiliar as dinâmicas e o funcionamento do grupo. Em grande escala, a discussão deve encontrar seu próprio nível dinâmico", de tal forma que a tarefa do moderador "consiste em não atrapalhar a iniciativa própria dos participantes, mas sim em criar um espaço aberto no qual a discussão aconteça primariamente por meio da troca de argumentos". (FLICK, 2009, p. 185) Novamente, recomendamos que os pesquisadores planejem o tipo de moderação apropriada aos interesses da pesquisa, de modo atento às implicações dessas intervenções na dinâmica de funcionamento do grupo. O moderador não precisa necessariamente ser o pesquisador responsável pela pesquisa. Ainda assim, a nosso ver, é importante que seja alguém capaz de falar uma linguagem semelhante à das pessoas entrevistadas, que compreenda bem os propósitos da pesquisa e exercite a acolhida, criando um ambiente favorável à discussão, e uma escuta aprofundada.

Gondim (2002) ressalta, porém, a importância de ser um pesquisador a atuar como moderador, pois, segundo ela, o próprio processo de realização

do grupo focal já se configura como uma etapa analítica, na medida em que é preciso estar atento às colocações e aos posicionamentos do grupo para suscitar esclarecimentos adicionais quando necessário, o que não poderá ser feito no momento de transcrição do material dos grupos. Desse modo, segundo a autora, "o pesquisador como moderador tem chance de avaliar a pertinência de suas explicações e concepções teóricas junto ao próprio grupo. Isto o levará a reorientar ou confirmar sua interpretação, abordagem congruente em uma perspectiva metacientífica qualitativa". (GONDIM, 2002, p. 155)

Recursos para facilitar a discussão

Tanto em grupos focais quanto em grupos de discussão, com formato mais ou menos estruturado, materiais midiáticos, informativos ou outros conteúdos podem ser apresentados para incentivar a discussão em grupo. Em seu livro *Falando de política*, Gamson (2011) utiliza matérias jornalísticas e charges como "recursos conversacionais". Na mesma linha, Ângela Marques (2007) utilizou excertos – falas ou citações diretas atribuídas a diferentes atores políticos – extraídos de textos jornalísticos e televisivos de grande circulação nacional sobre o Programa Bolsa Família (PBF) para incentivar a discussão em pequenos grupos compostos por mulheres beneficiárias em duas cidades, Belo Horizonte e Campinas. (MARQUES; MAIA, 2008) Em nossa pesquisa focalizando grupos divididos para discutir a proposta de redução da maioridade penal, compostos por policiais militares, moradores e adolescentes de periferia em Belém e Belo Horizonte, utilizamos um vídeo contendo "opiniões políticas publicadas" (HABERMAS, 2006, p. 416) que circulam nos *media*, com trechos de entrevistas exibidas em jornais televisivos, material audiovisual de audiências públicas e páginas de Facebook. Produzido pela nossa equipe de pesquisa, esse vídeo, contendo oito argumentos favoráveis e oito argumentos contrários à redução da maioridade penal, teve o objetivo de expor os participantes aos principais enquadramentos, perspectivas e interpretações características da população brasileira sobre a controvérsia sob escrutínio. (MAIA, 2012; MAIA et al., 2018) Um procedimento semelhante foi utilizado em outra pesquisa sobre o movimento Escola sem Partido (CAMELO, 2021), envolvendo dez grupos de discussão compostos por estudantes do 9º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio, em duas escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Cabe destacar que essas pesquisas, ao utilizar "recursos conversacionais" (GAMSON, 2011), partem da premissa de que o material da mídia é uma parte intrínseca de nossas conversas cotidianas (GAMSON, 2011; JACOBS; COOK; CARPINI, 2009) que fomenta a discussão entre diferentes grupos políticos. (MAIA, 2012; MUTZ, 2006; MUTZ; MARTIN, 2001) Recomendamos que os pesquisadores planejem cuidadosamente a elaboração desse material e, ainda, descrevam com detalhes os procedimentos adotados, atentando para fatores que podem interferir na dinâmica sob observação. Em nossas pesquisas, por exemplo, não indicamos as fontes dos materiais selecionados a fim de evitar vieses na discussão.

O momento de exposição de material informativo ao grupo é outro aspecto importante a ser considerado. Em pesquisas ou iniciativas ancoradas na teoria da democracia deliberativa, os organizadores, não raro, oferecem conteúdo informativo balanceado, com posições conflitantes, para estudo prévio ou, então, expõem os participantes a um debate entre especialistas com "considerações concorrentes" no início do encontro a fim de assegurar uma discussão bem-informada sobre a controvérsia em jogo. (FISHKIN, 2009; FISHKIN; LUSKIN, 2005) A exposição a material informativo, seja de modo prévio, seja no início do grupo de discussão, apesar de facilitar a reflexão e a discussão, impede que o pesquisador apreenda as preferências e predisposições pré-deliberativas dos participantes. A depender dos interesses da pesquisa, essa questão pode ser problemática. Nas palavras de Caluwaerts e Ugarriza (2012), "como um primeiro confronto com ideias concorrentes", a exposição prévia pode "atenuar o forte antagonismo que pode caracterizar a discussão face-a-face em pequenos grupos". (CALUWAERTS; UGARRIZA, 2012, p. 9) Para evitar esse problema em nossas pesquisas (CAMELO, 2021; MAIA et al., 2017), buscamos incentivar os participantes a discutir espontaneamente por 30 a 40 minutos e, na sequência, eles foram expostos a material informativo. Nessas pesquisas, as etapas para condução dos grupos de discussão foram organizadas da seguinte maneira: (1) preenchimento de questionário, (2) momento de discussão livre, (3) exibição de vídeo informativo, (4) momento de discussão livre, (5) preenchimento de questionário. A partir dessa configuração, buscamos não apenas captar os posicionamentos prévios dos participantes, mediante análise dos questionários pré e pós-discussão, mas, também, compreender os efeitos da exposição ao material informativo sobre as posições expressas pelos membros dos grupos por meio da transcrição das discussões.

Definição dos participantes e recrutamento

Outra decisão que precisa estar bem sintonizada aos propósitos da pesquisa se refere à composição dos grupos focais ou grupos de discussão, se homogêneos (com pessoas que compartilham condições e características comuns) ou se heterogêneos (com pessoas com características distintas entre si). Apesar de boa parte da literatura sobre grupos focais priorizar, por exemplo, a formação de grupos com características semelhantes em relação a pontos essenciais para a investigação, dependendo do que se pretende – faixa etária, expressão de gênero, formação acadêmica, ocupação profissional etc. –, grupos heterogêneos podem possibilitar a ampliação das perspectivas apresentadas nas discussões. (FLICK, 2009) A composição de grupo com pessoas que vivenciaram experiências semelhantes pode criar um ambiente mais propício para manifestação, particularmente se a discussão envolver temas sensíveis (CAL, 2016; MAIA, 2014; WARREN, 2006), tais como comportamento ou práticas sexuais; experiências de luto e perda, trauma ou violência; atividades ilegais ou comportamentos eticamente questionáveis; práticas de discriminação envolvendo grupos potencialmente vulneráveis; questões de desempenho ou competência no trabalho etc.

Além disso, é fundamental definir se serão trabalhados grupos que se conhecem, portanto já existentes, ou grupos formados por pessoas desconhecidas. Gamson (2011) cita Kruegger (1988) que afirma que os grupos focais são formados prioritariamente por pessoas que não se conhecem e que, provavelmente, não se encontrarão novamente. Para Gamson (2011), a interação entre estranhos ou entre conhecidos apresenta características distintas. Pessoas que se conhecem podem realizar um estilo de interação que se baseia em regras do próprio grupo ou mesmo reforçar um estilo de "brincadeiras entre conhecidos" e isso deve ser levado em consideração na condução de grupos focais ou de discussão e nas análises deles decorrentes.

O desenho da pesquisa deve contemplar também a quantidade prevista de grupos a serem realizados e o número de participantes em cada um. Sobre esse assunto, Morgan (1997) ressalta que se deve levar em consideração os modos pelos quais distintos aspectos da proposta de pesquisa se interrelacionam. Por exemplo, a decisão de realizar grupos homogêneos pode levar a uma quantidade maior de grupos a serem organizados se a pesquisa abranger uma variedade de públicos. Uma pesquisa que envolve indivíduos de faixas etárias diferentes e que trabalha com grupos

homogêneos precisará, por exemplo, realizar vários grupos com idosos, vários grupos com adultos e vários grupos com jovens.

Como os grupos focais e grupos de discussão são técnicas qualitativas de pesquisa e envolvem os estudos de pequenos grupos, não há uma preocupação estatística com a abrangência de uma amostra significativa ou representativa de determinadas populações. Em geral, o parâmetro sobre a quantidade de grupos a serem realizados toma como medida o "esgotamento" do assunto em tela ou a recorrência de perspectivas.

Quanto ao número de participantes:

> A questão aqui não é o número de tais indivíduos na população como um todo, mas sim os *insights* que podem ser obtidos por meio dessas exceções e o seu potencial para colocar sob um foco ampliado alguns dos pressupostos tidos como evidentes ou processos que de outra forma não são notados. (BARBOUR, 2009, p. 86, grifo do autor)

Segundo Barbour (2009, p. 89), "é perfeitamente possível fazer um grupo com três ou quatro participantes" principalmente no caso de temas considerados sensíveis, tal como indicado anteriormente. Gondim (2002) considera de quatro a dez participantes. Gamson (2011) trabalhou com grupos de quatro a seis pessoas. Nyumba e demais autores (2018) analisaram a aplicação da técnica de grupos focais em pesquisas sobre biodiversidade e conservação de 1996 a 2017. O número de participantes variou de 3 a 21 pessoas, com uma média de dez integrantes.

A quantidade de participantes deve ser suficiente para abranger perspectivas e favorecer a discussão, mas também deve levar em conta a capacidade de condução da moderação, o tempo de realização e a possibilidade de observação. Nesse sentido, grupos grandes podem ser um desafio.

Para recrutamento dos participantes, uma variedade de técnicas pode ser utilizada. O primeiro passo é definir os perfis dos participantes e realizar uma busca por grupos já formados que atendam aos requisitos, caso o desenho da pesquisa trabalhe com grupos de conhecidos. No caso de grupos formados por pessoas que não se conhecem, há a possibilidade de distribuição de formulários prévios em diferentes mídias e listas com objetivo de receber informações iniciais que permitam a identificação de possíveis participantes. Outra possibilidade é contar com a ajuda de terceiros com maior proximidade a pessoas do perfil investigado. Por exemplo, no caso da nossa pesquisa com trabalhadoras domésticas, recorremos a diferentes formas de organizar as participações nos grupos focais, uma

delas foi solicitando apoio ao sindicato das trabalhadoras domésticas local para identificação de associadas e posterior seleção. Esses terceiros podem auxiliar no recrutamento e na organização dos grupos.

Frequência, localização e duração

Na ampla revisão de literatura empreendida por Nyumba e demais autores (2018), a principal ocorrência encontrada foi de grupos focais únicos, com duração média de 90 minutos. Portanto, há o predomínio de aplicação dessa técnica com apenas um encontro entre participantes e equipe de pesquisa. Contudo, é possível planejar, de acordo com o desenho da pesquisa, mais de um encontro com um mesmo grupo. Nesse caso, importante considerar que não necessariamente haverá a mesma frequência das pessoas e isso pode gerar variações na própria dinâmica do grupo investigado.

A localização também exerce influência na condução e na realização dos grupos. Quando possível, na pesquisa social, recomendamos que os grupos ocorram em contextos familiares aos participantes para que se sintam mais confortáveis a participar. De acordo com Barbour (2009, p. 75-76), "a localização exerce certa influência na discussão, e é importante considerar as conotações que uma localização em particular possa ter aos participantes".

Sobre esse assunto, gostaríamos de exemplificar com um fato ocorrido durante nossa pesquisa com trabalhadoras domésticas. A ideia era que um dos grupos fosse realizado na casa de uma patroa, devido a conveniência da proximidade do local para as participantes. A primeira proposta era de que a discussão acontecesse no pátio da casa, uma continuação da sala. O local estava reservado para isso e a patroa tinha se ausentado. Entretanto, percebemos que as entrevistadas estavam desconfortáveis. Questionamos, então, onde elas gostariam de ser entrevistadas e uma delas não titubeou: "vamos para cozinha!". As outras, prontamente, concordaram e, a partir daí, as interações e discussões no grupo ocorreram normalmente. Fatos dessa natureza apresentam elementos tanto para pensar os procedimentos para conduzir os grupos quanto para examinar os dados coletados: como afirma Barbour (2009), ter consciência das conotações associadas a espaços distintos "pode significar uma contribuição significativa para análise". (BARBOUR, 2009, p. 76)

Quanto à duração, recomenda-se entre uma e duas horas. Mais do que isso pode levar ao cansaço dos participantes e prejudicar a realização do grupo.

Roteiro

No processo de planejamento de grupos focais e grupos de discussão é essencial elaborar um roteiro que pode ser mais ou menos estruturado segundo os objetivos da pesquisa. De modo geral, recomendamos que o momento inicial contemple uma acolhida aos participantes, de modo a estimular a criação de um contexto favorável ao compartilhamento de ideias e perspectivas. Nos grupos que realizamos na pesquisa com trabalhadoras domésticas, optamos, por exemplo, por iniciar o encontro com um lanche, como modo de estimular a sociabilidade e receber as participantes. Para estimular a interação no grupo, consideramos produtivo adotar uma técnica de apresentação; por exemplo, a elaboração de crachás personalizados com os nomes dos participantes e um desenho que possua um significado especial para aquela pessoa. Assim, ao se apresentarem para o grupo, as pessoas também explicam o significado de seus desenhos e iniciam o processo de interação e de aproximação no grupo. (CAL, 2016; MAIA et al., 2017)

A utilização de questionários para conhecimento de características sociodemográficas dos participantes e de questões relevantes ao interesse da pesquisa podem oferecer importantes subsídios para a posterior análise das discussões. Por exemplo, a aplicação de questionários antes e após os grupos focais e de discussão permitem apreender a aquisição de conhecimento acerca das temáticas em tela, as mudanças de posicionamentos, as percepções ou impressões individuais sobre o processo mesmo de interação e discussão no grupo, entre outros. Assim, o pesquisador pode ter acesso a informações não partilhadas durante a discussão.

É fundamental também a apresentação da pesquisa e da equipe envolvida presente no momento da realização dos grupos, assim como das informações éticas envolvendo a participação na investigação e autorização para gravação. De modo semelhante, é essencial a explicitação das regras de funcionamento do grupo. Por exemplo, Gondim (2002, p. 154) formulou as regras de funcionamento do grupo nos seguintes termos: "a) só uma pessoa fala de cada vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam".

Para iniciar a discussão, recomendamos a estratégia do funil. Segundo Morgan (1997, p. 41, tradução nossa), "em uma entrevista baseada na perspectiva do funil, cada grupo começa com uma abordagem menos estruturada, que enfatiza a discussão livre, e, então, se move para uma discussão mais estruturada sobre questões específicas". Assim, uma boa forma de começar um grupo é discutindo questões sobre as quais todos possam facilmente falar a respeito.

Também é possível estruturar o roteiro em etapas; por exemplo, com discussões mais livres num primeiro momento e, num segundo, com debates a partir de conteúdos de apoio ou ilustrativos.

Preparação e execução

Antes da realização dos grupos de discussão, deve-se promover estratégias de treinamento da equipe, inclusive por meio da realização de grupos exploratórios. Essa iniciativa permite também testar a eficácia do roteiro e das dinâmicas propostas. Quanto à equipe, além do moderador, recomenda-se um observador que poderá contribuir com anotações sobre o encontro e, ainda, uma pessoa de apoio para auxiliar nos aspectos logísticos e também na gravação. É importante que o pesquisador identifique claramente os participantes, seja através da apresentação formal dos nomes das pessoas no início da gravação e do uso de crachás, seja através da elaboração de um mapa com a ordem dos falantes. Essas técnicas, ainda que relativamente simples, facilitam significativamente o processo de transcrição e análise das discussões.

Os materiais de apoio – cartazes, vídeos, matérias jornalísticas etc. – devem ser produzidos e organizados com antecedência, assim como os equipamentos devem ser verificados e checados. No caso da utilização de câmeras para filmagem, essa não deve ser a única forma de registro. Um gravador com microfone de boa amplitude pode ser mais eficiente para captar o áudio com qualidade. A filmagem, por sua vez, permitirá a observação das expressões e das informações não verbais.

Na etapa preparatória, é preciso confirmar os convites para participação nos grupos e conferir com antecedência as condições dos locais a serem utilizados. Em caso de grupos presenciais, verificar antes o local de realização, especialmente no caso de ser externo à universidade ou ao instituto de pesquisa. É necessário averiguar o nível de ruído do local e os possíveis posicionamentos de microfones e câmeras. No caso de grupos

remotos síncronos, realizar testes de conexão e de uso das ferramentas digitais pelos participantes.

Sistematização e organização dos dados

Quanto à organização e ao tratamento dos dados coletados em grupos focais ou grupos de discussão, há uma vasta possibilidade de ferramentas e técnicas. Uma das mais elementares é a transcrição das discussões realizadas para posterior organização e análise. A partir disso, é possível criar um banco de dados e processar informações com auxílio de *softwares* como Excel, Iramuteq, NVivo, entre outros, assim como recorrer a distintos métodos analíticos.

Um ponto relevante a ser ressaltado, nas pesquisas acadêmicas, é a importância de considerar momentos interativos ao invés de falas isoladas, priorizando a análise de diálogos entre as participantes.

Limites éticos

Como grupos focais e grupos de discussão envolvem pesquisas com seres humanos, devem ser seguidos os parâmetros éticos da pesquisa em ciências humanas e sociais e as diretrizes dos comitês de ética das universidades. De modo geral, é fundamental garantir a preservação da identidade dos participantes, o livre consentimento em participar da pesquisa, a possibilidade de desistência, o assentimento às formas de registro dos grupos, o acesso aos resultados encontrados. Recomendamos que os pesquisadores elaborem termos de consentimento e/ou assentimento para participação na pesquisa.

A respeito do tratamento dos dados, deve-se gerar a maior transparência possível como forma de demonstrar a confiança na pesquisa. Por exemplo, algumas universidades contam atualmente com repositórios de conteúdos, que podem ser transcrições de grupos, livros de códigos utilizados na análise, exemplos de codificação etc. Essas práticas irão contribuir para a publicização dos dados e também para gerar confiança no processo de investigação empreendido.

Aplicação em pesquisas

Como exemplos de aplicação dessas técnicas de pesquisa, citamos três casos de pesquisas na área de comunicação e política que realizamos a

partir do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre: (a) a configuração pública do trabalho infantil doméstico como problema político (CAL, 2016), (b) deliberação em sociedades divididas e cultura de paz em periferias urbanas (STEINER et al., 2017) e (c) a discussão entre alunos do ensino médio a respeito do Escola sem Partido. (CAMELO, 2021)

Exemplo 1

Na pesquisa sobre trabalho infantil doméstico (CAL, 2017), realizamos sete grupos focais que envolveram 27 meninas e mulheres cujas idades variaram de 12 a 68 anos. Cada grupo durou duas horas e as participantes receberam ajuda de custo para o transporte ao local do encontro. Decidimos por grupos internamente homogêneos, mas cada um com perfil diverso, por exemplo, grupo formado por adolescentes trabalhadoras domésticas ligadas a projeto social, grupo com trabalhadoras sindicalizadas, dentre outros, com finalidade de obter diferentes perspectivas sobre as relações de poder em torno do trabalho infantil doméstico e sobre o processo de construção dessa prática como problema público.

Para que as discussões em grupo pudessem ser bem aprofundadas, limitamos os convites a oito participantes por grupo. A composição final variou entre três e sete participantes. Com objetivo de convocar as participantes, optamos por diferentes estratégias, porque o trabalho infantil investigado ocorre no interior de lares de família, o que dificulta o contato com essas pessoas. Em geral, contamos com a ajuda de informantes e pessoas de referência que foram nossos contatos para escolha das participantes e organização dos grupos.

Os locais de realização dos grupos foram diversificados, mas a principal condição para escolha era a proximidade com o local de moradia ou trabalho das participantes e ainda a familiaridade delas com o lugar. Assim, foram utilizados desde espaços em centros de formação religiosos até a casa de uma das patroas.

Além dos grupos focais, também realizamos investigação de matérias jornalísticas, algumas inclusive foram utilizadas como recursos conversacionais dentro de um roteiro semiestruturado de discussão que se organizou a partir da estratégia de funil. A mediação foi realizada pela própria pesquisadora e feita de modo ativo, mas com o cuidado de não apresentar nossas opiniões acerca dos assuntos tratados. Em alguns momentos, relatamos casos pessoais, como dilemas do início do casamento sobre a divisão das

tarefas domésticas e algumas outras situações que estimularam a interação e a identificação entre moderadora e participantes.

Foi aplicado um questionário simples para conhecimento sociodemográfico e dos hábitos de consumo midiático das participantes. Cada grupos focais foi organizado a partir de um roteiro semiestruturado que consistia em quatro momentos principais: (a) apresentação e dinâmica de aquecimento, a partir da construção de um crachá, conforme mencionado anteriormente; (b) discussão sobre lugares de origem, relações familiares e divisão das tarefas da casa, que era, aos poucos, afunilada para a temática do trabalho infantil doméstico; (c) apresentação de trechos de matérias da mídia e discussão; (d) informações finais e avaliação do encontro.

Dentre os aprendizados, destacamos: as dificuldades adicionais ao lidar com temas sensíveis, sobretudo relatos de violências sofridas pelas participantes; a importância do planejamento da pesquisa de campo, da decisão sobre a escolha dos locais, da preparação do roteiro; e os cuidados com os registros dos encontros. Optamos apenas pela gravação de áudio para minimizar os efeitos desse elemento na discussão e não constranger a expressão das participantes. Outra questão também nos inquietou: depois de ouvir essas meninas e mulheres, como analisar essas falas e como apresentá-las na pesquisa de modo a não restringi-las a um lugar de objeto? Essa reflexão é fundamental em pesquisas que envolvem seres humanos e nos instiga a ficarmos atentos à tensão entre o "falar por" e o "falar com" os interlocutores da pesquisa.

Exemplo 2

A investigação sobre deliberação em sociedades divididas foi feita a partir de um projeto de cooperação internacional com o prof. Jürg Steiner. (STEINER et al, 2017) Teve como objetivo analisar o potencial democrático do debate público em situações de extrema controvérsia. No Brasil, selecionamos como enfoque os conflitos entre policiais e moradores de comunidades urbanas periféricas e realizamos seis grupos de discussão, tendo sido três em Belém (PA) e três em Belo Horizonte (MG). Ao todo participaram 76 pessoas, entre moradores de comunidades periféricas – adolescentes e adultos – e policiais militares. A composição de cada grupo foi heterogênea e contou com, no mínimo, dez participantes. Foram aplicados questionários antes e após a discussão com finalidade de identificar as opiniões prévias e posteriores dos participantes sobre o assunto investigado. O registro foi feito apenas em áudio para posterior transcrição.

Em relação à posição do moderador, ela foi bastante restrita. Cabia ao moderador apenas fazer a pergunta: "como é possível construir uma cultura de paz entre moradores de comunidades e a polícia?". Caso a discussão esfriasse, a pergunta seria repetida. Nesse tipo de moderação, é fundamental considerar que momentos de silêncio fazem parte do processo e são decisivos para os participantes refletirem sobre as questões colocadas e formularem uma opinião a ser discutida no grupo. Também ganham espaço eventuais participantes com perfil de liderança e, por vezes, acabam buscando controlar o grupo. No caso da pesquisa que empreendemos, era parte dos objetivos analisar esses distintos papéis em processos deliberativos.

Relevante mencionar que, nessa pesquisa, todos os materiais brutos, assim como a pré-análise, foram disponibilizados em *site* próprio com objetivo de publicizar o processo da pesquisa e também aprimorar a confiança pública nos resultados.[2]

Exemplo 3

Na pesquisa sobre o Escola sem Partido,[3] foram realizados dez grupos de discussão compostos por estudantes do nono ano do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio, de duas escolas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). No total, 116 estudantes participaram das atividades. Optou-se por uma abordagem de moderação pouco interventiva. Tal escolha permitiu uma mediação mais uniforme nos diversos grupos de discussão, além da menor exposição dos estudantes a vieses dos moderadores. Além de questionário pré e pós-discussão, foi elaborado um vídeo informativo sobre o tema em pauta. A partir de excertos de conteúdo midiático sobre o tema – trechos de reportagens do *Fantástico* (Rede Globo) e dos canais de YouTube dos portais *Estado de Minas*, *Folha de S. Paulo*

2 Ver em: https://www.ipw.unibe.ch/research/deliberation/index_eng.html. Acesso em: 29 jul. 2022.

3 "O 'Escola sem Partido' (ESP) é uma organização que atua no campo da educação brasileira desde 2004. Autodeclarado 'movimento', o grupo se entende como um promotor da 'liberdade de pensamento' e do 'pluralismo de ideias nas escolas', por meio do ativismo contra um suposto processo de 'doutrinação ideológica' em curso nas escolas do país. [...] Apesar de o Escola Sem Partido afirmar sobrepujar 'ideologias' à medida que diz combater práticas viciadas da educação 'não importando a faixa do espectro político-ideológico em que se situem', é nítida a predileção dos seus apoiadores em acusar a 'doutrinação de esquerda' como o grande problema da educação brasileira a ser combatido". (CAMELO, 2021, p. 12)

e Politize –, foi montado um vídeo de cinco minutos que buscou mapear controvérsias centrais relacionadas ao movimento Escola sem Partido.

Com o intuito de minorar o risco de vieses, houve um esforço ativo em conjugar posições favoráveis e contrárias ao tema em uma proporção equilibrada. A partir da tabulação dos resultados dos questionários, fez-se possível aferir os posicionamentos dos alunos sobre uma variedade de tópicos relacionados à sala de aula e observar flutuações em suas posições anteriores e posteriores às atividades do grupo de discussão. Os grupos de discussão foram compostos por cinco etapas sequenciais: (a) preenchimento de questionário, (b) discussão livre, (c) exibição de vídeo, (d) discussão livre, (e) preenchimento novamente de questionário. As atividades foram realizadas no decorrer de aproximadamente duas horas e os alunos foram distribuídos em grupos de 10 a 12 participantes. A gravação ocorreu tanto em vídeo quanto em áudio, com a permissão dos discentes e também dos responsáveis, que assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, assim como autorização para o uso de imagem.

As informações coletadas permitiram uma variedade de análises qualitativas sobre os grupos de discussão, inclusive avaliações em torno das características das discussões com base em critérios deliberativos. Cabe ressaltar que, não obstante os benefícios da utilização de uma moderação não interventiva, essa escolha prejudicou uma abordagem mais crítica ao tema discutido pelos alunos, em razão da ausência de estímulos mais diretos do moderador.

Referências

ABREU, N. R. de; BALDANZA, R. F.; GONDIM, S. M. G. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. *Journal of Information Systems and Technology Management*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 5-24, 2009.

BARBOUR, R. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOHNSACK, R. Group discussion and focus groups. *In*: FLICK, U.; KARDOFF, E. V.; STEINKE, I. (ed.). *A companion to qualitative research*. Califórnia: Sage Publications, 2004. p. 214-221.

CAL, D. *Comunicação e trabalho infantil doméstico*: política, poder, resistências. Salvador: Edufba, 2016.

CAL, D. Moralidade e a exploração do trabalho infantil doméstico: as visões de ex-trabalhadoras infantis e patroas. *Desidades*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 31-44, jul./set. 2017.

CALUWAERTS, D.; UGARRIZA, J. E. Favorable conditions to epistemic validity in deliberative experiments: a methodological assessment. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 8, n. 1, p. 1-20, 2012.

CAMELO, P. H. B. *Escola em disputa*: o espaço de razões e a sala de aula em tempos de Escola Sem Partido. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

EDWARDS, A. R. The moderator as an emerging democratic intermediary: the role of the moderator in Internet discussions about public issues. *Information polity*, [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 3-20, 2002.

FISHKIN, J. S.; LUSKIN, R. C. Experimenting with a democratic ideal: deliberative polling and public opinion. *Acta politica*, [*s. l.*], v. 40, n. 3, p. 284-298, 2005.

FISHKIN, J. S. *When the people speak*: deliberative democracy and public consultation. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FLICK, U. Grupos focais. *In*: FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed editora, 2008. p. 180-193.

GAMSON, W. *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GASTIL, J. Designing public deliberation at the intersection of science and public policy. *In:* GASTIL, J. *The Oxford handbook of the science of science communication*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 233-242.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002.

GUTIÉRREZ, J. Grupo de discusión: ¿ prolongación, variación o ruptura con el focus group? *Cinta de moebio*, [*s. l.*], n. 41, p. 105-122, 2011.

HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? the impact of normative theory on empirical research. *Communication theory*, [*s. l.*], v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006.

HOPKINS, P. Focus Groups. *In*: RICHARDSON, D. *et al.* (ed.). *International Encyclopedia of Geography*: people, the earth, environment and technology. Hoboken: John Wiley & Sons, 2017. p. 1-4.

JACOBS, L. R.; COOK, F. L.; CARPINI, M. X. D. *Talking together*: public deliberation and political participation in America. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

KITZINGER, J.; BARBOUR, R. S. Introduction: the challenge and promise of focus groups. *In*: KITZINGER, J.; BARBOUR, R. S. (ed.). *Developing focus group research*: politics, theory and practice. London: Sage Publications, 2001. p. 1-20.

KNOBLOCH, K. R. *et al*. Did they deliberate? Applying an evaluative model of democratic deliberation to the Oregon Citizens' Initiative Review. *Journal of Applied Communication Research*, [*s. l.*], v. 41, n. 2, p. 105-125, 2013.

KRUEGER, R.; CASEY, M. A. A. *Focus groups*: a practical guide for applied research. California: Sage Publications, 2014.

LANDWEHR, C. Facilitating deliberation: the role of impartial intermediaries in deliberative mini-publics. *In*: GRÖNLUND, K.; BACHTIGER, A.; SETALA, M. (ed.). *Deliberative mini-publics*: involving citizens in the democratic process. Colchester: ECPR Press, 2014. p. 77-92.

MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

MAIA, R. C. M. *et al*. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. *Galáxia*, São Paulo, n. 34, p. 55-72, jan./abr. 2017.

MAIA, R. C. M. *et al*. Deliberation across a space of reasons: assessing epistemic changes in group discussions. *Human Communication Research*, [*s. l.*], v. 44, n. 4, p. 399-426, oct. 2018.

MAIA, R. C. M. *et al*. A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth. *In*: FRANÇA, V. V.; ALDE, A.; RAMOS, M. C. M. *Teorias da comunicação no Brasil*: reflexões contemporâneas. Brasília, DF: Compós; Salvador: Edufba, 2014. p. 197-220.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MARQUES, A. C. S. *O processo deliberativo a partir das margens*: o programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias. 2007. 320 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MARQUES, Â. C. S.; MAIA, R. C. M. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Política & Sociedade*, [*s. l.*], v. 7, n. 12, p. 143-175, 2008.

MARQUES, Â. C. S.; ROCHA, S. M. A política a partir das margens. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 14, n. 32, p. 105-117, abr. 2007.

MERTON, R. K. The focussed interview and focus groups: continuities and discontinuities. *The Public opinion quarterly*, [*s. l.*], v. 51, n. 4, p. 550-566, 1987.

MORGAN, D. L. *Qualitative Research Methods*: focus groups as qualitative research. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1997.

MORRELL, M. E. Listening and deliberation. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al*. *The Oxford Handbook of deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 237-250.

MUTZ, D. C. *Hearing the other side:* deliberative versus participatory democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MUTZ, D. C.; MARTIN, P. S. Facilitating communication across lines of political difference: the role of mass media. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 95, n. 1, p. 97-114, 2001.

NYUMBA, T. *et al*. The use of focus group discussion methodology: insights from two decades of application in conservation. *Methods in Ecology and Evolution*, v. 9, n. 1, p. 20-32, 2018.

STEINER, J. *et al*. *Deliberation across deeply divided societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VELOSO, B. Whatsapp como ferramenta para a organização de grupos focais online na pesquisa da educação: um relato de experiência. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS; ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos (SP). *Anais [...]*. São Carlos (SP): Grupo Horizonte, 2020. p. 1-13.

WARREN, M. E. What should and should not be said: deliberating sensitive issues. *Journal of Social Philosophy*, [*s. l.*], v. 37, n. 2, p. 163-181, 2006.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006.

Análise de conteúdo

Rousiley C. M. Maia
Gabriella Hauber
Julia E. de Paula

Introdução

Este capítulo se concentra em apresentar a análise de conteúdo. Definimos resumidamente a análise de conteúdo como a "análise sistemática, objetiva e quantitativa" do conteúdo da comunicação. (KRIPPENDORF, 2012; NEUENDORF, 2017; RIFFE et al., 2019) Para Kimberly Neuendorf, análise de conteúdo é uma técnica de investigação empírica que interpreta, sumariza e analisa qualitativa ou quantitativamente conteúdos a partir de princípios do método científico, contemplando tanto preocupações com a objetividade dos textos quanto a subjetividade do pesquisador. Com a análise de conteúdo, os investigadores buscam responder questões específicas ou testar hipóteses de seus projetos de pesquisa, sendo que, ao longo do processo, verificam a confiabilidade, a validade, a capacidade de generalização e a replicabilidade da pesquisa.

A análise de conteúdo pode ser empregada em uma ampla variedade de materiais, em comunicação oral ou em textos escritos – como filmes, artigos de jornal, discursos, anúncios, postagens em mídias sociais, textos de *blogs* ou *tweets* etc. – e, ainda, em conteúdo não textual, como imagens, música e som. O pesquisador deve buscar definir cuidadosamente o que pretende observar e construir um conjunto de categorias a serem sistematicamente identificadas no material em questão. O esquema de codificação deve ser meticulosamente planejado. (KRIPPENDORFF, 2012; NEUENDORF, 2017) Com o desenvolvimento tecnológico, a aplicação da análise de conteúdo tornou-se mais prática e sofisticada. Por exemplo, a análise textual automatizada por computador tem permitido a codificação de um grande volume de material, agilizando sobremaneira a coleta de dados e os testes de confiabilidade.

A versatilidade na construção de categorias analíticas permite que a análise de conteúdo seja aplicada em pesquisas de natureza distintas. Neste capítulo, oferecemos um panorama sobre as especificidades de três modalidades de comunicação: face a face, interações *online* e material jornalístico. O propósito é explicar o emprego da análise de conteúdo no campo da comunicação política e fornecer diretrizes práticas para desenvolver pesquisas nessas subáreas. Na próxima seção, tratamos do contexto intelectual da origem do método. Na terceira seção, delineamos os procedimentos básicos para empregar a análise de conteúdo em conversações, práticas discursivas em fóruns de debate, discussões *online* e material midiático. O passo a passo da análise de conteúdo é explicado na quarta seção. Por fim, apresentamos exemplos de estudos empíricos que utilizam análise de conteúdo em diferentes tipos de material no campo da comunicação política.

Contexto intelectual da análise de conteúdo

As primeiras aplicações da análise de conteúdo surgem no início do século XX e envolvem preocupações tão díspares quanto o uso militar, durante a Segunda Guerra Mundial, o monitoramento de tendências econômicas e a verificação da autenticidade de documentos históricos. (GUNTER, 2000) Nos anos 1940, o método já era amplamente utilizado nas pesquisas sobre comunicação de massa e sobre opinião pública. (BERELSON, 1952; BERELSON; JANOWITZ, 1966) Autor de diversas obras e uma das referências fundamentais nessa área, Klaus Krippendorff (2004, p. 18) define

análise de conteúdo como "uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas dos textos (ou outro conteúdo simbólico) em relação aos seus contextos de uso". Nesse método, é fundamental ter consciência dos protocolos para a reprodutibilidade (validade e confiança), replicabilidade e generalização. (KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2017)

Os termos "reprodutibilidade" e "replicabilidade", embora sejam usados algumas vezes de maneira intercambiável, possuem sentidos distintos. Reprodutibilidade significa a possibilidade de obter resultados consistentes através da utilização daqueles códigos, métodos, passos e condições de análise num dado conjunto de dados. (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2019) Isso diz respeito à validade das operacionalizações conceituais e da confiabilidade (consistência) das medidas naqueles dados de um determinado estudo. Replicabilidade refere-se à possibilidade de obter resultados consistentes através de estudos que têm por objetivo responder às mesmas questões a partir de outro conjunto de dados. (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2019) A reprodutibilidade está associada à transparência do estudo, *id est*, ao esforço dos pesquisadores para explicitar a definição adotada nos códigos e desenvolvimento da análise a fim de permitir a confirmação de resultados por outros pesquisadores. A replicabilidade pressupõe que a mesma análise será feita através de métodos e códigos semelhantes aos que foram usados em estudos prévios, mas com uma nova base de dados. Por fim, generalização diz respeito a em que medida os resultados de um dado estudo se aplicam a outros contextos ou populações que diferem daquela original. (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCE, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2019)

Com base nessas premissas, a análise de conteúdo recomenda uma série de procedimentos para sustentar a validade e a confiança do estudo – como descrever as categorias empregadas e realizar testes de confiabilidade, descrever os métodos de maneira clara, acurada e completa e esclarecer condições para fazer inferências. (ASENDORPF et al., 2013; DIENLIN et al., 2021; KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2017; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021) Esses procedimentos ajudam a produzir um claro entendimento das contribuições e limitações dos resultados e permitem, também, a reprodutibilidade da análise por parte de outros investigadores.

Tipicamente, o material sob investigação pode ser dividido em partes menores, sendo que essa parte é denominada unidade de análise. Por exemplo, o pesquisador, ao investigar matérias jornalísticas, pode

tomar como unidade de análise as notícias completas, os títulos, as citações diretas de fontes, entre outros. No caso de debates em casas legislativas, pode-se tomar como unidade de análise o proferimento completo dos participantes ou os atos de fala que contém uma demanda, isto é, um pedido ou uma recomendação para se fazer (ou não se fazer) algo. Ao examinar material de redes sociais, o pesquisador pode adotar como unidade de análise os *posts* ou os comentários, ou ambos. Exatamente o que será analisado depende dos objetivos da pesquisa – na próxima seção, discutimos essas categorias e o processo de codificação com mais detalhes. As pessoas responsáveis por identificar e registrar a ocorrência das categorias no material em questão, chamadas de codificadores, são treinadas para desenvolver essa etapa da análise de conteúdo. Para tanto, o pesquisador deve produzir um documento explanatório (livro de códigos) contendo descrições claras das categorias e variáveis adotadas, com explicitação da distinção entre elas e, ainda, com orientações detalhadas sobre como produzir a observação e mensuração dessas. O livro de códigos é também essencial para que outros pesquisadores possam entender as definições da pesquisa e seguir o mesmo tipo de análise reportado a fim de verificar se os achados – por exemplo, as estimativas e os padrões estatísticos – são os mesmos em outras amostras de dados ou se os efeitos se estendem a outras condições.

A análise de conteúdo pode ser adotada em pesquisas de natureza quantitativa ou qualitativa. O percurso da análise de conteúdo proposto por Altheide e Schneider (2017), no campo da antropologia, compreende, primeiramente, a definição do problema de pesquisa e da unidade de análise a partir de considerações de natureza teórica e empírica. O passo seguinte é a construção de um protocolo de pesquisa, que inclui decisões sobre a coleta do material empírico, a definição de variáveis e, se necessário, a construção de amostragem. A etapa final é a análise dos dados – que pode ser realizada com o auxílio de *softwares* de análise qualitativa e quantitativa. A discussão final deve explorar as correspondências e os contrastes dos resultados encontrados em relação a achados de estudos prévios e, também, dialogar com o estado da arte na área circunscrita para elucidar as contribuições e limitações do estudo em tela.

Em seu levantamento sobre diferentes abordagens da análise de conteúdo na pesquisa na área de comunicação, Hijmans (1996) destaca o aspecto formal do método, ilustrando sua capacidade de se adaptar a diferentes quadros teóricos, a exemplo de análises retórica, narrativa, de discurso,

semiótica-estruturalista ou interpretativa. Na área de estudos sobre debates públicos e esfera pública, destaca-se a importância de associar a análise do contexto da comunicação, dos papéis dos interlocutores e dos sentidos das trocas empreendidas, sem perder de vista as regras, explícitas ou implícitas, que condicionam as formas de interação em situações diversas.

Tipos de situações comunicativas

Os processos comunicativos podem ser observados em diferentes espaços e serem objeto de análise em diferentes escalas. Existem, pelo menos, três possibilidades principais para analisar as trocas comunicativas e as expressões discursivas: (1) interações face a face – em ambientes informais do dia a dia; em fóruns semiformais de discussão, como reuniões ou encontros para discussão de ativistas ou especialistas; e em ambientes formais como parlamentos –, (2) interações *online* e (3) situações de trocas ampliadas através de diferentes tipos de mídia de massa. Antes de tratar da análise de conteúdo propriamente dita, é relevante distinguir brevemente entre essas situações comunicativas, já que os procedimentos analíticos decorrem, em grande medida, dessas distinções na condução prática da pesquisa. Nossas reflexões se baseiam sobretudo no campo de estudos sobre debate sobre questões controversas, formação e defesa da opinião, e mudanças de preferências. (FERREE et al., 2002; HABERMAS, 2011; HÄUSSLER, 2018; LÜCK et al., 2018; MAIA, 2009, 2012; WESSLER et al., 2008)

1. Análise de interações face a face

As interações face a face, caracterizadas pela participação simultânea dos interlocutores em um mesmo espaço e intervalo de tempo, podem ocorrer em ambientes informais, semiformais e formais. De maneira geral, as interações face a face informais e não estruturadas, chamadas conversações cotidianas, são relativamente espontâneas e acontecem em locais de trabalho, ambientes de esporte e lazer, nas ruas etc. Por meio dessas trocas comunicativas diárias, as pessoas trocam opiniões e informações sobre suas experiências e também questões de interesse comum e controvérsias públicas. (CONOVER; MILLER, 2018; MAIA, 2012; MANSBRIDGE, 1999; SCHMITT-BECK; GRILL, 2020) Metodologicamente, há considerável dificuldade para apreender essas interações face a face espontâneas e difusas, espraiadas na sociedade. Para observar dinâmicas de discussão interpessoal face a face, a maioria dos estudos conduzem grupos focais e grupos

de discussão presenciais, conforme abordado no capítulo 1. Já os fóruns de cidadãos possuem distintos formatos, sendo que alguns deles oferecem material informativo aos participantes com o intuito de garantir processos de discussão mais bem-informados, alguns contam com processos de mediação ou moderação para controlar o tempo de fala e favorecer a participação de todos os presentes ou, ainda, apresentar regras para tomada de decisão e registro das contribuições. Já as interações presenciais em parlamentos ou em casas legislativas são organizadas para favorecer debates sobre temas específicos, em meio ao jogo político e interesses partidários. Geralmente há um conjunto estrito de regras formais e procedimentos que devem ser respeitados, como agendamento de temas, ordem e distribuição de tempo de fala, entre outros. (BÄCHTIGER; PARKINSON, 2019; DRYZEK; HENDRIKS, 2012; FISHKIN, 2018; GASTIL et al., 2018; QUIRK; BENDIX; BÄCHTIGER, 2018)

Para os interesses metodológicos deste capítulo, essa breve caracterização tem por objetivo destacar que as interações face a face em diferentes ambientes refletem complexas dinâmicas sociais. As situações de comunicação são atravessadas por fatores institucionais e de ordem social, como as hierarquias e as desigualdades sociais. Homens brancos, por exemplo, tendem a ter maior participação e, muitas vezes, dominar a discussão em distintas modalidades de fórum. (BAEK; WOJCIESZAK; CARPINI, 2012; KARPOWITZ; MENDELBERG, 2014; MENDELBERG; KARPOWITZ; OLIPHANT, 2014) A depender do interesse da pesquisa, as condições de comunicação devem ser levadas em consideração durante o processo de criação das categorias para aplicar a análise de conteúdo.

2. Análises de interações em ambientes digitais

As interações *online* também podem ser mais ou menos formais, em conformidade com a plataforma digital em que ocorrem. É crucial compreender as condições e os recursos comunicativos (*design* e *affordances*) e, ainda, as expectativas subjacentes às interações nas postagens ou comentários em distintos ambientes, tais como no Facebook, Instagram, YouTube ou Twitter, em plataformas organizadas por legislaturas para consultas públicas e em iniciativas de inovação democrática que buscam fomentar a participação de cidadãos. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2017; MAIA et al., 2021; MENDONÇA; AMARAL, 2016; STRANDBERG; GRÖNLUND, 2014, 2018)

No capítulo 9, descrevemos diferentes fatores que condicionam as práticas comunicativas *online* – em modalidades síncrona ou assíncrona,

anônima ou com graus variados de identificações, com ou sem presença de moderação, entre outros. A crescente diversidade de mídia digital requer uma caracterização cada vez mais precisa de distintas condições de engajamento. Esse conjunto de elementos nas trocas comunicativas *online*, *affordances* e as propriedades da situação de interação nas plataformas devem receber atenção específica para construir categorias e conduzir análise de conteúdo no ambiente digital.

3. Análise de material midiático

Observar debates que ocorrem através dos *media* de massa, envolvendo complexos organizacionais, requer que o pesquisador desenvolva um modelo distinto daqueles da comunicação interpessoal, face a face ou *online*. A comunicação mediada pelos profissionais da comunicação também pode ser sistematicamente observada e mensurada. Para tanto, é importante que o pesquisador se ancore em modelos teóricos congruentes com as trocas comunicativas em grande escala, tal como distintos sistemas dos *media* (HALLIN; MANCINI, 2004, 2011), tipos de culturas jornalísticas (PFETSCH, 2004, 2014) e de relações de jornalistas com fontes. (ESSER, 2008; PATTERSON, 2008) Nesse subcampo, os investigadores devem caracterizar cuidadosamente diferentes tipos de organizações dos *media* e de gêneros de conteúdo midiático – como matérias jornalísticas, *talk shows*, programas de entrevistas – que compõem a ecologia dos *media*. (LYCARIÃO; WOZNIAK, 2017; MAIA, 2012; WESSLER; RINKE, 2014; WURFF, VERHOEVEN; GADELLA, 2013)

Através dos *media*, circulam discursos de políticos, especialistas, membros da sociedade civil organizada, cidadãos comuns, entre outros. Aquilo que se torna disponível para o conhecimento de um grande número de pessoas pode revelar muito dos conflitos sociais e das relações entre os atores sociais no sistema político. Os materiais dos *media* de massa permitem desenvolver análises de debates públicos numa perspectiva macro. No material jornalístico, é preciso estar atento, por exemplo, à desigualdade do espaço destinado a cada um desses atores; o que eles dizem dificilmente é reproduzido na íntegra. O que ganha atenção nos *media* demanda entender como as narrativas e a visibilidade são construídas pelos jornalistas: são processos complexos, relacionados a diferentes fatores, desde a rotina profissional, processos de seleção, corte, enquadramento – que são indissociáveis das relações e dinâmicas sociais mais amplas – até os interesses econômicos das organizações. Ao tratar de temas controversos, os estudos

baseados na análise de conteúdo podem mapear quem os jornalistas utilizam como fonte e qual espaço elas ganham nas notícias, em reportagens ou em seções jornalísticas específicas. (BENNETH et al., 2004; PAGE, 1996) Em termos agregados, a análise de conteúdo pode mapear quem, qual ator, tem voz e o que diz em diferentes ambientes da ecologia dos *media* – matérias jornalísticas, revistas, notícias de TV etc. A análise de conteúdo pode também ajudar a elucidar quais mecanismos de seleção, ordenamento ou enquadramento são utilizados para dar a ver as expressões discursivas desses atores (CHOUCAIR, 2018; CHOUCAIR; MAIA; VIMIEIRO, 2018) e ainda quais justificativas circulam em distintos ambientes dos *media.* (ARANTES, 2017; CHOUCAIR, 2018; MIOLA, 2012) Estudos sobre o material dos *media* oferecem importantes subsídios para o entendimento de controvérsias públicas, a exemplo de estudos sobre aborto (CHOUCAIR, 2018; FERREE et al., 2002), casamento homoafetivo (O'CONNOR, 2017), política educacional (SARAISKY, 2015), desafios tecnológicos (PETERS; WESSLER et al., 2008; SCHNEIDER, 2008), redução da maioridade penal (HAUBER, 2015, 2021; MAIA; HAUBER, 2020), feminicídio (HAUBER, 2021), direitos humanos (OLIVEIRA, 2013, 2014), mobilidade urbana (ARANTES, 2017), entre outros.

A análise de conteúdo tem sido empregada também em estudos comparativos transnacionais para tratar de variações na cultura de jornalismo nacional e graus de autonomia das organizações de mídia em relação a diferentes sistemas políticos; formatos de notícias, grau de profissionalismo e variações nas relações jornalistas-fonte (LYCARIÃO; WOZNIAK, 2017; WESSLER; RINKE, 2014; WURFF; VERHOEVEN; GADELLAA, 2013); maior ou menor pluralidade de vozes nas matérias jornalísticas (ESSER, 2008; PATTERSON, 2008; PFETSCH, 2004, 2014); diferenças entre enquadramento, narrativa, representação visual na cobertura jornalística de mudanças climáticas em diferentes países (WESSLER et al., 2016), como é discutido no capítulo 12 sobre métodos combinados.

Em síntese, a análise de conteúdo é uma potente ferramenta para investigar, de maneira sistemática, material em diferentes situações de comunicação face a face, no ambiente digital e nos *media* massivos. É importante pensar em processos comunicativos em ampla escala, para além de interações interpessoais face a face ou *online*, sendo que os processos de mediação requerem atenção conceitual e investigação empírica rigorosa.

Procedimentos para empregar análise de conteúdo

Nesta seção, apresentamos brevemente a base comum da análise de conteúdo, a qual pode ser adaptada para diferentes objetivos e materiais de pesquisa, como indicado nas seções anteriores. A análise de conteúdo visa produzir análises baseadas nos princípios de replicabilidade e reprodutibilidade (validade e confiabilidade) e generalidade – como discutido na introdução deste capítulo. A validade está relacionada à adequação do método ao conceito pretendido e aos objetivos da pesquisa. Segundo Neuendorf (2002), ao pensar na validade, fazemos a pergunta: "estamos medindo o que queremos medir?". A confiabilidade indica que o mesmo procedimento de medição produz os mesmos resultados em testes repetidos. (NEUENDORF, 2002) A validade e a confiabilidade são elementos, por sua vez, associados à replicabilidade, já que um teste de confiabilidade satisfatório é o que garante também a replicabilidade. No caso da análise de conteúdo, o resultado da codificação deve ser o mesmo quando realizado por diferentes codificadores. No caso de pesquisas quantitativas com um grande volume de dados, a replicabilidade também está relacionada à importância de a codificação de uma outra amostra aleatória gerar os mesmos resultados de outras amostras. (ASENDORPF et al., 2013; DIENLIN et al., 2021; NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCE, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2019; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021)

Antes de apresentarmos o passo a passo da análise de conteúdo, vale destacar a relevância do conjunto desses passos para a comunidade de pesquisadores. Embora não seja tarefa trivial – já que requer recursos humanos, financeiros e tempo –, a replicabilidade contribui para o acúmulo de evidências e para gerar indagações com mais nuances. Nem sempre a replicabilidade é alcançada, devido a diferentes fatores, seja porque certos problemas não foram previstos ou novas variáveis emergem, seja porque pode haver equívocos do pesquisador ou erros metodológicos. Quando se verifica que um estudo não é passível de ser replicado, novos estudos são necessários para esclarecer as causas ou a origem dos problemas, o que constitui um importante ganho epistêmico e uma contribuição que não deve ser negligenciada para o incremento do conhecimento. Por essas razões, os pesquisadores, ao desenvolver análise de conteúdo, devem manter o compromisso de sustentar a confiança pública nos resultados e seguir procedimentos para estimar e explicar a incerteza dos dados, bem como indicar contribuições e limitações do estudo. (DIENLIN et

al., 2021; NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCE, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2019; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021)

O primeiro passo da análise de conteúdo é a definição do material que será analisado, por exemplo, textos de jornais, *tweets*, *posts* em redes sociais e gravações em áudio ou vídeo. Uma vez escolhido, é preciso realizar uma leitura prévia exploratória com o objetivo de conhecer melhor o material em questão e pensar a construção das estratégias analíticas. A partir daí, os pesquisadores devem seguir seis passos para desenvolver a análise de conteúdo.

Definição da amostra

Se o volume de material for muito grande e a análise for feita manualmente, é importante construir uma amostra estatisticamente relevante. Há diferentes possibilidades para a construção de amostras. No caso da análise de conteúdo, as mais comuns são: (a) amostra aleatória, que significa que cada elemento da população deve ter a mesma chance de ser selecionado (BUSSAB; MORETTIN, 2010; KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2002); (b) amostra sistemática, que determina um intervalo para a coleta de unidades de análise. (KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2002) Por exemplo, coletar postagens de redes sociais sempre às terças-feiras, apresentando uma justificativa para a escolha; (c) amostra estratificada, que reconhece a existência de subpopulações em uma população (KRIPPENDORFF, 2004; NEUENDORF, 2002), por exemplo, diferentes áreas geográficas e faixa etárias. Nesse caso, é feita uma amostra aleatória simples de cada estrato da população; (d) amostragem de *clusters*, que seleciona um grupo de unidades de análise para amostra. Por exemplo, uma semana inteira de notícias de TV, em que o mês e a semana foram escolhidos aleatoriamente. (NEUENDORF, 2002)[1] No capítulo 8, sobre *surveys*, apresentamos mais detalhes sobre a construção de amostras.

Definição da unidade de análise

A unidade de análise é o elemento do conteúdo a ser codificado, ou seja, a materialidade que o pesquisador irá examinar para identificar as categorias

1 Para mais detalhes sobre construção de amostras, ver: Bussab e Morettin (2010); Krippendorf (2004); Neuendorf (2002).

sob investigação. A definição da unidade de análise depende do tipo de material a ser analisado e, também, dos objetivos da pesquisa. A unidade de análise pode ser, por exemplo, cada proferimento de participantes em fórum de discussão, uma matéria jornalística (texto completo), uma citação direta entre aspas ou indireta atribuída à fonte no corpo da matéria jornalística, um *post* ou um comentário em redes sociais, um *tweet* ou uma imagem.

Definição das categorias analíticas

A definição de categorias analíticas constitui a base da análise de conteúdo. Para construir essas categorias, o investigador pode amparar-se no referencial teórico da pesquisa – isto é, utilizar os conceitos para derivar tipologias – ou basear-se em códigos desenvolvidos por outros pesquisadores, empregados em estudos empíricos prévios com interesses semelhantes. É importante, contudo, que os pesquisadores busquem construir categorias de modo consistente com os interesses da própria pesquisa, de modo que a operacionalização das variáveis e dos elementos codificados deem subsídios para responder às perguntas ou as hipóteses enunciadas. Por isso, as categorias devem dialogar diretamente com os objetivos do trabalho. A título de exemplo, em uma pesquisa preocupada em examinar emoções em comentários postados no Facebook (HAUBER, 2015, 2021; MAIA; HAUBER, 2020), criamos um livro de códigos com a distinção entre diferentes emoções, em diálogo com as teorias contemporâneas da sociologia, psicologia e da política que seguem a tipologia aristotélica de emoções de análise de conteúdo.[2] Cabe reiterar que as categorias podem ser criadas não apenas para identificar aspectos dos textos escritos, mas, também, para apreender elementos de imagens, como aspectos semióticos, o que ela representa denotativamente, o ângulo da câmera, dentre outros – para detalhes, ver o capítulo 12. Por fim, as categorias devem ser cuidadosamente descritas no chamado livro de códigos. É recomendável que os pesquisadores incorporem em suas descrições as origens e definições conceituais das variáveis, com registro de referências bibliográficas, exemplos de operacionalização e, ainda, esclarecimentos sobre as adaptações ou peculiaridades no emprego dos códigos.

2 No capítulo 4 deste livro, abordamos de maneira mais detalhada metodologias de apreensão de emoções em pesquisas empíricas.

Teste de confiabilidade

O teste de confiabilidade é o que irá garantir a validade e a replicabilidade da pesquisa, além de ser uma forma de testar se as categorias – definidas no passo anterior – são adequadas à pesquisa proposta. Para isso, é importante que dois ou mais codificadores se dediquem a codificar 10% das unidades de análise de todo o material coletado. Em termos quantitativos, a recomendação é de que os 10% sejam maiores que 80 unidades de análise. Alternativamente, em análises com *corpus* reduzidos, caso isso não seja possível, Neuendorf (2002) recomenda elevar a porcentagem até que se chegue ao número mínimo de 80 unidades de análise.

Para desenvolver a análise de conteúdo, codificadores são treinados para usar as categorias a fim de identificar e mensurar a ocorrência delas no material em questão. Esse treinamento visa produzir um entendimento comum entre os codificadores, ou seja, garantir estabilidade na aplicação dos códigos no conjunto total do material. Se as categorias forem consistentes, elas devem permitir a replicabilidade de acordo com os padrões de confiabilidade; e os padrões observados serão provavelmente válidos quando transportados para contextos diferentes. (KRIPPENDORFF, 2012; NEUENDORF, 2017)

Para que o teste de confiabilidade seja satisfatório, é necessário atingir o índice de confiabilidade de 0.667, representado pelo *alpha* de Krippendorf. (KRIPPENDORF, 2003) O teste precisa ser repetido quantas vezes forem necessárias para se alcançar esse índice.

Codificação

Assim que o índice de confiabilidade for alcançado, um ou mais codificadores que participaram do teste estão em condições para começar a codificar a totalidade do material coletado. Com o crescimento e sofisticação das análises automatizadas, auxiliadas por computador, as análises de conteúdo vêm sendo utilizadas para examinar grandes volumes de material, acelerando, também, a coleta de dados e os testes de confiabilidade. Contudo, ainda são feitas codificações manuais; por exemplo, em planilhas de Excel ou *softwares* como o NVivo.

Análise e interpretação dos dados

Por fim, deve-se explorar os resultados obtidos com a codificação, analisar as relações observadas tendo em vista as questões ou as hipóteses de pesquisa, o referencial teórico e os objetivos da pesquisa. A análise das relações entre categorias codificadas pode ser feita de diferentes maneiras. Frequentemente, em pesquisas quantitativas, análises são conduzidas para verificar se os resultados são estatisticamente relevantes, se as hipóteses recebem ou não confirmação e se as predições podem ser sustentadas, dando a ver correlações entre variáveis e categorias ou estimar efeitos ou probabilidades. (NEUENDORF, 2002) Tipicamente, as pesquisas quantitativas têm o propósito explícito de fazer generalizações para uma população em questão (BUSSAB; MORETTIN, 2010) e, portanto, se preocupam com a relativa estabilidade dos resultados obtidos, dando a dimensão de padrões ou tendências e possibilidade de generalização através do tempo, de amostras e contextos. Já pesquisas qualitativas que empregam análise de conteúdo tipicamente não são orientadas para estabelecer generalizações de modo rigoroso. Elas contribuem para melhor compreensão de variáveis empregadas em análises quantitativas, para examinar tipologia de teorias, tratar de processos sociais e históricos dos contextos, explorar nuances de explicações rivais e para identificar mecanismos complexos que permitem derivar hipóteses a serem testadas em estudos quantitativos. (GEORGE; BENNETT, 2005)

Contexto de aplicação de análise de conteúdo

Nesta seção, discutimos como a análise de conteúdo pode ser aplicada para análise dos três tipos de interação abordados anteriormente. Trataremos de dois esquemas de codificação, um de natureza predominantemente quantitativa, Índice de Qualidade Deliberativa ou Discourse Quality Index (DQI), e outro de natureza qualitativa, Momentos Transformadores da Deliberação (DTM).

Índice de Qualidade Deliberativa

Um dos esquemas mais utilizados para analisar discussões sobre questões controversas é o chamado DQI, desenvolvido por Steiner e demais autores (2004), Steenbergen e demais autores (2003), Bächtiger (2005). O DQI fornece uma das operacionalizações mais estabelecidas para medir

a qualidade das discussões, baseada no procedimento da deliberação. Tal operacionalização compreende as seguintes categorias (STEINER, 2012): natureza do ato de fala (interrupções ou proferimento regular), participação (tempo de fala, constrangimento à participação), respeito (uso de linguagem chula, linguagem respeitosa, escuta aos argumentos de outros); nível de justificação dos argumentos (demanda sem justificação, justificação ilustrativa, justificação contendo uma única razão, duas razões ou mais); conteúdo da justificação (referente ao próprio grupo, a outros grupos, ao bem comum ou a princípios abstratos); indicação de mudança de opinião com base num argumento melhor; histórias pessoais (proferimentos sem a expressão de histórias ou narrativas pessoais, apresentação de histórias não relacionadas com o argumento, histórias que correspondem apenas a uma justificativa específica, histórias que reforçam a racionalidade da argumentação geral) – para mais detalhes, ver: Apêndice, Steiner (2012).

Embora inicialmente planejado para análises face a face no Parlamento, o DQI é uma das fontes centrais de inspiração para a maioria das pesquisas sobre discussões em plataformas digitais e em material dos *media*, como matérias jornalísticas. Inspirado nos princípios da deliberação e da ética do discurso habermasiana (HABERMAS, 1997), o DQI fornece orientações importantes para diferentes medições descritas neste livro.

No atual contexto de crise de legitimidade democrática, os princípios normativos permitem fazer distinções teoricamente informadas entre: interações inclusivas e recíprocas, construídas horizontalmente, e interações hierárquicas, baseadas na exclusão ou no reforço de desigualdades; processos de cooperação dialógica e o empenho em manter o terreno de discussão aberto em contraste com interações baseadas no comando, no poder ou na manipulação; dinâmicas que permitem o engajamento discursivo, em contraste com intimidações, desrespeito e intolerância. (MAIA et al., 2017; STEINER et al., 2017)

A seguir, apresentamos um panorama das principais categorias analíticas empregadas em estudos com análise de conteúdo em situações de comunicação face a face, fóruns *online* e matérias jornalísticas. Contudo, é sempre possível e recomendável que os pesquisadores criem categorias apropriadas aos próprios interesses de pesquisas, de maneira coerente com o problema proposto.

Análise de discussões face a face (interações diretas)

Dentre as categorias analíticas mais comuns no campo da comunicação política, derivadas do DQI, listamos:

a. Autor do proferimento: este código identifica a categoria a qual o locutor pertence; por exemplo, político – do Executivo, Legislativo e Judiciário –, cidadão comum, especialista e membro da sociedade civil organizada. A identificação do gênero e, se possível, da raça do autor do proferimento também são importantes para compreender a dinâmica da discussão e em que medida ela reproduz desigualdades estruturais.

b. Posicionamento: este código busca identificar o posicionamento dos locutores diante do tema controverso analisado, por exemplo, contra ou a favor à redução da maioridade penal, ao parto humanizado, ao aborto, dentre outros.

c. Justificação/argumentos: este código tem por objetivo identificar quais argumentos são utilizados para justificar e defender demandas (isto é, porque "x" deve ou não deve ser feito). O nível de justificação apreendido através do número de razões completas oferecidas para apoiar a proposição ou reivindicação (níveis simples, complexos e sofisticados);

d. Presença de histórias: este código visa identificar se o autor do proferimento apresenta narrativas para explicitar, exemplificar ou defender seu ponto de vista sobre o tema em discussão. Elas podem ser classificadas em: (1) histórias pessoais, (2) histórias de terceiros ou (3) histórias dos *media*.

e. Reciprocidade e capacidade de resposta: este código identifica se há diálogo ou possibilidade de resposta mútua entre interlocutores, observando, por exemplo, se o autor do proferimento faz referência a expressões de outro.

f. Reflexividade e reversibilidade de opiniões: este código busca identificar, quando possível, se os participantes da discussão mudam de opinião.

g. Presença de respeito e desrespeito: este código visa classificar a linguagem utilizada pelo locutor, se respeitosa ou desrespeitosa. Nesse caso, alguns estudos buscam diferenciar entre desrespeito endereçado diretamente às pessoas ou aos argumentos apresentados. Diferentes estudos buscam identificar também quem ou o que é o alvo do desrespeito.

Quando adotamos uma análise de conteúdo formal, conforme proposto pelo DQI, implicitamente mais ou menos assumimos que níveis mais elevados de justificação, respeito e reciprocidade implicam em melhor qualidade deliberativa. Essa derivação, contudo, deve ser tratada com cautela. Por exemplo, no caso da justificação, observar as características formais e linguísticas das justificativas, ou seja, a completude ou a sofisticação delas – com base no número de razões apresentado – é obviamente importante para saber como o argumento é construído e se ele é passível de ser compreendido pelos demais participantes, como salientado pelos autores do DQI. (STEENBERGEN et al., 2003; STEINER, 2012; STEINER et al., 2004) Esse pressuposto pode nos conduzir, contudo, a olhar para a qualidade discursiva dentro de um paradigma estruturalista, isto é, como se o sucesso da justificação (em termos de atenção, persuasão, correção, legitimidade) dependesse de uma infraestrutura lógica ou da construção linguística da justificação (uma ideia completamente distante do conceito de racionalidade comunicativa subjacente às teorias deliberativas). Ademais, alguns participantes, principalmente aqueles mais hábeis retoricamente, podem usar argumentos com diversas justificações, de maneira propositadamente hermética e obscura. (BÄCHTIGER; PARKINSON, 2019; QUIRK; BENDIX; BÄCHTIGER, 2018) Nesse caso, a justificação, apesar de complexa e sofisticada, ao invés de contribuir para o engajamento discursivo de modo construtivo, tende a criar obstáculos para participação de outros interlocutores, comprometendo o engajamento discursivo.

Uma maneira de complexificar a análise da justificação é criar uma lista de argumentos favoráveis e contrários ao tema sob discussão e incluí-la como categoria no livro de códigos. (CAMELO, 2021; CHOUCAIR, 2018; CUNHA, 2022; HAUBER, 2015, 2021; MAIA, 2012; MAIA et al., 2018; OLIVEIRA, 2017) Para produzir essa listagem, o pesquisador poderá adotar estratégias dedutivas (*id est*, identificar os argumentos a partir de estudos teóricos e empíricos disponíveis sobre o tema em questão) ou estratégias indutivas (*id est*, através de leitura exploratória para levantamento de argumentos expressos no material empírico coletado). Muito frequentemente, os pesquisadores combinam essas duas estratégias a fim de garantir maior acurácia e abrangência da lista de argumentos. Cabe destacar que rastrear o conteúdo substantivo dos argumentos permite que a análise de conteúdo combine análises qualitativa e quantitativa num mesmo estudo. Como discutiremos adiante, análises de natureza mais qualitativa, voltadas para o exame de elementos contextuais da interação, como o esquema proposto

pelo DTM (STEINER et al., 2017), favorecem o entendimento nuançado dessas questões problemáticas; permitem apreciar os impactos de proferimentos singulares na dinâmica discursiva do próprio grupo.

Análises de discussões *online*

Os estudos sobre discussões *online* oferecem farta orientação sobre como adaptar as categorias de análise da deliberação para o ambiente digital. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2017; GRAHAM; WITSCHGE, 2003; MAIA; CHOUCAIR, no prelo; KIES, 2010; STRANDBERG; GRÖNLUND, 2014, 2018; STROMER-GALLEY, 2007) A grande maioria dos estudos segue as diretrizes fornecidas e adaptadas do DQI (STEINER et al., 2004; STEENBERGEN et al., 2003; STEINER, 2012), como já apontado. O Quadro 1, elaborado por Esau, Friess e Eilders (2017), sintetiza algumas das principais categorias de análise de discussões *online*.

Quadro 1 – Categorias para medir deliberação *online* em análises de conteúdo

Dimensão	Medida	Definição	Usado previamente
Racionalidade	Relevância do Tópico	Esta medida captura se um comentário é sobre o tópico do espaço de discussão	Stromer–Galley (2007)
	Argumentação	Esta medida captura se um comentário apresenta pelo menos um argumento fundamentado (justificativa de uma afirmação)	Stromer–Galley (2007)
Reciprocidade	Engajamento geral	Esta medida captura se um comentário aborda outro comentário	Stromer–Galley (2007)
	Engajamento Argumentativo	Esta medida captura se um comentário aborda um argumento específico feito em outro comentário	Graham e Witschge (2003)
	Engajamento crítico	Esta medida captura se um comentário critica outro comentário	Graham e Witschge (2003)

Dimensão	Medida	Definição	Usado previamente
Respeito	Comunicação respeitosa	Esta medida captura se os usuários interagem entre si de maneira respeitosa. A comunicação respeitosa é definida aqui como ausência de linguagem agressiva e ofensiva.	Black e demais autores (2011)
Construtividade	Contribuição construtiva	Esta medida captura se um comentário contém elementos construtivos, como propostas de soluções.	Monnoyer–Smith e Wojcik (2012)

Fonte: Esau, Friess e Eilders (2017).

As interações em espaços digitais geralmente assumem formas bastante distintas daquelas em relacionamentos face a face. Por isso, é importante que o pesquisador procure distinguir entre as *affordances* de diferentes plataformas, tais como possibilidade de anonimato, moderação e interação síncrona/assíncrona, entre outros. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2020; STRANDBERG; GRÖNLUND, 2014, 2018; STROMER-GALLEY, 2007) A reciprocidade, por exemplo, é uma característica difícil de ser aferida (CHOUCAIR, 2022), isto é, se os participantes estão respondendo de modo direcionado uns aos outros, se os *posts* e comentários têm formato de monólogo ou diálogo. No caso de uma plataforma em que é possível responder a diferentes comentários independentemente da ordem ou do momento em que foram produzidos, a análise da reciprocidade é necessariamente distinta de uma discussão face a face em que os proferimentos são apresentados de maneira sequencial. Um novo comentário pode responder a um comentário antigo e ter pouca relação com os comentários mais recentes. É nesse sentido que diferentes estudos buscam analisar a reciprocidade a partir da reconstrução das teias de discussão geradas a partir de um mesmo conteúdo original. (ARAGÓN; GÓMEZ; KALTENBRUNNER, 2017; GRAHAM; WITSCHGE, 2003)

Quadro 2 – Categorias para medir a reciprocidade em análises de conteúdo

Autores	Categoria	Definição
Steenbergen et al. (2003)	Respeito aos contra-argumentos	Identifica se os contra-argumentos são ignorados, incluídos mas degradados, incluídos de forma neutra ou incluídos e valorizados.
Steiner (2012)	Escuta Respeitosa	Identifica se o falante ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele, se responde mas distorce ou se responde se engajando, sem distorcer.
Dahlberg (2004)	Ideal Role Taking	Identifica os casos em que os participantes "levam em consideração e são sensíveis a outros participantes e posições" (p. 33), através, por exemplo, da metaconversa ou perguntas pedindo esclarecimentos.
Stromer-Galley (2007)	Engajamento	Identifica através do uso de perguntas, metaconversa e fontes se os participantes engajam na conversação uns com os outros.
Graham e Witschge (2003)	Continuidade do debate crítico-racional	Identifica o tipo de resposta dada, sendo argumentativo ou crítico.
Jensen (2003)	Reciprocidade	Identifica se a resposta é uma persuasão, um progresso ou uma radicalização do debate.
Esau, Friess & Eilders (2017)	Reciprocidade	Utilizam as categorias de Graham & Witschge (2003) e Stromer-Galley (2007) combinadas, através das três subcategorias: engajamento geral, engajamento crítico e engajamento argumentativo.

Fonte: Choucair (2022).

De maneira geral, há uma frequente preocupação com a presença de desrespeito, incivilidade e intolerância nas interações *online* em diferentes ambientes. Por isso, ao se adotar a análise de conteúdo para analisar as interações *online*, é comum incluir categorias que buscam identificar

a presença ou ausência de incivilidade e intolerância (MAIA; REZENDE, 2016; MAIA et al., 2021; ROSSINI, 2017, 2020; ROSSINI; MAIA, 2021), além daquelas propostas pelo DQI. Estudos específicos examinam como o objetivo da plataforma, tamanho da rede social, tipo de exposição à informação se relacionam com expressão de desrespeito e comportamentos intolerantes nas plataformas digitais como Facebook, portais de notícia, fóruns organizados pelo Legislativo – por exemplo, consultas públicas e audiências públicas interativas –, Twitter e, mais recentemente, Instagram.

Quadro 3 – Categorias para medir incivilidade e intolerância em análises de conteúdo

Categoria	Detalhamento
Incivilidade (Rossini, 2017)	Linguagem chula ou vulgar
	Ataques pessoais ou linguagem pejorativa a pessoas ou grupos
	Linguagem pejorativa contra políticas e instituições
	Ataque/desqualificação do argumento
	Ataque a forma como o outro se expressa
Foco da incivilidade (Rossini, 2017)	Outros participantes do debate
	Grupos abordados na notícia
	Atores políticos, partidos e instituições
	Minorias
	Jornalista/blogueiro/media
	Povo brasileiro
	Outros (quando o foco não é claro ou não está contemplado na lista, mas há incivilidadena fala)
Desrespeito (Maia e Rezende, 2016)	Linguagem ofensiva

Categoria	Detalhamento
Foco do desrespeito (Maia e Rezende, 2016)	Outros participantes em nível pessoal
	Argumentos apresentados por outros participantes
	Pessoas e grupos relacionados ao conflito em questão
	Ofensas sem um destinatário claramente definido
Intolerância política (Rossini, 2017)	Ataques a liberdades individuais, no sentido de restringir direitos e liberdades de indivíduos ou grupos
	Intolerância em relação a posições políticas e opiniões
	Racismo
	Discriminação de classe
	Discriminação de gênero
	Discriminação sexual
	Intolerância religiosa
	Estereótipos que difamam pessoas ou grupos com a intenção de ofender
	Incitação à violência
Foco da intolerância (Oliveira, 2020)	Intolerância personificada ou coletiva Categoria que abrange comentários que representem ameaças ou ataques à pluralidade democrática, ao convívio social ou as liberdades individuais
	Intolerância a uma ideia

Categoria	Detalhamento
Foco da intolerância (Oliveira, 2020)	"Intolerância" ao intolerante – personificada ou coletiva Esse código diz respeito aos ataques os quais não podem ser chamados como intolerâncias em si. A intolerância diz respeito a pressupostos não democráticos, por exemplo: há a intolerância aos negros, porém, não podemos dizer que existe uma intolerância aos racistas. Por isso, chamamos essa última de "intolerância", Popper (1966)
	"Intolerância" ao intolerante – à ideia

Fonte: Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No capítulo 9, "Métodos em plataformas digitais", discutimos com maior detalhamento essas questões e exemplos de códigos, bem como as possibilidades de coleta, considerações éticas e exemplos de pesquisas sobre comunicação *online*.

Análises de material midiático

Os sistemas dos *media* envolvem práticas entre os profissionais da comunicação e complexas operações para produção de sentido. A depender dos objetivos da pesquisa, o material pode ter origem em uma ou mais empresas de comunicação e incorporar conteúdos com um ou mais formatos (como notícia de jornais diários, de revistas semanais, telejornal etc.); a seleção deve ser feita em conformidade com o quadro teórico-conceitual do desenho da pesquisa e cobrir intervalo de tempo apropriado ao estudo – semanas, anos ou mesmo décadas. A análise de conteúdo pode focalizar o texto jornalístico ou proferimentos em programas televisivos, tipos de enunciadores, expressões discursivas, imagens, entre outros.

Partindo do pressuposto de que os debates públicos são processos que se desdobram ao longo do tempo, diferentes estudos vêm desenvolvendo indicadores para captar distintas dimensões de debates na mídia, dando a ver quem fala, como os proferimentos são reportados e narrados, como se constituem controvérsias na cena pública. (FERREE et al., 2002; MAIA, 2009, 2012; PETERS, 2008; PETERS et al., 2008; RINKE, 2015;

WESSLER, 2008, 2018) Os proferimentos das fontes podem assumir diferentes significados dependendo de sua localização no contexto da notícia. (FERREE et al., 2002; STRÖMBÄCK; ESSER, 2014) Tipicamente, há preponderância de fontes oficiais, porta-vozes do governo e especialistas, mas a composição das fontes pode variar amplamente entre os sistemas de mídia em diferentes países (DIMITROVA; STRÖMBÄCK, 2009; LÜCK et al., 2018; RINKE, 2015; WESSLER, WOZNIAK, HOFER, 2016) e em função dos temas em tela. (PETERS, 2008; PETERS et al., 2008; TRESCH, 2009)

Quem fala?

Para captar quem fala na mídia e como os proferimentos são reportados, a análise de conteúdo torna-se especialmente interessante se o pesquisador categorizar os enunciadores de acordo com seus papéis institucionalmente definidos. (HABERMAS, 2006, 2009; PETERS, 2008) Podemos mencionar as seguintes categorias: (a) agentes do Executivo, (b) do Legislativo, (c) do Judiciário, (d) partidos políticos, (e) especialistas, (f) agentes da mídia, como jornalistas, editores, comentaristas, (g) agentes do mercado e empresários, (h) sociedade civil organizada, (i) intelectuais, artistas e celebridades, (j) agentes religiosos e (k) cidadãos comuns. O tipo de mídia tem implicações cruciais para proceder a codificação dos atores na análise de conteúdo. Em notícias impressas, por exemplo, as declarações das fontes podem ser representadas por meio de citações diretas que preservam as expressões originais ou por meio de citações indiretas. Um único artigo de notícias pode apresentar vozes de vários atores, e as fronteiras entre as vozes dos repórteres e as das fontes podem ser confundidas ou mantidas em vários níveis. (MAIA, 2012, 2018; WESSLER, 2008, 2018) Através da análise de conteúdo pode-se investigar a composição de falantes em diferentes seções dos jornais – editoriais, matérias de opinião, reportagens, entrevistas e notícias – e examinar estratégias para estabelecer a hierarquia de interpretações. (BENNETT et al., 2004; FERREE et al., 2002; MAIA, 2012, 2018)

O que se fala nos media?

A análise de conteúdo é também valiosa para investigar expressões discursivas nos *media*, para melhor compreender os valores, os interesses, os vocabulários e as performances de diferentes categorias de falantes na cena pública. Conceder atenção analítica às hierarquias e desigualdades

sociais ou aos jogos de interesse ajuda a esclarecer como os conflitos sociais são configurados publicamente. O DQI (STEENBERGEN et al., 2003; STEINER, 2012; STEINER et al., 2004) também oferece algumas diretrizes nessa área para examinar a estrutura das justificativas – sua conexão lógica e seu nível de completude – e se o conteúdo de razões se refere ao bem comum, a questões legais, a interesses de grupo ou a princípios abstratos, como indicado acima. Em estudos prévios, incluímos também uma lista de argumentos favoráveis e contrários no livro de códigos para mapear o espaço discursivo com mais detalhes. (CHOUCAIR, 2018; CUNHA, 2022; DE PAULA, 2019; FERREE et al., 2002; HAUBER, 2015, 2021; MAIA, 2009, 2012) Pode-se codificar os tipos de evidências apresentadas em argumentos (por exemplo, empíricas, estatísticas, resultados de pesquisas e evidências legais) e tipos de garantias (por exemplo, condicionais, analogias, baseadas em valores, meta-propostas) (ADAMS, 2014; KARPOWITZ; RAPHAEL, 2014; MAIA et al., 2020) – como será explicado no próximo capítulo.

Como o espaço das razões nos media se desenvolve?

A aplicação da análise de conteúdo em material midiático permite mapear o espaço de controvérsias públicas e como os falantes apresentam e reconstroem seus discursos, alteram ênfases ou reequilibram as suas posições em interação com outros participantes na cena pública. Como estratégia analítica, o pesquisador pode focalizar processos de reciprocidade em larga escala, *id est*, respostas mútuas entre as categorias de falantes ou de fontes com pontos de vista conflitantes. Isso pode ser feito através da identificação de referências explícitas que os enunciadores ou agentes fazem a outros, se os atores reagem ou ignoram outros atores e/ou se fazem referência explícita aos argumentos uns dos outros. (HÄUSSLER, 2018; MAIA, 2009, 2012) No nível agregado, é possível examinar se determinados discursos se fortalecem, tornam-se mais relevantes ou mais amplamente adotados ou se eles perdem saliência, isto é, tornam-se menos frequentes e mais periféricos ao longo do tempo. (FERREE et al., 2002; HÄUSSLER, 2018; MAIA, 2009, 2012; SARAISKY, 2015; SCHNEIDER, 2008) Os pesquisadores também podem examinar processos de reflexividade em larga escala – concebidos como dinâmicas que indicam se (ou até que ponto) os participantes reavaliam ou modificam suas opiniões e seus argumentos. Quando as expressões discursivas são examinadas longitudinalmente (através de anos ou mesmo décadas), relações de conflito ou relações de cooperação na cena pública se tornam aparentes.

As pesquisas empíricas baseadas na análise de conteúdo – ao investigar não só de quem se fala nos *media* ou o que se fala, mas, também, as alterações nas expressões discursivas ao longo do tempo – fornecem importantes pistas de análises com perspectiva macro: processos de justificação e relações entre atores e instituições (FERREE et al., 2002; HÄUSSLER, 2018; MAIA, 2009, 2012, 2014), correlações com silenciamento em público e formação de preferências (NERLICH; JASPAL, 2013), dinâmicas dos meios massivos, como parte do ambiente híbrido e interconectado que media, que moldam as controvérsias públicas. (HÄUSSLER, 2018; MAIA, 2012; WESSLER; RINKE; LÖB, 2016)

Momentos Transformadores da Deliberação

Na primeira parte desta seção, tratamos primordialmente de esquemas de codificação em pesquisas de natureza quantitativa. Nesta parte, exploramos outro esquema de codificação para análise de conteúdo, de natureza qualitativa, chamado DTM, desenvolvido em coautoria com Jürg Steiner, Maria Clara Jaramillo e Simona Mameli. (JARAMILLO; STEINER, 2019; STEINER et al., 2017) Esse esquema metodológico permite observar diferentes modalidades de interação em discussões em grupo. A premissa básica é a de que as discussões não são uniformes do início ao fim, e momentos de engajamento com considerações refletidas, escuta atenta e reciprocidade se alternam com momentos de dispersão, desrespeito ou inatenção dos participantes. Afinal, as discussões não acontecem de modo estático, mas sim são construídas pelos participantes de maneira dinâmica num contexto relacional. Diferentemente do DQI – em que cada proferimento é tomado como unidade de análise para examinar a ocorrência das propriedades da deliberação (como o nível de justificação, a presença/ausência de respeito, a reciprocidade etc.) –, aqui importa examinar os efeitos dos proferimentos na discussão coletiva.

O DTM focaliza sobretudo as relações no fluxo da discussão. O proferimento não é analisado de maneira isolada (como no DQI), mas sim em relação ao ato de fala anterior. Os participantes, ao se expressarem, se aproximam das normas deliberativas? Essa modalidade de interação se mantém? O método DTM permite classificar os atos de fala em quatro categorias, como pode-se ver no Quadro 4. O esquema analítico do DTM permitiu-nos desenvolver análises diversas em estudos com diferentes propósitos. (MAIA et al., 2020; STEINER et al., 2017)

Quadro 4 – Esquema de codificação de Momentos Transformadores da Deliberação

DTM	Descrição
DTM 1 o proferimento mantém o nível de engajamento deliberativo alto.	Esta categoria é usada se o proferimento anterior estava em alto nível de deliberação e o proferimento atual continua nesse nível.
DTM 2 o proferimento promove o declínio da deliberação.	Esta categoria é usada se o proferimento anterior estava em alto nível de deliberação e o proferimento atual transforma a discussão em um baixo nível de deliberação.
DTM 3 o proferimento mantém o nível de deliberação baixo.	Esta categoria é usada se o proferimento anterior estava em baixo nível de deliberação e o proferimento atual continua nesse nível.
DTM 4 o proferimento reconstrói o engajamento deliberativo.	Esta categoria é usada se o proferimento anterior estava em baixo nível de deliberação e o proferimento atual transforma a discussão em um alto nível de deliberação.

Fonte: Maia e demais autores. (2020).

Para fins operacionais, considera-se que o ato de fala permanece em um alto nível de deliberação quando a prática da discussão é inclusiva e a oportunidade de articular diversas opiniões está disponível, os participantes demonstram respeito uns para com os outros e trocam argumentos e estórias pessoais, sendo que a discussão se mantém dentro do tema em questão. (MAIA et al., 2020; STEINER et al., 2017) No entanto, nem todos esses requisitos precisam ser atendidos simultaneamente. Por exemplo, mesmo que um ato de fala seja breve, não apresente considerações elaboradas e nem justificações, o nível de deliberação permanece alto enquanto permanecer dentro do tópico e houver esforço cooperativo de comunicação respeitosa e recíproca. O ato de fala transforma a deliberação de alto nível para baixo quando o processo discursivo é interrompido, por exemplo, através de insultos ou expressões de desrespeito aos outros participantes ou às suas posições, expressões que fecham o espaço para outros expressarem suas opiniões livremente e expressões que produzem coerção ou dominação. Essa categoria também inclui desvios do tópico proposto,

de modo a alterar completamente o foco da discussão. O ato de fala permanece em baixo nível de deliberação quando o engajamento deliberativo não é restaurado. Por fim, o ato de fala transforma a deliberação de baixo para alto nível (STEINER et al., 2017) quando os participantes reconstituem as interações deliberativas e retomam produtivamente a discussão, por exemplo, ao apresentar bons argumentos ou considerações com sínteses ou experiências que suscitam o interesse das pessoas, vocalizar novas propostas para fazer avançar a discussão ou para resolver impasses, recomendar o retorno ao tópico em discussão etc.

O DTM oferece uma imagem mais holística do processo de discussão subdividido em quatro circunstâncias ou momentos: de alta deliberatividade, de ausência de deliberatividade, de transformação de alto nível de deliberatividade para baixo nível, de transformação de baixo nível para alto nível (ver Quadro 4). A codificação baseia-se em um livro de códigos e segue os procedimentos da análise de conteúdo para treinamento e teste de confiabilidade. Esse esquema analítico foi utilizado para investigar discussões face a face com membros de grupos altamente divididos, ou seja, paramilitares e ex-guerrilheiros na Colômbia, moradores de favela e policiais no Brasil e grupos étnicos na Bósnia e Herzegovina. Os participantes foram convidados a discutir sobre como alcançar uma cultura de paz. As discussões foram transcritas e codificadas em conformidade com o esquema do DTM. A análise buscou demonstrar os impactos de expressões discursivas (justificativas, histórias pessoais, humor e sarcasmo, silêncio) na dinâmica nos quatro momentos de deliberatividade (alta, baixa, transformação de alto/baixo e de baixo/alto) e examinou ainda como líderes ajudam ou perturbam o engajamento deliberativo nas discussões em grupos. (STEINER et al., 2017) Em outro estudo, aplicamos o DTM para investigar a relação entre o provimento de razões e histórias pessoais em discussões *online* sobre a redução de maioridade em portais de notícia, Facebook e fóruns digitais para participação dos cidadãos em audiências públicas em casas legislativas. (MAIA et al., 2020; MAIA et al., 2021)

Aplicação da análise de conteúdo em pesquisas

Nas seções anteriores, indicamos que a análise de conteúdo pode ser empregada em diferentes tipos de material, temáticas e contextos. Os pesquisadores elaboram o próprio livro de códigos – ou adaptam esquemas de codificação de estudos correlatos – em conformidade com os objetivos

do estudo. Apresentamos a seguir dois exemplos de aplicação. O primeiro aborda o uso da análise de conteúdo para investigar um debate nos *media*, focalizando o referendo do desarmamento, que ocorreu em 2005. (MAIA, 2006) O segundo analisa o atravessamento entre deliberação e lutas por reconhecimento através do debate sobre a escolha por uma via de nascimento em comentários em páginas de portais de notícia no Facebook. (DE PAULA, 2019)

Exemplo 1

O primeiro exemplo emprega análise de conteúdo para investigar a dinâmica do debate público em matérias jornalísticas sobre o referendo do desarmamento (MAIA, 2006, 2009) que, em 23 de outubro de 2005, levou mais de 95 milhões de cidadãos às urnas para responder à questão: "o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Na época, pesquisas de opinião indicavam que mais de 80% da população apoiava o desarmamento. Entretanto, houve uma inversão da preferência popular dentro do período de poucas semanas de campanhas das frentes, que levou à vitória do "não" no referendo, com ampla margem de votos. Essa vitória, apontamos, resulta da conjunção de diversos fatores, como as estratégias publicitárias adotadas, a atuação das lideranças dos movimentos sociais, a conjuntura política e fatores técnicos do próprio referendo, como normas eleitorais e a elaboração da pergunta. Nesse contexto, buscamos investigar o debate midiático e os argumentos utilizados pelos representantes políticos e demais atores em favor do "sim" (Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas) e do movimento do "não" (Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa). Foram analisadas 90 matérias de pesquisas jornalísticas de dois jornais diários e duas revistas semanais. O estudo definiu como unidade de análise as citações diretas e indiretas no corpo das matérias jornalísticas. Os eixos de análise foram estruturados para observar os seguintes aspectos: (i) utilização de fontes, (ii) caracterização dos atores sociais, (iii) utilização de argumentos crítico-racionais, (iv) reciprocidade e responsividade e (v) reflexividade ou a reversibilidade de opiniões. Além disso, buscamos também identificar as fontes das matérias pelos seguintes códigos: (a) representantes do Poder Executivo, (b) representantes do Poder Judiciário, (c) representantes do Poder Legislativo.

Os resultados encontrados demonstram que os adeptos da frente do "sim", apoiados pelo então presidente da República e agentes do Poder

Executivo, tiveram amplo suporte de representantes do Poder Legislativo e membros do Judiciário, contavam com apoio de movimentos sociais organizados, Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Igreja Católica; e, ainda, praticamente a totalidade de especialistas e criminólogos ouvidos como fonte apoiava o desarmamento. A frente do "não" era sustentada por poucos parlamentares e representantes da indústria de armas. A frente do "sim" iniciou o debate com apenas dois argumentos, numa perspectiva unidimensional moral a favor da paz e contra a violência, enquanto a frente do "não" abriu o debate questionando os direitos públicos e privados, contestando a eficácia das políticas públicas de controle da violência urbana e protestando contra os efeitos da proibição de armas sobre cidadãos de distintas classes sociais, sobretudo da classe média. Com isso, esse grupo desencadeou o debate em um terreno complexo, impondo a necessidade da frente do "sim" de contra-argumentar e trazer a público novas informações, evidências e conclusões. O alinhamento na frente do "sim" entre as fontes oficiais do governo e as elites políticas – de especialistas e dos movimentos sociais – e o esforço para apresentar e rever razões em público não foram suficientes para assegurar sucesso. Os cidadãos escolheram através do referendo não proibir o comércio de armas de fogo e munição no Brasil. Esse estudo ajuda a ilustrar as dinâmicas discursivas sobre um tema controverso, focalizando justificativas oferecidas por diferentes atores em matérias jornalísticas – dando a ver o repertório de justificativas, a reação de atores ao que foi dito por outros, processos que se desdobram em novas explicações e avaliação na própria cena pública.

Exemplo 2

O segundo trabalho que exemplifica a aplicação de análise de conteúdo é a dissertação de mestrado intitulada *A quem pertence o parto? Lutas por reconhecimento, deliberação e autonomia na decisão por uma via de nascimento.* (DE PAULA, 2019) Nessa pesquisa, investigamos como as pessoas defendem suas posições e como percebem as violações das esferas de reconhecimento nas defesas pelo parto normal e pelo parto cirúrgico. O estudo parte do contexto de alto índice de cesáreas eletivas[3] e de

3 Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2019), no Brasil, cerca de 55% dos nascimentos realizados são via cesárea. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o índice não ultrapasse 15%.

violência obstétrica no Brasil[4] e é centrado na repercussão da Resolução Normativa (RN) nº 2.144/2016 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que vetava o agendamento de cesáreas eletivas antes de 39 semanas completas de gestação. Defendemos que, independentemente da predileção apresentada, a autonomia é constituída por meio dos embates dialógicos, da informação adquirida e da autorrealização dos sujeitos, de modo a utilizar a teoria deliberativa (HABERMAS, 1997) – especialmente nos estudos de sistema deliberativo (MANSBRIDGE, 1999) e de conversações cotidianas (MANSBRIDGE, 2009) – e as lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003) como referenciais teóricos.

Assim, analisamos nesse trabalho os diferentes atores, argumentos e dimensões do reconhecimento que foram acionados na reverberação da RN nº 2.144/2016 do CFM por meio de histórias e justificativas apresentadas em comentários nas páginas de portais de notícia no Facebook entre junho e dezembro de 2016. A análise de conteúdo foi baseada numa adaptação do DQI (STEINER et al, 2004), numa lista de argumentos embasada pela pesquisa Nascer no Brasil (FIOCRUZ, 2014) e no livro de códigos formulado por Vanessa Oliveira (2017), fundamentado nas lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003), acrescido de variáveis construídas para compreensão da autonomia. Ao todo, elaboramos 15 categorias analíticas, sendo oito relacionadas ao DQI, uma para identificar os argumentos e seis relativas às lutas por reconhecimento e autonomia. As categorias são: (1) relevância do comentário, (2) gênero do falante, (3) fonte, (4) tipo de comentário, (5) conteúdo da justificação, (6) nível de justificação, (7) crítica ou elogio à RN nº 2.144/2016, (8) preferência por uma via de nascimento, (9) argumentos utilizados, (10) história de vida pessoal, (11) função da história, (12) priorização da autonomia, (13) violação da integridade física da mulher, (14) privação de direitos da mulher e (15) violações à estima social da mulher.

Após a codificação de todo o *corpus* em cada uma das categorias analíticas propostas, foi possível realizar a análise quantitativa do material. Todos os dados foram cruzados com as categorias gênero do falante e preferência por uma via de nascimento explicitada, visando estabelecer as correlações existentes e evidenciar as razões que podem influenciar na argumentação e na compreensão de danos durante o processo de parto e nascimento.

Nesse aspecto, é relevante destacar os nossos esforços em operacionalizar as lutas por reconhecimento e relacioná-las com as trocas

4 Um em cada quatro nascimentos no Brasil tem violência obstétrica. (FIOCRUZ, 2014)

argumentativas. Como já mencionado anteriormente, nos inspiramos no trabalho de Vanessa Oliveira – que é melhor apresentado no capítulo 5, sobre histórias de vida e testemunhos – e sistematizamos, no livro de códigos, as violações identificadas na defesa pelos partos normal e cirúrgico de acordo com as esferas propostas por Axel Honneth (2003). Na esfera do amor, foram identificadas as violências obstétricas físicas, os danos permanentes à integridade física e os óbitos maternos e dos bebês. Na esfera dos direitos, foram incluídas a negação do direito de escolha por uma via de nascimento e dos direitos durante o parto, como o direito a um acompanhante. Enfim, na esfera da estima social, foram sublinhadas as ofensas e estigmatização sofridas durante o processo de parto, além da não valorização da mulher como "boa mãe" por conta da via de nascimento vivenciada.

Ao cruzar a preferência por uma via de nascimento com essas categorias referentes às lutas por reconhecimento, bem como com as categorias relacionadas ao tipo de justificação, função das histórias de vida, foi possível identificar que a defesa dos partos normais é associada às justificações ético-morais (58,2%), às histórias de vida com função de esclarecimento (77,6%) e ao reconhecimento da privação de direitos (54,8%), enquanto a preferência pelas cesarianas é relacionada às justificações afetivas (55,7%), às histórias de vida que divulgam danos (52,3%) e à percepção de que sofreram violações à integridade física (72%). De outra forma, à luz desse trabalho é possível perceber que enquanto os partos normais são vistos como um ideal para realização do que seria a melhor maternagem, as cesarianas apresentam-se como uma forma segura de dar à luz e evitar violências. Para além, a dissertação fornece insumos para a observação de que a escolha por uma via de nascimento é muitas vezes resumida por uma escolha entre uma cesárea ou um parto normal violento e doloroso, de modo a problematizarmos se essa poderia ser efetivamente uma escolha autônoma.

Logo, com as duas pesquisas trazidas de exemplo neste capítulo, pode-se verificar que por meio dos dados quantitativos alcançados através da análise de conteúdo é possível fazer observações qualitativas e entender, mais do que as razões apresentadas pelas pessoas para justificar suas preferências, quais seriam as percepções que atravessam esses posicionamentos e que, portanto, influenciam no exercício decisório.

Aplicação do método em práticas profissionais da comunicação

Como demonstrado neste capítulo, a análise de conteúdo é uma técnica ancorada em um rigor metodológico, ao mesmo tempo em que pode ser adaptada para diferentes tipos de situações de pesquisa. A versatilidade da análise de conteúdo, em grande parte, é decorrente da oportunidade de o próprio pesquisador ou profissional ser o responsável por criar as categorias por meio das quais o material empírico será analisado. Diante dessas possibilidades, a análise de conteúdo tem sido muito utilizada no campo da comunicação e política, tanto acadêmico quanto profissional.

A principal vantagem da análise de conteúdo para o campo profissional da comunicação é ser uma ferramenta que possibilita o monitoramento sistemático de qualquer atividade, processo, ação estratégica, comportamento de público, dentre outros. Para os profissionais que atuam na equipe de comunicação de empresas privadas, órgãos públicos ou terceiro setor, a análise de conteúdo se torna uma ferramenta eficaz e confiável para, por exemplo, a produção de relatórios analíticos sobre a satisfação e características de engajamento do público, imagem pública e avaliações de ações estratégicas. Categorias como tipo e alvo de reclamações e elogios podem ser combinadas e cruzadas em uma análise que permita o planejamento de ações de comunicação a curto e longo prazo. Esse monitoramento e posterior relatório pode ter como base a coleta de informações em materiais das redes sociais e outros canais de comunicação, como *e-mail* e telefone, uma vez que a análise de conteúdo pode ser aplicada tanto para análise de interações *online* quanto face a face.

Assim como em pesquisas acadêmicas, também pode ser interessante aplicar a análise de conteúdo para análise de material midiático em ampla escala, produzido pelos *media* de massa. No caso de empresas de grande porte e órgãos de governo, que possuem certa visibilidade, é importante monitorar a imagem externa, o resultado de anúncios veiculados nos meios de comunicação e também o impacto de possíveis ações relacionadas ao gerenciamento de crise. Quais tipos de notícias têm sido veiculados sobre a empresa? Como tem repercutido determinada ação de comunicação? Perguntas como essas podem ser respondidas por meio da análise de conteúdo de materiais coletados nos *media* de massa. Por fim, organizações do terceiro setor podem monitorar como temas relacionados à sua

atuação são abordados pelos *media* de massa e, assim, planejar estratégias de atuação, como sugestões de pauta à imprensa e incidência política.

Referências

ADAMS, B. E. Reason-Giving in deliberative forums. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 1-26, 2014.

ALTHEIDE, D. L.; SCHNEIDER, C. J. *Qualitative media analysis*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2017.

ARAGÓN, P.; GÓMEZ, V.; KALTENBRUNNER, A. To thread or not to thread: the impact of conversation threading on online discussion. *In*: INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEB AND SOCIAL MEDIA, 11., 2017, Montreal. *Proceedings [...]*. Montreal: ICWSM, 2017.

ARANTES, L. M. de O. *"TARIFA ZERO É MAIS"*: a construção do argumento no debate sobre mobilidade urbana pelo movimento Tarifa Zero. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ASENDORPF, J. B. *et al*. Replication is more than hitting the lottery twice. *European Journal of Personality*, [*s. l.*], v. 27, n. 2, p. 138-138, 2013.

BÄCHTIGER, A. *et al*. The deliberative dimensions of legislatures. *Acta Politica*, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 225-238, 2005.

BÄCHTIGER, A. A preface to studying deliberation empirically. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 657-662.

BÄCHTIGER, A.; PARKINSON, J. *Mapping and measuring deliberation*: towards a new deliberative quality. Oxford, UK: Oxford University Press, 2019.

BAEK, Y. M.; WOJCIESZAK, M.; CARPINI, M. X. D. Online versus face-to--face deliberation: Who? Why? What? With what effects? *New media & society*, [*s. l.*], v. 14, n. 3, p. 363-383, 2012.

BENNETT, W. L. *et al*. Managing public sphere: journalistic construction of the great globalization debate. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 54, n. 3, p. 437-454, 2004.

BERELSON, B. *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press, 1952.

BERELSON, B.; JANOWITZ, M. *Reader in public opinion and communication.* New York; London: Free Press, 1966.

BURKHALTER, S.; GASTIL, J.; KELSHAW, T. A conceptual definition and theoretical model of public deliberation in small face-to-face groups. *Communication Theory*, [*s. l.*], v. 12, n. 4, p. 398-422, 2002.

BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. Introdução à inferência estatística. *In*: BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 261-268.

CAMELO, P. H. B. *Escola em disputa*: o espaço de razões e a sala de aula em tempos de Escola Sem Partido. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CHOUCAIR. T. dos S. *Enquadramentos no sistema deliberativo*: a discussão sobre o aborto no contexto do projeto de lei 5069. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CHOUCAIR, T. dos S. *Reciprocidade e polarização: reciprocidade e polarização*: as estruturas, as atitudes e os discursos das discussões em páginas públicas do Facebook. 2022. 234 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CHOUCAIR, T. dos S.; MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Deliberation across arenas: why frame analysis matters in a systemic approach to deliberation. *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 25., 2018, Brisbane. *Proceedings [...]*. Brisbane: IPSA, 2018.

CONOVER, P. J.; MILLER, P. R. Taking everyday political talk seriously. BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 378-391.

CUNHA, L. S. I. *Deliberação sobre o pacote anticrime*: democracia e direitos humanos na troca de razões de grupos opositores. 2022. 187 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

DE PAULA, Julia. *A quem pertence o parto?* Lutas por reconhecimento, deliberação e autonomia na decisão pela via de nascimento. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

DIENLIN, T. *et al*. An agenda for open science in communication. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 71, n. 1, p. 1-26, 2021.

DIMITROVA, D. V.; STRÖMBÄCK, J. Look who's talking: use of sources in newspaper coverage in Sweden and the United States. *Journalism Practice*, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 75-91, 2009.

DRYZEK, J. S.; HENDRIKS, C. M. Fostering deliberation in the forum and beyond. *In*: FISCHER, F.; GOTTWEIS, H. (ed.). *The argumentative turn revisited*. Durham: Duke University Press, 2012. p. 31-57.

ESAU, K.; FRIESS, D.; EILDERS, C. Design matters! An empirical analysis of online deliberation on different news platforms. *Policy & Internet*, [*s. l.*], v. 9, n. 3, p. 321-342, 2017.

ESSER, F. Dimensions of political news cultures: sound bite and image bite news in France, Germany, Great Britain, and the United States. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 13, n. 4, p. 401-428, 2008.

FERREE, M. M. *et al*. *Shaping abortion discourse*: democracy and the public sphere in Germany and the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FISHKIN, J. S. *Democracy when the people are thinking*: revitalizing our politics through public deliberation. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Nascer no Brasil*: Sumário executivo temático da pesquisa. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. Disponível em: http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/wp-content/uploads/2014/11/sumario_executivo_nascer_no_brasil.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

GASTIL, J. *et al*. Assessing the Electoral Impact of the 2010 Oregon Citizens' Initiative Review. *American Politics Research*, [*s. l.*], v. 46, n. 3, p. 534-563, 2018.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

GRAHAM, T.; WITSCHGE, T. Search of online deliberation: towards a new method for examining the quality of online discussions. *Communications:* The European Journal of Communication Research, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 173-204, 2003.

GUNTER, B. *Media research methods*: measuring audiences, reactions and impact. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2000.

HABERMAS, J. The European nation state. Its achievements and its limitations. On the past and future of sovereignty and citizenship. *Ratio juris*, v. 9, n. 2, p. 125-137, 1996.

HABERMAS, J. *Teoría y praxis*: estudios de filosofía social. Madrid: Tecnos, 1997.

HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, [*s. l.*], v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006.

HABERMAS, J. *Europe*: the faltering project. Cambridge: Polity Press, 2009.

HABERMAS, J. *Direito e democracia*: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. *Comparing media systems*: three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. (ed.). *Comparing media systems beyond the Western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HAUBER, G. *O papel das emoções na deliberação*: o debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

HAUBER, G. *Conversação sobre violência no Brasil*: emoções e demandas por punição em casos de feminicídios e atos infracionais. 2021. 168 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HÄUSSLER, T. *The Media and the Public Sphere*: a deliberative model of democracy. New York, NY: Routledge, 2018.

HIJMANS, E. Logic for qualitative media content analysis: a typology. *Communications*, [*s. l.*], v. 21, p. 93-108, 1996.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

JARAMILLO, M. C.; STEINER, J. From discourse quality index to deliberative transformative moments. *In*: ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. (ed.). *Handbook of democratic innovation and governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 527-539.

JARAMILLO, M. C.; STEINER, J. Deliberative transformative moments: a new concept as amendment to the discourse quality index. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 1-22, 2020.

KARPOWITZ, C. F.; MENDELBERG, T. *The silent sex*: gender, deliberation, and institutions. Princeton: Princeton University Press, 2014.

KARPOWITZ, C. F.; RAPHAEL, C. *Deliberation, democracy, and civic forums*: improving equality and publicity. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

KIES, R. *Promises and limits of Web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KRIPPENDORFF, K. Recollections of Heinz von Foerster, a rhetorical genius. *Cybernetics & Human Knowing*, [*s. l.*], v. 10, n. 3-4, p. 195-196, 2003.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis*: an introduction to its methodology. 2. ed. London: Sage Publications, 2004.

KRIPPENDORFF, K. Design research, an oxymoron? *In*: MICHEL, R. *Design research now*: essays and selected projects. Basel [Suíça]: Birkhäuser, 2012. p. 67-80.

LÜCK, J. *et al*. Journalist–source relations and the deliberative system: a network performance approach to investigating journalism's contribution to facilitating public deliberation in a globalized world. *International Communication Gazette*, [*s. l.*], v. 80, n. 6, p. 509-531, 2018.

LYCARIÃO, D.; WOZNIAK, A. The prism of the public sphere: the COP15 coverage by the Brazilian media system. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 13, n. 1, p. 1-27, 2017.

MAIA, R. C. M. A dinâmica da deliberação: indicadores do debate midiado sobre o referendo do desarmamento. *Contemporânea*, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 13-42, 2006.

MAIA, R. C. M. Mediated deliberation: the 2005 referendum for banning firearm sales in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 14, n. 3, p. 313-334, 2009.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. *Journal of Computer-Mediated Communication*, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 121-139, 2016.

MAIA, R. C. M. *et al*. Authority and deliberative moments: assessing equality and inequality in deeply divided groups. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 1-32, 2017.

MAIA, R. C. M. *et al*. Deliberation across a space of reasons: assessing epistemic changes in group discussions. *Human Communication Research*, [*s. l.*], v. 44, n. 4, p. 399-426, 2018.

MAIA, R. C. M.; HAUBER, G. The emotional dimensions of reason-giving in deliberative forums. *Policy Sciences*, [*s. l.*], v. 53, n. 1, p. 33-59, 2020.

MAIA, R. C. M. *et al*. Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation? Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums. *European Political Science Review*, [*s. l.*], v. 12, n. 2, p. 113-132, 2020.

MAIA, R. C. M. *et al*. Authority and deliberative moments: assessing equality and inequality in deeply divided groups. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 1-32, 2020.

MAIA, R. C. M. *et al*. What kind of disagreement favors reason-giving? Analyzing online political discussions across the broader public sphere. *Political Studies*, [*s. l.*], v. 69, n. 1, p. 108-128, 2021.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in the deliberative system. *In*: MACEDO, S. (ed.). *Deliberative Politics*: essays on democracy and disagreement. New York: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.

MANSBRIDGE, J. A "selection model" of political representation. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 17, n. 4, p. 369-398, 2009.

MANSBRIDGE, J. *et al*. A systemic approach to deliberative democracy. *In*: PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. (ed.). *Deliberative systems*: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.

MENDELBERG, T.; KARPOWITZ, C. F.; OLIPHANT, J. B. Gender inequality in deliberation: unpacking the black box of interaction. *Perspectives on Politics*, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 18-44, 2014.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. Deliberação on-line em consultas públicas? O caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *In*: MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. (org.). *Deliberação online no Brasil*: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação. Salvador: Edufba, 2016. p. 82-166.

MIOLA, E. *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados*: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NATIONAL ACADEMIES OFS SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. *Reproducibility and Replicability in Science*. Washington, DC: The National Academies Press, 2019.

NERLICH, B.; JASPAL, R. UK media representations of carbon capture and storage: actors, frames and metaphors. *Metaphor and the social world*, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 35-53, 2013.

NEUENDORF, K. A. Defining content analysis. *In*: NEUENDORF, K. A. *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2002. p. 1-25.

NEUENDORF, K. A. *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2017.

O'CONNOR, C. 'Appeals to nature' in marriage equality debates: a content analysis of newspaper and social media discourse. *British Journal of Social Psychology*, [*s. l.*], v. 56, n. 3, p. 493-514, 2017.

OLIVEIRA, V. V. de. *Direitos Humanos e suas justificativas na mídia*: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, V. V. de. Desafios para o avanço dos direitos humanos no Brasil: uma análise das justificações no debate mediado em torno do caso do PNDH-3. *Revista Compolitica*, [*s. l.*], v. 2, n. 4, p. 155-184, 2014.

OLIVEIRA, V. V. de. *Mídia, memória pública e comissão da verdade no Brasil*: a luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento. 2017. 198 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PAGE, B. I. The mass media as political actors. *Political Science & Politics*, [*s. l.*], v. 29, n. 1, p. 20-24, 1996.

PATTERSON, T. The news as a reflection of public opinion. *In*: DONSBACH, W.; TRAUGOTT, M. W. (ed.). *The SAGE handbook of public opinion research*. London: SAGE Publications, 2008. p. 34-40.

PETERS, B. G. Governance and public bureaucracy: new forms of democracy or new forms of control? *Asia Pacific Journal of Public Administration*, [*s. l.*], v. 26, n. 1, p. 3-15, 2004.

PETERS, B. G. Os dois futuros do ato de governar: processos de descentralização e recentralização no ato de governar. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 59, n. 3, p. 289-307, jul./set. 2008.

PETERS, B. *et al*. Red biotechnology in media debate. *In*: WESSLER, H. (ed.). *Public deliberation and public culture*: the writings of Bernhard Peters (1993-2005). New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 160-184.

PFETSCH, B.; ESSER, F. (ed.). *Comparing political communication*: theories, cases, and challenges. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PFETSCH, B.; ESSER, F. Political communication in comparative perspective: key concepts and new insights. *In*: REINEMANN, C. (ed.). *Political communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2014. p. 87-106.

QUIRK, P.; BENDIX, W.; BÄCHTIGER, A. Institutional deliberation. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018.

RIFFE, D. *et al*. *Analyzing media messages*: using quantitative content analysis in research. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019.

RINKE, E. M. Mediated deliberation. *In*: MAZZOLENI, G (ed.). *The international encyclopedia of political communication*. Boston: Wiley-Blackwell, 2015. p. 813-826.

ROSSINI, P. G. da C. Conversação política, incivilidade e intolerância em ambientes digitais. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROSSINI, P. G. da C. Beyond incivility: understanding patterns of uncivil and intolerant discourse in online political talk. *Communication Research*, [*s. l.*], v. 49, n. 3, p. 399-425, 2020.

ROSSINI, P. G. da C.; MAIA, R. C. M. Characterizing disagreement in online political talk: examining incivility and opinion expression on news websites and Facebook in Brazil. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p. 90-104, 2021.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. *Análise de conteúdo categorial*: manual de aplicação. Brasília, DF: Enap, 2021.

SARAISKY, N. G. *The politics of international large-scale assessment*: The Programme for International Student Assessment (PISA) and American education discourse, 2000-2012. 2015. 268 f. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Executive Committee of the Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2015.

SCHMITT-BECK, R.; GRILL, C. From the Living Room to the Meeting Hall? Citizens' Political Talk in the Deliberative System. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 37, n. 4, p. 832-851, 2020.

SCHNEIDER, S. United in protest? The European struggle over genetically modified food. *In*: WESSLER, H. *et al.* (ed.). *Transnationalization of public spheres*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 131-167.

STEENBERGEN, M. R. *et al*. Measuring political deliberation: a discourse quality index. *Comparative European Politics*, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 21-48, 2003.

STEINER, J. *et al*. *Deliberation across deeply divided societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

STEINER, J. *et al*. *Deliberative politics in action*: crossnational study of parliamentary debates. Cambridge: Cambridge University, 2004.

STEINER, J. *The foundations of deliberative democracy*: empirical research and normative implications. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 365-377.

STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation: theory and practice in virtual. Mini-Publics. *In*: GRÖNLUND, K.; BACHTIGER, A.; SETALA, M. (ed.). *Deliberative mini-publics*: involving citizens in the democratic process. Colchester: ECPR Press, 2014. p. 93-113.

STRÖMBÄCK, J.; ESSER, F. Introduction: making sense of the mediatization of politics. *Journalism Practice*, [*s. l.*], v. 8, n. 3, p. 245-257, 2014.

STROMER-GALLEY, J. Political discussion and deliberation online. *In*: KENSI, K.; JAMIESON, K. H. (ed.). *The Oxford handbook of political communication*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 837-850.

STROMER-GALLEY, J.; MARTEY, R. M. The digital dollhouse: context and social norms in The Sims Online. *Games and Culture*, [*s. l.*], v. 2, n. 4, p. 314-334, 2007.

TOULMIN, S. E. *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TRESCH, Anke. Politicians in the media: determinants of legislators' presence and prominence in Swiss newspapers. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 14, n. 1, p. 67-90, 2009.

VIANNA, R. C. *A violência institucional na assistência ao parto sob a perspectiva da mulher [dissertação]*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

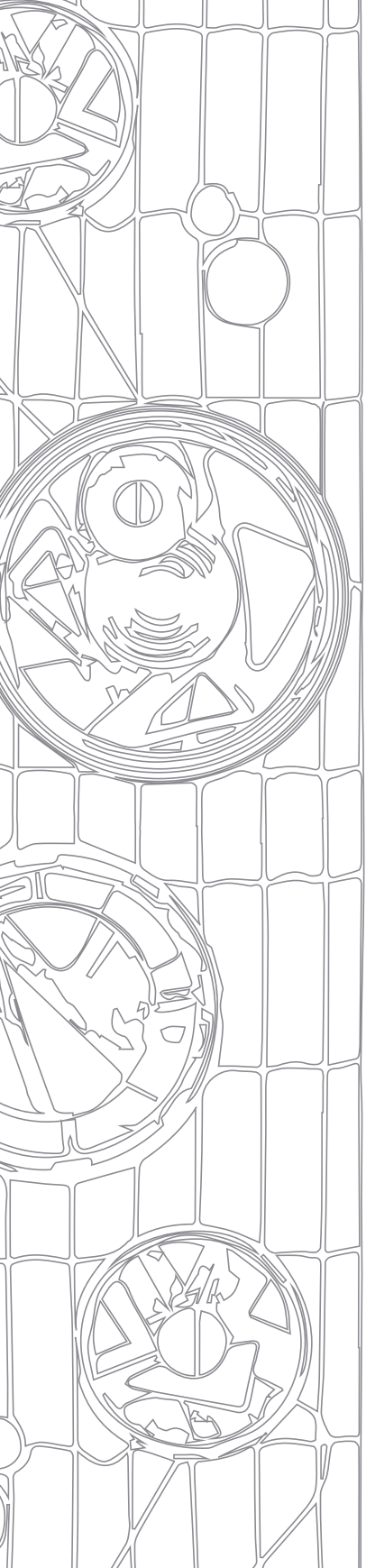
WESSLER, H. *et al*. *Transnationalization of public spheres*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

WESSLER, H.; RINKE, E. M. Deliberative performance of television news in three types of democracy: insights from the United States, Germany, and Russia. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 64, n. 5, p. 827-851, 2014.

WESSLER, H. *et al*. Global multimodal news frames on climate change: a comparison of five democracies around the world. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 21, n. 4, p. 423-445, 2016.

WESSLER, H.; RINKE, E. M.; LÖB, C. Should we be Charlie? A deliberative take on religion and secularism in mediated public spheres. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 66, n. 2, p. 314-327, 2016.

WURFF, R. V. D.; VERHOEVEN, P.; GADELLAA, M. Scientists and deliberativeness of European public television news. *Journal of Science Communication*, [*s. l.*], v. 12, n. 3, p. A02, 2013.



Análise de conteúdo integrada

Rousiley C. M. Maia
Leonardo Santa Inês
Edna Miola
Guilherme Marques

Introdução

Uma das perspectivas teórico-metodológicas que problematizam a complexidade do debate público é a chamada abordagem sistêmica da deliberação. Trata-se de entender as trocas comunicativas no sistema político considerando seus espaços formais e informais, dos quais tomam parte múltiplos atores com funções políticas diferenciadas. (BÄCHTIGER; PARKINSON, 2019; CHAMBERS, 2017; CURATO; HAMMOND; MIN, 2019; DRYZEK; HENDRIKS, 2012; HENDRIKS; ERCAN; BOSWELL, 2020; MAIA, 2012, 2018; MANSBRIDGE et al., 2012) Nesse âmbito, as pesquisas empíricas têm se preocupado em articular análises micro e macro a fim de examinar a conexão

entre as arenas, entre os agentes – como representantes políticos, especialistas, ativistas, profissionais da comunicação, cidadãos ordinários – e, ainda, entre distintos processos comunicativos. (ALMEIDA; CUNHA, 2016; HENDRIKS; ERCAN; BOSSWELL, 2020; MAIA, 2012; MIOLA, 2012)

Embora inovadora e rica, essa abordagem impõe diversos desafios metodológicos no campo da comunicação e estudos de mídia. Não se trata aqui meramente de buscar entender o cenário de mídia diversificado e híbrido, com crescente abrangência, complexidade e em constante transformação – o que será tratado no capítulo 6. A perspectiva sistêmica visa investigar processos de discussão pública que acontecem nos espaços formais do sistema político, como em casas legislativas, reuniões, audiências públicas, assembleias de cidadãos e na arena dos *media* – locais mais ou menos planejados para discussões políticas – e, ainda, na conversação cotidiana. Esses espaços possuem graus variados de permeabilidade e, muitas vezes, modalidades distintas de articulação entre si.

Se, no capítulo anterior, argumentamos que as análises de conteúdo se tornaram mais sofisticadas metodologicamente, neste, demonstramos como a análise integrada de conteúdo, aplicada à abordagem sistêmica da deliberação, pode combinar investigação de situações e materiais distintos dentro de um mesmo quadro analítico. (LOCKE; THELEN, 1998; NEUENDORF, 2017) A análise de conteúdo é uma técnica que interpreta, sumariza e analisa qualitativa e quantitativamente materiais distintos. Uma observação de Kimberly Neuendorf tem especial contribuição para nossa discussão. Ela afirma: a análise de conteúdo "não se limita aos tipos de variáveis a serem medidas ou ao contexto em que as mensagens são criadas ou apresentadas". (NEUENDORF, 2017, p. 17) Neste capítulo, tratamos de estratégias metodológicas capazes de identificar e analisar de modo integrado discussões políticas em diferentes ambientes ou situações, de modo a mapear e rastrear a ocorrência de argumentos, expressões ou performances discursivas, dando a ver a dinâmica do debate público.

Indicamos distintas formas de operacionalização empírica, com base na experiência acumulada pelo nosso Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essas estratégias analíticas podem ser empregadas em estudos sobre: (1) discussões acerca de projetos de lei ou políticas públicas, tanto em casas legislativas quanto nos *media*, na cobertura jornalística e em comentários de leitores (HAUBER, 2021; LARANJEIRA, 2011; MAIA; HAUBER, 2019; MAIA; LARANJEIRA; MUNDIM, 2017; MIOLA, 2012); (2) proposição de

novas regulamentações, a partir da análise dos debates entre parlamentares em plenário e, concomitantemente, o diálogo desses com seus seguidores em redes sociais (CUNHA, 2019); (3) performances e argumentação de atores coletivos cívicos em distintas situações comunicativas: ao serem entrevistados por jornalistas, ao interagir com o público em suas próprias redes sociais e, ainda, ao participar de assembleias ou encontros presenciais. (ARANTES, 2017; MAIA; ARANTES; CHOUCAIR, 2017)

Fundamentos teóricos da abordagem sistêmica

A abordagem sistêmica parte da premissa de que os pesquisadores podem capturar várias formas de conexões (ou, eventualmente, a ausência de) entre um conjunto de instituições e distinguir processos de interação (sejam de conflito ou de cooperação) entre um conjunto de atores. Investigar os processos comunicativos, portanto, é crucial. Na linha defendida por pesquisadores a exemplo de Boswell, Hendriks e Ercan (2016), Mendonça (2016) e Hendriks (2016), entendemos que não se trata de um fenômeno de "transmissão" das mensagens de um ambiente para outro. Em vez disso, afirmamos que se trata de práticas relacionais de produção de sentido, configuradas a partir de complexas dinâmicas de poder, atravessadas por fatores contextuais e pela lógica situacional em cada ambiente em questão. Para desenvolver uma investigação multidimensional, por conseguinte, os pesquisadores devem articular problematizações bem-informadas do ponto de vista conceitual, descrevendo claramente as contribuições que pretendem oferecer ao articular diferentes ambientes discursivos. Em outras palavras, espera-se que os pesquisadores formulem questões e hipóteses de pesquisa de modo consistente com a abordagem sistêmica e que o livro de códigos e a unidade de análise também reflitam tal propósito. (ARANTES, 2017; MIOLA, 2012)

A inclusão de um grande número de ambientes discursivos não é requisito para que uma análise seja considerada sistêmica – ampliar demasiadamente o escopo da investigação pode, aliás, torná-la inexequível. Ao invés disso, compreendemos a abordagem sistêmica como uma orientação holística, que convida os pesquisadores a selecionar espaços que façam parte de um sistema ou focalizar certos tipos de atores – ou seja, políticos, legisladores, especialistas, ativistas, entre outros – engajados em debates sobre temas controversos. Uma análise sistêmica deve ser capaz, portanto, de dizer algo sobre as interações complexas de comunicação

política em um todo social mais amplo. Boswell, Hendriks e Ercan (2016), por exemplo, examinam a dinâmica entre instituições semiformais, iniciativas patrocinadas pelo governo e minipúblicos para fazer avançar contribuições e narrativas dos cidadãos e, ainda, aqueles responsáveis por tomarem decisões políticas. Mendonça (2016), por sua vez, focaliza burocratas em casas legislativas e aponta o potencial de articulação desses com mídia, especialistas, ativistas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Um inventário dos "principais locais de transferência", elaborado por Neblo e White (2018), abrange mídia, cidadãos, partidos e grupos de interesse, minipúblicos, legislaturas, tribunais e instâncias administrativas do Estado. Em resumo, o pensamento sistêmico, ao lidar com um determinado fenômeno – seja através de uma lente macro ou micro, seja a partir de uma combinação de ambas –, oferece as diretrizes conceituais para a investigação de problemas de modo multidimensional.

Cabe destacar que a abordagem integrada, apesar de complexa, permite capturar melhor a natureza pragmática e dinâmica das interações sociais, em contraste com as análises estritamente formais ou restritas a um único ambiente. De modo a ilustrar essa afirmação, consideremos os representantes políticos: eles adaptam seus modos de interagir de acordo com a situação em que se encontram – em comissões parlamentares, sessões plenárias ou em reuniões reservadas; ao fornecerem informações aos meios de comunicação de massa ou dialogando com seus seguidores em *sites* de redes sociais. O mesmo pode ser dito de líderes de associações cívicas que se engajam em distintas práticas comunicativas, com diversos atores sociais: políticos, agentes do mercado, especialistas, grupos de apoiadores ou de detratores. Ao adotar uma análise sistêmica do debate público, os pesquisadores podem examinar processos de comunicação política em diferentes circunstâncias, mapear variações de performances e expressões discursivas, rastreando, assim, padrões ou ramificações dos processos comunicativos sob observação em contextos distintos.

Como desenvolver uma análise sistêmica?

Comparar processos de discussão em diferentes ambientes pode se apresentar como uma tarefa notoriamente difícil, caso o modelo teórico basilar não esteja claramente definido. Por isso, para alcançar validade conceitual, é importante que os pesquisadores reconheçam a natureza de cada ambiente em tela, de modo a apreender os arranjos institucionais

e as condições sociais que configuram as interações entre os agentes. Na sequência, os pesquisadores devem observar e fazer indagações a respeito das dinâmicas comunicativas que se configuram nesses contextos.

O desafio seguinte consiste em operacionalizar os conceitos, ou seja, convertê-los em operadores analíticos. Para tanto, as estratégias mais recorrentes englobam esforços de colocar em perspectiva comparada: (a) argumentos ou expressões discursivas, (b) atores e (c) arenas. A comparação desses elementos nos permite entender a complexidade inerente às interações entre categorias de atores em processos caracterizados pelo conflito e pela cooperação, que se dão em diferentes circunstâncias. Pontualmente, o foco nos atores ampara nossa compreensão das performances dos participantes como complementares à lógica situacional interativa das arenas; a comparação das arenas nos esclarece as funções principais de cada ambiente, suas regras de funcionamento e as relações de poder típicas desses espaços. A análise dessas diferentes dimensões permite caracterizar as condições que afetam os processos discursivos em arenas formais, semiformais e informais.

Cabe, a esta altura, indagar quais relações ou conjunto de relações devem ser investigadas. No caso de debates públicos, para produzir comparações combinadas dos elementos sob investigação, o primeiro passo é definir o que pode ser mensurado. A abordagem sistêmica já foi empregada em pesquisas sobre debates acerca de projetos de lei para a redução da maioridade penal em audiências públicas, em notícias jornalísticas e *posts* e comentários no Facebook (HAUBER, 2021; MAIA et al., 2017); na análise do debate em comissões sobre o Projeto de Lei nº 5.069/2013, que propunha regras mais rígidas para a realização do aborto (CHOUCAIR, 2018); na identificação das lutas por reconhecimento evocadas na discussão das vias do parto ocorrida em grupos no Facebook (DE PAULA, 2019); na investigação do papel do especialista no entrelaçamento discursivo entre mídia e minipúblicos sobre políticas de transporte público (DANTAS, 2011); na articulação dos argumentos sobre políticas de radiodifusão pública em diferentes "momentos deliberativos" da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). (MIOLA, 2012)

Um desenho de pesquisa com elementos passíveis de mensuração a partir da análise de conteúdo integrada depende de "comparações contextualizadas". (LOCKE; THELEN, 1998, p. 11) Isso significa apresentar – de modo claro, autoconsciente e sistemático – as semelhanças e distinções de cada ambiente selecionado, as situações de interação entre os agentes e as

condições que determinam as práticas discursivas. Essa comparação deve ser o centro da análise. As pesquisas empíricas citadas acima buscaram esclarecer os fatores que configuram os debates parlamentares, as audiências públicas e assembleias de cidadãos, a comunicação em jornais ou TV ou a comunicação em plataformas digitais específicas. Tal tarefa demanda um cuidadoso diálogo com a literatura especializada, com conhecimentos já dados e disponíveis. Em outras palavras, a validade da comparação dos ambientes escolhidos depende, em grande parte, da adequada identificação e caracterização dos fatores que conformam os processos comunicativos que ali têm lugar e que, consequentemente, guiam a interpretação das relações observadas.

É preciso salientar que diversas das pesquisas desenvolvidas sob a perspectiva sistêmica estabelecem associações entre os graus de deliberatividade dos ambientes e a formalidade ou informalidade que os caracteriza. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2017; ESAU; FLEUSS; NUIEBGAUS, 2021; HENDRIKS, ERCAN; BOSWELL, 2020; HIMMELROOS, 2017; MAIA et al., 2020) É o caso da investigação dos níveis de justificação dos argumentos trocados em diferentes arenas. (MENDONÇA; AMARAL, 2014; MENDONÇA; SAMPAIO; BARROS, 2016) Constituem também exemplos de análise sistêmica: a associação entre, de um lado, manifestações de respeito e, de outro, justificação e reciprocidade (HALPERN; GIBBS, 2013; MAIA; REZENDE, 2016; HAUBER, MOTTA, 2020; SETÄLÄ, 2017; STRANDBERG; GRÖNLUND, 2014, 2018) e a mensuração da circulação de argumentos, a partir da frequência com que esses são utilizados pelos atores em diferentes arenas. (ARANTES, 2017; CHOUCAIR, 2018) Nesse caso, cabe destacar que as justificativas podem ser expressas em formatos linguísticos distintos em audiências públicas, notícias jornalísticas, grupos de discussão interpessoal, entre outros e, ainda assim, serem comparáveis ou estarem associadas. As diferenças entre linguagem, estilos ou conteúdos devem, portanto, ser exploradas em termos conceituais e empíricos.

Unidades de análise

Os estudos empíricos com desenho sistêmico, tipicamente, lidam com conteúdos ou materiais de naturezas distintas. A análise pode envolver, por exemplo, a transcrição de debates em casas legislativas, matérias jornalísticas ou publicações em redes sociais. Como integrar a análise de conteúdos tão díspares? Para a construção de um modelo integrativo de análise de conteúdo, Neuendorf (2017, p. 61) defende que "a qualidade das

informações sobre cada componente do modelo [...] deve ser examinada, bem como a qualidade e a força das conexões entre os componentes". De acordo com a autora, é possível observar diferentes conexões e estabelecer distintos níveis de comparação em função das unidades de análise. No nível comparativo de primeira ordem, busca-se uma correspondência sistemática entre as unidades de análise, comparando os elementos um a um – as justificativas, as expressões de respeito ou desrespeito e assim por diante. Em segunda ordem, a conexão é estabelecida ocasionalmente, sem que, necessariamente, haja correspondência entre todas as unidades de análise. Nesse caso, deve-se elucidar as condições em que tais semelhanças ou distinções ocorrem quando comparados diversos materiais – digamos, no nosso caso, processos de argumentação em debates legislativos, na mídia, em plataformas de redes sociais. Já no nível comparativo de terceira ordem, os aspectos que sustentam um modelo teórico explicativo do fenômeno sob investigação devem ser construídos. Por exemplo, o pesquisador pode caracterizar distinções/similitudes sobre as regras para acesso e participação em discussões em diferentes arenas, os objetivos ou as funções dessas arenas, as expectativas acerca do estilo ou do modo discursivo nesses espaços. Ainda segundo Neuendorf (2017, p. 62), nesse nível comparativo existe apenas "um vínculo lógico geral [...] na investigação da estrutura mais ampla do processo de comunicação". Isso quer dizer que as premissas conceituais que constituem o estudo e as características próprias de cada situação discursiva devem ser exploradas analiticamente.

A seguir, detalhamos como algumas categorias vêm sendo aplicadas na abordagem sistêmica da comunicação política. Em princípio, diferentes elementos podem ser investigados sob uma perspectiva sistêmica, tais como histórias pessoais (DE PAULA, 2019; GARCÊZ; MAIA, 2009; OLIVEIRA, 2017), diferentes tipos de emoção (MAIA; HAUBER, 2019; HAUBER, 2015 2021), expressões respeitosas ou desrespeitosas, cívicas ou intolerantes. (MAIA; REZENDE, 2016; ROSSINI, 2017; ROSSINI; MAIA, 2021) Focalizamos proferimentos e argumentos como unidade de análise, já que os capítulos 5 e 6 tratam desses demais elementos.

Proferimentos

Fundamentados na chamada virada pragmática da filosofia da linguagem, em particular o pensamento de Jürgen Habermas e de teóricos da democracia deliberativa (BÄCHTIGER; PARKINSON, 2019; CHAMBERS, 2017; COHEN, 1997; DRYZEK, 2016; HABERMAS, 1996, 2006, 2009,

2017; MANSBRIDGE et al., 2012), os estudos sobre debate público nos *media* concedem lugar central aos proferimentos. Dialogam, portanto, com as obras de John Austin (1990) que abordam a linguagem como ação. Em termos operacionais, o proferimento pode ser definido como cada proposição com início e fim claros. (GARCEZ; MAIA, 2009; MAIA et al., 2017; MAIA; LARANJEIRA; MUNDIM, 2017; STEINER, 2012; STEINER et al., 2004) No caso de conversações face a face, podemos definir os "turnos de fala" (*speaking turn)* de cada participante como unidade de análise, identificando, da mesma maneira, início e fim evidentes, ainda que perpassado por breves interrupções, perguntas ou outras colaborações. A interrupção em si também pode ser tratada como uma unidade de análise. (MAIA et al., 2017)

Demandas (*claim*)

Discussões que acontecem em ambientes com alto grau de formalidade, por vezes, comportam atos de fala que incluem múltiplos argumentos, demandas e outros elementos discursivos relevantes. A propósito, ao analisar qualquer processo de debate, o pesquisador pode se deparar com falas curtas ou expressões longas e complexas. A alternativa seria optar por salientar elementos centrais das discussões durante a codificação do material, segmentando os atos de fala em seções menores e selecionando apenas os segmentos que contenham uma demanda ou reivindicação (*claim*), um argumento ou uma justificação. (MAIA; HAUBER, 2019; STEINER, 2012; STEINER et al., 2004)

Argumentos

O argumento ocupa um papel central em estudos sobre debates públicos e discussões ordinárias. Argumento refere-se às razões, justificativas e explicações que os falantes oferecem para sustentar suas expectativas, seus sentimentos ou suas intenções e, ainda, o porquê de fazerem certas recomendações, demandas, promessas e julgamentos. (HABERMAS, 2017) Como discutido no capítulo 2, argumentar significa oferecer razões para apresentar propostas, apoiá-las ou criticá-las. (CHAMBERS, 2003; COHEN, 1997; HABERMAS, 1996; STEINER, 2012; STEINER et al., 2004, THOMPSON, 2008) Em se tratando de conversações cotidianas, em ambientes informais, alguns estudiosos entendem que o provimento de razões inclui "qualquer afirmação que responda à 'pergunta por quê' sobre a base para a posição de alguém". (KARPOWITZ; RAPHAEL, 2014, p. 219)

Procedimentos para empregar o método

Pesquisas que partem de uma abordagem sistêmica utilizam categorias e conceitos comuns em estudos no campo da deliberação. As hipóteses podem explorar, também, questões específicas de um sistema deliberativo, como, por exemplo, a possibilidade de divisão de funções no debate público entre diferentes arenas. Abaixo, apresentamos alguns dos elementos mais comuns.

Justificação – quais razões são oferecidas?

A codificação do conteúdo de razões – como unidade de análise – permite verificar a ocorrência e a circulação de justificações em distintos contextos de comunicação. Um argumento específico pode ser expresso de várias maneiras, com diferentes estruturas sintáticas e estilos linguísticos. Contudo, o conteúdo substantivo da afirmação – ou seja, por que "x" deve ou não ser feito – permanece. Com o propósito de examinar controvérsias públicas, diferentes pesquisas empíricas mapearam argumentos favoráveis e contrários em debates sobre temas controversos, a exemplo de: redução da maioridade penal (MAIA; HAUBER, 2019), políticas sobre o aborto (CHOUCAIR; MAIA; VIMIEIRO, 2018; FERREE et al., 2002), Lei Antitabagismo (SANTIAGO; MAIA, 2005), controle de armas (MAIA, 2009), danos sobre opções sobre a via de parto (DE PAULA, 2019), o projeto Escola sem Partido (CAMELO, 2021), casamento entre pessoas do mesmo sexo (O'CONNOR, 2017), sistemas de votação (PILON, 2009), políticas educacionais (SARAISKY, 2015) e dimensões éticas dos usos da tecnologia. (PETERS et al., 2008; SCHNEIDER, 2008)

Nas investigações empíricas acima citadas, é comum que os pesquisadores construam uma lista de razões favoráveis e contrárias às questões controversas sob análise. Essa lista pode ser produzida dedutivamente, a partir da leitura de estudos prévios e da literatura especializada no assunto, ou utilizando-se de uma estratégia indutiva, através da leitura do material empírico em questão. A associação de dedução e indução na análise do debate público é comum, sendo frequente o pesquisador formular uma lista de argumentos com base no estado da arte e, em seguida, buscar ampliá-la com base na leitura do material empírico selecionado. Através de testes sucessivos, pode-se verificar a ocorrência dos argumentos registrados e assim ajustar ou aperfeiçoar a composição final da lista, reunindo ou desagregando as justificações contidas em seu livro de códigos. (MAIA;

LARANJEIRA; MUNDIM, 2017; MAIA; HAUBER, 2019; MAIA; ARANTES; CHOUCAIR, 2017)

Propriedades da justificação

Alguns estudos examinam os componentes linguísticos que estruturam as justificações. A partir das teorias da argumentação (ADAMS, 2014; STEINER et al., 2004; TOULMIN, 1958), pode-se considerar que o ato de oferecer razões encerra três componentes. Para tornar um argumento compreensível para os demais interlocutores, o falante deve oferecer: (1) uma declaração, ou uma conclusão, de algo sobre o que está argumentando; (2) evidências para apoiar as conclusões; sendo essas articuladas por uma (3) garantia (*warrant*), ou seja, um mecanismo conectivo lógico que explica de que modo a evidência leva à determinada conclusão. Essa ideia está parcialmente incorporada no esquema Discourse Quality Index (DQI) (STEINER, 2012; STEINER et al., 2004), que tem sido aplicado e refinado de várias maneiras nas pesquisas empíricas citadas.

Evidências

Contidas nos argumentos, as evidências têm o papel de sustentar uma conclusão. Ao falarmos em evidências, estamos nos referindo a diferentes tipos de prova, métodos de investigação e padrões de certeza. Karpowitz e Raphael (2014) e Adams (2014), por exemplo, consideram as seguintes classes de evidências: (1) empíricas, (2) estatísticas e (3) resultados de pesquisa. Maia e demais autores (2020) tratam, ainda, de (4) provas legais. Dado que Adams (2014) e Karpowitz & Raphael (2014) fazem uma discussão detalhada dessas categorias, cabe-nos apenas apresentar uma síntese das definições pertinentes (Quadro 1).

Quadro 1 – Classes de evidências

Evidência	Descrição
Empírica	Referência a afirmações empíricas ou quase empíricas sobre o mundo. Evidências factuais incluem conhecimentos genéricos sobre o mundo. Uma vez que não são comunicadas em primeira pessoa, distinguem-se da categoria "experiência pessoal".
Estatística	Referência a uma informação numérica.
Resultados de pesquisa	Referência a um estudo em específico ou à pesquisa de modo geral. Pode mencionar ou não uma fonte. Aponta conhecimento sistematizado, validado em contextos científicos.
Jurídica	Referência a normas constitucionais válidas ou precedentes legais que se apliquem a problemas e casos específicos.

Fonte: adaptado de Maia e demais autores (2020).

Garantias

As garantias funcionam como um conectivo linguístico complexo, fornecendo uma ligação lexical e estrutural entre premissas e conclusões embutidas no argumento. Steiner e demais autores (2004) referem-se a esse componente como "ligação" – ver também Steiner (2012) –, ou seja, uma forma de unir a demanda (y) e explicar por que (x) ela deve ou não ser feita, dentro de uma estrutura de conexões lógicas ou causais. A garantia é tipicamente implícita e deve ser inferida por dados e ilustrações que acompanham reivindicações. Ao analisar empiricamente os processos de comunicação, utilizamos a seguinte classificação: (1) condicional, (2) analogia, (3) baseada em valores e (4) meta-proposta. (ADAMS, 2014) O Quadro 2 oferece as definições e descrições das garantias.

Quadro 2 – Classes de garantias

Garantia	Descrição
Condicional	Garantia que conecta diretamente a evidência à conclusão; a garantia condicional aplica uma lógica simples para demonstrar como uma situação leva a outra.
Analogia	Comparação de uma situação com outra com o objetivo de facilitar o entendimento; ou uma metáfora que permite aos demais interlocutores compreenderem um problema a partir de outro de natureza semelhante.

Evidência	Descrição
Baseada em valores	Referência a uma crença ou um valor de modo a fundamentar uma conclusão. Estabelece uma conexão explícita com um pano de fundo ético ou moral.
Meta-proposta	Referência a uma política ampla, mas que pode ser aplicada a uma série de problemas políticos específicos. Tem função semelhante às afirmações baseadas em valores, mas essa garantia se refere a processos sociais, políticos ou econômicos, e não valores morais.

Fonte: adaptado de Maia e demais autores (2020).

Funções

Para entender como operam as formas discursivas, outra possibilidade é considerar as funções do argumento ou da justificação nas práticas comunicativas: "para que são apresentadas razões?". Os processos de justificação já foram amplamente estudados em diversos ambientes, incluindo parlamentos, organizações de movimentos sociais, júris de cidadãos, ambientes digitais e conversas cotidianas. (BÄCHTIGER et al., 2010; BOHMAN; RICHARDSON, 2009; COHEN, 1997; DRYZEK, 2016; GOODIN, 2005; HABERMAS, 1996; HOLZINGER, 2004; LADEN, 2012; MANSBRIDGE et al., 2010) Mesmo que os trabalhos citados não tenham como preocupação propor uma tipologia, esses estudos proporcionam um terreno rico para a investigação das diferentes funções assumidas pela troca pública de razões. Uma possibilidade é a troca de argumentos com o objetivo de esclarecer questões e situações de conflito e obter, assim, um melhor entendimento por parte dos interlocutores, de suas próprias demandas e interesses e dos valores que sustentam. (DRYZEK, 2016; HABERMAS, 1996; STEINER et al., 2004) Argumentos podem ser proferidos com o propósito de resolver problemas, seja viabilizando uma solução aceitável e negociada entre os participantes, seja incentivando-os a estabelecer um acordo baseado em razões diferentes ou, ainda, permitindo que eles cheguem a um acordo com base nas mesmas razões. (BOHMAN, 1996; BOHMAN; RICHARDSON, 2009; HABERMAS, 1996) Ademais, a troca de razões tem o potencial de trazer o conflito para o primeiro plano da troca comunicativa, estruturando e tornando explícitas as discordâncias. (MANSBRIDGE et al., 2010; THOMPSON, 2008) Por fim, as justificativas podem ser usadas em expressões de comando, em relatos ou em práticas

discursivas monológicas. Nesses casos, não há convite para o ouvinte engajar-se em cooperação dialógica – na condição de interlocutor – com o falante, como a prática recíproca de oferecer e receber argumentos pressupõe. (LADEN, 2012)

A sistematização dos papéis desempenhados pela oferta de argumentos a partir da literatura (BÄCHTIGER et al., 2010; COHEN, 1997; GOODIN, 2005; HABERMAS, 1996; HOLZINGER, 2004; LADEN, 2012; MANSBRIDGE et al., 2010) culmina em quatro funções: (1) esclarecimento, (2) busca por solução, contemplando (a) o formato consensual e (b) o formato de negociação, (3) encenação de um conflito e (4) imposição (Quadro 3).

Quadro 3 – Descrição de funções de provimento de razão

Função	Descrição
Esclarecimento	Prover razões para elucidar um problema, procurar por uma melhor definição e delinear quais aspectos do problema precisam ser tratados.
Busca por solução	Prover razões para chegar a uma solução de um problema ou para explicar o que deve ou não ser feito para tratá-lo. **Formato consensual:** os participantes visam entender os argumentos uns dos outros e levar essas razões em consideração para transformar crenças ou preferências e solucionar problemas. Existe uma ponderação recíproca das razões declaradas para encontrar uma solução baseada nesses argumentos. **Formato de negociação:** não requer que os participantes mudem suas crenças ou preferências, mas sim busquem um acordo para que um potencial problema possa ser aceito pelos envolvidos. Não há investigação recíproca ou escrutínio direto da discordância moral e o compromisso pode ser aceito por diferentes razões.
Encenação de um conflito	Prover razões para esclarecer a natureza da discordância entre os interlocutores. A divergência é tematizada de forma explícita na afirmação do orador.
Imposição	O participante provê razões para impor hierarquia, autoridade, superioridade de *status* ou coerção.

Fonte: adaptado de Maia e demais autores (2020).

Exemplos de aplicação do método

A análise de conteúdo integrada, na busca de uma visão holística do debate público, aborda diferentes elementos que compõem as discussões políticas. Destacamos, aqui, exemplos de três dos mais comuns desses elementos: as arenas, os atores e os argumentos.

A comparação entre arenas

Após a virada sistêmica, os estudos sobre o debate público passaram a observar e tentar captar a complexidade de fatores situacionais e contextuais que moldam as trocas comunicativas. (BÄCHTIGER; PARKINSON, 2019; CHAMBERS, 2017; MAIA, 2018; MANSBRIDGE et al., 2012) Características específicas dos ambientes passaram a ser observadas, dando a ver, por exemplo: (1) o nível de formalidade e os objetivos de cada arena, (2) os arranjos institucionais que oferecem oportunidade de fala, inclusão ou acesso, (3) as condições práticas ou sociais que moldam a expressão discursiva, limitam o público envolvido e desenham o contexto de interação.

Exemplo 1: Analisando diferentes momentos deliberativos

A pesquisa de Miola (2012) analisou as políticas de radiodifusão como objeto de discursos que, por um lado, articulam-se para produzir compreensões normativas a respeito da comunicação pública e, por outro, têm como consequência a produção de decisões políticas para esse setor. As teorias da democracia deliberativa e abordagem sistêmica do debate na esfera pública são acionadas, nesse caso, para abordar a circulação de discursos na imprensa brasileira (espaço entendido como apto a comportar processos de formação da opinião e de exercício de influência política) e no Parlamento (instância de discussão por natureza e instituição responsável por tomar decisões de caráter regulatório).

A tese trabalhou com três operadores analíticos para investigar os debates sobre a criação da EBC: (1) momentos deliberativos, ou seja, situações dotadas de características institucionais a condicionarem os discursos e a participação, (2) atores participantes do debate, com atenção para a identificação dos interesses ligados às suas demandas e (3) dinâmicas argumentativas propriamente ditas, tendo em vista as dimensões procedimental e substantiva da deliberação.

O conceito de momentos deliberativos contextualiza temporal e espacialmente as situações de debate, seja uma assembleia de sindicato, um evento científico, uma audiência pública ou, como no caso aqui investigado, o debate realizado no plenário da Câmara dos Deputados e a deliberação mediada pelo jornalismo nacional. A meta foi entender as particularidades de cada contexto e quais seriam os fatores a favorecer ou a prejudicar os processos discursivos.

Os condicionantes do debate parlamentar envolvem as regras e tradições estabelecidas nos rituais de participação, na tramitação das leis, nas dinâmicas dos debates, nas hierarquias internas – que favorecem as lideranças –, na relação com um Poder Executivo que tem prerrogativas legislativas. Já a deliberação mediada se submete ao sistema dos *media*, que é heterogêneo e composto por instituições, agentes e práticas que se colocam em uma posição paradoxal entre os valores necessários para sustentar o prestígio do campo informativo (a deontologia) e as finalidades comerciais que sustentam as organizações. Se o jornalismo (com suas lógicas de produção da informação) pode ser entendido como arena para a deliberação pública, é preciso reconhecer empresas e profissionais como atores que sustentam interesses particulares – mesmo que procurem zelar pelo interesse público.

A percepção de Miola é que os momentos deliberativos se encontram situados em processos de longo prazo e, por isso, comportam períodos nos quais há uma intensificação do debate, geralmente motivada por acontecimentos na esfera política ou jurídica, e períodos de estagnação. A partir dos acontecimentos que foram relevantes para a criação da EBC, a autora definiu as seguintes fases de debate: a tematização, seguida da implementação e finalizando com a avaliação.

Os demais operadores analíticos incluíram a participação dos atores, devidamente situados em seus papéis – jornalistas, especialistas, movimentos sociais, representantes do setor privado da comunicação e políticos membros dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo gestores públicos –, e as dinâmicas argumentativas: um conjunto de indicadores de natureza formal (que incluiu posicionamentos, nível de justificação e presença de contra-argumentos) e substantiva (que agregou o conteúdo dos argumentos em temáticas e eixos interpretativos).

O estudo comprovou que há, pelo menos, cinco consequências ligadas aos processos deliberativos. Pode-se deliberar e gerar impactos na produção de políticas públicas; quando a resolução dos conflitos estabelecidos

não é possível, é factível esperar a geração de conhecimento e amadurecimento do debate. Há, no entanto, consequências não deliberativas: a tomada de decisões por meio de acordos e barganhas e a prevalência, apesar do dissenso ser evidente, da vontade de um grupo majoritário. Alguns aspectos do debate sobre a radiodifusão pública – tema da pesquisa de doutorado – vieram à luz, mas, por não gerarem uma controvérsia, não redundaram em ganhos epistêmicos e tampouco oportunizaram uma tomada de decisão, pairando irresolutos na sociedade. (MIOLA, 2012)

Do ponto de vista sistêmico, diferentes restrições e tipos de problemas afetam a prática da justificação nesses ambientes. As discussões nas legislaturas são frequentemente permeadas por diferentes interesses, barganhas e ações estratégicas. (BESSETTE, 1994; FISHKIN; LUSKIN, 2005; STEINER et al., 2004)

A comparação entre atores

Com base no modelo centro-periferia de circulação do poder político (HABERMAS, 2006, 2009; PETERS, 2008), apresentamos no capítulo 2 algumas orientações para categorizar os atores a partir de seus papéis institucionalmente definidos – por exemplo, políticos, especialistas, associações civis, cidadãos ordinários etc. A análise de conteúdo integrada pode tratar as categorias de atores participantes como estratégias para mensurar a inclusão em diferentes arenas ou para avaliar as diferentes formas de participar em processos de discussão. Respeitando os pressupostos de uma perspectiva sistêmica, essa categorização permite formular importantes indagações de pesquisa, com o intuito de entender problemas concernentes à inclusão e exclusão de atores, bem como as implicações da presença e da ausência de determinados agentes nas arenas de debate. Esse desenho de pesquisa ajuda, inclusive, a explorarmos a flexibilidade das práticas comunicativas, as variações nas performances e o desempenho de papéis sociais em contextos distintos.

Exemplo 2: Analisando o papel discursivo de especialistas em duas arenas

A elaboração de políticas públicas e a administração de sociedades complexas demandam, inevitavelmente, a experiência e a gestão técnica. Portanto, as ideias, os argumentos e as habilidades de especialistas são recursos fundamentais para facilitar decisões que envolvem interesses

conflitantes na sociedade. Os especialistas desempenham um papel ambivalente na deliberação, uma vez que eles podem fornecer informações técnicas e avaliar as consequências de certas ações, facilitando assim que os participantes se engajem de forma mais eficaz nos processos de tomada de decisão. (BÄCKSTRAND, 2003; FISCHER, 2009; PIELKE, 2007; SCHUDSON, 2008) Não obstante tais contribuições, os especialistas podem também comprometer uma participação igualitária, dado que dominam conhecimentos específicos e apresentam credenciais de autoridade que os distinguem de participantes leigos. (BÄCKSTRAND, 2003; CHRISTIANO, 2009, 2012; FISCHER, 2000, 2004, 2009; PETERS et al., 2008) Partindo da premissa de que os especialistas oferecem razões para que algo seja ou não implementado, em diferentes condições de interlocução, a pesquisa de Laranjeira (2011) buscou analisar o comportamento discursivo de diferentes tipos de especialistas. Focalizando um projeto de lei polêmico, propondo a transferência da estação rodoviária localizada no centro de Belo Horizonte para um bairro distinto (Calafate), o estudo examinou as justificativas oferecidas por especialistas que participaram de audiências legislativas e também daqueles que atuaram como fonte para reportagens jornalísticas. (LARANJEIRA, 2011; MAIA; LARANJEIRA; MUNDIM, 2017)

Em termos metodológicos, esse estudo ajuda a esclarecer a importância de descrever e investigar um fenômeno analiticamente equivalente. Diferentes tipos de especialistas foram definidos:

1. Ministério Público: procuradores-gerais, procuradores estaduais e municipais e outros profissionais do sistema jurídico;
2. Especialista A: profissionais que atuam em organizações de trânsito, como a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), cuja jurisdição é a grande região metropolitana da capital, e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), de rodovias estaduais etc.;
3. Especialista B: especialistas em trânsito trabalhando diretamente nesse tópico, como professores universitários ou consultores, embora não vinculados a organizações de trânsito;
4. Especialista C: graduados em áreas exatas, como arquitetos, especialistas urbanos e engenheiros;
5. Especialista D: graduados em Ciências Humanas e Sociais, como sociólogos, antropólogos e cientistas políticos.

Além desses, esse estudo utilizou as seguintes categorias:

1. Jornalistas;
2. Líderes regionais;
3. Residentes locais e cidadãos comuns;
4. Instituições Governamentais;
5. Outros (quando havia).

Segundo Pielke (2007), referência do estudo, o papel do especialista pode ser entendido como: (1) o cientista puro, que atua como fonte de informação e não se preocupa com as consequências de uma decisão específica; (2) o árbitro científico, que também atua como fonte de informação ao responder a questão factual considerada relevante pelo tomador de decisão, mas não define o que se deve priorizar; (3) o advogado de causas, que se envolve explicitamente com alternativas de decisão – como escolhas e opções de políticas – e se engaja em processos persuasivos, de modo a conduzir a tomada de decisão a uma determinada direção; e (4) o corretor honesto, que elucida distintas alternativas de políticas, de modo a prover informações e esclarecer o escopo das escolhas, mas que, simultaneamente, concede liberdade de escolha àqueles que devem tomar a decisão.

A amostra envolveu transcrições de três audiências públicas ao longo de dois anos e notícias sobre o assunto, coletadas em três jornais locais durante o mesmo período. Para produzir equivalência amostral, a pesquisadora definiu como unidade de análise as demandas, ou seja, atos de fala contendo uma reivindicação. Laranjeira seguiu o procedimento convencional descrito na literatura sobre deliberação para identificar reivindicações em parlamentos, ou seja, atos de fala que continham uma demanda. (STEINER et al., 2004) Nas matérias jornalísticas, foram compiladas cada citação direta ou paráfrase atribuída a uma fonte no texto da notícia. Essa análise foi semelhante às das transcrições da audiência pública. Para alcançar níveis aceitáveis de equivalência na mensuração, comparou-se os argumentos oferecidos pelos especialistas com os argumentos expressos pelos demais participantes nas audiências públicas e fontes reportadas nas notícias do *corpus*.

Os resultados revelaram que os especialistas desempenharam um papel semelhante tanto na arena formal, micro (audiência pública), como na arena semiformal, macro (mídia noticiosa). Nesses dois ambientes, os especialistas usaram argumentos em sua maioria sem referências explícitas ao bem comum e evitaram se envolver com argumentos polêmicos

de terceiros. Uma vez que esses atores acionaram, principalmente, níveis qualificado e sofisticado de justificativas em ambas as arenas, esse estudo forneceu evidências consideradas contraintuitivas de que especialistas não necessariamente emitem justificativas de "nível inferior" na arena jornalística, direcionada a grandes públicos. Tampouco incorporaram contra-argumentos em suas declarações e, ainda, não se mostraram politicamente responsivos (*accountable*) quando confrontados com interesses sociais, tanto no foro legislativo quanto na arena jornalística. Em certa medida, é surpreendente também que os argumentos técnicos, característicos dos especialistas, tenham sido adotados mais frequentemente por outros participantes (não especialistas): a maioria dos falantes sustentou suas preferências políticas com base em justificativas de cunho técnico em ambos os contextos, formal e informal.

A comparação entre argumentos

A prática argumentativa em fóruns legislativos, em entrevistas a jornalistas e, ainda, em postagens em redes sociais são configuradas de modos distintos. Como já indicado, esses ambientes (ou arenas) possuem naturezas distintas, com propósitos específicos, que regulam as expectativas e as ações dos participantes. Um mesmo argumento pode ser observado no repertório de variados atores. Pesquisas empíricas, seguindo a abordagem sistêmica, podem mapear e rastrear esses argumentos, considerando configurações discursivas delimitadas no tempo e no espaço.

Exemplo 3: Os argumentos do Movimento Tarifa Zero em três ambientes diferentes

Adotando uma perspectiva sistêmica, o estudo de Arantes (2017) e Maia, Arantes e Choucair (2017) buscou mapear como ativistas membros do Movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte construíram argumentos em três arenas diferentes: ao atuar como fonte para matérias jornalísticas, ao produzir conteúdo para página do movimento no Facebook e ao interagir em assembleias com o público local. Os autores construíram um livro de códigos com cinco categorias abrangendo os temas que marcam a atuação do movimento – incluindo metas de mobilização, expansão do movimento, tipos de divulgação, diagnósticos e estratégias, argumentos. Essas categorias foram empregadas para examinar as transcrições das falas nas assembleias, as notícias jornalísticas e as publicações no Facebook,

cobrindo um período de três meses. O protocolo abrangeu: (1) a análise dos tópicos em discussão em cada ambiente; (2) a classificação do conteúdo dos argumentos de acordo com os seguintes aspectos: (a) evidências, ou seja, declaração factual, história, (b) conclusões, compreendendo proposta e definição do problema, e (c) garantias dos tipos condicional, declaração de valor, analogia e meta-proposta. (ADAMS, 2014) Também foi analisado (3) o conteúdo dos argumentos. Arantes (2017) e Maia, Arantes e Choucair (2017) combinaram a análise de conteúdo com técnicas de observação participante em assembleias horizontais que reuniram os ativistas do movimento em questão e cidadãos comuns. Dados adicionais foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas que buscaram entender as variações nas práticas argumentativas dos ativistas nos três ambientes selecionados, como parte de uma dinâmica discursiva mais ampla. As entrevistas permitiram, adicionalmente, reconstruir as percepções dos líderes do movimento sobre diferentes atores da sociedade, os interesses em jogo e os processos discursivos empreendidos por eles.

O rastreamento de processos argumentativos na pesquisa que nos serve de ilustração se concentrou em um ator cívico específico. O objetivo foi explorar e reconstruir padrões de uso de razões e de evidências de modo a gerar comparação entre três ambientes. Nesse sentido, a análise de conteúdo integrada permitiu examinar práticas discursivas particulares e tecer correlações entre diferentes situações e contextos dentro do sistema político.

Como se vê, a perspectiva sistêmica convoca os pesquisadores a desenvolver diferentes níveis de análise, em contraste com um modelo mais unificado com foco em um único fórum ou uma instituição separada. Em vez de gerar uma imagem redutora de atores com papéis funcionais, pensamos que a abordagem sistêmica ajuda os pesquisadores a tomarem ciência da complexa complementaridade entre os ambientes e dos agentes como pessoas concretas com valores e interesses reais no mundo social.

Referências

ADAMS, B. E. Reason-Giving in deliberative forums. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 1-26, 2014.

ALMEIDA, D. R.; CUNHA, E. S. Brazilian social assistance policy: an empirical test of the concept of deliberative systems. *Critical Policy Studies*, [*s. l.*], v. 10, n. 3, p. 284-304, 2016.

ARANTES, L. M. de O. *"TARIFA ZERO É MAIS"*: a construção do argumento no debate sobre mobilidade urbana pelo movimento Tarifa Zero. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BÄCHTIGER, A. *et al*. Disentangling diversity in deliberative democracy: competing theories, their blind spots and complementarities. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 32-63, 2010.

BÄCHTIGER, A.; PARKINSON, J. *Mapping and measuring deliberation*: towards a new deliberative quality. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BÄCKSTRAND, K. Civic science for sustainability: reframing the role of experts, policy-makers and citizens in environmental governance. *Global Environmental Politics*, [*s. l.*], v. 3, n. 4, p. 24-41, 2003.

BESSETTE, J. M. *The mild voice of reason*: deliberative democracy and american national government. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1994.

BOHMAN, J. *Public deliberation*: pluralism, complexity, and democracy (studies in contemporary german social thought). Reprint ed. Cambridge: Mit Press, 1996.

BOHMAN, J.; RICHARDSON, H. S. Liberalism, deliberative democracy, and "reasons that all can accept". *Journal of Political Philosophy*, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 253-274, 2009.

BOSWELL, J.; HENDRIKS, C. M.; ERCAN, S. A. Message received? Examining transmission in deliberative systems. *Critical Policy Studies*, [*s. l.*], v. 10, n. 3, p. 263-283, 2016.

CAMELO, P. H. B. *Escola em disputa:* o espaço de razões e a sala de aula em tempos de Escola Sem Partido. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. *Annual Review of Political Science*, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 307-326, 2003.

CHAMBERS, S. Balancing epistemic quality and equal participation in a system approach to deliberative democracy. *Social Epistemology*, [*s. l.*], v. 31, n. 3, p. 266-276, may 2017.

CHRISTIANO, T. Debate: Estlund on democratic authority. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 17, n. 2, p. 228-240, 2009.

CHRISTIANO, T. Rational deliberation among experts and citizens. *In*: PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. (ed.). *Deliberative systems*: deliberative

democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 27-51.

CHOUCAIR. T. dos S. *Enquadramentos no sistema deliberativo*: a discussão sobre o aborto no contexto do Projeto de Lei 5069. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CHOUCAIR, T. dos S.; MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Deliberation across arenas: why frame analysis matters in a systemic approach to deliberation. *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 25., 2018, Brisbane. *Proceedings* [...]. Brisbane: IPSA, 2018.

COHEN, J. Procedure and substance in deliberative democracy. *In*: BOHMAN, J.; REHG, W. (ed.). *Deliberative democracy*: essays on reason and politics. Cambridge: The MIT Press, 1997. p. 407-438.

CUNHA, L. S. I. Desrespeito e direitos humanos no debate sobre violência: um olhar deliberativo sobre grupos polarizados nas eleições brasileiras de 2018. *In*: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 8., 2019, Brasília [DF]. *Anais* [...]. Brasília. DF: UnB, 2019. p. 1-22.

CURATO, N.; HAMMOND, M.; MIN, J. B. *Power in deliberative democracy*: norms, forums, systems. Londres: Palgrave Macmillan Cham, 2019.

DANTAS, M. *O papel discursivo do especialista*: em debate, o trânsito nos mini-públicos e nos media. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DRYZEK, J. S.; HENDRIKS, C. M. Fostering deliberation in the forum and beyond. *In*: FISCHER, F.; GOTTWEIS, H. (ed.). *The argumentative turn revisited*. Durham: Duke University Press, 2012. p. 31-57.

DRYZEK, J. S. Symposium commentary: reflections on the theory of deliberative systems. *Critical Policy Studies*, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 209-215, 2016.

ESAU, K.; FRIESS, D.; EILDERS, C. Design matters! An empirical analysis of online deliberation on different news platforms. *Policy & Internet*, [*s. l.*], v. 9, n. 3, p. 321-342, 2017.

ESAU, K.; FLEUß, D.; NIENHAUS, S. M. Different arenas, different deliberative quality? Using a systemic framework to evaluate online deliberation on immigration policy in Germany. *Policy & Internet*, [*s. l.*], v. 13, n. 1, p. 86-112, 2021.

FERREE, M. M. *et al*. *Shaping abortion discourse*: democracy and the public sphere in Germany and the United States. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.

FISCHER, F. *Citizens, experts, and the environment*: the politics of local knowledge. Durham: Duke University Press, 2000.

FISCHER, F. Professional expertise in a deliberative democracy. *The Good Society*, Pennsylvania, v. 13, n. 1, p. 21-27, 2004.

FISCHER, F. Passionate participants: rethinking emotion in public deliberation. *In*: FISCHER, F. *Democracy and expertise*: reorienting policy inquiry. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 272-294.

FISHKIN, J. S.; LUSKIN, R. C. Experimenting with a democratic ideal: deliberative polling and public opinion. *Acta politica*, [*s. l.*], v. 40, n. 3, p. 284-298, 2005.

GARCEZ, R. L. O.; MAIA, R. C. M. The struggle for recognition of the deaf on the internet: the political function of storytelling. *Communication, Politics & Culture*, [*s. l.*], v. 42, n. 2, p. 45-64, 2009.

GOODIN, R. E. Sequencing deliberative moments. *Acta Politica*, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 182-196, jul. 2005.

HABERMAS, J. *Between facts and norms*: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? the impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, [*s. l.*], v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006.

HABERMAS, J. *Europe*: the faltering project. Cambridge, UK: Polity Press, 2009.

HABERMAS, J. *Postmetaphysical thinking II*: essays and replies. Kindle ed. Malden, MA: Polity Press, 2017.

HALPERN, D.; GIBBS, J. Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. *Computers in Human Behavior*, [*s. l.*], v. 29, n. 3, p. 1159-1168, 2013.

HAUBER, G. *O papel das emoções na deliberação*: o debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

HAUBER, G. *Conversação sobre violência no Brasil*: emoções e demandas por punição em casos de feminicídios e atos infracionais. 2021. 168 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HAUBER, G.; MOTTA, F. M. News media and connectivity in deliberative systems: reflections on the debate about the brazilian age of criminal

responsibility. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-38, out. 2020.

HENDRIKS, C. M. Coupling citizens and elites in deliberative systems: the role of institutional design. *European Journal of Political Research*, [*s. l.*], v. 55, n. 1, p. 43-60, 2016.

HENDRIKS, C. M.; ERCAN, S. A.; BOSWELL, J. *Mending democracy*: democratic repair in disconnected times. Oxford: Oxford University Press, 2020.

HIMMELROOS, S. Discourse quality in deliberative citizen forums – a comparison of four deliberative mini-publics. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 13, n. 1, 2017.

HOLZINGER, K. Bargaining through arguing: an empirical analysis based on speech act theory. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 195-222, abr. 2004.

KARPOWITZ, C. F.; RAPHAEL, C. *Deliberation, democracy, and civic forums*: improving equality and publicity. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LADEN, A. S. *Reasoning*: a social picture. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LARANJEIRA, M. D. *O papel discursivo do especialista*: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos media. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOCKE, R; THELEN, K. Problems of equivalence in comparative politics: apples and oranges, again. *Newsletter of the APSA Organized Section in Comparative Politics*, [*s. l.*], v. 9, n. 1, p. 9-12, 1998.

MAIA, R. C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 2, p. 303-340, 2009.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R.C. M. Politicization, new media, and everyday deliberation. *In*: FAWCETT, P. *et al*. *Anti-politics, depoliticization, and governance*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017. p. 68-86.

MAIA, R.C. M. Deliberative media. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 348-364.

MAIA, R. C. M.; HAUBER, G. Discussão política online: emoção e deliberação sobre a redução da maioridade penal em duas plataformas distintas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019. p. 1-26.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. *Journal of Computer-Mediated Communication*, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 121-139, 2016.

MAIA, R. C. M.; ARANTES, L. M. O.; CHOUCAIR, T. Troca de razões e mobilização política: explorando múltiplos espaços comunicativos da esfera pública. *In*: NAPOLITANO, C. J.; VICENTE, M. M.; SOARES, M. C. (org.). *Comunicação e cidadania política*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2017. p. 265-288.

MAIA, R. C. M. *et al*. Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation? Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums. *European Political Science Review*, [*s. l.*], v. 12, n. 2, p. 113-132, maio 2020.

MAIA, R. C. M.; LARANJEIRA, M. D.; MUNDIM, P. S. The role of experts across two different arenas in a deliberative system. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 13, n. 1, p. 1-32, 2017.

MAIA, R. C. M. *et al*. Authority and deliberative moments: assessing equality and inequality in deeply divided groups. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 1-32, 2017.

MANSBRIDGE, J. *et al*. The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 64-100, 2010.

MANSBRIDGE, J. *et al.* A systemic approach to deliberative democracy. *In*: MANSBRIDGE, J.; PARKINSON, J. (ed.). *Deliberative systems*: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.

MENDONÇA, R. F. Mitigating systemic dangers: the role of connectivity inducers in a deliberative system. *Critical Policy Studies*, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 171-190, 2016.

MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. (org.). *Deliberação Online no Brasil entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação*. Salvador: Edufba, 2016.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. de L. Deliberação online em consultas públicas? O caso da assembleia legislativa de Minas Gerais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, p. 177-203, mar. 2014.

MIOLA, E. *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados*: a criação da empresa brasil de comunicação em debate no congresso e na imprensa. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NEUENDORF, K. A. *The content analysis guidebook*. 2. ed. Los Angeles: SAGE Publications Inc, 2017.

NEBLO, M.; WHITE, A. Politics in translation: communication between sites of the deliberative system. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 447-462.

O'CONNOR, C. 'Appeals to nature' in marriage equality debates: a content analysis of newspaper and social media discourse. *British Journal of Social Psychology*, [*s. l.*], v. 56, n. 3, p. 493-514, 2017.

OLIVEIRA, V. V. de. *Mídia, memória pública e comissão da verdade no Brasil*: a luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento. 2017. 198 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OWEN, D.; SMITH, G. Survey article: deliberation, democracy, and the systemic turn. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 23, n. 2, p. 213-234, 2015.

PAULA, J. de *A quem pertence o parto?* Lutas por reconhecimento, deliberação e autonomia na decisão pela via de nascimento. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PETERS, B. The functional capacity of contemporary public spheres. *In*: WESSLER, H. (ed.). *Public deliberation and public culture*: the writings of Bernhard Peters, 1993-2005. Hampshire; New York: Palgrave MacMillan, 2008. p. 121-133.

PETERS, B. et al. Red biotechnology in media debate. *In*: WESSLER, H. (ed.). *Public deliberation and public culture*: the writings of Bernhard Peters, 1993-2005. Hampshire; New York: Palgrave MacMillan, 2008. p. 160-184.

PIELKE Jr, R. A. *The honest broker*: making sense of science in policy and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PILON, D. Investigating media as a deliberative space: newspaper opinions about voting systems in the 2007 ONTARIO provincial referendum. *Canadian Political Science Review*, [*s. l.*], v. 3, n. 3, p. 1-23, set. 2009.

ROSSINI, P. G. da C. *Conversação política, incivilidade e intolerância em ambientes digitais*. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROSSINI, P. Beyond incivility: understanding patterns of uncivil and intolerant discourse in online political talk. *Communication Research*, [*s. l.*], v. 49, n. 3, p. 399-425, 2020.

ROSSINI, P. G. da C.; MAIA, R. C. M. Characterizing disagreement in online political talk: examining incivility and opinion expression on news websites and Facebook in Brazil. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p. 90-104, 2021.

SANTIAGO, D.; MAIA, R. C. M. Entre o mercado e o fórum: o debate anti-tabagismo na cena midiática. *E-Compós*, [*s. l.*], v. 4, p. 1-32, 2005.

SARAISKY, N. G. *The politics of international large-scale assessment*: the programme for international student assessment (PISA) and american education discourse, 2000-2012. 2015. 268 f. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Executive Committee of the Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2015.

SCHNEIDER, S. United in protest? The european struggle over genetically modified food. *In*: WESSLER, H. *et al*. *Transnationalization of public spheres*. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 131-167.

SCHUDSON, M. *Why democracies need an unlovable press*. Cambridge: Polity Press, 2008.

SETÄLÄ, M. Connecting deliberative mini-publics to representative decision making. *European Journal of Political Research*, [*s. l.*], v. 56, n. 4, p. 846-863, 2017.

STEINER, J. *The foundations of deliberative democracy*: empirical research and normative implications. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STEINER, J. *et al*. *Deliberative politics in action*: cross national study of parliamentary debates. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2004.

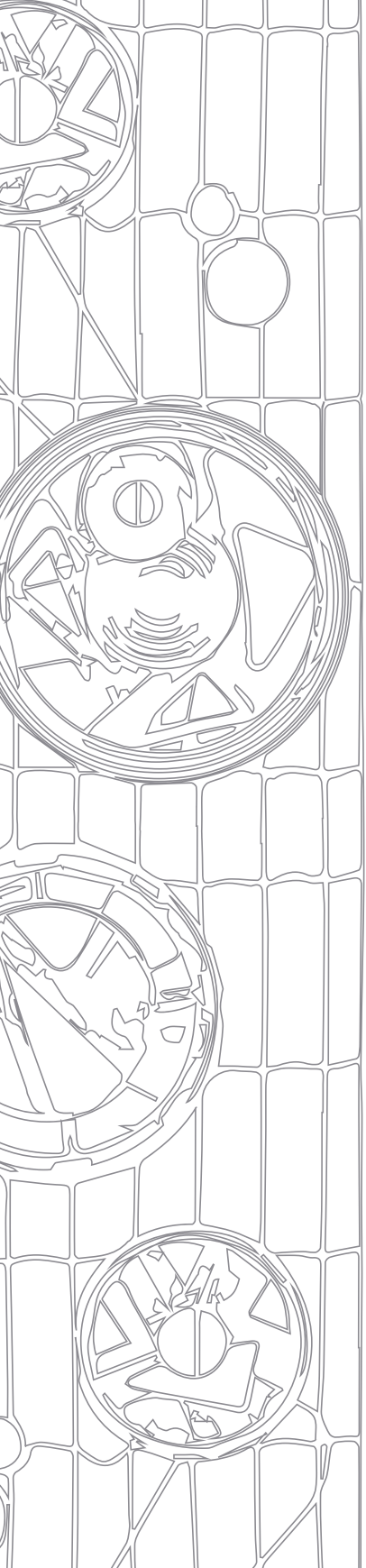
STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 365-377.

STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation: theory and practice in virtual. *In*: GRÖNLUND, K.; BACHTIGER, A.; SETALA, M. (ed.). *Deliberative mini-publics*: involving citizens in the democratic process. [*S. l.*]: ECPR Press, 2014. p. 93-113.

THOMPSON, D. F. Deliberative democratic theory and empirical political science. *Annual Review of Political Science*, [*s. l.*], v. 11, n. 1, p. 497-520, 2008.

TOULMIN, S. E. *The uses of argument*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

WESLER, H. Investigating deliberativeness comparatively. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 1-22, 2008.



Análise de enquadramentos

Rousiley C. M. Maia
Tariq Choucair
Fernanda N. Sanglard

Introdução

Este capítulo apresenta operacionalizações metodológicas do conceito de enquadramento em pesquisas na área de ciências sociais e, mais especificamente, em comunicação política. De modo a tornar as reflexões aqui desenvolvidas mais didáticas, dividimos o capítulo em quatro partes. Apresentamos o conceito de enquadramento e apontamos a tradução desse em distintas perspectivas metodológicas nesta e na próxima seção. Na sequência, explicamos diferentes modalidades de análise de enquadramentos nas pesquisas de comunicação política, como construir esse tipo de análise e o passo a passo dos procedimentos. Por fim, buscamos ilustrar alguns desses usos por meio de exemplos concretos de pesquisas.

Conceito de enquadramento e estudos de comunicação e política

O conceito de enquadramento tem origem nas obras de Gregory Bateson (2000) e Erving Goffman (1974), da Escola de Palo Alto. A estrutura das interações da comunicação humana é frequentemente compreendida como a conjunção de uma dimensão sintático-semântica (*id est*, um nível denotativo, aquele que se refere ao conteúdo do que é dito) e uma dimensão metalinguística (que diz respeito à linguagem). Além dessas dimensões, o antropólogo e linguista Bateson acrescenta o nível metacomunicativo: ou seja, aquele em que damos a entender o tipo de interação que se estabelece entre os interlocutores. É através desse nível pré-reflexivo que os indivíduos apreendem sinais e partes do contexto de uma interação e, assim, conseguem entender qual tipo de relação está se dando ali. Esse é o enquadramento (ou enquadre) da situação.

Goffman, influenciado por Bateson, em suas obras na área de sociologia e psicologia social, desenvolve a noção de enquadramento como um processo que permite organizar a experiência e os sentidos que emergem de uma dada situação. Dito de modo simples, enquadramento é a definição de uma dada situação. Quando nos perguntamos "o que está acontecendo aqui?", para elaborar a nossa resposta, mobilizamos quadros de sentido – os quais são construídos socialmente e também reproduzidos, atualizados e transformados através das experiências no dia a dia. Nas palavras de Goffman (2012, p. 34, grifo do autor), "a expressão 'análise de quadros' é um *slogan* para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência". Os quadros constituem, para os indivíduos, a definição da situação; eles podem ser compreendidos como "esquemas de interpretação" – parte dos atalhos utilizados pelas pessoas para definir, perceber e identificar situações, fenômenos, eventos e assuntos que ocorrem no mundo.

Seguindo os escritos de Bateson e Goffman, diversos estudos operacionalizam o conceito de enquadramento para analisar práticas econômicas, culturais, políticas e de sociabilidade. Na área da psicologia cognitiva, os influentes estudos de Kahneman e Tversky (1981, 1984) buscam demonstrar que os indivíduos tendem a responder de maneiras distintas problemas logicamente semelhantes, a depender de como o problema é apresentado. Em um de seus estudos mais famosos, conhecido como o "problema da doença asiática" (*asian disease problem*), esses pesquisadores pedem para os participantes da pesquisa, em um cenário hipotético, escolherem entre

um novo programa de saúde enquadrado como a probabilidade de que as pessoas serão salvas ou a probabilidade de que as pessoas morrerão. (KAHNEMAN; TVERSKY, 1981) Ainda que o número esperado de indivíduos salvos seja equivalente nas duas formulações, enquadrar esse número como uma perda em oposição a um ganho diminuiu drasticamente o apoio dos participantes. Esse trabalho inspirou diversos estudos a examinar como distintas maneiras de apresentar uma dada questão ou uma determinada situação influenciam a decisão das pessoas e a avaliação que elas fazem dos problemas enunciados.

No campo da comunicação política, Robert Entman e William Gamson são autores importantes que contribuíram para o desenvolver e popularizar a análise de enquadramentos em pesquisas empíricas no final dos anos 1980 e durante os anos 1990. Embora teçam considerações similares, esses autores propõem direções distintas para operacionalizar o conceito de enquadramento. (DAVID; BADEN, 2017)

De acordo com a perspectiva teórica de Gamson e demais autores (FERREE et al., 2002; GAMSON, 1992; GAMSON; MODIGLIANI, 1987; 1989), o ato de enquadrar algo sugere o que está em questão, concernente a uma determinada controvérsia ou um assunto. Nas palavras dos autores, enquadramento é "um enredo ou ideia organizadora central que fornece significado para uma sequência de eventos". (GAMSON; MODIGLIANI, 1987, p. 143) Segundo Myra Ferree e demais autores (2002, p. 14), os enquadramentos (ou *frames*) "organizam e tornam coerentes uma variedade aparentemente diversa de símbolos, imagens e argumentos, vinculando-os através de uma ideia organizadora fundamental que sugere o que está em jogo em determinada questão". Essa definição, ainda que bastante ampla e relativamente genérica, foi utilizada em estudos sobre "enquadramentos dos *media*" e "enquadramentos da audiência" (DAVID; BADEN, 2017; SCHEUFELE, 1999) e também em estudos que buscam compreender como os cidadãos, através da discussão política, reinterpretam os enquadramentos noticiosos a partir de suas próprias experiências e, ainda, rearticulam e refinam as suas opiniões. (MAIA, 2012; MAIA; MARQUES, 2010; WALSH, 2004)

Já nas obras de Robert Entman, a definição de enquadramento apresenta componentes mais específicos, já que busca distinguir categorias para observar e identificar distintos elementos na estrutura interna dos quadros de sentido. (DAVID; BADEN, 2017) Interessado em abordar particularmente textos jornalísticos e midiáticos, Entman (1993, p. 52) propõe

que enquadrar uma questão é "selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional". Segundo esse autor, um enquadramento se estrutura a partir de "uma definição particular de um problema, interpretação causal, apreciação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito". (ENTMAN, 1993, p. 52) Estudos empíricos que buscam operacionalizar essa concepção de enquadramento tipicamente investigam: como um problema é entendido (definição do problema), por quais fatores ele é causado (diagnóstico de causas), o que é entendido como certo/errado ou como bom/ruim (julgamentos morais) e qual a possível solução (sugestão de soluções).

Com base em esforços anteriores para produzir uma classificação das perspectivas dos estudos de enquadramento (D'ANGELO, 2002; DE VREESE, 2010; SANGLARD; SILVA, 2020), podemos apontar três modalidades: (a) perspectiva cognitiva, a qual aborda os enquadramentos como estímulos capazes de acionar os esquemas interpretativos previamente elaborados pelas pessoas. Esses estudos tipicamente investigam a influência dos *frames* sobre o modo através do qual as pessoas concebem determinados fatos ou temas no nível individual; (b) perspectiva construtivista, a qual atribui relevância a fatores culturais e históricos mais amplos para examinar práticas de construção de sentidos a partir de uma dinâmica social compartilhada, localizada no tempo e no espaço; (c) perspectiva crítica, a qual trata da construção de sentido com foco nas hierarquias sociais, nos distintos eixos de desigualdades e distribuição assimétrica de poder nos processos de enquadramento e disputa de sentidos.

Como construir uma análise de enquadramentos

Antes de apresentarmos as possibilidades de aplicação metodológica derivadas do conceito de enquadramento, é importante esclarecer o que se chama de análise de enquadramento (*framing analysis*). Esse termo refere-se a uma perspectiva teórico-conceitual voltada à aplicação em pesquisas empíricas. Como há distintas maneiras para se abordar o conceito de enquadramento, como indicado na seção anterior, vários autores destacam a dificuldade de produzir generalizações e comparações entre os estudos nessa área e, ainda, usar dados empíricos como evidências para construção de teorias.

Em texto clássico, Entman (1993) critica o uso eclético da noção de enquadramento e a maleabilidade de suas aplicações e, consequente-

mente, a ausência de comparabilidade e problemas para acúmulo de conhecimento. Em resposta, D'Angelo (2002) pondera que não existe e nem deveria existir apenas um paradigma para a pesquisa de enquadramento, e que a ausência de definição unificada deve ser entendida como enriquecedora. Na mesma linha, Porto (2002) defende que, apesar de o paradigma encontrar-se ainda fraturado, nos termos de Entman, o conceito oferece ferramentas conceituais relevantes para fazer avançar pesquisas empíricas específicas. Neste capítulo, entendemos que a utilização do conceito de enquadramento, com pretensão mais modesta de comparação em uma dada área de investigação, faz avançar definições, tipologias ou operacionalizações semelhantes. Assim sendo, é importante que os pesquisadores, cientes das diferentes perspectivas teórico-metodológicas, expliquem de modo claro a linha conceitual adotada, *id est*, como acionam o conceito, estabelecem formas de observá-lo e de tratar analiticamente os resultados. De modo geral, os pesquisadores utilizam métodos mistos, conjugando a perspectiva teórica de enquadramento que elegem a outros métodos de coleta e análise, como, por exemplo, a análise de conteúdo.

Efetivamente, as análises de enquadramento podem ter natureza qualitativa ou quantitativa; e a operacionalização pode ser tanto indutiva quanto dedutiva. (DAVID; BADEN, 2017; MATTHES; KOHRING 2008; MENDONÇA; SIMÕES, 2012) As abordagens indutivas são aquelas em que a observação e a análise (seja quantitativa, seja qualitativa) partem do material empírico sob investigação e, a partir daí, o pesquisador busca organizar o conteúdo em quadros de sentido (ou enquadramentos). As abordagens dedutivas partem da literatura teórica ou de estudos empíricos prévios que fornecem a lista de enquadramentos esperados em uma dada situação ou num determinado contexto. A partir daí, o pesquisador busca examinar o grau de ocorrência desses enquadramentos em seu *corpus*. Frequentemente, os pesquisadores adotam uma combinação dessas duas formas, uma vez que a derivação das categorias depende, em larga medida, do volume de conhecimento disponível sobre a questão em tela.

Ademais, o pesquisador pode focalizar conteúdos manifestos ou significados latentes. A definição de enquadramento proposta por Entman (1993) trabalha com indicadores manifestos no texto, mais facilmente passíveis de serem observados e identificados. Já a definição mais holística de Gamson e Modigliani (1987) privilegia a estrutura semântica subjacente ao texto e, assim, oferece indicadores – como metáforas e frases de efeito – para interpretação de sentidos.

Os estudos sobre enquadramento se baseiam em diferentes tipologias para classificar a natureza do conteúdo dos textos. Alguns estudos distinguem entre enquadramentos genéricos e enquadramentos específicos (*issue-specific*). (DE VREESE, 2005; SEMETKO; VALKENBURG, 2000) Os primeiros referem-se a abordagens gerais, com descrições breves, e os segundos a abordagens densas, com descrições extensas e riqueza de detalhes. Alguns estudos diferenciam entre "enquadramentos episódicos" em contraste com "enquadramentos temáticos". (IYENGAR, 1991) Já outros tratam de enquadramentos da política como um "jogo estratégico", de perdas e ganhos, em contraste com enquadramentos da política como questões substantivas de interesse comum (AALBERG, STRÖMBACK; DE VREESE, 2012; CAPPELLA; JAMIESON, 1997) ou "enquadramentos de conflito", aplicados quando a reportagem privilegia a questão como controversa – ainda que a origem do conflito, os atores envolvidos, a natureza da luta não sejam especificados.

Já na linha de estudos sobre formação de preferências dentro da tradição da psicologia cognitiva (KAHNEMAN; TVERSKY, 1984; SNIDERMAN; THERIAULT, 2004), um conjunto de pesquisas se ocupa em examinar efeitos de enquadramento dos *media* na opinião pública em diversos ambientes, buscando entender fatores socioculturais que influenciam a ocorrência e a duração desses efeitos. (BERINSKY; KINDER, 2006; IYENGAR, 1996; MEYER, 1995; NISBET; HUGE, 2008; PAN; KOSICKI, 2001) Outra linha aborda situações em que há competição entre enquadramentos, disputa de sentidos e controvérsia interpretativa. (CHONG; DRUCKMAN, 2007; HANSEN, 2007; PORTO, 2007; SNIDERMAN; THERIAULT, 2004) Esses últimos estudos estabeleceram um profícuo diálogo com as teorias sobre conversação política e deliberação a fim fazer avançar o entendimento dos efeitos de enquadramento na formação de preferências (CALVERT; WARREN, 2014; DRUCKMAN, 2004; DRUCKMAN; NELSON, 2003; KINDER; NELSON, 2005), dinâmicas de exposição à informação, maneiras de oferecer e estruturar conteúdos para debates entre grupos de cidadãos e, ainda, fatores que podem mitigar esses efeitos. (CHONG; DRUCKMAN, 2011; HÄGGLI; KRIESI, 2010)

Os estudos de enquadramento variam ainda em relação aos elementos a serem observados na análise empírica. Uma das operacionalizações mais famosas é a proposta por Entman (1993). Ele sugere os seguintes elementos como centrais para guiar as análises empíricas:

a. Definição do problema: Entman (1993) diz que o enquadramento determina o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns. No estudo realizado por Wessler e demais autores (2016) sobre a mudança climática global, a definição do problema era, por exemplo, o aumento da temperatura ou, outro exemplo, o derretimento de geleiras. Matthes e Kohring (2008) subdividem a definição do problema entre atores e subtópicos. No estudo de Vimieiro e Maia (2011a; 2011b) sobre a cobertura midiática da temática da deficiência ao longo de várias décadas, no que se refere à definição do problema, os atores eram, por exemplo, o campo médico ou a saúde, e os tópicos a cidadania, os direitos, as questões legais, a medicina e a ciência.

b. Diagnóstico das causas: Entman (1993) aponta que o enquadramento identifica as forças que criam o problema. Como exemplo, no estudo de Wessler e demais autores (2016), essas causas eram a emissão de gases ou o desmatamento, entre outros. No estudo de Vimieiro e Maia (2011a, 2011b), as causas eram corporais – a deficiência em si –, a legislação vigente, a ausência de direitos, o déficit na assistência etc.

c. Julgamentos morais: Entman (1993) aponta que o enquadramento avalia e julga os agentes causais e os seus efeitos. Como exemplo, no caso do estudo de Vimieiro e Maia (2011a, 2011b), um dos julgamentos morais era uma associação negativa da deficiência ou da pessoa com deficiência. Wessler e demais autores (2016) não identificaram essa classe de elementos porque a consideraram de difícil apreensão.

d. Sugestão de soluções: Entman (1993) diz que os enquadramentos oferecem e justificam tratamentos para o problema e preveem seus resultados desejados. No estudo de Wessler e demais autores (2016), essas soluções eram, por exemplo, energia sustentável, tratado global relacionado ao clima, assistência financeira aos países menos desenvolvidos etc. No estudo de Vimieiro e Maia (2011a, 2011b), as soluções eram cirurgias, próteses, transplantes, medidas governamentais, investimento público, mudança em leis etc.

Como mencionamos, Entman, ao elaborar categorias descritas acima, tinha em mente desenvolver estudos sobre conteúdos de mídia, como notícias e reportagens. No entanto, essas categorias podem ser empregadas na análise de outros tipos de conteúdo, como campanhas políticas,

comunicação governamental, de movimentos sociais ou de conversas informais. Após a identificação dos elementos, é possível quantificar, realizar análises e comparação entre eles ou, ainda, utilizá-los para identificar *frames* mais abrangentes.

Em síntese, esse mapeamento mostra a ampla gama de estudos sobre enquadramentos e possibilidades para operacionalização dos conceitos. Como indicado anteriormente, clareza conceitual e metodológica emerge, em grande medida, do esforço dos pesquisadores em explicitar claramente as premissas e as categorias adotadas em sua investigação, em diálogo com a literatura sobre enquadramento e com resultados de estudos prévios.

Aplicação de análise de enquadramento em pesquisas

Exemplo 1

Ao analisar a cobertura jornalística sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) no período de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre 2012 e 2014, Sanglard (2017) fez uso da noção de enquadramentos noticiosos. (DE VREESE, 2005; PORTO, 2002; SCHEUFELE, 1999) Em contraste com enquadramentos interpretativos, Porto (2002, p. 16) propõe que enquadramentos noticiosos são baseados nos "padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos". Dentre os enquadramentos noticiosos, os identificados com maior frequência são: enquadramento de "interesse humano", "conflito", "corrida de cavalos" – que foca as disputas eleitorais conforme o desempenho dos candidatos nas pesquisas – e "episódico" *versus* "temático". (CAPPELLA; JAMIESON, 1997; DE VREESE, 2005; IYENGAR, 1991; SEMETKO; VALKENBURG, 2000) Com foco no período de mais de dois anos de atuação da CNV, essa pesquisa teve por objetivo investigar a construção das narrativas jornalísticas sobre a ditadura, demonstrando os períodos e episódios de maior destaque midiático, os enquadramentos e as fontes de informação privilegiadas.

Após criar um banco de dados com 8.422 narrativas jornalísticas, Sanglard (2017) aplicou o método da análise de conteúdo e, a partir das categorias criadas, incluiu os tipos predominantes de enquadramentos noticiosos. Embora o interesse central da pesquisa fosse o campo da produção noticiosa, aspectos externos ao texto e o contexto cultural foram

abordados através de entrevistas realizadas com jornalistas que cobriam a temática, assessores de imprensa e integrantes da CNV. Destaca-se a importância de combinar esses métodos a fim de melhor compreender processos profissionais, éticos, culturais e políticos que configuram a cobertura jornalística.

A análise de Sanglard (2017) foi desenvolvida em três etapas, sendo elas: (1) monitoramento geral da cobertura, com o intuito de identificar as principais recorrências e frequências de conteúdos; (2) identificação de enquadramentos, terminologias usadas para fazer referência ao golpe de 1964 e à ditadura e fontes de informação privilegiadas pelo noticiário em uma amostra do material selecionada pelo método da semana composta; (3) análise dos episódios emblemáticos. O estudo permitiu que a autora identificasse os veículos noticiosos e tipos de mídia que mais se engajaram na cobertura, a distribuição mensal dos conteúdos, os ápices da cobertura, os momentos em que a CNV foi mais questionada, as temáticas principais, a valorização das fontes oficiais e os tipos de terminologias que os jornais empregaram para se referir aos episódios históricos.

A análise de enquadramentos levou à refutação de uma das hipóteses de pesquisa: a de que a maioria do conteúdo veiculado no período de funcionamento da CNV seria enquadrada de forma episódica. O enquadramento temático – voltado à contextualização histórica da ditadura, seja conferindo saliência a um tema específico para rememorar, seja partindo de marcos "rememorativos", como o aniversário de 50 anos do golpe – foi o mais frequente, observado em 51% dos conteúdos jornalísticos.

Exemplo 2

Já Vimieiro (2010) partiu da ideia de Gamson e Modigliani (1987, 1989) de que o discurso midiático pode ser compreendido como sendo resultado de "pacotes interpretativos" formados por dispositivos simbólicos que nos ajudam a formar sentido sobre as coisas.[1] A autora buscou transformar esses elementos de enquadramento em operadores analíticos para compreender como a imprensa brasileira enquadrou a questão da deficiência. Em um trabalho específico, Vimieiro e Maia argumentam que as análises de enquadramento raramente detalham como chegaram às categorias utilizadas ou, quando o fazem, "relatam métodos obscuros, em que o impac-

1 Ver também: Vimieiro e Maia (2011a, 2011b).

to do próprio codificador na análise pode prejudicar a confiabilidade dos resultados obtidos". (VIMIEIRO; MAIA, 2011b, p. 236)

A análise indireta de enquadramentos proposta pelas autoras, baseada no estudo de Matthes e Kohring (2008), busca identificar, num primeiro momento, pequenos elementos nos conteúdos. Num segundo momento, os conteúdos são agrupados de acordo com a similaridade de elementos que possuem. Assim, é possível identificar grupos de conteúdos com características similares e que apresentam um determinado quadro. As autoras propõem trabalhar com um pacote interpretativo que considera dois níveis de elementos, os de organização e os de estrutura. No de organização, elas consideram os termos utilizados para fazer referência às pessoas com deficiência, as metáforas, os exemplos, os *slogans* ou chavões e as imagens visuais. Já no de estrutura, foram consideradas a definição do problema – levando em conta os tópicos, editorias ou rubricas, os subtópicos, os atores sociais que tiveram voz nas notícias (fontes de informação) –, mas também as causas, as possíveis soluções e os julgamentos morais.

Como bem ponderou em sua análise, esse foi o melhor conjunto de elementos de enquadramento que Vimieiro (2010) conseguiu desenvolver para alcançar os objetivos de sua pesquisa. O que não quer dizer que esses sejam os elementos que devem ser utilizados em toda análise de enquadramento. "A opção conceitual que se faz, como bem indicaram Matthes e Kohring (2008), leva-nos para a consideração de determinados aspectos e não de outros. [...] Logicamente que outras características podem ser usadas para gerar os agrupamentos". (VIMEIRO, 2010, p. 84) Esses estudos foram incorporados em pesquisas sobre a Teoria do Reconhecimento, questões de justiça e progresso moral. (MAIA; VIMIEIRO, 2014, 2015)

Exemplo 3

Em pesquisa feita por Choucair (2018) e Choucair, Maia e Vimieiro (2018), o objetivo foi compreender as disputas discursivas sobre o aborto em discussões informais que ocorrem em plataformas *online* em comparação a deliberações para tomada de decisão no Parlamento. Para isso, foi utilizada, entre outros métodos, a análise de enquadramento baseada em Entman (1993) e Matthes & Kohring (2008). O assunto específico em questão era o Projeto de Lei nº 5.069/2013, que tornava a criminalização do aborto no Brasil ainda mais rígida. Por um lado, nas discussões informais, foram identificadas as páginas que abordam o tema de diferentes atores sociais:

movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), ativistas, veículos de mídia, especialistas, celebridades e representantes políticos. Os *posts* e comentários dessas páginas foram coletados no período de tramitação do projeto de lei. Por outro lado, foram transcritas as falas dos deputados nas três reuniões deliberativas sobre o projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Para cada proferimento – cada *post*, comentário e fala nas sessões deliberativas –, foram identificados: definição do problema (ator), definição do problema (tópico), julgamentos morais, diagnósticos de causas e sugestões de soluções. A partir de uma abordagem parcialmente dedutiva e parcialmente indutiva foi criada uma lista das opções para cada uma dessas categorias. Parcialmente dedutiva porque pesquisas anteriores sobre o aborto ajudaram na identificação de elementos de enquadramentos importantes, e parcialmente indutiva porque essas categorias foram atualizadas de acordo com o material empírico analisado. As opções listadas ao final desse processo não eram exaustivas – existe, por exemplo, uma infinidade de julgamentos morais que podem ser feitos em proferimentos sobre o aborto. No entanto, a listagem dessas opções buscava identificar as mais recorrentes ou os mais relevantes elementos de enquadramento na discussão do assunto.

Na definição do problema (ator), as opções eram, por exemplo: mulher, vítima de violência sexual e feto – a lista completa dos elementos está no Anexo 1. A comparação entre algumas dessas definições de problema é capaz de elucidar pontos importantes do debate. Considere um deputado que se colocava contra o projeto de lei em questão. Ele poderia em sua fala definir o problema em relação às mulheres, argumentando, por exemplo, que a criminalização ainda mais rígida pioraria o problema da clandestinidade na prática abortiva que custa a vida de muitas mulheres no Brasil. Diferentemente, ele poderia definir o problema em relação às vítimas de violência sexual, argumentando, por exemplo, que a criminalização mais rígida dificulta o aborto em caso de estupro e isso é uma dupla violência contra essas vítimas. Ainda, ele poderia utilizar o mesmo argumento – por exemplo: que a criminalização mais rígida gera sofrimento psicológico e social –, mas definindo-o em relação ou às mulheres ou às vítimas de violência sexual.

A pesquisa considera que o brasileiro é, em maioria, a favor da legalidade do aborto em caso de estupro, mas contra a legalidade de maneira geral, tornando claro que a escolha entre mulheres e vítimas de violência

sexual não é mero acaso. Demonstra ainda que argumentar contra o projeto de lei, definindo o problema em relação às vítimas de violência sexual, vai em direção ao tipo de preocupação que majoritariamente a população tinha: de que essas vítimas devem ter direito ao aborto, mas as mulheres, em geral, não. Outro exemplo é na comparação entre o feto e a mulher. É possível que um deputado a favor do projeto argumente em favor da vida, da importância do direito à vida: a vida do feto; enquanto um outro, de posição oposta, argumente também em favor da vida e direito à vida, mas nesse caso a vida da mulher – já que os abortos clandestinos são causa representativa de morte de mulheres. Ambos podem apelar para os mesmos princípios e utilizar estrutura argumentativa similar, mas estão definindo o problema em relação a atores diferentes.

Por meio dos exemplos reportados nesta seção, torna-se possível compreender melhor a perspectiva teórica sobre enquadramentos que guia a construção de categorias analíticas e a sua aplicação em pesquisas empíricas. Ao rever alguns dos principais estudos no campo da comunicação política, buscamos sistematizar diferentes maneiras de conduzir análises de enquadramento, dando a ver suas vantagens e suas limitações e, ainda, a variedade de operacionalizações em pesquisas que partem de questões e objetivos distintos.

Referências

AALBERG, T.; STRÖMBÄCK, J.; VREESE, C. H. de. The framing of politics as strategy and game: a review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 162-178, 2012.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BERINSKY, A. J.; KINDER, D. R. Making sense of issues through media frames: understanding the Kosovo crisis. *The Journal of Politics*, [*s. l.*], v. 68, n. 3, p. 640-656, 2006.

CALVERT, A.; WARREN, M. E. Deliberative democracy and framing effects: why frames are a problem and how deliberative mini-publics might overcome them. *In*: GRÖNLUND, K.; BACHTIGER, A.; SETALA, M. (ed.). *Deliberative mini-publics*: involving citizens in the democratic process. Colchester: ECPR Press, 2014. p. 203-224.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. *Spiral of cynicism*: the press and the public good. Oxford: Oxford University Press, 1997.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 57, n. 1, p. 99-118, 2007.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. Identifying frames in political news. *In*: BUCY, E. P.; HOLBERT, R. L. *Sourcebook for political communication research*: methods, measures, and analytical techniques. New York: Routledge, 2011. p. 238-267.

CHOUCAIR, T.; MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Deliberation across Arenas: why frame analysis matters in a systemic approach to deliberation. *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 25., 2018, Brisbane. *Proceedings* [...]. Brisbane: IPSA, 2018a.

CHOUCAIR. T. *Enquadramentos no sistema deliberativo*: a discussão sobre o aborto no contexto do Projeto de Lei 5069. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018b.

D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 52, n. 4, p. 871-888, dez. 2002.

DAVID, C.; BADEN, C. Frame analysis. *In*: MATTHES, J. *The international encyclopedia of communication research methods*. Hoboken, NJ: Wiley Blackwell, 2017. p. 1-22.

DE VREESE, C. H. News framing: theory and typology. *Information design journal & document design*, v. 13, n. 1, p. 51-62, 2005.

DE VREESE, C. H. Framing the economy: effects of journalistic news frames. *In*: D'ANGELO, P.; KUYPERS, J. A. (ed.). *Doing news framing analysis*: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010. p. 187-214.

DRUCKMAN, J. N. Political preference formation: competition, deliberation, and the (ir) relevance of framing effects. *American Political Science Review*, Minneapolis, v. 98, n. 4, p. 671-686, 2004.

DRUCKMAN, J. N.; NELSON, K. R. Framing and deliberation: how citizens' conversations limit elite influence. *American Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 47, n. 4, p. 729-745, 2003.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERREE, M. M. *et al*. *Shaping abortion discourse*: democracy and the public sphere in Germany and the United States. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.

GAMSON, W. A. *Talking politics*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. The changing culture of affirmative action. *Research in Political Sociology*, [*s. l.*], v. 3, p. 137-177, 1987.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American journal of sociology*, [*s. l.*], v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social*: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*: an essay on the organization of experience. Londres: Harper and Row, 1974.

HÄNGGLI, R.; KRIESI, H. Political framing strategies and their impact on media framing in a Swiss direct-democratic campaign. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 27, n. 2, p. 141-157, 2010.

HANSEN, K. M. The sophisticated public: the effect of competing frames on public opinion. *Scandinavian Political Studies*, [*s. l.*], v. 30, n. 3, p. 377-396, 2007.

IYENGAR, S. *Is anyone responsible?*: how television frames political issues. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

IYENGAR, S. Framing responsibility for political issues. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, [*s. l.*], v. 546, n. 1, p. 59-70, 1996.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. *Evidential impact of base rates*. Stanford, CA: Stanford University, 1981.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Choice, values, and frames. *American Psychologist*, [*s. l.*], v. 39, n. 4, p. 342-350, 1984.

KINDER, D. R.; NELSON, T. E. Democratic debate and real opinions. *In*: CALLAGHAN, K.; SCHNELL, F. (ed.). *Framing american politics*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2005. p. 103-122.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Recognition and moral progress: discourses on disability in the media. *In*: MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 220-242.

MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Recognition and moral progress: a case study about discourses on disability in the media. *Political Studies*, [*s. l.*], v. 63, n. 1, p. 161-180, 2015.

MAIA, R. C. M.; MARQUES, A. C. Everyday conversation in the deliberative process: an analysis of communicative exchanges in discussion groups and their contributions to civic and political socialization. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 60, n. 4, p. 611-635, 2010.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. *Journal of communication*, [*s. l.*], v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [*s. l.*], v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.

MEYER, D. S. Framing national security: elite public discourse on nuclear weapons during the Cold War. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 12, n. 2, p. 173-192, 1995.

NISBET, M. C.; HUGE, M. Attention cycles and frames in the plant biotechnology debate: managing power and participation through press/policy connection. *Press Politics*, [*s. l.*], v. 11, n. 2, p. 3-40, 2008.

PAN, Z.; KOSICKI, G. M. Framing as a strategic action in public deliberation. *In*: REESE, S. D.; GANDY JR, O. H.; GRANT, A.E. *Framing public life*: perspectives on media and our understanding of the social world. London: Routledge, 2001. p. 51-82.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26., 2002, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2002. p. 1-25.

PORTO, M. P. Frame diversity and citizen competence: towards a critical approach to news quality. *Critical Studies in Media Communication*, [*s. l.*], v. 24, n. 4, p. 303-321, 2007.

SANGLARD, F. N. *Verdades possíveis*: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. 2017. 305 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANGLARD, F. N.; SILVA, É. A. B. Framing (Teoria do enquadramento). *In*: SOUZA, C. A. *et al.* (coord.). *Dicionário das eleições*. Curitiba: Juruá, 2020. p. 348.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing European politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 50, n. 2, p. 93-109, 2000.

SNIDERMAN, P. M.; THERIAULT, S. M. The structure of political argument and the logic of issue framing. *In*: SARIS, W. E.; SNIDERMAN, P. M. *Studies in public opinion*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004. p. 133-165.

VIMIEIRO, A. C. *Cultura pública e aprendizado social*: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). 2010. 232 f. Tese (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011a.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. *E-Compós*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2011b.

WALSH, K. C. *Talking about politics*: informal groups and social identity in american life. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2004.

WESSLER, H. *et al*. Global multimodal news frames on climate change: a comparison of five democracies around the world. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 21, n. 4, p. 423-445, 2016.

ANEXO I

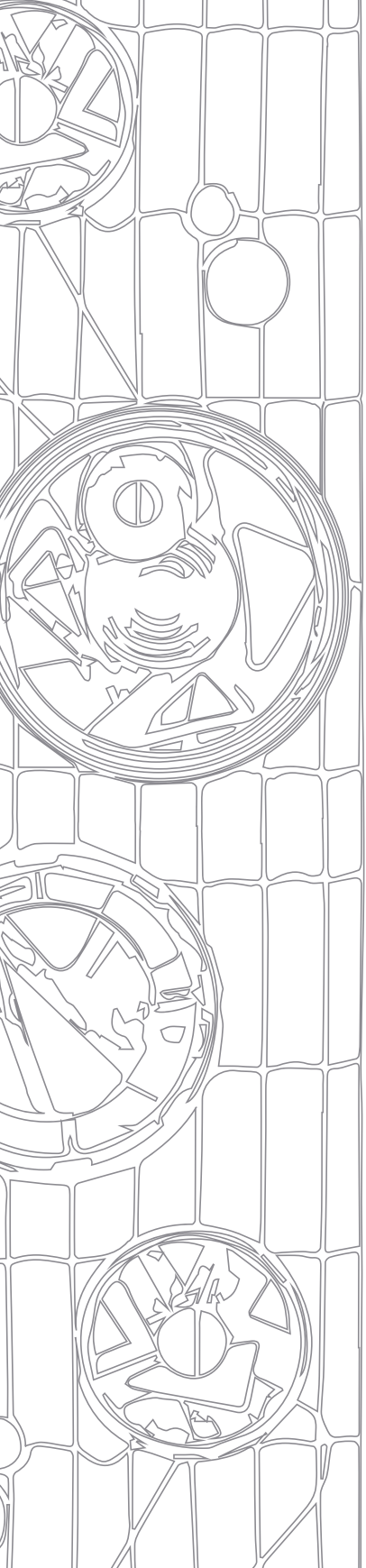
LISTA DOS ELEMENTOS DE ENQUADRAMENTO DA PESQUISA SOBRE ABORTO

Elemento	Opções
Definição do Problema: Ator	Mulher
	Feto
	Vítimas de violência sexual
	Mulheres negras ou Mulheres pobres
	Família
	Profissionais de Saúde
	Sociedade como um todo
Definição do Problema: Tópico	Danos psicológicos ou físicos
	Valor da vida
	Normas Jurídicas
	Crenças Religiosas
	Violência urbana
	Ciência
	Autonomia
	Estado
	Saúde Pública
	Economia
	Desigualdades de raça ou classe econômica
	Vontade popular
Julgamentos Morais: valoração ou julgamento negativo	Aborto em si
	Pessoa que aborta
	Pessoa a favor da descriminalização do aborto
	Pessoa a favor da criminalização do aborto
	Mídia
	Sexualidade

Elemento	Opções
Julgamentos Morais: valoração ou julgamento negativo	Religião na política
	Desigualdade de gênero
	Contraceptivos
	Representantes políticos
Julgamentos Morais: valoração ou julgamento positivo	Vida
	Natalidade
	Maternidade
	Paternidade
	Mulheres
	Liberdade individual
	Família
	Aborto em si
Diagnóstico de Causas	PL 5069/2013
	Eduardo Cunha
	Atuação dos representantes políticos
	Bancada Evangélica
	Ausência de representatividade feminina no Parlamento
	Ilegalidade do aborto
	Permissões da legislação atual do aborto
	Mal uso da lei atual
	Interferência do Estado na liberdade das pessoas
	Negligência do Estado na educação sexual
	Desigualdade de gênero
	Desigualdade econômica
	Racismo ou Desigualdade racial
	Desvalorização da Vida
	Sexualidade exacerbada
	Religião ou fé como parâmetro moral e criminal
	Abandono paterno
	Ausência de planejamento familiar
	Desinformação e ausência de tratamento do tema
	Literatura acadêmica e mídia "pró-aborto"
	Grupos que buscam interesses econômicos

Elemento	Opções
Sugestão de Soluções	Aprovação do PL5069
	Rejeição do PL5069
	Mudança na redação do PL 5069.
	Descriminalização/Legalização do aborto.
	Criminalização total do aborto
	Valorização da vida
	Mudança na moral das mulheres que abortam
	Políticas públicas de educação sexual, apoio psicológico e planejamento familiar
	Contraceptivos e prevenção da gravidez
	Mais debate sobre o tema
	Protagonismo das mulheres para decidir o assunto
	Mudança na educação das crianças
	Mais religião e proximidade com valores religiosos
	Mobilização

Fonte: Choucair (2018b).



Histórias e narrativas pessoais

Rousiley C. M. Maia
Regiane L. Garcêz
Julia E. de Paula

Introdução

Neste capítulo, tratamos da abordagem de histórias pessoais na agenda de pesquisas sobre conversações e debates públicos. O crescente interesse por histórias e narrativas pessoais no campo da comunicação política corresponde, em grande medida, à tentativa de captar a experiência complexa e significativa, a partir da perspectiva das pessoas. Em contraste com a argumentação, em que os interlocutores oferecem justificativas e explicações apelando para padrões de lógica e evidências de modo explícito, as pessoas frequentemente contam histórias pessoais para explicar questões privadas e coletivas, para expressar problemas e possíveis soluções por meio da narração de uma sequência de eventos. (BLACK, 2008;

BLACK; LUBENSKY, 2013; MAIA et al., 2020; POLLETTA; LEE, 2006; POLLETTA et al., 2011; STEINER et al., 2017) Não obstante, as histórias pessoais também são utilizadas para manipular e gerar adesão a grupos sectários, para reproduzir assimetrias sociais e, ainda, para provocar discursos de ódio ou incitar atos violentos. (HAUBER, 2021; ORLANDINI, 2021)

Uma agenda de pesquisa mais ampla sobre discussões políticas informais e debates públicos deve estar atenta para a relevância dos relatos em primeira pessoa e das histórias pessoais. Ademais, a maioria dos estudiosos concorda que os participantes frequentemente transitam entre diferentes modalidades discursivas, entre o raciocínio abstrato e as vivências pessoais; e a prática de contar histórias acontece em vários ambientes, desde conversações informais em espaços de convivência no dia a dia e redes sociais, em matérias jornalísticas (DE PAULA, 2019; HAUBER, 2015; OLIVEIRA, 2017) e até debates em comissões, audiências públicas e fóruns de casas legislativas. (GERBER et al., 2018; JOHNSON; BLACK; KNOBLOCH, 2017; MAIA et al., 2020) Metodologicamente, entendemos que os estudos empíricos devem incorporar estratégias analíticas para apreender as características formais e as funções das histórias pessoais, bem como o contexto de distintas práticas comunicativas. Neste capítulo, tratamos de distintas formas da prática de contar histórias e especificamos algumas de suas funções em discussões políticas, tanto positivas quanto negativas do ponto de vista de princípios democráticos. Destacamos que os pesquisadores interessados em examinar histórias devem incluir a preocupação analítica com o contexto em que elas ocorrem. Na sequência, oferecemos alguns indicadores para análise qualitativa, que permitem explorar histórias pessoais e narrativas em diferentes contextos de pesquisa.

Contexto intelectual

No campo da comunicação política, vários estudiosos buscaram reabilitar, ao longo das últimas duas décadas, a relevância – ou os méritos – das histórias pessoais para melhor compreensão das discussões públicas. (BLACK, 2008; CONOVER; SEARING, 2005; POLLETTA; LEE, 2006; MOUFFE, 2005; YOUNG, 2000) Tradicionalmente, os estudos sobre as histórias pessoais – nas correntes da história oral, dos testemunhos e das narrativas pessoais – têm oferecido uma rica abordagem de como as pessoas contam histórias para esclarecer suas identidades, articular semelhanças e diferenças com outras pessoas e como estão conectadas a

grupos mais amplos. (BLACK, 2008; BLACK; LUBENSKY, 2013; GARCÊZ, 2008; GARCÊZ; MAIA, 2009; OLIVEIRA, 2017; POLLETTA; LEE, 2006) As pessoas também contam histórias e experiências vividas para produzir sentido do mundo político, demonstrar como as políticas governamentais ou as normas jurídicas ressoam em seu cotidiano e, assim, para se situar e ressituar em relação aos eventos correntes. (BOSWELL, 2013; GARCÊZ, 2015; GERBER et al., 2016; JOHNSON, BLACK; KNOBLOCH, 2017; MAIA et al., 2020; OLIVEIRA, 2017; POLLETTA et al., 2011; STEINER et al., 2017) Ademais, membros de grupos desfavorecidos contam histórias como uma forma de buscar maior inclusividade na esfera pública. Buscam dar a ver danos e injustiças relacionados à discriminação, à exclusão e à exploração que não poderiam ser expressos de outra forma. (GARCÊZ, 2017; MAIA; GARCÊZ, 2014; OLIVEIRA, 2017; YOUNG, 2000)

Aliado a esses esforços, os pesquisadores nesse campo têm destacado, de modo cada vez mais enfático, que as histórias também têm efeitos perversos ou negativos, do ponto de princípios e práticas democráticas. Por exemplo, as histórias podem ser expressas para sustentar o poder hierárquico dentro das organizações, reforçar as desigualdades sociais e incitar o antagonismo entre grupos divididos. (BLACK, 2012; DRYZEK, 2000; MAIA, 2012, 2014; POLLETTA; LEE, 2006) As narrativas podem ser expressas de forma não autêntica e espetacular para despolitizar situações e reproduzir desigualdades sociais e, ainda, para forjar compromissos entre diferentes grupos políticos. (HAUBER, 2021; ORLANDINI, 2021; POLLETTA et al., 2011) É importante reconhecer, portanto, que as histórias pessoais podem ser estrategicamente construídas com fins manipulativos, para simplificar questões complexas e obscurecer contestações ou evitar processos legítimos de discussão. (BOSWELL, 2013; MAIA, 2017; MAIA et al., 2020) Os eventuais benefícios e problemas decorrentes das práticas de contar histórias não devem ser presumidos antecipadamente, mas, ao invés disso, sistematicamente investigados na situação em que ocorrem. Nesse sentido, a atenção analítica ao contexto deve ter saliência nas pesquisas empíricas.

Como analisar histórias pessoais?

Não existe uma definição padrão de histórias pessoais na literatura sobre discussões políticas e debates públicos. De acordo com Black (2008, p. 3), histórias pessoais podem ser caracterizadas como "uma série de proferimentos

conectados através dos quais um falante reconstrói alguma experiência passada em uma ordem relativamente sequencial". Polletta e Lee (2006, p. 702) propõem que as histórias: (a) "integram descrição, explicação e avaliação; [(b)] são desvinculadas das expressões discursivas ao redor; [(c)] são alusivas no significado; [(d)] são iterativas no sentido de que suscitam mais histórias em resposta".

Neste capítulo, sugerimos que as análises sobre as histórias pessoais podem explorar diferentes dimensões, como (a) o formato da narrativa, (b) as funções políticas e (c) o contexto ou o ambiente mais geral de comunicação. (GARCÊZ, 2008; 2015; MAIA; GARCÊZ, 2014; MAIA et al., 2020; OLIVEIRA, 2017; ROBERTS et al., 2020) Entendemos que a abordagem desses três elementos nos permite lidar com alguns problemas empíricos específicos da prática de contar histórias, dando a ver estilos e formas de exposição, funções discursivas e eventuais efeitos.

Tipos

É importante investigar como as pessoas constroem e contam histórias. Para tanto, podemos identificar, em primeiro lugar, as características básicas da narrativa: (a) o modo de inserção ao longo da conversação, (b) o tempo de duração e a composição ou não de cenas e (c) a pessoa a que se refere. Geralmente, as pessoas geram uma interrupção no fluxo da comunicação para narrar uma sequência de ações interligadas, com determinada cena – alternativa a da interação interpessoal – e com um enredo que estabelece o significado dos acontecimentos relatados. (BLACK, 2008; POLLETTA; LEE, 2006) Nas conversas cotidianas, as pessoas frequentemente também fazem rápidas referências às suas próprias experiências e vivências, sem necessariamente criar uma cena alternativa. Nesse caso, como Adams (2014) observou, os falantes tipicamente usam o conhecimento experiencial como evidência para apoiar uma afirmação, sem estabelecer uma narração propriamente dita, *id est*, "narração de um evento com um início, meio e fim, que gira em torno de uma questão ou de um problema". (ADAMS, 2014, p. 4)

Quadro 1 – Descrição das categorias de histórias pessoais

Histórias pessoais	Descrição
Narrativa de histórias	Relato de uma sequência de eventos relacionados a uma pessoa, que se organiza a partir de um enredo com começo, meio e fim.
Experiência pessoal	Uma declaração das próprias experiências e envolvimento do orador nas ocorrências, expressa de passagem. A informação é apresentada sem que um enredo evolua no tempo e no espaço.

Fonte: Maia e demais autores (2020).

Por fim, identificar a perspectiva a partir da qual as histórias são contadas é igualmente relevante. As narrativas em primeira pessoa emergem como experiências vividas pelos locutores, na medida em que as pessoas relatam as suas próprias histórias. Já as narrativas em terceira pessoa se referem às histórias dos outros, fatos que aconteceram na vida de outrem, que não o narrador. Defendemos que é produtivo distinguir situações em que as pessoas relatam histórias de outros, como testemunhas, ou sua própria história para investigar a construção do sentido compartilhado. Em outras palavras, observar a perspectiva da narração ajuda-nos a compreender se demandas apresentadas em histórias limitam-se a questões particulares de sujeitos singulares ou se, ao invés disso, são articuladas como reivindicações concernentes a uma coletividade, incrustada em experiências coletivas.

Funções

Para entender melhor como funcionam as histórias pessoais, o segundo passo é perguntar sobre as funções das narrativas num dado contexto. (MAIA et al., 2020) Para que são contadas as histórias? A literatura, ainda que não ofereça explicitamente uma tipologia, indica diferentes papéis desempenhados pelas histórias em discussões políticas. Frequentemente, os participantes contam histórias para esclarecer questões e situações

relevantes, isto é, para expressar suas preferências, seus valores, interesses e anseios em uma situação de discussão. Em algumas dessas circunstâncias, as histórias são trazidas à tona para tentar abordar causas obscuras de determinados problemas ou situações. (BLACK, 2008; JOHNSON; BLACK; KNOBLOCH, 2017; POLLETTA; LEE, 2006; ROBERTS et al., 2020) De modo mais específico, alguns tipos de histórias têm o intuito de revelar danos, tal como formas de dominação e exclusão, estigmatização e exploração. (BLACK; LUBENSKY, 2013; MAIA; GARCÊZ, 2014) Nesse caso, as histórias ajudam a revelar a complexidade moral de certas questões – principalmente quando não há direitos estipulados e nem políticas públicas disponíveis para lidar com o problema. (GARCÊZ, 2015; MAIA, 2014; POLLETTA; GARDNER, 2018; STEINER, 2012)

Outra função política das narrativas é conectar histórias pessoais semelhantes e, assim, engendrar lutas coletivas e conectar situações particulares a contextos públicos. (GARCÊZ, 2008; YOUNG, 2000) Elas podem ser contadas em contextos homogêneos nos quais são identificadas pessoas que passam pelas mesmas situações – com a função de produzir senso de experiência coletiva e identificação – ou em um público mais amplo e diverso.

As histórias podem também ser contadas com o objetivo de resolver problemas, exemplificar opções ou indicar ordem de preferências para encaminhar determinadas soluções. Nesse caso, o narrador de histórias procura exemplificar ou ilustrar o que fazer e o que não fazer por meio de um relato de eventos inter-relacionados, e não por meio de declarações ou recomendações claramente articuladas. (MAIA, 2017; STEINER, 2012)

Em estudo prévio (MAIA et al., 2020), distinguimos as seguintes funções das histórias: (a) esclarecimento, (b) divulgação de danos, (c) busca de soluções, (d) fora do tópico – veja o Quadro 2.

Quadro 2 – Descrições das funções das histórias pessoais

Funções das histórias pessoais	Descrição
Esclarecimento	O relato busca explicar a especificidades de certas realidades, experiências ou situações.
Divulgação de danos	O relato visa evidenciar experiências negativas e diferentes formas de danos, com foco na dominação, abuso, negação de direitos, exploração, estigmatização e opressão.

Funções das histórias pessoais	Descrição
Busca de soluções	O relato indica medidas para resolver um problema ou conflito. Faz alusão ao que deve ou não ser feito para resolver o problema.
Fora do tópico	A história é aplicada sem uma relação direta com o tópico de discussão.

Fonte: Maia e demais autores (2020).

Ao contrário dos argumentos, as narrativas não apresentam claramente um juízo ou uma conclusão justificativa, ou seja, por que "x" deve ou não deve ser feito. Ao invés de expressar demandas ou reivindicações explícitas, as histórias articulam uma sequência de eventos que produzem uma avaliação indireta, por meio de significados alusivos ou de uma mensagem a ser extraída ao final da narrativa. (POLLETTA; LEE, 2006; POLLETTA et al., 2011) Por esses motivos, as histórias são abertas a ambiguidades e a múltiplas interpretações. Ao contrário de argumentos que podem ser (e geralmente são) explicitamente contestados e refutados sob distintas bases – por serem incorretos, imprecisos ou lacunares, por exemplo –, as histórias tipicamente não são refutadas através de proposições lógicas. As pessoas geralmente contestam as histórias contando outras histórias, com narrativa ou desfecho contrastante ao da história anterior. (ORLANDINI, 2021; POLLETTA et al., 2011)

Contexto

O terceiro passo para examinar histórias é tratar essas expressões discursivas como práticas dentro da dinâmica comunicativa. As narrativas já foram amplamente estudadas em diversos ambientes, em situações muito distintas, incluindo parlamentos, organizações de movimentos sociais, júris, ambientes digitais e conversas pessoais diárias. A fim de desenvolver uma análise mais contextualizada, além dos tipos de narração e funções da história, é importante examinar as dinâmicas interativas, construídas a partir da situação do ambiente específico e das relações sociais ali travadas. (POLLETTA; GARDNER, 2018; SCHNEIDERHAN; KHAN, 2018; SPRAIN; BLACK, 2018; STEINER et al., 2017)

Um bom exemplo da importância de se observar o contexto de maneira cuidadosa é fornecido por Vanessa Oliveira (2017). Em sua tese de

doutorado, a autora destaca aspectos da distinção de histórias pessoais em diferentes contextos, ao investigar os discursos acerca da ditadura civil-militar brasileira durante o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em audiências públicas, em portais de notícia e no Facebook. As audiências públicas investigadas pela autora referem-se a encontros públicos, abertos à sociedade civil, entre membros da CNV e vítimas, familiares e agentes oficiais da ditadura. Nessas arenas de discussão, os participantes apresentaram testemunhos livres, ou seja, relatos de experiências pessoais que não foram provocados por meio de entrevistas. Nelas, busca-se um equilíbrio entre as narrativas de vítimas e de pessoas acusadas de serem os responsáveis pelas violações de direitos humanos. Em portais de notícia, a autora investigou textos de notícias jornalísticas sobre a CNV. Nessa arena, por conta dos critérios de noticiabilidade do jornalismo, os testemunhos que abordaram o papel dos agentes públicos durante a ditadura brasileira ganharam preponderância na cobertura midiática. Enfim, no Facebook, Oliveira investigou postagens produzidas pela CNV em sua página oficial. Num ambiente controlado pela comissão, organizadores deram visibilidade maior às histórias das vítimas da ditadura, o que sugere que o poder público tomou essa questão como central. Assim, a tese aponta que as histórias pessoais circulam em diferentes arenas discursivas, ainda que esses espaços tenham características próprias com consequências diversas para o debate público.

O contexto pode também ser examinado de modo detalhado em uma mesma prática comunicativa, em termos dinâmicos e relacionais. Em um trabalho anterior, em coautoria com Jürg Steiner, Maria Clara Jaramillo e Simona Mameli (STEINER et al., 2017), desenvolvemos um esquema metodológico chamado Momentos Transformadores da Deliberação ou Deliberative Transformative Moments (DTM) – o qual permite observar diferentes modalidades de interação em pequenos grupos de discussão face a face. Como discutido no capítulo 2, a premissa básica é a de que as discussões não são uniformes do início ao fim, mas sim construídas pelos participantes de maneira dinâmica num contexto relacional. O DTM focaliza sobretudo as relações no fluxo da discussão. O proferimento não é analisado de maneira isolada, mas sim em relação ao ato de fala anterior. Esse esquema analítico possibilitou-nos examinar a ocorrência de histórias localizadas em distintos momentos das discussões em grupo, dando a ver distintos padrões de influência dessas para facilitar ou comprometer o engajamento deliberativo. Nessa pesquisa, o DTM foi utilizado para

investigar discussões face a face entre grupos altamente divididos sobre como alcançar a paz. Os grupos foram compostos por policiais e moradores de comunidades periféricas no Brasil, paramilitares e ex-guerrilheiros na Colômbia e grupos de conflitos étnicos na Bósnia e Herzegovina. Distintas expressões discursivas foram analisadas, tais como justificativas, histórias pessoais, humor e sarcasmo, silêncio e também líderes que ajudam ou que perturbam o engajamento deliberativo. (STEINER et al., 2017)

O DTM, cujo esquema de análise de conteúdo é explicado no capítulo 2, foi também aplicado em outra pesquisa (MAIA et al., 2020), que teve por objetivo investigar a relação entre o provimento de razões e histórias pessoais em discussões *online* sobre a redução de maioridade em diferentes contextos: em portais de notícia, no Facebook e em fóruns legislativos *online* para participação cidadã. Desenvolvemos um modelo para testar as chances das funções das histórias nesses ambientes. A apresentação de histórias com a função de esclarecimento foi a mais recorrente: foi a única que obteve resultado significativo entre as demais funções – divulgação de danos, busca de soluções e aquelas fora do tópico. Em relação aos momentos de deliberação, histórias para esclarecer questões, interesse e valor estiveram presentes em proporções semelhantes durante bons momentos de deliberação (22%, DTM 1), momentos de queda de deliberatividade (20%, DTM 2) e em momentos de ascendência (19%, DTM 4). Isso significa que histórias com propósitos de esclarecimento podem ser exibidas em momentos que mantêm, diminuem ou aumentam o nível de deliberatividade, sem uma predominância clara. No entanto, quando a deliberação está ausente, a proporção desse tipo de história (esclarecimento) é muito menor (8%, DTM 3). Além disso, as histórias fora do tópico foram mais frequentes nos momentos de queda (16%, DTM 2) e aparecem apenas ligeiramente durante os maus momentos de deliberação (3%, DTM 3). Isso sugere que histórias que apresentam um desvio do tópico em tela estão claramente relacionadas a elementos que perturbam a deliberação.

As pesquisas empíricas sobre narrativas e histórias pessoais devem prestar especial atenção à situação comunicativa e ao contexto em que essas práticas ocorrem. É quase impossível saber de antemão qual função as histórias desempenham. Para evitar abordagens genéricas e abstratas, é importante investigar as características das histórias, como e por que as pessoas contam histórias e em que condições essas narrativas ocorrem. Como as condições são construídas por meio de interações interpessoais

dinâmicas, a análise do contexto é essencial em pesquisas com desenhos e objetivos distintos.

Aplicações de análise de histórias em pesquisas

Exemplo 1: Funções políticas das histórias pessoais nas lutas por reconhecimento de pessoas surdas

A centralidade das histórias de vida de pessoas surdas na expressão política de demandas foi investigada por Regiane Lucas Garcêz em duas pesquisas. (GARCÊZ, 2008, 2015; GARCÊZ; MAIA, 2009, 2014) Na primeira delas, o objetivo foi investigar como as pessoas surdas utilizam histórias pessoais em suas lutas por reconhecimento em dois ambientes virtuais distintos, um *site* institucional da associação cívica e uma rede social digital. Na segunda pesquisa, investigou-se o debate público sobre escolas inclusivas e escolas bilíngues para surdos. Aqui, as histórias pessoais se apresentam como um modo comunicativo importante que emerge na dinâmica discursiva da representação política não eleitoral.

Ambas as pesquisas concebem os testemunhos dos surdos sobre as experiências de preconceito como importantes fontes de pesquisa (PERLIN, 2002) por permitirem a expressão daqueles que sofrem injustiças e que nem sempre encontram formas de vocalizar seu sofrimento. Como propõe Young (2000, p. 72), "as narrativas são frequentemente uma ponte, em tais casos, entre a experiência silenciosa de estar injustiçado e argumentos políticos sobre justiça". No estudo de Garcêz (2008), as narrativas foram analisadas à luz da Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2002), que considera o conflito como central para a mudança social e a participação dos sujeitos em desvantagem na construção pública do entendimento intersubjetivo de justiça. Além de se constituírem como uma minoria linguística, os surdos possuem, em geral, poucas oportunidades nas grandes arenas de discussão face a face. Nomear a injustiça é um exercício capaz de conectar outras experiências de sofrimento para estabelecer padrões generalizáveis de demanda e busca por soluções coletivas.

Realizada no contexto da primeira década dos anos 2000, a primeira pesquisa (GARCÊZ, 2008; GARCÊZ; MAIA, 2009) é especialmente importante para demonstrar que, com o advento da internet, os surdos puderam "vir à público" como produtores e veiculadores de suas próprias narrativas, principalmente depois da popularização das ferramentas de

vídeo, nas quais podem se expressar visualmente. Até então, as lutas históricas das pessoas surdas sinalizantes encontravam ressonância em uma audiência ampliada somente através dos meios de comunicação de massa. Esse estudo analisou: (a) as histórias pessoais no *site* da principal entidade brasileira representativa dos surdos, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), e (b) histórias pessoais em fóruns do *site* de relacionamento Orkut, principal rede social da época. Com esse desenho, a pesquisa permitiu comparar a prática de contar histórias pessoais por líderes de movimentos sociais e associações dos surdos – que reivindicam "representar" e "agir em nome" do grupo (SAWARD, 2009, 2010), além de exprimir valores e interesses compartilhados que apresentam certa unidade necessária à ação política (MELUCCI, 1996; URBINATI, 2000, 2006) – e também pelos próprios surdos, que contam suas histórias a partir de aspirações e interesses diversos, disputam seus entendimentos morais e políticos e produzem fragmentações sobre uma visão de bem comum.

As seguintes funções das histórias pessoais foram investigadas: (a) explicitação de premissas de fundo, (b) intercâmbio de narrativas, (c) articulação entre argumentos e testemunhos, (d) estabelecimento de debates controversos, (e) promoção de aprendizado coletivo. Para coletar histórias pessoais no *site*, foi feita uma pesquisa exploratória em todas as seções do *site*, nas quais se identificou 25 textos, disponíveis em quatro seções diferentes. Foram analisados apenas os seis textos em primeira pessoa, buscando estabelecer conexões entre as narrativas e os propósitos da entidade, identificar elementos que expressavam um combate a determinados valores e à proposição de novos. No Orkut, das 1.079 comunidades encontradas sobre a temática na busca por palavras-chave, foram selecionadas as listas de discussão – denominadas fóruns – com o maior número de comentários: fórum "Vergonha surdo" (404 *posts*), fórum "Como fico numa reunião de ouvintes" (76 *posts*) e fórum "Oralização" (283 *posts*). Para rastrear histórias pessoais nesses fóruns, primeiro foram identificadas as histórias pessoais em blocos conversacionais, compostos sempre em relação aos comentários precedentes e aos comentários suscitados a partir das histórias, assim como fizeram Polletta e Lee (2006) e Black (2008). Em seguida, para a análise, foram evidenciadas as principais controvérsias, identificando nas conversações os picos do debate e sua relação com as histórias pessoais, os argumentos apresentados e valores desafiados ou reforçados. Por fim, foram estabelecidas comparações entre Orkut e *site*.

A comparação entre os ambientes virtuais evidenciou a pluralidade das identidades surdas e a heterogeneidade das histórias pessoais. No *site*, tipicamente as histórias pessoais sustentavam de maneira homogênea o orgulho de ser surdo, o direito à língua de sinais e as histórias de superação. No Orkut, as histórias pessoais demonstravam experiências diferentes de ser surdo, alimentando controvérsias entre sinalização *versus* oralização para a autorrealização e o desenvolvimento positivo dos surdos na sociedade. As histórias eram mobilizadas para evidenciar o que significava o sentimento de vergonha ou de orgulho de sinalizar ou oralizar ou, ainda, para evidenciar o esforço de se tornarem parecidos com os outros. As análises sobre a explicitação de premissas de fundo revelaram compreensões distintas sobre normalidade e anormalidade ou igualdade, por exemplo. Enquanto para os surdos sinalizados essa igualdade está em poder participar de reuniões, com a expressão de comentários e compreensão dos conteúdos na íntegra, para os oralizados está em se fazerem parecidos com os ouvintes, não deixando transparecer as dificuldades que a surdez e o modo oral de se comunicar impõem. A pesquisa evidencia que dentre as pautas de maior visibilidade dessas lutas estão a defesa do direito ao uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as esferas da vida e do direito de falarem por si mesmos. Contudo, esforços para combater estereótipos de inferioridade e incapacidade, ou a contestação do imaginário de que surdos precisam ser curados ou reabilitados, conduziram a profundos desacordos morais e a contações de histórias distintas, com enredos e mensagens contrastantes, entre os próprios surdos.

Em estudo seguinte, Garcêz (2015) estudou como se constitui a representação política em torno das demandas e dos posicionamentos sobre o melhor modelo de educação de surdos: escola bilíngue, especial ou inclusiva. A partir da noção de representação política não eleitoral, o estudo investigou as demandas por representação proferidas: (a) em um grupo fechado de lideranças surdas organizado no Facebook, (b) em uma audiência pública realizada na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em dezembro de 2011 e (c) no Grupo de Trabalho sobre Educação da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em dezembro de 2012. O objetivo foi, de modo geral, identificar o que, quem e como os discursos sobre a educação de surdos são representados, tanto do ponto de vista das lideranças quanto de gestores, familiares, professores etc. O estudo utilizou uma metodologia de mapeamento de *representative claims* (SAWARD, 2010) e identificação de fontes de autoridade. (SAWARD, 2009)

Nesse caso, dentre outros achados, as histórias pessoais aparecem como uma das fontes de autoridade acionadas nas demandas de representação. Nos 128 *claims* analisados, foram identificadas ao todo 383 fontes de autoridade, das quais 30 eram histórias pessoais, 21 experiências profissionais e 19 histórias do povo surdo. Cabe destacar que, diferentemente do estudo anterior, observamos que a história do povo surdo, associada à história pessoal, é acionada um maior número de vezes pelos ativistas surdos e líderes de associações.

Essa pesquisa é particularmente significativa para demonstrar que a história do povo surdo é, por vezes, associada a algumas histórias pessoais, muitas delas experiências de opressão ou, ainda, vivenciadas durante a militância. Mais que isso, ativistas e pessoas já engajadas na luta em defesa da escola bilíngue coletivizam discursivamente a demanda, sem necessariamente passar pela perspectiva individual. Se, no estudo anterior, a história de vida individual era o ponto de partida, nesse, a história do povo surdo se revela uma fonte de autoridade frequentemente acionada no ato de representar. A proibição da língua de sinais no mundo no Congresso de Milão em 1880 e a resistência da língua na clandestinidade fazem parte da história do movimento surdo, narrada há várias gerações. O valor político das histórias narradas advém da capacidade de coletivização da questão. (DRYZEK, 2008; GARCÊZ; MAIA, 2009) Assim, o estudo revelou que a pertença se constitui a partir de uma construção simbólica de sentidos já coletivizados, consolidando elos que conformam essa coletividade como um exercício constante de reconstrução discursiva: uma história que diz respeito a cada uma das lideranças e a todas elas juntas ao mesmo tempo. Experiências pessoais, ao dar ressonância a uma experiência coletiva que faz parte da ancestralidade do povo surdo (LANE; PILLARD; HEDBERG, 2011) – como é o caso do Congresso de Milão –, conferem à representação não apenas a autoridade da pertença, mas da vivência. A demanda de representação aciona no discurso sentidos de legitimidade via experiência e pertença a uma historicidade dessa coletividade que também é apresentada nas outras arenas.

Exemplo 2: As histórias pessoais e a decisão por uma via de nascimento

A pesquisa desenvolvida por Julia de Paula (2019) teve por objetivo examinar histórias pessoais como formas de apresentar evidências, ao lado da argumentação, e, assim, sustentar a decisão de mulheres por uma via de nascimento. Após uma série de críticas endereçadas ao modelo de assistência tecnocrata no final dos anos 2000, no qual todo o processo de nascimento era pensado e conduzido de modo a privilegiar a visão médica, um modelo de assistência humanizado provocou intenso questionamento sobre o uso excessivo de técnicas e demandou o reconhecimento da mulher como protagonista do parto. De tal modo, a pesquisa de De Paula (2019) adota a premissa de que o debate sobre o parto passou por um processo de politização, marcado pela publicização de condutas alternativas, generalização de direitos e responsabilização institucional. (WOOD; FLINDERS, 2014) Nesse contexto, a discussão das mulheres sobre as violências que vivenciam durante o parto e, também, o questionamento dos contextos em que elas fazem suas escolhas por uma via de nascimento tornam-se centrais; e ganha relevância a demanda para que o governo e as instituições se responsabilizem pela realização de partos mais dignos e respeitosos.

Essa pesquisa analisou comentários do Facebook em matérias jornalísticas publicadas pelos dois maiores portais de notícia do país em 2016, G1 e UOL, e que abordavam parto e nascimento, bem como resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) e projetos de lei referentes ao assunto. Tal como Vanessa Oliveira (2017), examinou-se as histórias pessoais apresentadas nos comentários com vistas a identificar as funções dessas e a preferência explicitada por uma via de nascimento. A análise focalizou as perspectivas ressaltadas pelas narrativas pessoais que poderiam auxiliar na reflexão de aspectos pouco destacados na sociedade, trazendo à tona reflexões sobre como as escolhas de parto são realizadas pelas mulheres.

A pesquisa mostrou que, dos 2.727 comentários relevantes para a análise – aqueles que estavam dentro do tópico de discussão –, 659 apresentavam algum relato ou narrativa. Isto é, um em cada quatro comentários trazia alguma história pessoal em sua constituição. Além disso, cada história pessoal presente nos comentários analisados foi enquadrada dentro de uma função específica, que poderia ser esclarecimento, divulgação de danos ou busca de soluções.

A análise mostrou que as narrativas que apontam uma resolução para o problema foram as menos presentes em ambas as preferências por uma

via de parto, correspondendo a 1,2% das histórias identificadas em comentários a favor de partos normais e 12,6% nos favoráveis às cesáreas eletivas. A função de esclarecimento, por outro lado, foi a mais utilizada em comentários a favor dos partos normais, de modo que 77,6% dos relatos narrados visam esclarecer ou atuar como uma forma de autoridade sobre algum ponto. Nesse recorte, as histórias atuavam, principalmente, como forma de elucidar as motivações para o parto vaginal, destacando que ele seria mais saudável para a mãe e o bebê, além de permitir uma recuperação mais rápida. Também, mulheres contavam sobre suas histórias de parto normal que aconteciam após médicos dizerem que isso não seria possível, desmistificando empecilhos colocados por obstetras para a realização de partos vaginais. Por outro lado, entre os que defendem a escolha pelas cesarianas, apenas 35,1% das histórias contadas têm esse objetivo de esclarecimento, comumente justificando que não puderam, por algum motivo, vivenciar o parto vaginal e destacando que cada mulher tem o direito de decidir o que é melhor para si.

Na defesa pela escolha pelas cesarianas, mais da metade das histórias apresentadas (52,3%) buscavam divulgar um dano sofrido no parto e na gestação. Já nos comentários que apresentam uma predileção explícita pela realização de partos vaginais, apenas uma em cada cinco histórias narradas (20,2%) relatava algum dano. No caso dos que defendem cesarianas, os danos narrados são principalmente relacionados à integridade física e/ou morte de mãe e bebê, violência obstétrica e dor excessiva, experienciados anteriormente em um parto vaginal. Já nos comentários a favor dos partos normais, os danos destacados referem-se, majoritariamente, a uma dificuldade de garantir o direito de escolha pela via de nascimento supracitada, como também de ter um acompanhante durante todo o trabalho de parto e nascimento do bebê.

Essa pesquisa evidencia como as histórias pessoais, ao apresentar posicionamentos e preocupações, contribuem para a justificação e, simultaneamente, estabelecem uma fonte de credibilidade para as conclusões propostas. (CONOVER; SEARING; CREWE, 2002; MANSBRIDGE, 2010) Ao identificar uma predominância de histórias com a função de divulgar danos e a escolha pelas cesarianas, os achados permitem problematizar a contestação de violações nas escolhas apresentadas pelas mulheres, que, consequentemente, afetam o exercício de sua autonomia. Assim, no contexto dessa pesquisa, as histórias pessoais estão diretamente relacionadas à luta contra opressões e à busca por ampliar direitos, uma vez que esses

relatos trazem à tona questões íntimas e que dificilmente seriam tematizadas de outra forma.

Exemplo 3: Histórias pessoais e a redução da maioridade penal

A pesquisa de Gabriella Hauber (HAUBER, 2015, 2021; MAIA; HAUBER, 2019), configurada para investigar as emoções em práticas argumentativas sobre a redução da maioridade penal no Brasil, focalizou também histórias, concebidas como evidências ou demonstração das considerações a favor ou contra essa mudança na lei. As histórias foram analisadas tanto em notícias jornalísticas quanto em comentários em redes sociais e em falas em audiências públicas sobre o tema. No contexto do presente capítulo, esse estudo contribui para ilustrar que as histórias narradas pelos *media* podem – e frequentemente são – apropriadas pelos cidadãos, políticos, especialistas, dentre outros, nos mais variados espaços. Essas histórias circulam por diferentes ambientes juntamente com outras histórias pessoais e de terceiros, que também podem ganhar visibilidade midiática. A mãe de um estudante que foi assassinado por um adolescente durante o roubo de um celular é um exemplo disso. Marisa Deppman, mãe de Victor Hugo Deppman, falou sobre a perda do filho em jornais, redes sociais e audiências públicas para demandar e pressionar a aprovação da redução da maioridade penal.[1] A história do adolescente e dessa mãe também foi apropriada e recontada por políticos em audiências públicas e por cidadãos comuns nos comentários em portais de notícia com o mesmo fim: apoiar a mudança na legislação.

Embora seja compreensível que familiares de vítimas demandem a redução da maioridade penal, as histórias violentas que atraem a atenção dos *media* provocam a percepção de agressão de adolescentes que cometeram atos infracionais de maneira desproporcional ao que dados estatísticos indicam na prática. Os dados mais recentes divulgados em 2018 pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) mostram que os atos infracionais análogos a homicídio representaram apenas 10% de todos os atos infracionais registrados no ano de 2016. Dessa forma, as histórias pessoais de casos de violência em cobertura jornalística ajudam a sustentar e a reproduzir a ideia equivocada de que os adolescentes são os principais responsáveis pela escalada da violência no país.

1 Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/sociedade-tem-que-se-mobilizar-diz-mae-de-estudante-morto-em-sp.html. Acesso em: 26 jul. 2022.

Essa pesquisa demonstra, então, que a prática de contar histórias nem sempre contribui para a inclusão de grupos desfavorecidos – que apelam para narrativas pessoais para dar a ver danos e injustiças sociais. (GARCÊZ, 2008; 2015; MAIA; GARCÊZ, 2014; OLIVEIRA, 2017; YOUNG, 2000) Pelo contrário, as histórias que mais são compartilhadas e ganham visibilidade nos *media* são aquelas que reforçam opressões, desigualdades e estereótipos, como as de que os adolescentes, sobretudo negros periféricos, são bandidos em potencial cuja impunidade contribui para o aumento da criminalidade no país.

Exemplo 4: Relatos de si em hashtags feministas

Compartilhar histórias pessoais tem se mostrado especialmente eficaz no ativismo feminista por *hashtag*. Rosemary Clark (2016, 2016, p. 789, tradução nossa) argumenta que "a lógica narrativa da hashtag – sua capacidade de produzir e conectar histórias pessoais – alimenta seu crescimento político". O que Clark nos mostra, juntamente com outros autores (ALTINAY, 2014; BARKER-PLUMMER; BARKER-PLUMMER, 2017; LING; LIAO, 2020; RODINO-COLOCINO, 2014; THRIFT, 2014; YANG, 2016), é que o potencial das *hashtags* em disseminar conteúdo e propiciar engajamento é otimizado através dos relatos pessoais. Nesse contexto, a pesquisa desenvolvida por Maiara Orlandini (2021), ao focalizar as campanhas feministas #ChegadeFiufiu, #NãoÉNão e #RoupaNãoÉConvite, corrobora a visão de que as histórias pessoais sobre assédio sexual incitadas pelas mobilizações surgem como convite para que as mulheres narrem suas experiências de violência e desigualdade de gênero.

Para dar um passo além, essa pesquisa buscou examinar como as histórias pessoais, conectadas em rede, se transformam em uma narrativa maior e coletiva que frequentemente incita tanto processos de politização quanto de despolitização. (FOSTER; KERR; BYRNE, 2014; HAY, 2007, 2014; MAIA, 2017, 2019; WOOD, 2016; WOOD; FLINDERS, 2014) Com esse objetivo, Orlandini (2021) investigou postagens que indexavam às *hashtags* no Twitter e Instagram e desenvolveu a metodologia através de análise de conteúdo multimodal, que é apresentada no capítulo 12. As análises foram estruturadas em três eixos: usuário, imagem e texto.

Esse estudo contribui para demonstrar a complexidade da vocalização de relatos pessoais e suas interpretações nos espaços digitais conectados em rede e, ainda, a ambivalência dos protestos *online* contemporâneos. Em contraste com os primeiros estudos sobre histórias pessoais em um único

fórum *online* (BLACK, 2008; POLLETTA; LEE, 2006), as mobilizações feministas por *hashtags* são feitas, em sua maioria, por compartilhamento de experiências vividas, em meio a inúmeros recursos expressivos, associadas à versatilidade de *affordances* oferecidas pelas plataformas digitais. Nas palavras de Yang (2016, p. 6, tradução nossa), "Existem fotos, gráficos, piadas, slogans, maldições e desenhos animados. Existem links para notícias, vídeos, músicas e canções. No meio dessas histórias personalizadas, mas engenhosas, um protesto narrativo é criado e levado adiante". De tal sorte, as possibilidades de personalização, publicização e coletivização transformam os relatos, que antes eram pessoais, em políticos.

As *hashtags* selecionadas atuaram, por um lado, como facilitadoras de encontros e criação de grupos discursivos para fazer avançar pautas feministas e contestar práticas de assédio. Ao promover o engajamento de uma audiência significativamente ampla, as mobilizações por *hashtags* permitem, nesse sentido, que pessoas e grupos se solidarizem com as reivindicações feministas. Não obstante, elas suscitam, por outro lado, confrontos e articulação de indivíduos e de grupos contrários ao feminismo, que utilizam essas mesmas *hashtags* para expor suas ideias, refutar, deslegitimar e/ou ressignificar as ações feministas. Assim, as palavras indexadas pelo símbolo da cerquilha encetaram disputas sobre relatos pessoais que aglutinaram demandas por direito e respeito e, simultaneamente, discursos contestatórios e aqueles que buscaram invalidar essas demandas com propagação de incivilidades e intolerâncias.

Referências

ADAMS, B. Reason-giving in deliberative forums. *Journal of Public Deliberation,* [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 1-27, 2014.

ALTINAY, R. E. "There is a massacre of women": violence against women, feminist activism, and hashtags in Turkey. *Feminist Media Studies*, [*s. l.*], v. 14, n. 6, p. 1102-1103, 2014.

BARKER-PLUMMER, B.; BARKER-PLUMMER, D. Twitter as a feminist resource: #YesAllWomen, digital platforms, and discursive social change. *In*: EARL, J.; ROHLINGER, D. A. (ed.). *Social movements and media*. Bingley UK: Emerald Publishing Limited, Bingley, 2017. p. 91-118.

BLACK, L. W. Deliberation, storytelling, and dialogic moments. *Communication Theory,* [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 93-116, 2008.

BLACK, L. W. How people communicate in deliberative events. *In*: NABATCHI, T. *et al*. *Democracy in motion*: evaluating the practice and impact of deliberative civic engagement. Oxford, NY: Oxford Scholarship Online, 2012. p. 59-78.

BLACK, L. W.; LUBENSKY, R. Deliberative design and storytelling in the australian citizens' parliament. *In*: CARSON, L. *et al.* (ed.). *The australian citizens' parliament and the future of deliberative democracy*. University Park, PA: Pennsylvania State University, 2013. p. 81-94.

BOSWELL, J. Why and how narrative matters in deliberative systems. *Political Studies*, [*s. l.*], v. 61, n. 3, p. 620-636, 2013.

CLARK, R. "Hope in a hashtag": the discursive activism of #WhyIStayed. *Feminist Media Studies*, [*s. l.*], v. 16, n. 5, p. 788-804, 2016.

CONOVER, P. J.; SEARING, D. D. Studying 'everyday political talk' in the deliberative system. *Acta Politica*, Houndmills, UK, v. 40, n. 3, p. 269-283, 2005.

CONOVER, P. J.; SEARING, D. D.; CREWE, I. M. The deliberative potential of political discussion. *British Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 32, n. 1, p.21-62, jan. 2002.

DE PAULA, Julia. *A quem pertence o parto?* Lutas por reconhecimento, deliberação e autonomia na decisão pela via de nascimento. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

DRYZEK, J. S. *Deliberative democracy and beyond:* liberals, critics, contestation. New York: Oxford University Press, 2000.

DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. Discursive representation. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 102, n. 4, p. 481-493, 2008.

FOSTER, E. A.; KERR, P.; BYRNE, C. Rolling back to roll forward: depoliticisation and the extension of government. *Policy and Politics*, [*s. l.*], v. 42, n. 2, p. 225-241, 2014.

GARCÊZ, R. L. O.; MAIA, R. C. M. . The struggle for recognition of the deaf on the internet: the political function of storytelling. *Communication, Politics & Culture*, [*s. l.*], v. 42, n. 2, p. 45-64, 2009.

GARCÊZ, R. L. O. *O valor político dos testemunhos*: os surdos e a luta por reconhecimento na internet. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GARCÊZ, R. L. O. *Representação política e lutas sociais*: quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos. 2015. 175 f. Tese (Doutorado

em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GARCÊZ, R. L. O. Representação política discursiva e movimento social dos surdos: coletivização de questões como fonte de autoridade. *ORGANICOM*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 192-203, 2017.

GERBER, M. *et al*. Deliberative abilities and influence in a transnational deliberative poll (EuroPolis). *British Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 48, n. 4, p. 1093-1118, oct. 2018.

HAY, C. *Why we hate politics*. Cambridge, UK: Polity Press, 2007.

HAY, C. Depoliticisation as process, governance as practice: what did the'first wave'get wrong and do we need a'second wave'to put it right? *Policy & Politics*, [*s. l.*], v. 42, n. 2, p. 293-311, 2014.

HAUBER, G. *O papel das emoções na deliberação*: o debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

HAUBER, G. *Conversação sobre violência no Brasil*: emoções e demandas por punição em casos de feminicídios e atos infracionais. 2021. 168 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HONNETH, A. Grounding recognition: a rejoinder to critical questions. *Inquiry*, [*s. l.*], v. 45, n. 4, p. 499-519, 2002.

JARAMILLO, M. C.; STEINER, J. Deliberative transformative moments: a new concept as amendment to the discourse quality index. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 1-22, 2014.

JOHNSON, G. F.; BLACK, L. W.; KNOBLOCH, K. R. Citizens' initiative review process: mediating emotions, promoting productive deliberation. *Policy & Politics*, [*s. l.*], v. 45, n. 3, p. 431-447, 2017.

LANE, H.; PILLARD, R. C.; HEDBERG, U. *The people of the eye:* deaf ethnicity and ancestry. New York: Oxford University Press, 2011.

LING, Q.; LIAO, S. Intellectuals debate# MeToo in China: legitimizing feminist activism, challenging gendered myths, and reclaiming feminism. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 70, n. 6, p. 895-916, 2020.

MAIA, R. C. M.; HAUBER, G. The emotional dimensions of reason-giving in deliberative forums. *Policy Sciences*, [*s. l.*], v. 53, n. 1, p. 33-59, 2020.

MAIA, R. C. M. *et al*. Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation? Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums. *European Political Science Review*, [*s. l.*], v. 12, n. 2, p. 113-132, 2020.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. New York: Palgrave McMillan, 2014.

MAIA, R. C. M.; GARCEZ, R. L. O. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf people's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, [*s. l.*], v. 6, n. 3, p. 359-382, 2014.

MAIA, R.C. M. Politicization, new media, and everyday deliberation. *In*: FAWCETT, P. *et al. Anti-politics, depoliticization, and governance*. [*S. l.*]: Oxford University Press, 2017. p. 68-86.

MAIA, R. C. M. Politicisation and depoliticisation within the deliberative system: assessing interactions and tensions of political communication. *Les Enjeux de l'Informationet*, [*s. l.*], v. 19, n. 3, p. 149-159, 2018.

MANSBRIDGE, J. Deliberative polling as the gold standard. *The Good Society*, University Park, PA, v. 19, n. 1, p. 55-62, 2010.

MELUCCI, A. Individual experience and global issues in a planetary society. *Social Science Information*, [*s. l.*], v. 35, n. 3, p. 485-509, 1996.

MOUFFE, C. Some reflections on an agonistic approach to the public. *In*: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (ed.). *Making things public atmospheres of democracy*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. p. 804-807.

OLIVEIRA, V. V. de. *Mídia, memória pública e comissão da verdade no Brasil*: a luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ORLANDINI, M. G. *Vozes feministas online*: o processo de politização e despolitização de três mobilizações por hashtag. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PERLIN, G. As diferentes identidades surdas. *Revista da FENEIS*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 15-16, jun. 2002.

POLLETTA, F.; GARDNER, B. G. The forms of deliberative communication. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 70-85.

POLLETTA, F.; LEE, J. Is telling stories good for democracy? Rhetoric in public deliberation after 9/11. *American Sociological Review*, [*s. l.*], v. 71, n. 5, p. 699-721, 2006.

POLLETTA, F. *et al*. The sociology of storytelling. *Annual Review of Sociology*, [*s. l.*], v. 37, p. 109-130, 2011.

ROBERTS, J. *et al*. Experts and evidence in deliberation: scrutinising the role of witnesses and evidence in mini-publics, a case study. *Policy Sciences*, [*s. l.*], v. 53, n. 1, p. 3-32, 2020.

RODINO-COLOCINO, M. #YesAllWomen: intersectional mobilization against sexual assault is radical (again). *Feminist Media Studies*, [*s. l.*], v. 14, n. 6, p. 1113-1115, 2014.

SAWARD, M. Authorisation and authenticity: representation and the unelected. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p. 1-22, 2009.

SAWARD, M. *The Representative Claim*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.

SCHNEIDERHAN, E.; KHAN, S. Deliberation in Sociology. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 573-583.

'A SOCIEDADE TEM QUE SE MOBILIZAR', DIZ MÃE DE ESTUDANTE MORTO EM SP. *G1*, São Paulo, 11 abr. 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/sociedade-tem-que-se-mobilizar-diz-mae-de-estudante-morto-em-sp.html. Acesso em: 26 jul. 2022.

SPRAIN, L.; BLACK, L. W. Deliberative moments: understanding deliberation as an interactional accomplishment. *Western Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 82, n. 3, p. 336-355, 2018.

STEINER, J. *et al*. *Deliberation across deep divisions*: transformative moments. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2017.

STEINER, J. *The foundations of deliberative democracy*: empirical research and normative implications. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012.

THRIFT, S. C. Yesallwomen as feminist meme event. *Feminist Media Studies*, [*s. l.*], v. 14, n. 6, p. 1090-1092, 2014.

URBINATI, N. Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. *Political Theory*, [*s. l.*], v. 28, n. 6, p. 758-786, dec. 2000.

URBINATI, N. Political representation as a democratic process. *Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory*, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 18-40, 2006.

WOOD, M.; FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. *Policy & Politics*, [*s. l.*], v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

WOOD, M. Politicisation, depoliticisation and anti-politics: towards a multilevel research agenda. *Political Studies Review*, [*s. l.*], v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.

YANG, G. Narrative agency in hashtag activism: the case of #BlackLivesMatter. *Media and Communication*, [*s. l.*], v. 4, n. 4, p. 13-17, 2016.

YOUNG, I. M. Inclusive political communication. *In*: YOUNG, I. M. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 52-77.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova:* Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Metodologias de análise das emoções

Gabriella Hauber
Rousiley C. M. Maia

Introdução

As emoções são objetos de estudo de diferentes áreas, como filosofia, neurociência e psicologia. Na comunicação e política, o interesse pelas emoções é crescente e foi retomado com mais força, sobretudo após a recente emergência de líderes populistas de extrema direita. Tais estudos discutem, por exemplo, como raiva, medo, ansiedade e esperança fazem parte do repertório político de líderes populistas para conquistar apoiadores. (CURATO; HAMMOND; MIN, 2019; KINNVALL, 2018) Há também pesquisas que buscam identificar as emoções presentes e desencadeadas pelos materiais midiáticos (CHAN et al., 2020; YOUNG; SOROKA, 2012) e aqueles com o foco maior na relação entre emoções e persuasão. (DILLARD; PECK, 2001; DILLARD; SEO,

2013; NABI, 2002) Embora haja uma profusão de pesquisas sobre emoções em diferentes áreas, com diferentes objetivos, os desafios metodológicos para apreendê-las ainda são pouco abordados.

Estudos empíricos, muitas vezes, abordam emoções de maneira abstrata ou como algo dado *a priori*, sem apresentar explicações claras sobre como determinadas emoções foram identificadas. Este capítulo, ao contrário dos outros deste livro, não irá abordar uma metodologia específica de se apreender emoções. O objetivo é oferecer um panorama das principais estratégias utilizadas em estudos empíricos que, de alguma forma, explicam como as emoções foram identificadas. Embora reconheçamos a importância de imagens, gestos, expressões e sons para a identificação de emoções, nosso foco aqui será no texto.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção, discutimos algumas das principais abordagens teóricas das emoções, que, de certa forma, inspiram também as diferentes abordagens metodológicas. As operacionalizações metodológicas desses estudos são apresentadas na terceira seção. Em seguida, descrevemos um exemplo de aplicação da análise de conteúdo em estudo empírico realizado a partir de uma tipologia das emoções. Por fim, são abordadas as possíveis aplicações no mercado de trabalho das metodologias que têm por objetivo identificar diferentes emoções.

A abordagem das emoções

Assim como há diferentes abordagens das emoções, há maneiras diversas de compreendê-las e defini-las. Apesar de complexo, é importante que trabalhos empíricos que buscam investigar as emoções partam de uma definição conceitual a fim de sustentar a análise empírica. Não há conceituação consensual, mas, de maneira geral, as emoções fazem parte do reino dos afetos, juntamente com sentimentos, humor, desejos e paixões. (DEONNA; TERONI, 2008) Bandes e Blumenthal (2012) diferenciam as emoções do humor por esse último se referir a sentimentos mais transitórios, enquanto as emoções seriam menos ocasionais, mas, ao invés disso, sentimentos mais perenes e socialmente constituídos. Por outro lado, há abordagens que consideram as emoções como respostas rápidas e transitórias a determinadas situações e contextos. (EKMAN, 1992) Nesse universo complexo das emoções, grande parte dos estudos tem como base as chamadas emoções discretas, que seriam emoções – positivas

ou negativas – desencadeadas no encontro dos sujeitos com o ambiente e que provocam mudanças no organismo. O que caracteriza essas emoções é um padrão nessas mudanças provocadas, ou seja, para cada emoção específica, há um padrão de resposta do organismo. (BRADER; MARCUS; MILLER, 2011; DILLARD; PECK, 2001; DILLARD; SEO, 2013) As emoções discretas estariam relacionadas às chamadas emoções básicas, que seriam um conjunto de componentes neurológicos, corporais e motivacionais gerados de maneira rápida, automática e inconsciente. (EKMAN, 1992; IZARD, 2007b)

Nesta seção, exploramos brevemente algumas das principais abordagens teóricas das emoções utilizadas por pesquisadores da área de comunicação e política e que partem das categorias de emoções apresentadas acima. Também não há consenso sobre essa sistematização de abordagens teóricas. Aqui nos baseamos na divisão proposta por Brader, Marcus e Miller (2011), que discutem a relação entre emoções e opinião pública. Eles classificam as teorias das emoções em: (1) teorias de avaliação (*appraisal theories*), (2) cognição quente (*hot cognition*) e (3) inteligência afetiva (*affective intelligence*). Acrescentamos a essa sistematização de Brader, Marcus e Miller a (4) abordagem construcionista das emoções.

1. *Teorias de avaliação (appraisal theories)*

Há diferentes teorias de avaliação, mas entre elas há um entendimento compartilhado de que as emoções são desencadeadas a partir da avaliação que os sujeitos fazem de determinada situação ou num dado contexto. (DILLARD; SEO, 2013) Essa avaliação estaria relacionada a experiências passadas diante de situações semelhantes. Em outras palavras, parte das teorias de avaliação argumenta que as emoções são capazes de gerar os mesmos tipos de avaliações diante de situações semelhantes às já experienciadas anteriormente. (BRADER; MARCUS; MILLER, 2011) Essa abordagem tem sido utilizada em estudos que buscam analisar a percepção das pessoas diante de diferentes contextos, como percepção de risco diante de situações de violência, efeitos de recepção de material midiático e também pesquisas sobre opinião pública. (BRADER; MARCUS; MILLER, 2011)

2. *Cognição quente (hot cognition)*

"A hipótese da cognição quente sugere que os conceitos sociopolíticos aprendidos são afetivamente carregados e que esta carga é automaticamente ativada ao se expor novamente ao conceito". (BRADER; MARCUS;

MILLER, 2011, p. 387) A cognição quente é o oposto à cognição fria, que não resulta em emoções. De acordo com Tiba (2020), a cognição resulta em emoção quando ela recruta, de forma dependente do contexto, simulações de experiências afetivas. Essa abordagem pode ser utilizada para analisar o processamento de informações, seja *online* ou *offline*, em uma perspectiva que investiga a interação entre as emoções automaticamente ativadas associadas ao conhecimento preexistente (cognição quente) e aquelas emoções desencadeadas diante do conhecimento/informação novo. (REDLAWSK, 2002)

3. *Inteligência afetiva (affective intelligence)*

A base da abordagem da inteligência afetiva, proposta por Marcus, Neuman e Mackuen (2000), é a interação entre razão e emoção no que eles chamam de sistemas cerebrais emocionais duais de disposição e vigilância. Tais sistemas seriam responsáveis por gerenciar os estímulos que as pessoas aprendem a associar com consequências boas ou ruins e orientar o comportamento que terão diante das situações. (MARCUS; NEUMAN; MACKUEN, 2000) Os autores argumentam que "o sistema afetivo gerencia tanto nossa resposta à novidade ou ameaça quanto nossa confiança em hábitos estabelecidos. [...] Além de gerenciar nossas reações emocionais diante de novidades, ameaçadoras e familiares, o afeto também influencia quando e como pensamos sobre elas". (MARCUS; NEUMAN; MACKUEN, 2000, p. 8) Essa abordagem tem sido utilizada por estudos que analisam comportamento político e avaliação de governos; por exemplo, identificando a relação existente entre as emoções diante do contexto econômico do país e a aprovação do Governo Federal. (MUNDIM; GRAMACHO; PINTO, 2018)

4. *Abordagem construcionista das emoções*

De maneira geral, as três abordagens discutidas anteriormente, embora partam de pressupostos diferentes, têm como base comum a ideia de que as emoções constituem reações diante de uma determinada situação. A maior parte delas também adota o modelo de valência das emoções (DILLARD; SEO, 2013), classificando-as como positivas e negativas. As abordagens construcionistas assumem que as emoções são construídas coletivamente, a partir de significados socialmente compartilhados, em contraposição à perspectiva de emoções como meros estados psicológicos automáticos. (JASPER, 1998) Na abordagem construcionista, as emoções

estão intrinsecamente ligadas à razão e ao julgamento, uma vez que elas se relacionam aos valores, às crenças e às experiências individuais e coletivas. (CLARKE; HOGGETT; THOMPSON, 2006; GOODWIN; JASPER, 2006; JASPER, 1998, 2006; KRAUSE, 2008; NUSSBAUM, 2001, 2004, 2006; THOMPSON, 2006) A abordagem construcionista é adequada para estudos que buscam analisar, por exemplo, a conexão entre emoção, argumentação e formação de preferências. (HAUBER, 2015a, 2015b, 2021; MAIA; HAUBER, 2020)

Diferentes metodologias para apreender as emoções na área de comunicação política

Como apontado na introdução deste capítulo, é comum que estudos empíricos sobre emoções não expliquem explicitamente como elas são identificadas ou como cada tipo de emoção é definida. Nesta seção, vamos explorar as metodologias de identificação de emoções mais comuns utilizadas em estudos empíricos da área de comunicação e política. Procuramos indicar as vantagens operacionais e as limitações dessas diferentes estratégias metodológicas para apreender as emoções. São elas: (1) aplicação de questionários e *surveys*, (2) critério léxico, (3) análise de sentimento, (4) análise de conteúdo com foco na tipologia das emoções.

1. *Aplicação de questionários e surveys*

A aplicação de questionários e *surveys* para apreender as emoções pode ser uma estratégia utilizada em diferentes contextos. Nas interações face a face, como em grupos focais e minipúblicos, é possível solicitar que os participantes respondam a um questionário sobre as emoções ou que o mediador da discussão faça perguntas e incentive as pessoas a expressarem seus sentimentos sobre determinada questão ou situação. Outra forma de apreender as emoções é por meio de pesquisas e entrevistas aplicadas para um público mais amplo, por meio digital, por telefone ou pessoalmente. Nos capítulos 7 e 8, abordamos de maneira mais aprofundada as entrevistas e os *surveys*, respectivamente. Aqui, vamos apresentar as perguntas mais utilizadas em pesquisas empíricas que buscam apreender as emoções em um questionamento direto aos sujeitos.

Molewijk, Kleinlugtenbelt e Widdershoven (2011) dividem as formas de questionamento sobre as emoções em discussões morais em três abordagens. A primeira tem como foco compreender quais pensamentos

acompanham determinadas emoções, a partir de perguntas como: "você poderia nos dizer que tipo de pensamentos você teve quando sentiu a raiva – ou outra emoção – que você acabou de nos descrever?". A segunda abordagem tem relação com o papel que as emoções desempenham na discussão, por meio de questionamentos como: "o que você sentiu naquele momento?", "você pode explicar a razão pela qual você sentiu essa emoção?", "como a emoção está relacionada com a questão moral que você gostaria de abordar?" e "quando/em que tipo de situação você acha que a raiva – ou outra emoção – é justificável?". Por fim, os autores discutem a metaconversação. Ela pode ser aplicada quando o mediador perceber que os participantes estão sensíveis/tocados, tristes, confusos ou frustrados com a discussão. Nesse caso, um tipo de questionamento indireto sobre as emoções poderia ser: "sob quais condições podemos ter uma boa indagação moral juntos?". Além dessas três abordagens, Molewijk, Kleinlugtenbelt e Widdershoven (2011) discutem o chamado método aristotélico, mais focado nas atitudes dos participantes em relação às emoções. Segundo os autores, esse método é mais indicado para captura das emoções após uma dada discussão, quando, então, os participantes podem refletir sobre as emoções que sentiram. Nesse caso, é possível apresentar perguntas como: "o que você faria se a emoção o levasse completamente? Em outras palavras, quando a emoção fosse muito forte?", "o que você faria se negligenciasse a emoção, se colocasse a emoção de lado? Em outras palavras, quando a emoção fosse muito fraca?", "mostramos a emoção para a(s) pessoa(s) certa(s)?", "mostramos a emoção no momento certo?" e "a emoção é baseada nas razões certas, isto é, a emoção é baseada nos pensamentos?".[1]

Outra maneira bastante comum de se apreender as emoções por meio de questionários e *surveys* é formulando perguntas com base em escalas. É possível perguntar, por exemplo, "usando uma escala de 0 a 10, em que medida você se sentiu: com raiva, ansioso, triste, com medo e entusiasmado?" (MACKUEN et al., 2010; WOJCIESZAK; BAEK; CARPINI, 2009, 2010) e "durante discussões de hoje, quais dessas reações emocionais você experimentou, se é que houve alguma?". (JOHNSON; MORRELL; BLACK, 2019) As perguntas também podem extrapolar o contexto do grupo de discussão e abranger questões mais gerais, como "quais seus sentimentos em

1 O método aristotélico é sistemático e dividido em cinco etapas. Para mais detalhes, ler: Molewijk, Kleinlugtenbelt e Widdershoven (2011).

relação à economia do país/sua situação econômica pessoal?", "nos últimos 12 meses, a economia do país/sua situação econômica pessoal lhe fez sentir...". (MUNDIM et al., 2018) Nesse último caso, foram apresentadas quatro emoções, classificadas como positivas pelos autores (confiança, esperança, empolgação e felicidade) e quatro classificadas como negativas (preocupação, medo, ansiedade e decepção).

2. *Critério léxico*

O critério léxico pode ser utilizado quando não se tem a oportunidade – ou o material empírico não permite – que a identificação das emoções seja feita de maneira direta, ou seja, perguntando aos sujeitos que emoções sentiram, como ocorre no caso de *surveys* e questionários. Sobkowicz e Sobkowicz (2011, 2012) identificaram emoções em comentários de notícias sobre política por meio da análise humana e também automática. O critério léxico foi adotado em ambas as estratégias, porém com diferenças. Na classificação humana das emoções – realizada pelos próprios autores –, foi utilizada uma escala numérica de +1 a -3, que vai de emoções mais positivas (manifestação de apoio a políticas) às mais negativas (uso de linguagem vulgar e caixa alta), passando pelas emoções neutras (explicações com o uso de linguagem neutra).Na estratégia automática, os autores utilizaram a mesma escala a partir da combinação de análise léxica e memória das atividades dos usuários que comentaram nas notícias. O critério léxico teve como base principal uma lista de palavrões comumente utilizados para atacar políticos e outros usuários e também erros de ortografia intencionais e jogos de palavras com nomes de partidos políticos – uma maneira de tratá-los pejorativa e ironicamente. Já a memória é uma estratégia que busca identificar as palavras frequentemente utilizadas na comunidade para divertir, fazer piada ou irritar outros usuários. (SOBKOWICZ; SOBKOWICZ, 2012) Johnson e demais autores (2017) também caracterizam o que chamam de declarações emocionais por meio de linguagem evocativa, tensa ou hiperbólica, articuladas em histórias ou narrativas pessoais.

As classificações anteriores são mais genéricas, sem identificação de tipos específicos de emoções. O uso de escalas com base na valência das emoções é bastante comum, mas o critério léxico também é utilizado para identificar emoções específicas. Pantti e Van Zoonen (2006) adotaram esse critério para associar determinadas palavras e expressões a discursos emocionais específicos presentes na cobertura jornalística sobre assassinato. Palavras como horror, tragédia, luto, vingança e desconfiança ou

referências às expressões corporais de emoções foram associadas a discursos de solidariedade, raiva, choque e pesar.

3. *Análise de sentimento*

A análise de sentimento é realizada de maneira automatizada, o que permite análises em larga escala de conteúdos publicados em redes sociais ou em mídias tradicionais, por exemplo. Devido a essas amplas possibilidades, essa é uma técnica que tem sido cada vez mais utilizada em pesquisas acadêmicas e no campo profissional de diferentes áreas de conhecimento, como computação, ciências sociais e comunicação. Por esse motivo, também existe uma vasta e crescente literatura sobre o método. Benevenuto, Ribeiro e Araújo (2015) sintetizam quatro terminologias e conceitos relacionados à análise de sentimento: (i) polaridade: que busca identificar o grau de polaridade de um texto, que vai de positivo a negativo, passando pelo neutro; (ii) força do sentimento: que mede a força do sentimento e da polaridade também baseado em uma escala. Pode ser utilizado para medir a força do sentimento de títulos de notícias, separando-as em notícias boas e ruins, por exemplo; (iii) sentimento e emoção: que identifica emoções específicas em um texto, como raiva, medo, felicidade e tristeza; e (iv) subjetividade *versus* polaridade: que busca diferenciar um texto objetivo, baseado em fatos e informações, de textos subjetivos, que expressam sentimentos pessoais e opiniões.

Apesar de novas tecnologias estarem sendo desenvolvidas, como a aprendizagem supervisionada da máquina (*machine learning*), grande parte dos estudos que adotam a análise de sentimento como estratégia metodológica também se baseia no critério léxico para construir dicionários para medir sentimentos, por ser mais transparente e simples de aplicar. (VAN ATTEVELDT; VAN DER VELDEN; BOUKES, 2021) A construção do dicionário é próxima do que explicamos na seção anterior sobre o critério léxico: consiste na produção de uma longa lista de palavras associadas a emoções positivas e negativas e na contagem dessas palavras para medir o tom emocional do texto. Esses dicionários costumam ser compartilhados e adaptados por diferentes pesquisadores, como é o caso do popular *Linguistic inquiry and word count*. (TAUSCZIK; PENNEBAKER, 2010)

Em um estudo sobre a cobertura jornalística sobre Terrorismo, Muçulmanos e Refugiados (TMR), Chan e demais autores (2020) adotaram a análise de sentimento para identificar o tom emocional das matérias e reportagens de diferentes países – Estados Unidos, Austrália, Turquia,

Líbano, Alemanha e Suíça. O foco do trabalho é nas emoções de piedade/pena (*pity*) e medo (*fear*), que foram identificadas por meio de um dicionário previamente construído em quatro línguas, levando em consideração os diferentes contextos e culturas dos países dos quais o material jornalístico foi coletado. A inspiração para a construção dos dicionários foram as palavras-chave relacionadas a TMR estabelecidas por estudos anteriores.[2] Também para medir o tom emocional de matérias jornalísticas, Young e Soroka (2012) desenvolvem e propõem a utilização do dicionário de sentimentos *Lexicoder*. Os autores compararam os resultados obtidos por meio do uso desse dicionário com uma codificação humana (não automatizada) e demais dicionários de sentimentos. Os resultados mostraram que o *Lexicoder* se aproxima mais da codificação humana do que outros tipos de dicionários, o que seria uma vantagem.

Essa proximidade com a codificação humana é entendida como uma vantagem do dicionário em um contexto de ampla discussão sobre a construção, a eficiência e a validade dos dicionários de sentimentos. Van Atteveldt, Van Der Velden e Boukes (2021) comparam diferentes métodos de análise de sentimento e concluem que o melhor desempenho ainda é alcançado com codificação humana treinada ou de multidão (*crowd coding*), mesmo quando comparada a diferentes propostas de dicionários e, até mesmo, às técnicas de *machine learning*. Os autores reforçam, então, a importância de sempre validar os métodos de análise automática de texto antes do uso, combinado com a codificação humana, uma vez que a identificação de sentimentos (ou emoções) não é algo simples. Pelo contrário, muitas vezes está implícito nos significados do texto.

4. *Análise de conteúdo com foco na tipologia das emoções*

A análise de conteúdo, que explicamos de maneira mais aprofundada nos capítulos 2 e 3, pode ser aplicada para estudos sobre emoções que utilizam o critério léxico e também análises de sentimento baseadas em dicionários. No entanto, esses dois métodos focam em palavras específicas que podem ser associadas a determinadas emoções, o que de certa forma é um limitador. Por outro lado, as técnicas de *machine learning* ainda são pouco acessíveis e também apresentam limitações, como

2 Para detalhes sobre a construção do dicionário em quatro línguas e aplicação do método de análise de sentimento no estudo de Chan e demais autores (2020), acessar o apêndice do artigo: https://doi.org/10.17605/OSF.IO/A4DQP.

mostrado por Van Atteveldt e demais autores (2021). Para os estudos cujo material empírico permite uma codificação humana, propomos a aplicação da análise de conteúdo capaz de identificar emoções específicas para uma análise menos genérica das emoções envolvidas nas situações de debate público sobre temas controversos. (HAUBER, 2015a, 2015b, 2021; MAIA; HAUBER, 2020)

Tipologia das emoções

A criação de uma tipologia das emoções é uma tarefa complexa. Vamos apresentar aqui uma proposta que foi aplicada para análises de debates públicos sobre questões envolvendo diferentes tipos de violências, mas que pode ser adaptada para outras situações e contextos. A tipologia foi construída com base em estudos teóricos que definem diferentes tipos de emoções e também naqueles que adotam o critério léxico. Foram tipificadas cinco emoções que se relacionam a situações de violência. São elas: raiva, medo, compaixão, indignação e tristeza. (HAUBER, 2021)

a. Expressão de raiva: para Aristóteles, a cólera é "o desejo, acompanhado de tristeza, de vingar-se ostensivamente de um manifesto desprezo por algo que diz respeito a determinada pessoa ou algum dos seus, quando esse desprezo não é merecido". (ARISTÓTELES, 2000, p. 7) O ódio estaria relacionado ao sentimento de rancor e seria algo menos individual do que a cólera, uma vez que pode voltar-se para uma classe de pessoas e não somente a um indivíduo particular. "São causas do ódio a cólera, o ultraje, a calúnia. A cólera, pois, provém daquilo que nos toca pessoalmente, enquanto o ódio surge sem nenhuma ligação pessoal". (ARISTÓTELES, 2000, p. 29) Nesse mesmo sentido, Thompson (2006) entende a raiva como um sentimento mobilizado quando sujeitos experienciam situações de desrespeito e desprezo que julgam não merecer. Schieman (2006) está preocupado em estudar as causas sociais da raiva, em investigar em que situações esse sentimento é desencadeado. Nesse contexto, o autor apresenta um consenso geral sobre o que levaria alguém a ter raiva. "A raiva é uma emoção altamente social. Indutores comuns de raiva envolvem insulto real ou percebido, injustiça, traição, desigualdade, impedimentos objetivos, ações incompetentes do outro e ser alvo de agressão verbal ou física". (SCHIEMAN, 2006, p. 495) A raiva pode ser identificada, portanto, em proferimentos que indicam que o falante se sente desprezado e avalia que a sua experiência ou o seu ponto de vista

não receberam o devido valor, ou seja, em situações de desrespeito. Também, compartilhando da definição de Aristóteles, o proferimento será categorizado como raiva quando há um sentimento de vingança e de desejo de que o outro passe por algum tipo de sofrimento. Além disso, seguindo o critério léxico, o uso de palavras chulas e xingamentos também pode ser associado à raiva.

b. Expressão de medo: o medo sempre está relacionado a uma projeção de algo ruim no futuro, seja imediato ou distante. Aristóteles discute o temor como algo contrário à confiança, que seria a suposição de que os meios de salvação estão próximos. "Seja, então, o temor certo desgosto ou preocupação resultantes da suposição de um mal iminente, ou danoso ou penoso [...] São temíveis aquelas coisas que parecem possuir grande capacidade de arruinar, ou de causar danos que levam a grande desgosto". (ARISTÓTELES, 2000, p. 31) Jasper (2006, p. 17) também discute o medo em relação à possibilidade de uma consequência negativa. "O medo que sentimos em relação a um automóvel de repente mudando de direção em relação a nós [emoção reflexiva] é mais automático do que o medo que sentimos sobre um despejo de resíduos perigosos na estrada [emoção moral]". O temor seria menos uma reação automática a um perigo iminente e mais uma projeção de uma consequência ruim de determinada atitude ou ação. Nesse sentido, Nussbaum (2004, p. 10) argumenta que "se eu ceder a um chantagista por medo, esse medo não é apenas um impulso elétrico que me sacode: seu caráter doloroso vem dos pensamentos que contém sobre os danos que posso sofrer". Dessa forma, o medo pode ser identificado quando o proferimento expressar um receio em relação a uma consequência futura negativa.

c. Expressão de empatia/compaixão: a compaixão é um sentimento em relação ao outro, quando avaliamos que o outro está passando por um sofrimento injusto. "Seja, então, a compaixão certo pesar por um mal que se mostra destrutivo ou penoso, e atinge a quem não o merece [...]". (ARISTÓTELES, 2000, p. 53) Jasper (2006, p. 21) discute a compaixão como uma emoção que determinada vítima causa em nós. "Estes [sentimentos de compaixão] são um tipo de empatia, em que sentimos dor no sofrimento dos outros. Este descontentamento nos move para tentar remover as fontes de dor". Nesse sentido, a compaixão está, de certa forma, relacionada à alteridade, ao se colocar no lugar do outro. (HABERMAS, 1990; MORRELL, 2010) Outra emoção que se relaciona a isso é a empatia, que seria "um pré-requisito emocional para assumir a

perspectiva do outro, que requer que todos assumam o ponto de vista de todos os outros". (HABERMAS, 1990, p. 112) Nesse sentido, compaixão e empatia podem ser identificadas quando o comentário demonstrar a intenção da pessoa de se colocar no lugar do outro, de tentar compreender a situação do outro.

d. Expressão de indignação: para Aristóteles (2000), a indignação seria o oposto da compaixão, uma vez que a compaixão representa um pesar diante do sofrimento do outro, enquanto a indignação representa o pesar diante do sucesso imerecido do outro. "Deve-se sentir aflição e compaixão pelos que são infelizes sem o merecer, e indignação pelos que imerecidamente são felizes". (ARISTÓTELES, 2000, p. 59) Adaptada para o contexto de debate público sobre violência, a indignação pode ser entendida como algo relacionado a uma determinada situação ou posição positivas, avaliadas como imerecidas pelo falante, como no caso dos questionamentos em relação a legislação específica para mulheres e adolescentes ou comentários indignados em relação ao tipo de punição que o agressor recebe, que seria branda.

e. Expressão de tristeza: em *Retórica das paixões*, Aristóteles (2000) discute a tristeza sempre acompanhada de outras emoções. "As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as outras paixões análogas, assim como seus contrários". (ARISTÓTELES, 2000, p. 5) Contudo, a tristeza muitas vezes é expressa, literalmente, pela palavra "triste" ou por meio de *emojis* que indicam essa emoção. Whittier (2001), por exemplo, identifica a tristeza em narrativas sobre abusos sexuais na infância, sobretudo a partir do choro. Nos casos de notícias sobre violências, o *emoji* que representa o choro é comum de ser encontrado, além de as pessoas comentarem "que tristeza", "triste" e outras expressões que mostram consternação, como "que horror".

Essa tipologia das emoções está associada às abordagens construcionistas que mencionamos anteriormente, que compreendem as emoções como socialmente construídas e relacionadas aos valores e crenças dos sujeitos. Tais abordagens também argumentam que as emoções estão sempre associadas a determinados objetos (CLARKE et al., 2006; JASPER 1998; NUSSBAUM, 2001, 2004), como a raiva direcionada ao suposto agressor ou bandido e a compaixão direcionada a vítimas. Portanto, identificar também os objetos aos quais as emoções são direcionadas é

importante para captar as nuances envolvidas no debate público sobre uma questão controversa, como a violência. Na próxima seção, apresentamos com mais detalhes a aplicação da tipologia das emoções, por meio da análise de conteúdo, em estudos empíricos sobre o debate público sobre a redução da maioridade penal e Lei do Feminicídio.

Aplicação da análise das emoções em pesquisas

A tipologia das emoções apreendidas por meio da análise de conteúdo, apresentada na seção anterior, foi aplicada em dois estudos empíricos sobre os debates na esfera pública sobre a redução da maioridade penal/atos infracionais e a Lei do Feminicídio/violência letal contra a mulher. Embora semelhantes, os dois estudos apresentam focos diferentes. O primeiro está mais preocupado em discutir a relação entre emoções e argumentação/justificação (HAUBER, 2015a; MAIA; HAUBER, 2020), enquanto o segundo, o papel das emoções na formação de preferências. (HAUBER, 2021) Ambos os estudos partem da abordagem construcionista das emoções.

Exemplo 1: A relação entre emoção e argumentação

Neste estudo (MAIA; HAUBER, 2020), analisamos a relação entre emoção e razão em uma perspectiva não dicotômica. Para isso, adotamos a análise de conteúdo para identificar os diferentes tipos de emoções e argumentos utilizados para defender ou contrapor as propostas de redução da maioridade penal. O material analisado foi coletado em audiências públicas organizadas pelo Senado Federal para debater o tema. Os resultados mostram que as emoções não estão distribuídas aleatoriamente, mas fortemente associadas à direção da argumentação, ou seja, ao posicionamento contrário ou favorável à redução. Compaixão e medo estavam ligadas a reivindicações contrárias a mudanças na legislação, enquanto indignação a reivindicações favoráveis. Já a raiva estava distribuída de forma bastante equilibrada entre os proferimentos a favor (50%) e contra (50%). O Teste Exato de Fisher indicou uma forte associação entre os tipos de emoções e direção da argumentação (valor de $p < 0{,}001$).

Por outro lado, ao observarmos o conteúdo da argumentação, há uma associação estatisticamente significante somente em relação ao conteúdo da argumentação no lado contrário à redução. Ou seja, em proferimentos

contra a mudança na legislação, determinados argumentos (por exemplo, políticas públicas são mais eficientes para conter a violência cometida por adolescentes do que a redução da maioridade penal) estão associados a determinadas emoções (por exemplo, compaixão). O mesmo não foi observado em posicionamentos favoráveis. De maneira geral, os resultados sugerem que as pessoas compartilham emoções comuns em cada lado do debate. É possível argumentar que as emoções compartilhadas estão no pano de fundo da argumentação, ao mesmo tempo em que há espaço para que as pessoas articulem justificativas específicas para defender e sustentar suas opiniões. (MAIA; HAUBER, 2020)

Exemplo 2: A relação entre emoções e formação de preferência política

Neste estudo (HAUBER, 2021), investigamos a relação entre as emoções e a formação de preferência, tendo como foco as demandas por punição e justiça diante de casos de atos infracionais e feminicídios. Para isso, identificamos, por meio da análise de conteúdo, não somente as emoções, mas também os objetos das emoções (agressores, vítimas, familiares, dentre outros) e as diferentes demandas por punição e propostas de solução para as violências (prisão perpétua, pena de morte, redução da maioridade, aplicação da Lei do Feminicídio, dentre outras). A análise combinada de todos esses aspectos contribui para entendermos como os dois tipos de violência são vistos pelos cidadãos, o que está diretamente relacionado ao posicionamento que têm (ou terão) sobre a redução da maioridade penal e a Lei do Feminicídio, quando questionados sobre eles. Para esse estudo, analisamos comentários de notícias sobre atos infracionais e feminicídios, compartilhadas nas páginas do Facebook dos portais UOL e G1.

De maneira geral, os resultados mostraram que diferentes emoções são direcionadas aos adolescentes, homens e mulheres. Encontramos diferenças estatísticas entre as emoções direcionadas a cada um desses objetos. Os adolescentes foram objetos, sobretudo, de raiva e indignação, os homens de raiva e as mulheres de indignação. Tudo isso diz muito sobre a forma como os cidadãos que comentam exigem justiça e punição. Enquanto a redução da maioridade penal é apontada como a melhor solução no caso de atos infracionais, há pouca ocorrência de sugestões para resolver a violência contra as mulheres, que, na maioria das vezes, é tratada como casos isolados, cuja culpa vem de determinado comportamento inadequado da mulher, frequente objeto de indignação – em uma clara

culpabilização da vítima e atenuação da culpa do agressor, o que não ocorre no caso de atos infracionais.

Em ambos os estudos apresentados brevemente nesta seção, adotamos a análise de conteúdo para identificar diferentes tipos de emoção em falas de participantes de audiências públicas (interação face a face) e comentários de notícias em redes sociais (interação *online*). Argumentamos que independentemente do método escolhido para apreender as emoções é fundamental, embora desafiador, distingui-las em diferentes tipos e também observar os objetos aos quais são direcionadas. A associação entre determinada emoção e diferentes objetos permite identificarmos e discutirmos nuances do debate público sobre controvérsias e evita que sejam feitas discussões genéricas e uma classificação *a priori* de emoções positivas e negativas.

Aplicação do método em práticas profissionais da comunicação

A possibilidade de coleta de dados em grande escala por meio de redes sociais e *surveys* tem atraído empresas e organizações que buscam compreender melhor a relação que possuem com seus diferentes públicos e clientes. Nesse contexto, a análise das emoções se torna importante para análises sobre repercussão de ações e eventos estratégicos e também para monitoramento de produtos e marcas. Profissionais da comunicação são cada vez mais requisitados para produzir relatórios sobre satisfação e relação com públicos com base na mineração de um grande volume de dados.

Dentre os métodos apresentados neste capítulo, a análise de sentimentos está amplamente difundida também no mercado de trabalho, sobretudo para captar o sentimento geral de consumidores e pensar nas estratégias de *marketing* de uma empresa. É possível, por exemplo, identificar as emoções que determinados produtos e serviços despertam no público, customizar a linguagem de atendentes (físicos e virtuais) de acordo com o sentimento do público e promover experiências que despertem emoções positivas do público em relação a produtos e serviços. As emoções positivas podem ser captadas, por exemplo, por meio de elogios, relatos de experiências bem-sucedidas e comparações positivas em relação a concorrências. Já as negativas podem ser identificadas por meio de críticas e relatos de experiências ruins. Ou seja, variáveis relacionadas às emoções estão cada vez mais inseridas nas métricas do *marketing* digital.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BANDES, S. A.; BLUMENTHAL, J. A. Emotion and the Law. *Annual Review of Law and Social Science*, [*s. l.*], v. 8, n. 1, p. 161-181, 2012.

BENEVENUTO, F.; RIBEIRO, F.; ARAÚJO, M. Métodos para análise de sentimentos em mídias sociais. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA E WEB. 21., 2015, Manaus. *Minicursos* [...]. Manaus: Sociedade Brasileira de Computação, 2015. p. 31-59.

BRADER, T.; MARCUS, G. E.; MILLER, K. L. Emotion and public opinion. *In*: SHAPIRO, R. Y.; JACOBS, L. R. (ed.). *The Oxford handbook of American public opinion and the media*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2011. p. 384-401.

CHAN, C.-H. *et al*. How combining terrorism, Muslim, and refugee topics drives emotional tone in online news: a six-country cross-cultural sentiment analysis. *International Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 14, p. 3569-3594, 2020.

CLARKE, S.; HOGGETT, P.; THOMPSON, S. The study of emotion: an introduction. *In*: CLARKE, S.; HOGGETT, P.; THOMPSON, S. (ed.). *Emotion, politics and society*. London: Palgrave Macmillan, 2006. p. 3-13.

CURATO, N.; HAMMOND, M.; MIN, J. B. Deliberative democracy in dark times. *In*: CURATO, N.; HAMMOND, M.; MIN, J. B. *Power in deliberative democracy*: norms, forums, systems. New York: Palgrave Macmillan, 2019. p. 137-165.

DEONNA, J. A.; TERONI, F. *Qu'est-ce qu'une émotion?* Paris: J. Vrin, 2008.

DILLARD, J. P.; PECK, E. Persuasion and the structure of affect: dual systems and discrete emotions as complementary models. *Human Communication Research*, [*s. l.*], v. 27, n. 1, p. 38-68, 2001.

DILLARD, J. P.; SEO, K. Affect and persuasion. *In*: DILLARD, J. P.; SHEN, L. (ed.). *The SAGE handbook of persuasion*: developments in theory and practice, 2013. p. 150-166.

EKMAN, P. An argument for basic emotions. *Cognition & Emotion*, [*s. l.*], v. 6, n. 3-4, p. 169-200, 1992.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M. Emotions and social movements. *In*: STETS, J. E.; TURNER, J. H. (ed.). *Handbook of the sociology of emotions*. Boston, MA: Springer, 2006. p. 611-635.

HABERMAS, J. Jürgen Habermas: morality, society and ethics. An interview with Torben Hviid Nielsen. *Acta Sociologica*, [*s. l.*], v. 33, n. 2, p. 93-114, 1990.

HAUBER, G. *O papel das emoções na deliberação*: o debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015a.

HAUBER, G. Deliberação mediada sobre a redução da maioridade penal no Brasil: emoção, razão e opinião pública. *Ciberlegenda*, [*s. l.*], n. 33, p. 80-93, 2015b.

HAUBER, G. H. *Conversação sobre violência no Brasil*: emoções e demandas por punição em casos de feminicídios e atos infracionais. 2021. 168 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

IZARD, C. E. Emotion feelings stem from evolution and neurobiological development, not from conceptual acts: corrections for Barrett et al. (2007). *Perspectives on Psychological Science*, [*s. l.*], v. 2, n. 4, p. 404-405, 2007a.

IZARD, C. E. Basic emotions, natural kinds, emotion schemas, and a new paradigm. *Perspectives on Psychological Science*, [*s. l.*], v. 2, n. 3, p. 260-280, 2007b.

JASPER, J. M. Emotions and the microfoundations of politics: rethinking ends and means. *In*: CLARKE, S.; HOGGETT, P.; THOMPSON, S. (ed.). *Emotion, politics and society*. London: Palgrave Macmillan, 2006. p. 14-30.

JASPER, J. M. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, [*s. l.*], v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998.

JOHNSON, G. F.; BLACK, L. W.; KNOBLOCH, K. R, Citizens' initiative review process: mediating emotions, promoting productive deliberation. *Policy & Politics*, [*s. l.*], v. 45, n. 3, p. 431-447, 2017.

JOHNSON, G. F.; MORRELL, M. E.; BLACK, L. W. Emotions and deliberation in the Citizens' Initiative Review. *Social Science Quarterly*, [*s. l.*], v. 100, n. 6, p. 2168-2187, 2019.

KINNVALL, C. Ontological insecurities and postcolonial imaginaries: the emotional appeal of populism. *Humanity & Society*, [*s. l.*], v. 42, n. 4, p. 523-543, 2018.

KRAUSE, S. R. *Civil passions*: moral sentiment and democratic deliberation. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MAIA, R. C. M.; HAUBER, G. The emotional dimensions of reason-giving in deliberative forums. *Policy Sciences*, [*s. l.*], v. 53, n. 1, p. 33-59, 2020.

MACKUEN, M. *et al*. Civic engagements: resolute partisanship or reflective deliberation. *American Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 54, n. 2, p. 440-458, 2010.

MARCUS, G. E.; NEUMAN, W. R.; MACKUEN, M. *Affective intelligence and political judgment*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

MOLEWIJK, B.; KLEINLUGTENBELT, D.; WIDDERSHOVEN, G. The role of emotions in moral case deliberation: theory, practice, and methodology. *Bioethics*, [*s. l.*], v. 25, n. 7, p. 383-393, 2011.

MORRELL, M. E. *Empathy and democracy*: feeling, thinking, and deliberation. University Park, PA: Penn State University Press, 2010.

MUNDIM, P. S.; GRAMACHO, W.; PINTO, A. J. de P. Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 90-113, jan./abr. 2018.

NABI, R. Anger, fear, uncertainty, and attitudes: a test of the cognitive--functional model. *Communication Monographs*, [*s. l.*], v. 69, n. 3, p. 204-216, 2002.

NUSSBAUM, M. C. *Upheavals of thought*: the intelligence of emotions. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NUSSBAUM, M. C. Emotions as judgments of value and importance. *In*: SOLOMON, R. C. (ed.). *Thinking about feeling*: contemporary philosophers on emoticons. Oxford, NY: Oxford University Press, 2004. p. 183-199.

NUSSBAUM, M. C. *Frontiers of justice*: disability, nationality, species membership. Cambridge, MA: Belknap Press, 2006.

PANTTI, M.; VAN ZOONEN, L. Do crying citizens make good citizens? *Social Semiotics*, [*s. l.*], v. 16, n. 2, p. 205-224, 2006.

REDLAWSK, D. P. Hot cognition or cool consideration? Testing the effects of motivated reasoning on political decision making. *The Journal of Politics*, [*s. l.*], v. 64, n. 4, p. 1021-1044, 2002.

SCHIEMAN, S. Anger. *In*: STETS, J. E.; TURNER, J. H. (ed.). *Handbook of the sociology of emotions*. Boston, MA: Springer, 2006. p. 493-515.

SOBKOWICZ, P.; SOBKOWICZ, A. Hate networks revisited: time and user interface dependence study of user emotions in political forum. *arXiv*, [*s. l.*], 2011. Disponível em: https://doi.org/10.48550/arXiv.1107.3275. Acesso em: 26 jul. 2022.

SOBKOWICZ, P.; SOBKOWICZ, A. Two-year study of emotion and communication patterns in a highly polarized political discussion forum. *Social Science Computer Review*, [*s. l.*], v. 30, n. 4, p. 448-469, 2012.

TAUSCZIK, Y. R.; PENNEBAKER, J. W. The psychological meaning of words: LIWC and computerized text analysis methods. *Journal of Language and Social Psychology*, [*s. l.*], v. 29, n. 1, p. 24-54, 2010.

THOMPSON, S. *The political theory of recognition*: a critical introduction. Cambridge: Polity Press, 2006.

TIBA, A. *Embodied hot cognitive vulnerability to emotional disorders*. Cham, [Suiça]: Springer Cham, 2020.

VAN ATTEVELDT, W.; VAN DER VELDEN, M. A. C. G.; BOUKES, M. The validity of sentiment analysis: comparing manual annotation, crowd-coding, dictionary approaches, and machine learning algorithms. *Communication Methods and Measures*, [*s. l.*], v. 15, n. 2, p. 121-140, 2021.

WHITTIER, N. Emotional strategies: the collective reconstruction and display of oppositional emotions in the movement against child sexual abuse. *In*: GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. (ed.). *Passionate politics:* emotions and social movements. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. p. 233-250.

WOJCIESZAK, M. E.; BAEK, Y. M.; CARPINI, M. X. D. What is really going on? Structure underlying face-to-face and online deliberation. *Information, Communication & Society*, [*s. l.*], v. 12, n. 7, p. 1080-1102, 2009.

WOJCIESZAK, M. E.; BAEK, Y. M.; CARPINI, M. X. D. Deliberative and participatory democracy? Ideological strength and the processes leading from deliberation to political engagement. *International Journal of Public Opinion Research*, [*s. l.*], v. 22, n. 2, p. 154-180, 2010.

YOUNG, L.; SOROKA, S. Affective news: the automated coding of sentiment in political texts. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 29, n. 2, p. 205-231, 2012.

Entrevistas

Fernanda N. Sanglard
Regiane L. Garcêz
Rousiley C. M. Maia

Introdução

As entrevistas, com diversos formatos e ampla variedade de usos, constituem um dos métodos mais tradicionais de fazer perguntas e buscar compreender a visão dos outros. O objetivo das entrevistas é colher respostas a partir da perspectiva do entrevistado. Nas palavras de Gaskell (2000, p. 65), o propósito é construir uma "compreensão detalhada das crenças, atitudes, dos valores e das motivações" das pessoas. Segundo Weiss (1995), as entrevistas nos permitem ter acesso às observações e aos pensamentos de outros. As entrevistas podem, portanto, ser compreendidas como uma forma de conhecimento, na medida em que se busca ouvir e conhecer alguém ou algo do ponto de vista e da avaliação dos entrevistados.

No campo da comunicação, as entrevistas são tanto um produto final – *id est*, uma modalidade de prática profissional do jornalismo – quanto uma técnica de coleta de dados. As entrevistas, frequentemente

usadas por jornalistas e pesquisadores, podem ser entendidas, num primeiro momento, como uma forma intuitiva e relativamente simples para captar informações. Não obstante, elas envolvem, na verdade, processos complexos e procedimentos que devem ser cuidadosamente definidos e planejados, incluindo compromissos éticos firmados com os entrevistados. (VEIGA; GONDIM, 2001) No campo da pesquisa, a entrevista em profundidade com respondente único, por exemplo, é organizada a partir de um conjunto de questões pré-determinadas, fundamentadas em teorias e seguindo objetivos previamente definidos pelos pesquisadores. (DUARTE, 2011; GASKELL, 2000)

Neste capítulo, tratamos do potencial metodológico das entrevistas em pesquisas na área de comunicação política. Apresentamos a definição de distintos tipos de entrevista, critérios para a definição de participantes, passos para planejar as entrevistas e, ainda, os elementos estruturantes centrais de sua execução. Na sequência, exploramos possibilidades de interpretação das entrevistas e apontamos algumas considerações éticas. Apresentamos também diversos exemplos de aplicação de entrevistas em pesquisa, com objetivos variados, em distintos contextos.

O potencial metodológico das entrevistas

"Eu entrevisto porque estou interessado nas histórias das outras pessoas". (SEIDMAN, 2006, p. 7, tradução nossa) É assim que Seidman (2006) explica uma das principais razões pelas quais os pesquisadores optam por realizar entrevistas. Alguns autores entendem que as entrevistas têm origem no final do século XIX, momento em que abrangentes enquetes foram conduzidas em Londres para conhecer as condições sociais e econômicas dos moradores daquela cidade. (FONTANA; FREY, 1998) Amplamente utilizada nas pesquisas em ciências sociais, a aplicação de entrevistas de modo mais sistemático e envolvendo discussão metodológica remonta aos anos 1930.

Em 1937, o sociólogo Paul Lazarsfeld ressaltou em seus trabalhos as vantagens do uso de entrevistas para identificar tendências e efeitos dos meios de comunicação. Segundo Martino, Lopes e Souza (2019), esse parece ser um dos primeiros registros da utilização de entrevistas na pesquisa em comunicação. Conforme Duarte (2011), as definições de entrevista se ampliaram após a Segunda Guerra Mundial, a partir sobretudo dos estudos de psicoterapia de Carl Rogers. A técnica de entrevista não

apenas se consolidou no campo como também é uma das principais formas de coleta de dados nos estudos de comunicação e públicos. (ARSEL, 2017) Diversos tipos de entrevistas passaram a ser usados. Dentre eles, a classificação mais recorrente considera três modalidades: entrevista aberta, semiestruturada e estruturada (ou fechada).

As diferentes modalidades de entrevista decorrem sobretudo do modo de fazer perguntas e do tipo de interação que se estabelece entre entrevistador e respondente. As entrevistas estruturadas ou fechadas, como o próprio nome indica, contêm um conjunto de perguntas e alternativas de respostas predefinidas. Em geral, as perguntas e opções de respostas são iguais para todos os entrevistados. Entre as estruturadas, estão os questionários, *surveys* e *polls* (enquetes), tratados no capítulo 8 – amplamente utilizados em estudos quantitativos ou para embasar estudos qualitativos. (DUARTE, 2011; FONTANA; FREY, 1998)

Já as entrevistas abertas são as mais flexíveis. Embora também devam ter um roteiro ou um guia com os pontos principais, as entrevistas abertas oferecem oportunidades para que os entrevistadores e respondentes, ao fazer e responder perguntas, produzam a dinâmica de interação com maior liberdade. Nessa situação, o tempo de realização costuma ser maior e o pesquisador que conduz a entrevista pode modificar, incluir ou reestruturar as questões que julgar pertinentes a todo momento, utilizando da resposta anterior para formular a indagação seguinte. (DUARTE, 2011) Assim, cada encontro pode levar a experiências distintas.

As entrevistas semiestruturadas são uma mescla entre a estruturada e a aberta, pois apresentam um roteiro predefinido e incluem, também, a oportunidade de inserção de novas perguntas no momento do encontro com os respondentes. Nesse caso, o entrevistador possui um conjunto de perguntas padrão, que deve ser endereçado a todos os entrevistados, e preserva, simultaneamente, a autonomia para formular questões a partir da interação com os entrevistados. Dependendo do andamento da entrevista pode haver a inclusão de questões específicas, a divisão das perguntas em partes, pequena modificação de algum tópico ou, ainda, a supressão de perguntas já contempladas em respostas anteriores. As entrevistas abertas e semiestruturadas em profundidade são aplicadas majoritariamente em estudos qualitativos. (DUARTE, 2011; FONTANA; FREY, 1998)

As entrevistas podem também ser classificadas como individuais, quando apenas uma pessoa é entrevistada, ou em grupo – técnica também conhecida como grupo focal. Há ainda as entrevistas coletivas, muito

comuns no jornalismo. Elas ocorrem quando vários entrevistadores (em geral, jornalistas) são chamados para ouvir um pronunciamento e, na sequência, dirigir perguntas a uma ou mais pessoas simultaneamente.

Em pesquisas, a análise das entrevistas exige uma complexa dinâmica de reflexividade crítica. Em contraste com visões espontâneas e corriqueiras, os dados não falam por si, o pesquisador não é invisível e nem isento de exercer influência sobre a situação ao interagir com o entrevistado. De acordo com Wengraf (2001), o uso dos dados extraídos das entrevistas não pode ser tomado fora do contexto, apenas como uma conversa particular, restrita a determinado momento e local. Para que tais dados sejam usados como evidências, eles precisam se apoiar num entendimento mais amplo sobre realidades extraentrevista, interpretados a partir de certas premissas e aspectos do contexto.

Não basta compreender os mecanismos da entrevista, mas o mundo dos respondentes e, portanto, os fatores associados àquelas condições socioculturais. (FONTANA; FREY, 1998) O pesquisador deve introduzir esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos entrevistados em termos mais conceituais e abstratos. (GASKELL, 2000) Ademais, o papel do pesquisador como agente e interlocutor deve ser colocado sob escrutínio, como discutimos no capítulo 10 com mais detalhes.

Em determinadas situações, a articulação da entrevista com outros métodos é necessária, seja como etapa prévia – para testar expectativas e hipóteses, realizar pesquisa exploratória ou compor uma base com foco em pesquisas futuras –, seja de modo articulado, para aprimorar inferências, desenvolver reflexões mais gerais e extrair conclusões mais robustas. Pode ser muito útil, por exemplo, conjugar entrevistas com a análise de conteúdo – método tratado nos capítulos 2 e 3 – ou com análise de discurso, dentre outras possibilidades.

Procedimentos para realizar entrevistas

Como destacam Roulston, Demarrais e Lewis (2003), os dados obtidos através de entrevistas não podem ser sugeridos ou inventados. Os pesquisadores devem levar a sério o fator surpresa. Antes de a entrevista ocorrer, não se pode saber o que o entrevistado irá dizer. Como entrevistadores – e sujeitos socializados –, temos expectativas socialmente construídas que podem antecipar narrativas, descrições ou conclusões, de acordo com a categoria do entrevistado, dos grupos de pertencimento em questão,

status social etc. No entanto, é impossível conhecer previamente ou adivinhar o que vamos descobrir.

Primeiro, o pesquisador deve ter conhecimento do referencial teórico que guiará a pesquisa, conceitos, questões centrais, hipóteses e objetivos. Ainda que seja uma entrevista aberta, é necessário que o pesquisador saiba com a devida clareza o que motiva a entrevista e o que deseja descobrir a partir dela. Caso opte por trabalhar a partir da Teoria Fundamentada em Dados (Grounded Theory), deve ter ao menos a definição sobre o que perguntar e para quem perguntar. (GASKELL, 2000) O planejamento do roteiro da entrevista é fundamental para evitar incoerências, desperdício de tempo ou de dados coletados.

Após a definição do desenho da pesquisa, sugere-se as etapas de aplicação do método de entrevistas:

1. Definição dos entrevistados, de acordo com o desenho da pesquisa
2. Elaboração de roteiro da entrevista
3. Entrevista-piloto ou teste
4. Agendamento e realização das entrevistas
5. Transcrição
6. Análise

Definição dos entrevistados de acordo com o desenho da pesquisa

A seleção das pessoas a serem entrevistadas usualmente representa uma dificuldade a ser enfrentada pelo pesquisador. Quando a pesquisa se estrutura a partir de um grupo de pessoas bem delimitado ou um caso específico, essa é uma decisão mais simples. Mas se a pesquisa envolve uma população ampla, o processo se torna mais complicado. Por exemplo, se o objetivo é entrevistar funcionários de uma empresa, quais e quantos vamos selecionar? E se a intenção for entrevistar moradores de uma região? Como chegar até eles se não moro no mesmo lugar? Como proceder para fazer a escolha adequadamente? Essas são questões frequentemente levantadas por pesquisadores e estudantes ao planejar o uso de entrevistas.

Antes de sugerirmos algumas possibilidades, é importante ressaltar que se a entrevista é em profundidade, e usada como um método de coleta para estudos qualitativos, importa menos o volume de entrevistados e mais a qualidade dos relatos. Ou seja, não se espera que a escolha dos entrevistados represente uma amostragem representativa, seguindo

procedimentos estatísticos de recrutamento de participantes como no caso de enquetes (*polls*) e *surveys*, como é discutido no capítulo 8. Todavia, a questão e os objetivos de pesquisa são essenciais para orientar a escolha do tipo de entrevista mais apropriado a ser empregado. É possível selecionar os entrevistados por sorteio, probabilidade, variedade ou aproximação de perfis, pelo método da "bola de neve" – que será explicado mais à frente – ou pela autocandidatura dos entrevistados.

Nas pesquisas acadêmicas, se o estudo focaliza as vivências e experiências dos sujeitos, as histórias de vida ou as memórias sobre um tópico, as fontes testemunhais – ou seja, pessoas que vivenciam a situação em questão – são os entrevistados ideais. Todavia, a pesquisa também pode objetivar compreender algo de modo mais amplo, constituindo um mosaico de perspectivas, o que pode levar a escolher fontes de categorias distintas. Nesse caso, conforme Weiss (1995), a seleção dos entrevistados se dá pelo modelo "painel". "A ideia em um painel de informantes é incluir como respondentes as pessoas que, juntas, podem fornecer as informações que o estudo requer". (WEISS, 1995, p. 27, tradução nossa)

No campo da produção jornalística, segundo Weiss (1995), há duas categorias distintas de entrevistados em potencial. A primeira é composta por pessoas que são bem-informadas sobre o tema, por serem especialistas em uma área ou testemunhas privilegiadas de um evento. A segunda é composta por pessoas que, em conjunto, são capazes de demonstrar o que acontece dentro de uma população afetada por uma situação ou evento. No caso do jornalismo, as fontes costumam ser classificadas em três tipos: oficiais, *experts* ou especialistas, personagens ou testemunhas. (SANGLARD, 2017) Ainda que haja outras categorizações possíveis, essa é uma das mais utilizadas e que pode servir também para auxiliar os pesquisadores na escolha dos entrevistados.

Amostra ou painel?

Como indicamos anteriormente, a questão de pesquisa e os objetivos nos auxiliam a decidir se será mais adequado realizar um painel de informantes ou construir uma amostra mais específica de entrevistados. Para saber se o número de pessoas entrevistadas é suficiente há algumas recomendações. Na modalidade de painel, conforme Weiss (1995), podemos assumir que o número de entrevistados é suficiente quando a informação obtida nas entrevistas começa a ser redundante ou periférica. Isso também pode

ocorrer quando os entrevistados começam a acrescentar poucas novidades em relação a o que o pesquisador já sabe ou já descobriu.

Já as amostras são indicadas quando o objetivo é entrevistar pessoas que sejam representativas de um grupo maior. A amostra pode ser definida através de probabilidade matemática. Segundo Weiss (1995, p. 30), "se todos em uma população têm a mesma chance de aparecer na amostra, temos uma amostra de probabilidade". Se as pessoas que compõem uma amostra probabilística forem escolhidas de tal forma que cada escolha seja independente de todas as outras opções e a amostra incluir pelo menos 60 entrevistados, o autor propõe que a amostra, então, provavelmente será uma representação suficiente para que todas as características importantes da população ocorram uma vez ou mais entre os representantes na amostragem. Amostras maiores teriam ainda mais probabilidade de fornecer representações adequadas.

Contudo, não é sempre que as amostras probabilísticas são necessárias, pois os elementos que ocorrem com frequência na população ocorrerão com frequência na amostra. Se tais instâncias forem muito parecidas, podem reproduzir mais casos típicos repetidamente, proporcionando menos casos atípicos do que o pesquisador precisaria. Nesses casos, seriam mais recomendadas as amostras que tentam maximizar o intervalo. (WEISS, 1995) Assim, em vez de escolher os respondentes aleatoriamente, pode-se selecionar os entrevistados propositalmente para obter exemplos de todas as características importantes presentes na população. Pode-se ainda desejar que cada uma dessas características seja representada o mesmo número de vezes. Esse tipo de amostra é usado quando se deseja trabalhar com grupos menores – com 30 ou menos entrevistados.

Há ainda a amostragem de conveniência, menos recomendada, mas também usada, quando qualquer integrante de um grupo a ser pesquisado se coloca disposto a servir como informante. Nesses casos, o pesquisador seleciona a ambiência que deseja estudar e entrevista quem escolher e se dispor a conceder a entrevista. Esse tipo de seleção é necessário, por exemplo, quando se deseja entrevistar alguém muito específico ou muito incomum em uma população. "Um problema com todas as amostras selecionadas apenas porque são convenientemente obtidas é que podemos não ter boas bases para generalização". (WEISS, 1995, p. 35)

Outro modo de seleção de entrevistados é por meio da técnica do *snowball sampling* ou amostragem "bola de neve". Esse método consiste em o pesquisador estabelecer contato inicial com um potencial participante, que,

por sua vez, por meio de seus contatos pessoais, começa a acionar pessoas que ajudarão a acionar outras e assim por diante. Assim, é possível alcançar um grupo de pessoas que se adequam ao perfil e aos critérios selecionados pelo pesquisador, tanto geográfica quanto socialmente, constituindo uma arena que extrapolará os próprios círculos sociais. (WEISS, 1995) A lógica da técnica da bola de neve é: encontrar as pessoas a serem entrevistadas a partir de referências fornecidas pelos próprios participantes. Para tanto, é possível pedir auxílio a familiares, amigos e colegas de trabalho para circular formulários prévios e aplicar questionários remotos, com o propósito de examinar se os respondentes se adequam aos critérios estipulados.

Elaboração do roteiro de entrevistas

Recomendamos que o roteiro de entrevista seja elaborado cuidadosamente, mediante pesquisa prévia, incluindo estudos acadêmicos, pesquisa documental, estudos de conjuntura, dados sociodemográficos etc. Isso porque o pesquisador deve estar bem familiarizado com as questões que pretende explorar ao interagir com os entrevistados.

Entrevista–piloto ou teste

Antes de realizar as entrevistas, é indicado que o pesquisador teste o roteiro com uma pessoa ou com um pequeno grupo a fim de verificar se as questões são oportunas, se não falta algum tópico ou se algo precisa ser reformulado. Esse teste é fundamental para que adequações e refinamentos sejam feitos. As entrevistas-piloto ajudam a esclarecer os objetivos e a estrutura do estudo antes de entrevistar os principais respondentes. (FONTANA; FREY, 1998; WEISS, 1995)

Realização das entrevistas

Para conduzir as entrevistas definitivas, é importante elaborar uma lista do que será necessário durante a interação com os respondentes. Nesse sentido, as entrevistas-piloto também contribuem para que o pesquisador adquira conhecimento prático das condições e circunstâncias que envolvem a interação com o entrevistado.

Para registro das informações produzidas pelas entrevistas, o pesquisador poderá utilizar diversos instrumentos. Entre eles, citamos: blocos de anotações ou computadores, gravadores, telefones e câmeras – no caso das

entrevistas que precisam ser filmadas. É possível realizar as entrevistas pessoalmente, por telefone ou por conferências *online*, utilizando aplicativos de videochamada. Caso o pesquisador precise gravar a entrevista, para se resguardar e ter o registro completo, é fundamental que verifique antes os recursos disponíveis em cada plataforma. Também é importante informar previamente aos entrevistados sobre todo o procedimento a ser realizado.

Cabe destacar que os instrumentos utilizados para registro das entrevistas oferecem experiências distintas e, portanto, oportunidades e constrangimentos que precisam ser devidamente compreendidos pelos pesquisadores como parte da própria pesquisa. Por isso, é relevante produzir relatos acurados e detalhados da situação ou circunstância da entrevista. Por exemplo, em encontros face a face, o entrevistador participa de uma interação e consegue visualizar e capturar reações, o entrevistado responde com mais espontaneidade, de modo coordenado, o que permite aproximação e trocas dialógicas sem interrupções. No contexto de distanciamento social, provocado pela pandemia de covid-19, os pesquisadores se viram obrigados a realizar entrevistas por videoconferência, *e-mail* ou, ainda, outros aplicativos de bate-papo, como o WhatsApp. Essa situação constitui uma boa ilustração de como a produção de evidências por entrevistas é indissociável das circunstâncias em que a prática da entrevista acontece. Após a conclusão das entrevistas, os pesquisadores devem organizar o material coletado. Essa fase envolve ouvir novamente as declarações, transcrevê-las e deixar o material ordenado para conduzir a análise proposta, conforme os interesses da pesquisa.

Aspectos éticos

Do ponto de vista ético-normativo, discute-se que as metodologias que envolvem sujeitos de pesquisa, como as entrevistas, devem se ancorar em princípios que buscam o estabelecimento de relações mútuas de confiança entre entrevistado e entrevistador, bem como a redução das assimetrias existentes. (JENSEN, 2013 ; MARTINO; LOPES; SOUZA, 2019; MARTINO; SANTOS, 2020) Discussões mais recentes apontam para os desdobramentos éticos desse encontro proporcionado pela entrevista. Emergem daí elementos como empatia, responsabilidade com o outro e alteridade no processo de pesquisa.

De modo prático, as entrevistas ou qualquer outro método que envolva a participação de pessoas de maneira direta ou indireta devem ser

guiadas por princípios éticos que são sistematizados por normas e resoluções. (GUERRIERO; MINAYO, 2019) No Brasil, as pesquisas em ciências humanas são regidas pela Resolução nº 510/2016, da qual destacamos quatro conjuntos de princípios. Primeiro, os participantes devem estar esclarecidos sobre todas as informações que envolvem a sua participação na pesquisa, tais como metodologia, tempo de duração, local, riscos e benefícios. Em segundo lugar, eles devem ter liberdade e autonomia para aceitar, recusar ou interromper a participação a qualquer momento. Em terceiro lugar, devem ser garantidas a confidencialidade das informações, a privacidade dos participantes e a proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz. É direito do participante decidir se sua identidade será divulgada e quais informações, dentre aquelas fornecidas, podem ser tratadas de forma pública. Por fim, devem ser respeitados seus costumes e valores culturais, morais e religiosos, sendo que o pesquisador deve se comprometer a não usar as informações coletadas em prejuízo do participante. (BRASIL, 2016)

No caso da pesquisa em comunicação e política, investigações realizadas com grupos em situação de vulnerabilidade são comuns ao campo. Deve-se levar em conta as particularidades dos grupos, tais como no caso de crianças (que precisam de autorização dos pais ou responsáveis), grupos indígenas (que muitas vezes possuem uma figura de autoridade ou líder que deve ser consultado), dentre outros. A orientação é que toda proposta de pesquisa nesse sentido seja previamente submetida a um comitê de ética independente e interdisciplinar da instituição a qual a pesquisa está vinculada para que seja realizada a análise ética.

Aplicação de entrevistas em pesquisa

Exemplo 1

No livro *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa* (2004), fruto de sua tese de doutorado, Alessandra Aldé utilizou entrevistas com o objetivo de compreender o que significa "ser cidadão" numa democracia, em um momento em que os meios de comunicação de massa desempenhavam papel preponderante. Os participantes foram convidados a assistir, juntamente com a pesquisadora, ao principal telejornal da maior emissora do país – o *Jornal Nacional*, da Rede Globo – e a conceder entrevistas sobre o modo através do qual obtinham acesso e

como compreendiam as informações políticas veiculadas. Os encontros entre pesquisadora e entrevistados ocorriam mensalmente.

Para recrutar os participantes da pesquisa, foi utilizado o método *snowball sampling*. Com o objetivo de trabalhar com um grupo heterogêneo de pessoas, Aldé distribuiu mais de 400 questionários aleatoriamente entre conhecidos, vizinhos, parentes, alunos e colegas, que replicaram o questionário em seus círculos sociais. A partir desses questionários, foram excluídas pessoas que não residissem e nem votassem no Rio de Janeiro e também profissionais da comunicação, da política ou ligados a pesquisas de opinião. O critério de inclusão foi selecionar pessoas com consumo diário de algum telejornal.

Segundo Aldé, após identificar as pessoas que correspondiam aos critérios estabelecidos, iniciou-se a fase de fazer contato com as interessadas em participar da pesquisa. A maioria dos selecionados, quando contatados, não estava disponível para passar duas horas, todos os meses, com a pesquisadora e responder perguntas sobre política. Após recrutar um grupo de pessoas dispostas a participar, Aldé realizou primeiro o pré-teste, ou entrevistas-piloto, com sete entrevistados, com objetivo de aprimorar o roteiro das entrevistas, ajustar os critérios adotados até então e, também, treinar a técnica de entrevista. Por fim, para selecionar o grupo que de fato seria entrevistado, Aldé classificou os participantes segundo seus interesses (alto ou baixo) em política e o acesso (amplo ou restrito) aos meios de comunicação em geral. Como a pesquisa tinha por objetivo compreender as atitudes políticas dos indivíduos e suas relações com os meios de comunicação de massa, as entrevistas oferecem subsídios para a autora elaborar uma espécie de categorização dos tipos mais comuns de cidadãos, classificados como ávidos, assíduos, consumidores de escândalos, frustrados e desinformados.

Exemplo 2

As entrevistas podem ser muito úteis também quando combinadas com outros métodos. Com o objetivo de compreender a incivilidade e o desrespeito que emergem da discussão política em *sites* de redes sociais e *sites* de notícias, a pesquisa de doutorado de Patrícia Rossini (2017) trabalhou com a análise de conteúdo de comentários no Facebook do portal UOL e nos *sites* de notícias da UOL e da *Folha de S. Paulo*. Combinadas à análise, foram realizadas entrevistas com três editores desses veículos. Dentre os resultados, a pesquisa identificou a normalização da incivilidade e de

expressões desrespeitosas, que foram encontradas em níveis elevados em todas as plataformas. Outro resultado indica que a incivilidade é fortemente associada a justificativas e, portanto, empregada como recurso retórico para marcar posicionamentos. Por último, o terceiro principal resultado destacado pela autora advém da pouca identificação de ações de intolerância. Isso sugere que, ainda que as discussões *online* apresentem níveis de incivilidade elevados, ela não se caracteriza por expressões nocivas ao pluralismo e à igualdade.

O que é mais interessante no método combinado nesse caso é que as entrevistas semiestruturadas realizadas com os editores auxiliaram na compreensão sobre como funciona a moderação nos fóruns *online*. De maneira combinada à análise de conteúdo, as entrevistas buscaram estabelecer nuances da atividade de mediação que incide diretamente sobre as práticas de incivilidade. A mediação pode excluir ou advertir comentários intolerantes ou, de maneira oposta, atuar permissivamente. As informações coletadas nas entrevistas deram subsídios, nesse estudo, para a autora investigar "efeitos de dois dos principais aspectos frequentemente associados à incivilidade – identificação e moderação". (ROSSINI, 2017, p. 151)

As entrevistas trouxeram várias informações sobre as estratégias de mediação nas páginas dos jornais, restrição dos comentários aos assinantes – devidamente cadastrados e identificados – e a percepção dos jornalistas sobre possíveis ganhos democráticos nos casos em que há "um bom nível de debate". (ROSSINI, 2017, p. 146) Alguns editores também destacaram a percepção sobre uma certa incivilidade cultural: "as pessoas não estão muito preparadas para ouvir uma opinião contrária, respirar, e discordar respeitando o outro". (ROSSINI, 2017, p. 146) Ademais, no Facebook, o único recurso disponível na época em que a pesquisa foi realizada para evitar comportamentos intolerantes ou incivis, conforme indicado nas entrevistas, era a existência de uma lista de palavras que não podiam aparecer nos comentários. A ausência de um sistema de mediação e a não notificação dos perfis responsáveis por comentários intolerantes, mesmo que ocultos por meio dessa lista, também foram identificados como problemas pelos jornalistas.

Exemplo 3

A combinação de métodos também foi adotada na pesquisa desenvolvida por Fernanda Sanglard (2017), com o objetivo de compreender de que modo o jornalismo cobriu e enquadrou temáticas relativas à ditadura

durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Além de realizar análise de conteúdo e enquadramentos – ver capítulo 4 –, considerou fundamental realizar entrevistas com jornalistas que atuaram na cobertura analisada, com assessores de comunicação da CNV e com integrantes da comissão.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas em profundidade e a autora desenvolveu um roteiro para cada um dos três grupos de entrevistados, que envolveu perguntas gerais feitas a todos e outras mais específicas, conforme a atuação de cada entrevistado. A pesquisadora optou por entrevistar todos os comissários e os dois assessores principais. Já para selecionar os jornalistas, Sanglard (2017) utilizou das frequências conseguidas a partir da análise de conteúdo do material jornalístico para identificar quem foram os jornalistas que mais cobriram a temática.

As entrevistas permitiram à autora compreender os bastidores da comissão e de sua relação com a imprensa. Para tal, algumas das entrevistas foram repetidas com os mesmos entrevistados em momentos distintos. As entrevistas também permitiram dimensionar melhor as disputas internas do colegiado e os entraves em relação ao Governo Federal ou ao Poder Legislativo que impactavam nos enquadramentos noticiosos. A autora também conseguiu relatos que, conjugados com os dados quantitativos e qualitativos, auxiliaram a compreender com mais precisão a prática de monitoramento de mídia.

Exemplo 4

As entrevistas também costumam ser utilizadas em pesquisas de comunicação política que tratam de ações comunicacionais da sociedade civil, associações ou ativistas e grupos vulneráveis. Na pesquisa desenvolvida por Alicianne Gonçalves de Oliveira (2017), é feita uma comparação de quatro experiências de comunicação *online* relacionadas ao debate sobre a Lei de Cotas e produzidas por entidades e ativistas da causa negra: portal Geledés Instituto da Mulher Negra, Instituto de Mídia Étnica (Correio Nagô), portal Afropress Agência de Notícias e *blog* Humberto Adami.

Foram realizadas seis entrevistas com ativistas ou integrantes de entidades ligadas ao movimento negro e responsáveis pela produção de material comunicacional. Além das entrevistas, a pesquisa também realizou uma análise do material produzido por esses ativistas e entidades. O objetivo foi analisar a relação entre a comunicação *online* desenvolvida pelos movimentos sociais negros e representação política não eleitoral

no Brasil. A partir de uma pluralidade histórica, esses movimentos foram responsáveis por levar a causa negra à discussão pública e às esferas de decisão política e, assim, configuraram-se como representantes políticos centrais na sociedade brasileira.

As entrevistas foram centrais à compreensão da cultura do movimento negro que encontra diferentes nuances em cada uma dessas experiências comunicacionais. Foram tematizados o emprego de estratégias, organização, tomada de decisões e comunicação *online*. Os resultados mostraram que diferentes tipos de atores, que desenvolvem culturas diferentes, tendem a usar as plataformas digitais também de maneira distinta. Essas diferenças nas experiências de comunicação incidem também no processo representativo.

Aplicação do método em práticas profissionais da comunicação

Na prática profissional do jornalismo, as entrevistas são centrais tanto como uma técnica de apuração quanto um produto final a ser divulgado ao público. Como já mencionado, as entrevistas podem variar em relação à quantidade de entrevistados ou de entrevistadores. A entrevista pode ser individual (apenas um entrevistado), coletiva (vários entrevistadores voltados a um ou alguns entrevistados, frequentemente convocadas em situações de anúncios oficiais e eventos esportivos) ou exclusiva (quando alguém com notoriedade e muito demandado aceita conceder uma entrevista a apenas um jornalista ou veículo de comunicação).

Em relação às circunstâncias em que ocorrem e ao grau de planejamento, as entrevistas podem ser de natureza ritual – em geral ocorrem em eventos, como ao final de jogos de futebol, quando não há agendamento prévio, mas é tradicional que os participantes se disponham a responder algumas questões dos jornalistas – ou agendada/programada, quando há combinação prévia para que seja realizada.

Em relação ao formato, elas podem ser classificadas como pingue-pongue ou Pergunta-Resposta (PR)[1], quando há um breve texto de abertura seguido de cada pergunta com a íntegra de sua respectiva resposta – mesmo quando as respostas são editadas ou têm algumas partes suprimidas

1 Um exemplo de entrevista pingue-pongue ou PR são as tradicionais entrevistas das páginas amarelas da revista *Veja*.

para que se atenham ao tamanho ou tempo disponíveis, devem manter ao máximo o essencial do que o entrevistado disse –, ou enquete, quando as perguntas são estruturadas e breves, podendo ser respondidas por sim ou não acompanhado de uma justificativa sucinta (um tipo de enquete recorrente no jornalismo é a do tipo "povo-fala").

Em relação ao foco e à abordagem, pode ser temática, quando o foco é o assunto, a especialidade ou *expertise* do entrevistado; e perfil, quando o foco é a personalidade, as experiências da pessoa, seu depoimento, testemunho ou opinião pessoal sobre temáticas diversas, visto que o interesse principal é captar a personalidade, os aspectos psicológicos, os gostos e as preferências do entrevistado.

Referências

ALDÉ, A. *A construção da política*: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ARSEL, Z. Asking questions with reflexive focus: a tutorial on designing and conducting interviews. *Journal of Consumer Research*, [*s. l.*], v. 44, n. 4, p. 939-948, 2017.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr. 2016.

DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. *In*: KUNSCH, M. M. K. (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 121-134.

FONTANA, A.; FREY, J. H. Interviewing: the art of science, collecting and interpreting qualitative materials. *In*: DENZIN; N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998. p. 47-78.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 64-89.

GUERRIERO, I. C. Z.; MINAYO, M. C. A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 299-310, 2019.

JENSEN, R. E. *et al*. Interview and focus group research: a content analysis of scholarship published in ranked journals. *Communication Methods and Measures*, [*s. l.*], v. 7, n. 2, p. 126-133, 2013.

LAZARSFELD, P. F. The use of detailed interviews in market research. *Journal of Marketing*, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 3-8, 1937.

MARTINO, L. M. S.; SANTOS, A. P. Questões metodológicas da pesquisa de campo em comunicação organizacional: um olhar a partir da microssociologia de Goffman. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-83, jan./abr. 2020.

MARTINO, L. M. S.; LOPES, A. G.; SOUZA, V. R. P. A entrevista na pesquisa em comunicação: reflexões metodológicas sobre duas experiências práticas. *Revista Sociais e Humanas*, [*s. l.*], v. 32, n. 3, p. 67-81, 2019.

OLIVEIRA, A. G. de. *Representação política e movimentos sociais negros no Brasil*: um estudo sobre as experiências de comunicação online de ativistas e entidades. 2017. 198 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROSSINI, P. G. da C. *Conversação política, incivilidade e intolerância em ambientes digitais*. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROULSTON, K.; DEMARRAIS, K.; LEWIS, J. B. Learning to interview in the social sciences. *Qualitative inquiry*, [*s. l.*], v. 9, n. 4, p. 643-668, 2003.

SANGLARD, F. N. *Verdades possíveis*: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. 2017. 305 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SEIDMAN, I. *Interviewing as qualitative research*: a guide for researchers in education and the social sciences. New York: Teachers College Press, 2006.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n .1, p. 1-15, 2001.

WEISS, R. S. *Learning from strangers*: the art and method of qualitative interview studies. New York: The Free Press, 1995.

WENGRAF, T. *Qualitative Research Interviewing*: biographic narrative and semi-structured Methods. London: Sage Publications, 2001.

Surveys

Pedro S. Mundim
Rousiley C. M. Maia

Introdução

De acordo com o Dicionário Oxford *online* (SURVEY, 2021), um *survey* é "uma investigação das opiniões, comportamento, etc. de um determinado grupo de pessoas, o que geralmente é feito fazendo-lhes perguntas". Essa simples definição esconde algumas complexidades inerentes à técnica de pesquisa. Como pretendemos mostrar neste capítulo, uma pesquisa de *survey* é muito mais do que apenas fazer perguntas para medir opiniões, comportamentos e atitudes e ela é usada em censos demográficos, pesquisas de opinião, estudos epidemiológicos, de mercado ou de governo.

Conforme definem Groves e demais autores (2004, p. 2), um *survey* é

> um método sistemático para colher informações a partir de (uma amostra de) entidades com o propósito de construir descrições quantitativas dos atributos de uma população da qual essas mesmas entidades fazem parte. A palavra 'sistemático' é deliberada e significativamente distingue os surveys de outras formas de coletar informações. A frase ('uma amostra de') aparece na definição porque às vezes os surveys buscam medir todas as pessoas de uma população e às vezes apenas algumas.

A ideia de um "método sistemático" indica que uma boa pesquisa de *survey* segue parâmetros de qualidade apoiados pela comunidade de especialistas. Não é importante saber apenas o que perguntar, mas como perguntar. Ao se falar em amostra, leva-se em consideração que as entidades envolvidas – pessoas, empresas etc. – devem ser selecionadas de forma adequada do ponto de vista estatístico. Afinal, o objetivo último de uma pesquisa de *survey* é permitir que sejam feitas inferências populacionais, de preferência com o mínimo de viés, a partir da amostra selecionada.

Do ponto de vista técnico, uma população é o conjunto de pessoas ou objetos que se pretende estudar e analisar – como por exemplo eleitores ou cidadãos de um país –, e isso é feito a partir de uma amostra, que é um subconjunto dessa mesma população. Para que uma inferência populacional possa ser feita corretamente, devem-se levar em conta critérios técnicos inerentes aos procedimentos amostrais das pesquisas de opinião. Ou seja, uma pesquisa de *survey* é algo mais profundo e complexo do que uma enquete, por exemplo, que não precisa seguir nenhum critério sistemático ou científico para a coleta de dados.

O contexto intelectual das pesquisas de *survey*

Do ponto de vista da evolução histórica da metodologia de pesquisa de *survey*, nenhum livro é mais importante do que *Survey research in the United States* (2017) de Jean Converse. Embora as pesquisas de *survey* tenham prosperado, principalmente a partir dos anos 1960, a autora mostra que sua origem remonta à última década do século XIX. Já no século XX, nos anos 1930, a crise econômica causada pela Grande Depressão de 1929 fez com que agências governamentais passassem a utilizar dessa ferramenta para coletar dados sobre os problemas nacionais.

As pesquisas de *survey* também foram utilizadas durante os anos em que transcorreu a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de coletar

opiniões e o estado de ânimo das pessoas como consequência do esforço de guerra. Naturalmente, com o passar do tempo, elas passaram a ser usadas cada vez mais para pesquisas acadêmicas, de mercado – como, por exemplo, para medir a satisfação dos consumidores –, por políticos profissionais, consultores e estrategistas políticos, em campanhas eleitorais e até mesmo por presidentes da República. (GROVES et al., 2004; SUDMAN, 1982)

As técnicas de pesquisas de *survey* se desenvolveram, principalmente, a partir de importantes centros de pesquisa ligados a universidades como, por exemplo, o Bureau of Applied Social Research da Universidade de Columbia, o National Opinion Research Center (Norc) da Universidade de Denver – atualmente ligado à Universidade de Chicago – e o Survey Research Center (SRC) da Universidade de Michigan. Além de produzir dados, esses espaços eram locais de formação avançada de pesquisadores para atuar tanto na academia quanto no mercado.

São várias as influências teóricas que se ligam às técnicas de pesquisa de *survey*. Elas passam por diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, como, por exemplo, a psicologia, a ciência política e a sociologia, além da matemática e da estatística. Apenas para citar dois exemplos de estudo seminais, Paul Lazarsfeld e seus colaboradores do Bureau of Applied Social Research conduziram as pesquisas que levaram à elaboração da teoria sociológica do voto e da teoria dos efeitos limitados (BERELSON; LAZARSFELD; MCPHEE, 1986.; LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1968), enquanto Angus Campbell, Phillip Converse, Warren Miller e Donald Stokes do SRC desenvolveram a teoria psicológica do voto. (CAMPBELL et al., 1967)

O uso de pesquisas de *survey* no campo da comunicação política

As pesquisas de *survey* possuem um papel importante para o campo da comunicação política. Ao menos desde os anos 1940, e após a publicação do clássico *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign* (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET et al., 1968), elas têm um lugar especial nas análises dos efeitos da mídia sobre o comportamento e as atitudes políticas dos cidadãos. Afinal, se a mídia tinha de fato o poder persuasivo que lhe era atribuído, tais fatos precisavam ser demonstrados. E, na época, os *surveys* eram os instrumentos de pesquisa mais adequados para esse tipo de empreitada científica.

Mas foi a partir dos anos 1970 que os estudos com uso de *survey* no campo da comunicação política decolaram. Outro estudo clássico desse campo de pesquisa, "The agenda-setting function of mass media" (MCCOMBS; SHAW, 1972), fez uso de um pequeno *survey* aplicado numa comunidade local para demonstrar a correlação entre a agenda da mídia e a agenda do público. O importante estudo *The mass media election: how americans choose their president* (PATTERSON, 1980) aplicou um painel[1] com cinco rodadas em duas cidades para investigar os efeitos das coberturas da imprensa e das campanhas sobre os eleitores durante a eleição presidencial norte-americana de 1976.

As mudanças observadas no ecossistema midiático, e o seu impacto no comportamento e nas atitudes políticas, também foram analisadas com o uso de *surveys*. *Soft news goes to war: public opinion and american foreign policy in the news media age* (BAUM, 2003) descreve como os programas de jornalismo de entretenimento (*soft news*) levavam informações sobre política externa a indivíduos politicamente desatentos, impactando a formação de suas opiniões. *Post-broadcast democracy: how media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections* (PRIOR, 2007) mostra como a consolidação de um mercado de mídia com uma maior oferta de opções de consumo aumentou o hiato informacional e a polarização política. *Niche news: the politics of news choice* (STROUD, 2011) discute o consumo de programas e canais de notícias alinhados com as preferências e crenças dos consumidores, levando ao reforço de predisposições políticas.

Nos últimos anos, vários estudos fizeram uso de pesquisas de *survey* para demonstrar os impactos políticos das redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens instantâneas. Pesquisadores chilenos analisaram o impacto do WhatsApp para a discussão e a participação política. (GIL DE ZÚÑIGA; ARDÈVOL-ABREU; CASERO-RIPOLLÉS, 2019; VALENZUELA et al., 2019) Rossini e demais autores (2020) e Valenzuela e demais autores (2019) investigaram os mecanismos por trás do compartilhamento e disseminação de informações falsas em plataformas como o Facebook e o Twitter. O interessante é que muitos desses trabalhos aplicaram seus

1 Um painel é um *survey* aplicado em diferentes momentos do tempo para as mesmas pessoas de uma mesma população. A pesquisa que originou *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign* também foi um painel.

questionários e coletaram seus dados *online*, uma tendência que se consolida mais a cada ano e torna mais barata a execução das pesquisas.

Por fim, é importante falar do uso de experimentos em *surveys*, uma técnica de pesquisa que tem sido cada vez mais utilizada. (DRUCKMAN et al., 2011) Embora sejam poderosas ferramentas, as tradicionais análises de correlação implementadas com os dados de pesquisas de opinião, mesmo com o uso de métodos de estimação robustos, sempre terão de lidar com os limites impostos pela teoria estatística para as inferências causais. (GELMAN, 2011; IMAI et al., 2011) Os experimentos amenizam ou resolvem esse problema ao permitirem isolar corretamente os mecanismos causais por trás dos fenômenos políticos e comunicacionais estudados.

Experimentos não são novidade nas pesquisas de comunicação política. (IYENGAR, 1991; IYENGAR; ANSOLABEHERE, 1995; IYENGAR; KINDER, 1987) Mas muitos dos trabalhos mais antigos foram feitos em ambientes controlados de laboratório. Um ganho dos experimentos em *surveys* é uma maior possibilidade de validade externa, que se aproxima da situação real do dia a dia em que as pessoas estão inseridas. Independente disso, é importante ressaltar que as técnicas para a elaboração de questionários discutidas neste capítulo se aplicam tanto a experimentos controlados quanto a experimentos em pesquisas de *survey*.

Com o uso de experimentos, Brader, Valentino e Suhay (2008) mostraram que a cobertura da imprensa sobre os custos da imigração aumentava a rejeição aos migrantes latinos entre os norte-americanos. Bail e demais autores (2018) indicaram que expor eleitores ideológicos a visões contrárias às suas predisposições políticas no Twitter levava muitos deles a reforçarem suas crenças – Druckman, Peterson e Slothuus (2013) tinham chegado a conclusões semelhantes em um experimento controlado.

Esses são apenas alguns exemplos do imenso uso e potencialidades que os pesquisadores do campo da comunicação política têm à sua disposição com as pesquisas de *survey*. Por isso, é importante considerar determinados aspectos fundamentais na hora de elaborar um questionário. Vamos discutir alguns deles no próximo item.

Uso do método de *survey*

A obtenção de informações sobre as preferências individuais não é algo trivial, pois uma grande parte dos fenômenos e comportamentos sociais e políticos não são fáceis de medir, independentemente se a metodologia

empregada é qualitativa ou quantitativa. Como diz a anedota: "Deus deu para a Física os problemas fáceis". (BERNSTEIN et al., 2000)

Dentro desse contexto, existem diversos desafios colocados para o pesquisador que trabalha com *surveys*, e uma forma didática para o emprego do método e para discutir como reduzir os erros de medida. (BIEMER et al., 1993)[2] Entre os principais erros de medida estão o viés amostral, a baixa validade e/ou confiabilidade dos indicadores e o processo de entrevistas, que pode conter vieses na elaboração das perguntas, nas respostas e na própria condução da entrevista (no caso de *surveys* face a face ou por telefone).

Amostra

O procedimento amostral é sempre fonte de debate e muitos questionamentos que são feitos sobre as pesquisas levam em conta a amostra – nem sempre pela razão correta, como na crítica: "nunca fui entrevistado por uma pesquisa", já que as chances são realmente pequenas. As amostras podem ser probabilísticas (todas as pessoas de uma população têm uma chance igual de responder a pesquisa) ou não probabilísticas (quando o pesquisador escolhe previamente os elementos da amostra). É a partir do procedimento amostral que se define o nível de confiança, a margem de erro da pesquisa e quantas pessoas devem ser entrevistadas.

Por exemplo, muitas pesquisas eleitorais feitas no Brasil, de caráter nacional, trabalham com níveis de confiança de 95%, margens de erro em torno de ± 2% e entrevistam cerca de 2 mil eleitores. Muitas delas trabalham com cotas predefinidas de eleitores – por sexo, idade, escolaridade, ramo de atividade etc. –, o que as tornam não probabilísticas, mas ainda assim confiáveis a ponto de permitir inferências populacionais. Livros como os de Groves e demais autores (2004) e Babbie (2003) têm capítulos detalhados sobre esse tema, cuja complexidade envolve, inclusive, fórmulas matemáticas. Embora seja importante entender um pouco dos conceitos relacionamos à amostragem, é fundamental que se conte com a ajuda ou assessoria de estatísticos na hora de defini-la.

2 O procedimento amostral é sempre fonte de debate, mas ele é mais da seara dos estatísticos. Nesse caso, melhor deixar essa discussão para eles.

Validade

Ao elaborar uma pergunta, o pesquisador busca chegar o mais próximo possível do fenômeno ou comportamento que pretende estudar ou analisar. Daí a importância em se preocupar com a validade do indicador. (ADCOCK; COLLIER, 2001) Para evitar esse tipo de viés, uma dica é sempre se questionar: a pergunta que elaborei realmente apreende o fenômeno, comportamento ou conceito que eu pretendo medir? (BABBIE, 2003)

Perguntas

Como defende Schober (1992), é importante que todos os entrevistados tenham um entendimento comum do sentido da pergunta. Idealmente, todos devem ter a mesma compreensão dos termos chave da pergunta, que também devem ser os mesmos pretendidos pela pessoa que a redigiu. Enunciados mal elaborados podem gerar vieses simplesmente porque não conseguem garantir que todos os entrevistados interpretem a pergunta da mesma maneira.

Respostas

Uma boa pergunta de *survey* não se limita ao seu enunciado. As opções de resposta também são importantes. Nesse quesito, existe uma ampla literatura que discute opções de questões abertas e fechadas (SCHUMAN; PRESSER, 1996), as não respostas (GILLJAM; GRANBERG, 1993), índices ou escalas (ALWIN; KROSNICK, 1985; BABBIE, 2003), o uso da alternativa do "meio" em escalas (BISHOP, 1987) etc. Infelizmente, não é possível discutir todos esses pormenores no espaço deste capítulo, e recomendamos a leitura de algumas dessas referências.

Entrevista

Conceitualmente, a entrevista de *survey* é uma interação discursiva que se estabelece numa conversa entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado. (SUCHMAN; JORDAN, 1990) Como tal, se essa conversa for malconduzida a ponto de gerar uma insatisfação por parte do entrevistado, as respostas poderão ser enviesadas. Além disso, todos os entrevistadores precisam ser treinados para que haja uma padronização na forma de ser ler as perguntas. (BEATTY, 1995) Se cada entrevistador as fizesse da forma que bem entendesse, elas ficariam mais longe daquilo que o pesquisador tinha em mente ao elaborar o seu instrumento.

Fluxo

Outro ponto importante, mas pouco lembrado, é o fluxo do questionário (ALWIN; KROSNICK, 1987; SANCHEZ, 1992; SCHUMAN; PRESSER, 1996). Dito de modo bem simples, a ordem em que os blocos e as questões são colocados num questionário importa. Dois exemplos simples. Numa pesquisa eleitoral, a pergunta sobre a intenção de voto deve vir antes de um bloco em que se faz uma avaliação do governo e de outros aspectos ligados às políticas públicas. Uma pergunta sobre a renda média do entrevistado deve vir sempre ao final do questionário, nunca no início.

Para ilustrar esses pontos, vejamos o exemplo de uma pergunta sobre hábitos de consumo de informação política. Algumas pesquisas perguntam a frequência com que o entrevistado presta atenção às notícias na TV, rádio, jornais ou na internet. Outras perguntam qual meio de comunicação o entrevistado mais utiliza para se informar sobre política. Ambas são aceitáveis, embora tenham problemas de validade tanto no enunciado quanto nas opções de resposta.

A primeira pergunta tem dois problemas no enunciado. Prestar atenção é diferente de assistir a um noticiário, pois o primeiro caso pode denotar um comportamento meramente acidental, enquanto o segundo sugere um hábito. Ela também não distingue claramente qual tipo de meio de comunicação o entrevistado usa com maior frequência para se informar. Isso é importante, porque diferentes meios influenciam as pessoas de maneira diferente. Logo, não seria surpresa se não houvesse uma correlação entre essa variável e outras que buscassem medir comportamentos e atitudes políticas.

Um terceiro problema pode vir das opções de resposta. Ao se falar em frequência, o entrevistado pode pensar numa média semanal, contabilizada em dias por semana, ou na regularidade de um hábito. Como as opções de resposta têm de corresponder ao enunciado da pergunta, não seria adequado oferecê-las em dias por semana – a não ser que o enunciado fosse alterado. Ao mesmo tempo, as frequências têm de ser críveis (por exemplo, frequentemente, de vez em quando, raramente ou nunca), pois opções de resposta mais difíceis de recuperar na memória (por exemplo, algumas vezes por mês ou algumas vezes por ano) comprometem a validade do indicador.

Já a segunda pergunta tem outros problemas. Embora ela acerte ao permitir que o entrevistado responda com base no seu hábito mais frequente de consumo de mídia, e faça a distinção entre os diferentes tipos

de meios de comunicação, já se sabe há bastante tempo que a intensidade da exposição às informações políticas importa. (ZALLER, 1992) Assim, mesmo que a pergunta capte o meio de informação mais relevante para o entrevistado, a sua validade fica comprometida porque não permite inferir se o entrevistado é alguém que recebe constantemente informações políticas ou apenas um consumidor acidental.

O ideal, portanto, seria uma bateria de perguntas – ou seja, não apenas uma questão sobre hábitos de consumo de informação política – que levasse em conta: 1) os principais meios de informação política consumidos por uma determinada população e 2) opções de resposta que permitissem estabelecer (em dias ou em alguma outra escala qualitativa), em alguma medida, a intensidade da exposição a esses meios por parte dos entrevistados.

Deve-se ressaltar que, ainda assim, essa medida não seria perfeita. (DILLIPLANE; GOLDMAN; MUTZ, 2013a; GOLDMAN; MUTZ; DILLIPLANE, 2013b; PRIOR, 2009) Afinal, como sugeriu Babbie (2003, p. 182), "nunca conseguimos fazer medidas precisas, apenas medidas úteis. Mas esta suposição não deve ser tomada como justificativa para a anarquia científica".

Aplicação das pesquisas de *survey*

As pesquisas de *survey* podem ser aplicadas em pelo menos três dimensões dos estudos sobre mídia e esfera pública, sem ordem de importância. A primeira delas buscaria discutir quem delibera, pois é importante entender, principalmente, como convencer mais pessoas a deliberar. A segunda analisaria os efeitos de participar de momentos deliberativos sobre outros fenômenos e comportamentos políticos, uma vez que a deliberação deveria gerar resultados positivos para a democracia. A terceira, claro, se os pressupostos normativos da deliberação realmente são capazes de entregar os resultados que prometem.

Carpini, Jacobs e Cook (2009) utilizaram os dados de um *survey* para criar um índice de deliberação a partir de seis perguntas presentes no questionário, que buscavam medir diferentes formas de participação em processos deliberativos, tanto *online* como *offline*. Com esse instrumento foi possível sugerir, por exemplo, que pessoas que se classificavam como liberais e que tinham mais interesse por política eram mais propensas a deliberar. Como os processos deliberativos buscam ser inclusivos

(MANSBRIDGE et al., 2010), saber quem são os excluídos ou os refratários à deliberação é importante para definir estratégias sobre como aumentar a participação em processos deliberativos ou como seduzi-los a participar.

Ao mesmo tempo, é importante também saber se a troca de razões é realmente capaz de fazer as pessoas refletirem a ponto de mudarem suas opiniões e convicções. Luskin, Fishkin e Lowell (2002) analisaram os dados de uma "votação deliberativa" – um experimento em que pessoas passam por momentos de debate e obtenção de informações em relação a temas e políticas sobre os quais precisam tomar uma decisão – e mostraram que opiniões podem, sim, mudar a partir de processos deliberativos. Do ponto de vista prático, isso significa que governos, por exemplo, podem utilizar de dinâmicas deliberativas para tomar decisões sobre implementações de políticas públicas.

No Brasil, até onde sabemos, o único *survey* com perguntas sobre deliberação pública foi o Estudo Eleitoral Goianiense. (MUNDIM, 2016) A pesquisa foi aplicada para 1.200 eleitores da cidade de Goiânia (GO). Seu questionário tinha 47 perguntas e seis módulos, sendo que um deles sobre participação política e deliberação. As questões sobre deliberação foram adaptadas da bateria de perguntas de *Talking together: public deliberation and political participation in America* (CARPINI; JACOBS; COOK, 2009), com algumas pequenas adaptações.[3] As seis perguntas desse módulo buscaram captar quem deliberava ou apenas falava sobre política, seja face a face ou na internet, e que tinha tentado convencer alguém a adotar a sua opinião ou o seu voto através da persuasão discursiva.

Embora não seja possível realizar uma análise mais extensa dos dados dentro dos limites deste capítulo, algumas informações são interessantes. A partir dessas seis perguntas foi possível construir um índice de deliberação do goianiense, que obteve média = 2.29, desvio padrão = 1.87, mínimo = 0, máximo = 6, alfa de Cronbach = 0.732 e N = 1.200. Essas estatísticas

3 O campo da pesquisa ocorreu entre 14 de novembro de 2015 e 17 de janeiro de 2016. O procedimento amostral foi o método Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT) em dois estágios (setores censitários, indivíduos), com cotas para sexo, faixa etária e grau de instrução, com base nos dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A margem de erro foi de ± 2.9%, com nível de confiança de 95%. O questionário foi elaborado por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG). As entrevistas foram face a face e conduzidas pelo Instituto Verus de assessoria e pesquisa. O questionário e os dados da pesquisa podem ser solicitados ao coordenador da pesquisa pelo *e-mail* psmundim@ufg.br.

mostram que o índice tem uma boa consistência e que sua distribuição possui uma certa assimetria para a esquerda.

Essa assimetria sugere que os goianienses não se engajam muito em processos deliberativos. Em termos percentuais, cerca de 20,6% disseram não deliberar ou conversar sobre política e políticas públicas, nem tentaram persuadir alguém de suas visões políticas ou eleitorais. Cerca de 58,7% dos entrevistados encontram-se abaixo da média. Apenas 40% dos goianienses tendem a ter algum nível de participação discursiva mais efetiva. Em relação aos diferentes tipos de processos deliberativos, 20,1% se engajaram em algum tipo de processo deliberativo face a face, 21% em algum tipo de processo deliberativo *online* e 31% tentaram persuadir alguém de suas convicções políticas ou eleitorais.

Pesquisas de *survey* e profissionais da comunicação

Compreender como os *surveys* são feitos é importante por vários motivos práticos para os profissionais de comunicação. Jornalistas, por exemplo, têm de lidar constantemente com pesquisas produzidas por empresas de pesquisa de opinião, associações industriais, empresariais e da sociedade civil, além de órgãos governamentais. Ter uma boa noção de alguns dos fatores apresentados neste capítulo certamente os ajudaria a lidar com a avaliação das pesquisas sobre as quais precisam produzir notícias.

Na área de publicidade, *surveys* como a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2014a, 2014b) oferecem informações relevantes não apenas na compreensão dos hábitos de consumo de mídia das pessoas, mas também sobre o perfil dos usuários das diferentes mídias, sejam elas novas ou tradicionais. Ou seja, ajudam os responsáveis de campanhas publicitárias a definir, de maneira mais precisa, como usar diferentes meios para falar com diferentes tipos de público.[4]

No setor público, eles podem ser usados para captar a opinião dos cidadãos sobre políticas governamentais, avaliação de serviços e órgãos, definição de públicos-alvo para campanhas de comunicação em áreas específicas – como, por exemplo, saúde, segurança e educação – ou até

4 As Pesquisas Brasileiras de Mídia também eram utilizadas para definir, de modo mais técnico, o percentual de distribuição de recursos publicitários, pelo Governo Federal, para os diferentes tipos de meios utilizados pelos brasileiros.

mesmo testar quais seriam as melhores mensagens a serem utilizadas para influenciar o comportamento e a opinião das pessoas. (GRAMACHO, 2014)

Um bom exemplo que mostra como essas questões estão conectadas encontra-se no artigo de Mundim e demais autores (2019). Em 2015, a pedido do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) realizou experimentos de *survey* informacionais para avaliar qual tipo de mensagem seria mais eficiente para aumentar o apoio ao Programa Bolsa Família (PBF).

Os experimentos de informação realizados mostraram informações sobre como o PBF reduziu a mortalidade infantil e a evasão escolar, além de informar a taxa de natalidade média entre os usuários. A partir disso, diminuiu em 7,4% a probabilidade de as pessoas dizerem que o programa gerava comodismo. Outros tipos de informação não tiveram qualquer efeito na opinião dos entrevistados. Ou seja, se o Governo Federal fosse gastar recursos públicos com uma campanha sobre os impactos positivos do PBF, que fosse para repassar as informações que realmente demonstraram ter algum efeito junto à opinião pública. De outro modo, seria uma execução ineficiente de recursos.

Por fim, vale a pena deixar uma dica. Como as pesquisas de *survey* são feitas há anos, existem repositórios que contém questionários e perguntas sobre os mais diversos assuntos. O Inter-university Consortium for Political and Social Research (ICPSR),[5] da Universidade de Michigan, talvez seja o mais completo de todos. O Centro de Investigações Sociológicas (CIS)[6] da Espanha também é muito bom, principalmente sobre temas relacionados a políticas públicas. No Brasil, o Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop),[7]da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), possui um excelente acervo de pesquisas de opinião realizadas no país desde a década de 1980. Outro importante repositório nacional é o CIS da Universidade de São Paulo[8] (USP). Para os interessados em pesquisas

5 ICPSR. Disponível em: https://www.icpsr.umich.edu/web/pages/. Acesso em: 29 jul. 2022.

6 CIS–ES. Disponível em: https://www.cis.es/cis/opencms/ES/index.html. Acesso em: 29 jul. 2022.

7 Cesop. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por. Acesso em: 29 jul. 2022.

8 CIS–BR. Disponível em: http://nadd.prp.usp.br/cis/. Acesso em: 29 jul. 2022.

mais focadas em assuntos políticos, existem o Latinobarómetro,[9] o World Values Survey (WVS)[10] e o Latin American Public Opinion Project (Lapop), da Universidade de Vanderbilt.[11]

Referências

ADCOCK, R.; COLLIER, D. Measurement validity: a shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 95, n. 3, p. 529-546, 2001.

ALWIN, D. F.; KROSNICK, J. A. The measurement of values in surveys: a comparison of ratings and rankings. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 49, n. 4, p. 535-552, 1985.

ALWIN, D. F; KROSNICK, J. A. An evaluation of a cognitive theory of response-order effects in survey measurement. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 51, n. 2, p. 201-219, 1987.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BAIL, C. A. *et al*. Exposure to opposing views on social media can increase political polarization. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [*s. l.*], v. 115, n. 37, p. 9216-9221, 2018.

BAUM, M. A. *Soft news goes to war*: public opinion and american foreign policy in the news media age. Princeton: Princeton University Press, 2003.

BEATTY, P. Understanding the standardized/non-standardized interviewing controversy. *Journal of Official Statistics*, [*s. l.*], v. 11, n. 2, p. 147-160, 1995.

BERELSON, B. R.; LAZARSFELD, P. F.; MCPHEE, W. N. *Voting*: a study of opinion formation in a presidential campaign. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

BERNSTEIN, S. *et al*. God gave physics the easy problems: adapting social science to an unpredictable world. *European Journal of International Relations*, London, v. 6, n. 1, p. 43-76, 2000.

BIEMER, P. P. *et al.* (ed.). *Measurement errors in surveys*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 1993.

9 Latinobarómetro. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/lat.jsp. Acesso em: 29 jul. 2022.

10 WVS. Disponível em: https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp. Acesso em: 29 jul. 2022.

11 Lapop. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/. Acesso em: 29 jul. 2022.

BISHOP, G. F. Experiments with the middle response alternative in survey questions. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 51, n. 2, p. 220-232, 1987.

BRADER, T.; VALENTINO, N. A.; SUHAY, E. What triggers public opposition to immigration? Anxiety, group cues, and immigration threat. *American Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 52, n. 4, p. 959-978, 2008.

BRASIL. *Pesquisa brasileira de mídia 2014*: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2014a.

BRASIL. *Pesquisa brasileira de mídia 2015*: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. 2014b.

CAMPBELL, A. *et al*. *The american voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

CARPINI, M. X. D.; JACOBS, L. R.; COOK, F. L. *Talking together*: public deliberation and political participation in America. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

CONVERSE, J. M. *Survey research in the United States*: roots and emergence 1890-1960. New Brunswick; London: Routledge, 2017.

DILLIPLANE, S.; GOLDMAN, S. K.; MUTZ, D. C. Televised exposure to politics: new measures for a fragmented media environment. *American Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 57, n. 1, p. 236-248, 2013a.

DILLIPLANE, S.; GOLDMAN, S. K.; MUTZ, D. C. All virtue is relative: a response to Prior. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 30, n. 4, p. 635-653, 2013b.

DRUCKMAN, J. N. *et al.* (ed.). *Cambridge handbook of experimental political science*. New York, NY: Cambridge University Press, 2011.

DRUCKMAN, J. N.; PETERSON, E.; SLOTHUUS, R. How elite partisan polarization affects public opinion formation. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 107, n. 1, p. 57-79, 2013.

GELMAN, A. Causality and statistical learning. *American Journal of Sociology*, [*s. l.*], v. 117, n. 3, p. 955-966, 2011.

GILLJAM, M.; GRANBERG, D. Should we take don't know for an answer? *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 57, n. 3, p. 348-357, 1993.

GRAMACHO, W. G. A pesquisa governamental de opinião pública: razões, limites e a experiência recente no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 65, n. 1, p. 49-64, jan./mar. 2014.

GROVES, R. M. *et al. Survey Methodology*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2004.

IMAI, K. *et al*. Unpacking the black box of causality: learning about causal mechanisms from experimental and observational studies. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 105, n. 4, p. 765-789, 2011.

IYENGAR, S. *Is anyone responsible?*: how television frames political issues. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

IYENGAR, S.; KINDER, D. R. *News that matters*: television and American opinion. New York; London: University of Chicago Press, 1987.

IYENGAR, S.; ANSOLABEHERE, S. *Going negative*: how political advertisements shrink and polarize the electorate. New York: Free Press, 1995.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice*: how the voter makes up his mind in a Presidential Campaign. New York: Columbia University Press, 1968.

LUSKIN, R. C.; FISHKIN, J. S.; JOWELL, R. Considered opinions: deliberative polling in Britain. *British Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 32, n. 3, p. 455-487, 2002.

MANSBRIDGE, J. *et al*. The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 64-100, 2010.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MUNDIM, P. S. (coord.) *et al*. *O estudo eleitoral goianiense*. Goiânia: UFG, 2016. [Projeto de pesquisa: O Comportamento Político do Eleitor Goianiense]

MUNDIM, P. S. *et al*. Bolsa Família, informação e preconceito: uma análise com o uso de experimentos. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 70, n. 4, p. 551-575, out./dez. 2019.

PATTERSON, T. E. *The mass media election*: how Americans choose their president. New York, NY: Preager Publishers, 1980.

PRIOR, M. *Post-broadcast democracy*: how media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections. New York: Cambridge University Press, 2007.

PRIOR, M. The immensely inflated news audience: Assessing bias in self-reported news exposure. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 73, n. 1, p. 130-143, 2009.

ROSSINI, P. *et al*. Dysfunctional information sharing on WhatsApp and Facebook: the role of political talk, cross-cutting exposure and social corrections. *New Media & Society*, [*s. l.*], v. 23, n. 8, p. 2430-2451, 2020.

SANCHEZ, M. E. Effects of questionnaire design on the quality of survey data. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 56, n. 2, p. 206-217, 1992.

SCHOBER, M. F; CLARK, H. H. Asking questions and influencing answers. *In*: TANUR, J. M. (ed.). *Questions about questions*: inquiries into the cognitive bases of surveys. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1992. p. 15-48.

SCHUMAN, H.; PRESSER, S. Open versus closed questions. *In*: SCHUMAN, H.; PRESSER, S. *Questions and answers in attitude surveys*: experiments on question form, wording, and context. Thousand Oaks, CA: Sage Academic Press, 1996. p. 79-107.

SCHUMAN, H.; PRESSER, S. *Questions and answers in attitude surveys*: experiments on question form, wording, and context. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.

SUCHMAN, L.; JORDAN, B. Interactional troubles in face-to-face survey interviews. *Journal of the American Statistical Association*, [*s. l.*], v. 85, n. 409, p. 232-241, 1990.

SUDMAN, S. The presidents and the polls. *Public Opinion Quarterly*, [*s. l.*], v. 46, n. 3, p. 301-310, 1982.

SURVEY. *In*: Oxford Learner's Dictionaries. Oxford: Oxford University Press, 2021. Disponível em: https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/survey_1?q=survey. Acesso em: 30 nov. 2021.

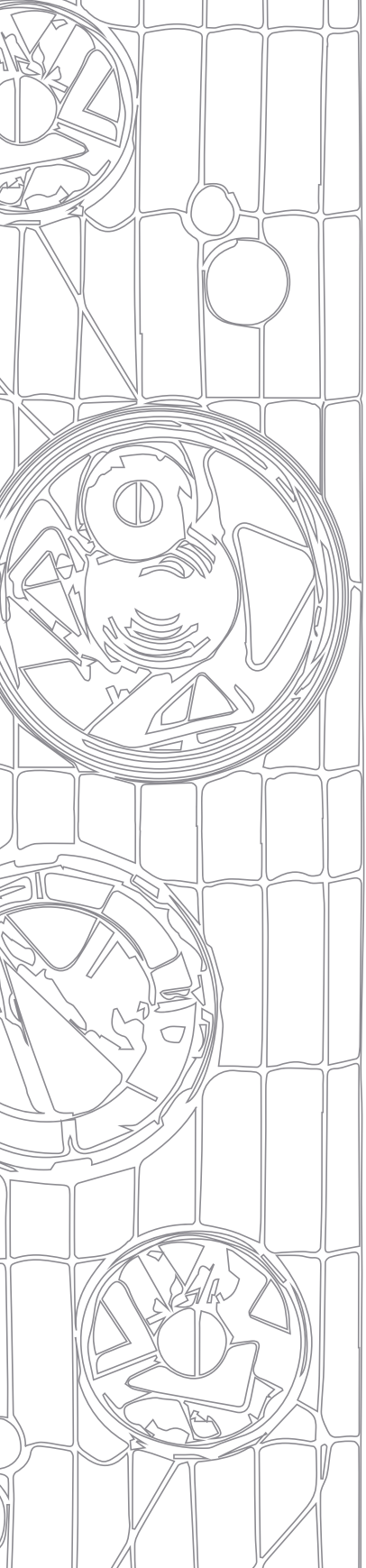
STROUD, N. J. *Niche news*: The politics of news choice. New York, NY: Oxford University Press, 2011.

VALENZUELA, S.; BACHMANN, I.; BARGSTED, M. The personal is the political? What do Whatsapp users share and how it matters for news knowledge, polarization and participation in Chile. *Digital Journalism*, [*s. l.*], v. 9, n. 2, p. 155-175, 2021.

VALENZUELA, S. *et al*. The paradox of participation versus misinformation: social media, political engagement, and the spread of misinformation. *Digital Journalism*, [*s. l.*], v. 7, n. 6, p. 802-823, 2019.

ZALLER, J. R. *The nature and origins of mass opinion*. New York: Cambridge University Press, 1992.

ZÚÑIGA, H. de G.; ARDÈVOL-ABREU, A.; CASERO-RIPOLLÉS, A. WhatsApp political discussion, conventional participation and activism: exploring direct, indirect and generational effects. *Information, Communication & Society*, [*s. l.*], v. 24, n. 2, p. 1-18, 2019.



Métodos em plataformas digitais

Rousiley C. M. Maia
Maiara Orlandini
Bruna Silveira de Oliveira

Introdução

A crescente literatura sobre mídia digital tem fornecido uma caracterização cada vez mais precisa da comunicação *online* e de condições distintas de discussão e trocas discursivas em *sites*, redes sociais, *weblogs* e *microblogs*. O pesquisador inevitavelmente se depara com um complexo conjunto de mídias e diversas plataformas interconectadas, cada uma com sua própria lógica de funcionamento. (BENNETT; PFETSCH, 2018; CHADWICK, 2013, 2019, 2020; CHADWICK; DENNIS; SMITH, 2016; CHADWICK; VACCARI; O'LOUGHLIN, 2018; EKSTRÖM; SHEHATA, 2018; MAIA, 2018; MAIA et al., 2020; VACCARI; CHAD--WICK, 2020) O ambiente digital oferece oportunidades para investigar diferentes

níveis de comunicação entre indivíduos, grupos, organizações e instituições. Contudo, há especificidades e desafios que devem ser considerados.

A ideia de plataforma faz referência a arquiteturas computacionais, baseadas na conectividade, no fluxo comunicacional e intercâmbio de dados, que estão em constante evolução. (D'ANDREA, 2020; VAN DIJCK, 2013; VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018) Com as alterações na Interface de Programação de Aplicação (API), a criação de novas *affordances* e os avanços nas recomendações algorítmicas, as técnicas de captura de dados ficam rapidamente obsoletas. Por isso, este capítulo busca mostrar como o terreno *online* influencia as interações, moldando o tipo de prática e as propriedades dessas trocas.

O primeiro passo para analisar o ambiente digital é compreender as condições que estruturam a comunicação *online*. Devem ser observados fatores como o nível de identificabilidade dos usuários, o formato de interações, processos de moderação, o equipamento técnico disponível para comunicação, o tipo de conexão à internet, entre outros. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2017; KIES, 2010; MAIA 2014; MAIA; REZENDE, 2016; STRANDBERG; GRÖNLUND, 2012, 2018; STROMER-GALLEY, 2007) Compreendendo isso, temos noção de como a discussão *online* é moldada pelo *design* e pelo propósito do ambiente *online*. Como os ambientes *offline*, os espaços digitais são regidos, em grande medida, por normas e expectativas de comportamento compartilhadas pelos usuários. Assim, a lógica das interações é associada com a natureza dos ambientes – se preponderantemente destinados ao entretenimento, à busca por informação, ao estabelecimento de sociabilidade, ao desenvolvimento de discussões políticas etc. A coleta do material deve ser cuidadosamente planejada, levando em consideração processos para raspagem de dados e processos de hierarquização algorítmica.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: nesta primeira seção, traçamos um panorama de pesquisas em ambientes digitais. Na segunda seção, refletimos sobre as principais especificidades do ambiente digital que devem ser consideradas na pesquisa em comunicação política. Algumas questões éticas e certos protocolos de pesquisa são tratados na sequência. Na quarta seção, indicamos o contexto e processos de coleta de dados no ecossistema *online*. Apresentamos, por fim, operadores analíticos e exemplos de pesquisas desenvolvidas no ambiente digital, mais especificamente sobre discussões políticas *online*, processos de desrespeito, incivilidade e intolerância e, ainda, mobilização e ativismo

digital. Com essa exemplificação buscamos demonstrar a importância de se atentar para as especificidades das interações e das *affordances* das plataformas digitais.

Contexto intelectual de métodos de pesquisa em plataformas digitais

A crescente literatura sobre pesquisa em mídia digital tornou-se cada vez mais diversificada, dificultando a apresentação de sínteses ou o mapeamento de recursos metodológicos. Nos estudos sobre debate público, discussão política, formação de preferências e participação política, os pesquisadores vêm investigando (entre outros tópicos):

i. os efeitos de *designs* específicos, as possibilidades e o contexto de discussões *online*, dando a ver questões relacionadas ao anonimato dos usuários em ambientes heterogêneos/homogêneos (ASENBAUM, 2018; ESAU; FRIESS; EILDERS, 2017; HALPERN; GIBBS, 2013; MAIA, 2014; MAIA et al., 2015; MITOZO; MARQUES, 2019; ROWE, 2015; STRANDBERG; BERG, 2015);

ii. dinâmicas distintas de discussões civis/incivis e respeito/desrespeito e polarização entre indivíduos e grupos em diversos ambientes digitais (GRÖNLUND; HERNE; SETÄLÄ, 2015; MUDDIMAN; POND-COBB; MATSON, 2020; MAIA; REZENDE, 2016; ROSSINI, 2020; STRANDBERG; HIMMELROOS; GRÖNLUND, 2019);

iii. tipos de influências geradas pela discussão *online* em políticas públicas e mudanças de opinião (BRAVO; SÁEZ, 2016; STRANDBERG; GRÖNLUND, 2012) e correlações com a participação política, a escolha de representantes políticos e com processos de mobilização;

iv. dinâmicas de politização e despolitização, desinformação e discussões tóxicas que favorecem a intolerância e a desconfiança em instituições políticas. (MAIA et al., 2020; ROSSINI; MAIA, 2021; SUSTEIN, 2017; WOJCIESZAK; MUTZ, 2009)

No contexto atual de crise de legitimidade democrática, com a ascensão de distintas formas de autoritarismo e práticas intolerantes, os estudos sobre participação política e discussões *online* exploram sobretudo fatores que rompem com as expectativas democráticas e provocam danos na esfera pública. (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BENNETT; PFETSCH, 2018; BIMBER; ZÚÑIGA 2020; TUCKER et al., 2017; ZHANG et al., 2018)

Se, em um primeiro momento, as pesquisas em ambiente digital se debruçaram majoritariamente sobre uma única plataforma, no contexto atual o esforço principal é compreender as interações através das plataformas. O interesse em observar fenômenos em diferentes plataformas (*cross-platform studies*) surge a partir de dois argumentos principais: (i) parte significativa dos usuários possui perfil em mais de uma rede (HALL et al., 2016) e (ii) a infraestrutura da plataforma determina a qualidade e o tipo de uso, sendo que cada plataforma pode vir a incitar distintos comportamentos expressivos. (DAVENPORT, 2014; MAIA et al., 2015; YARCHI; BADEN; KLIGLER-VILENCHIK, 2021) Para Richard Rogers (2017), as redes sociais possuem diferentes usos e, assim, tratá-las como categoria reduzida pode mascarar diferenças significativas entre as *affordances* e as possibilidades de cada plataforma. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012), Goggins e Petakovic (2014) e Sasha Costanza-Chock (2014) também advogam que a análise de múltiplas plataformas evita a compreensão simplificada da rede social, uma vez que coloca sob perspectiva diferentes tipos de engajamento próprio de cada plataforma.

Desenvolvendo pesquisas em ambientes digitais

A abordagem da "ecologia complexa" do ambiente interconectado dos *media* pode servir como ponto de partida para tratar de métodos digitais. Destacamos que diferentes aplicativos e plataformas digitais criam oportunidades e constrangimentos distintos e, ainda, proporcionam espaços conversacionais interdependentes. Uma vez que as interações *online* estão atreladas à dinâmica de inovações tecnológicas, em constante mudança e adaptação, lidar com os ambientes digitais é, em certa medida, compreender o transitório e o efêmero. (D'ANDRÉA, 2020; MAIA et al., 2015; OMENA, 2020; ROGERS et al., 2017; VAN DIJCK, 2013) Nesse sentido, é fundamental entender como curtidas, *tags*, dinâmicas de recomendação e manipulação algorítmica, PageRank, entre outros processos nativos da *web* são constituintes de práticas sociais mais amplas.

Para examinar as conversações ou discussões *online*, os pesquisadores devem considerar as características e especificidades de cada ambiente que ajudam a moldar as interações *online*. Eles devem se esforçar para compreender questões relativas ao funcionamento das plataformas juntamente com a concepção dos usuários como agentes, envolvidos em diversas práticas sociais, como publicar, comentar, compartilhar, curtir, entre

outras tantas interações disponíveis. (ROGERS et al., 2017; RUPPERT; LAW; SAVAGE, 2013) De tal sorte, as ferramentas, as configurações e os recursos comunicacionais devem receber especial atenção nas pesquisas. Tratamos a seguir dos seguintes aspectos: identificabilidade, formatos de comunicação, moderação, recursos comunicativos, *hiperlinks*, curtidas e material visual.

i. *Nível de identificabilidade/anonimato dos usuários*

Por nível de identificabilidade, considera-se a autoapresentação dos usuários. Nas plataformas digitais, isso implica o uso de perfis que podem atuar com identidades reais, pseudônimos ou até apelidos, sem qualquer identificador. O nível de identificabilidade empregado afeta a participação e o comportamento político do usuário. (ASENBAUM, 2018; HERMANDÉZ; MARQUES, 2020; MAIA et al., 2015; SUNSTEIN, 2017; STROMER-GALLEY, 2002, 2007) A ausência de identificação (ou o mascaramento de identidades) pode contribuir, por um lado, para que os participantes se expressem de modo aberto e desinibido – principalmente em assuntos tabus que podem gerar constrangimentos. Por outro, o anonimato tende a favorecer ataques e discursos intolerantes, sem que o autor seja reconhecido e responsabilizado.

ii. *Formato de comunicação baseado em interações síncronas/assíncronas*

A estrutura temporal das interações síncronas ou assíncronas também influencia a conversação *online*. (BAYM, 2010; BOYD, 2007, 2011; BOYD; DONATH, 2004) Baym (2010) destaca que a conversação *online* síncrona favorece o sentimento de proximidade entre os usuários, ainda que eles estejam fisicamente distantes. Essa situação tende a induzir mensagens mais pessoais e comportamentos mais espontâneos. Uma vez que os usuários precisam estar conectados simultaneamente, esse tipo de interação restringe o número de participantes. Já as plataformas que operam com atividades assíncronas facilitam a gravação e o armazenamento de informações, gerando conteúdos mais perenes ou persistentes. (BOYD, 2011; LEN; MAZZILLI, 2015)

iii. *A presença/ausência de moderação*

A moderação é entendida como a operação de detecção, avaliação e intervenção aplicada a contas ou a conteúdos classificados como

inaceitáveis pelos ambientes *online* ou por seus intermediários de informações. (GILLESPIE et al., 2020) A atividade de moderação pode abranger um conjunto de procedimentos algorítmicos e de agentes humanos que trabalham para gerir e regular a circulação de ideias. (D'ANDRÉA, 2020; EDWARDS, 2002; TRÉNEL, 2009) Em espaços conversacionais *online* com moderação prévia, as mensagens são lidas antes de serem liberadas, o que pode interferir no ritmo da discussão. Já em ambientes com moderação posterior, mensagens ofensivas chegam a circular, com potencial de provocar diversos efeitos. Wright (2006) distingue entre dois tipos de moderação: "moderação de conteúdo", a qual envolve censura aos conteúdos das contribuições e, se preciso, remoção de material considerado ofensivo; e "moderação interativa", mais intervencionista, uma vez que o moderador, além de controlar o conteúdo, convida o usuário a juntar-se ao debate. Cabe destacar que processos de moderação tipicamente favorecem trocas mais inclusivas e respeitosas, mas podem, em alguns casos, trazer consequências negativas para o debate democrático. Em fóruns deliberativos *online*, há evidências que processos de facilitação, articulados com regras para a discussão, ajudam a aliviar a polarização. (GRÖNLUND; HERNE; SETÄLÄ, 2015, STRANDBERG; HIMMELROOS; GRÖNLUND, 2017) Trénel (2009) sugere um processo ativo de moderação (*advanced facilitation*) para criar espaço para expressão de opiniões minoritárias, em particular de mulheres e de pessoas não brancas. Não obstante, ao exercer pressões a partir de uma posição de comunicação assimétrica, a moderação pode comprometer o tipo de escuta necessária aos processos deliberativos. (EDWARDS, 2002; MORRELL, 2018; WRIGHT, 2006) De tal sorte, é importante que os pesquisadores compreendam, em profundidade, os tipos de moderação presentes num dado espaço *online*.

iv. *Informação disponibilizada aos usuários ou equipamentos técnicos que sustentam a comunicação*

Examinar como as plataformas funcionam – a partir de dispositivos de *smartphones*, tipo de ligação à internet, *webcams*, entre outros – auxilia na compreensão dos diversos usos das redes sociais. (BOCZKOWSKI; SILES, 2014; GRÖNLUND; HERNE; SETÄLÄ, 2015; ROGERS, 2003; RUPPERT; LAW; SAVAGE, 2013; STRANDBERG; HIMMELROOS; GRÖNLUND, 2017) Os dispositivos apresentam arranjos distintos e variadas modalidades de acesso, e as plataformas são organizadas por meio de sistemas operacionais, que se sustentam por servidores, *softwares*, entre outros

recursos. Rogers (2003) indica alguns aspectos que devem ser observados em relação a esse equipamento técnico; por exemplo, a relação de tais ferramentas técnicas ou inovações com as anteriores, a compatibilidade com o contexto do usuário e o nível de complexidade da materialidade do aparato. A lógica econômica das plataformas é indissociável de suas estratégias comerciais, e a datificação, como forma hegemônica atual de produção de conhecimento, se vincula à capacidade das plataformas em armazenar, processar e fazer circular dados dos usuários. (D'ANDRÉA, 2020; RIEDER, 2018) De tal sorte, uma vez que os aparatos técnicos moldam as práticas e o engajamento entre os usuários, os estudos baseados em ambientes digitais devem entender questões relativas aos algoritmos, recursos tecnogramaticais e, ainda, políticas de regulamentação, como os termos de uso, por exemplo.

v. *Presença de hiperlinks, curtidas etc.*

Em ambientes digitais, os usuários tipicamente utilizam *hiperlinks* para abordar conteúdos exibidos em outros espaços, como portais de notícias e vídeos em diferentes plataformas. Alguns autores consideram que identificar e analisar esses *hiperlinks* "nos permite ver as conexões entre os locais de deliberação em um nível granular". (LYONS, 2020, p. 8) Ao contrário de participantes em fóruns presenciais, pessoas engajadas em fóruns digitais usam fontes "curtindo" diretamente as postagens; elas recuperam comentários anteriores ou, ainda, complementam o conteúdo com suas próprias opiniões e argumentos. (BRAVO; SAEZ, 2016; KIES, 2010; STROMER-GALLEY, 2007) Examinar "curtidas" e compartilhamentos nos permite fazer inferências sobre o escopo ou a escala de uma determinada discussão *online*, dentro do sistema de referencialidade e reflexividade no terreno digital.

vi. *Conteúdo imagético*

A imagem é um elemento fundamental na comunicação nas redes sociais: fotografias, vídeos, memes e fotomontagens humorísticas. O conteúdo não verbal é muitas vezes incentivado pela própria *affordance* das plataformas. A comunicação visual, ao carregar sentidos múltiplos, nem sempre perceptíveis à primeira vista, enceta visões políticas, reações, afetos e informações sobre pautas diversas. (HIGHFIELD; LEAVER, 2016) Em contraste com o texto escrito, as imagens têm o potencial de engajar públicos diversos. Estudos sobre o potencial expressivo e discursivo dos

memes (BRANTNER; LOBINGER; STEHLING, 2020; CHAGAS, 2021; HIGHFIELD; LEAVER, 2016) e das *selfies* (RIDGWAY; CLAYTON, 2016; SOUZA et al., 2015) são importantes para ampliar as perspectivas de análises sociopolíticas.

Questões éticas

Embora técnicas e metodologias tradicionais das ciências humanas e sociais sejam frequentemente adotadas nas pesquisas sobre internet e mídias sociais, é necessário estar atento às questões éticas que circundam o ambiente digital. Dito de outro modo, cuidados com protocolos éticos devem guiar as práticas de coleta, de análise e de publicação de dados em periódicos científicos por parte de acadêmicos.[1] Os pesquisadores enfrentam desafios e oportunidades variadas ao lidar com as plataformas *online*. Se esse ambiente, por um lado, oferece acesso a dados que não poderiam ser obtidos de outras maneiras, ele suscita, por outro lado, problemas éticos que impõem limitações e constrangimentos próprios. (BOYD; CRAWFORD, 2012; D'ANDRÉA, 2018; MARKHAM; BUCHANAN, 2012; ZOOK et al., 2017) Nesse sentido, o fato de os pesquisadores terem acesso a dados através de ferramentas específicas de coleta implica em formas próprias de controle e poder. Por exemplo, os estudos de *big data* (BOYD; CRAWFORD, 2012) coletam e usam dados de uma maneira que não pode ser vista como equivalente à utilização de informações por usuários comuns. Ademais, as pessoas, ao produzirem conteúdo em redes sociais ou em plataformas colaborativas, usualmente não têm conhecimento e nem autorizam a utilização de seus dados em contextos distintos daquele em que foram originalmente produzidos. É, portanto, um erro julgar que esses dados são públicos apenas por serem acessíveis. (BOYD; CRAWFORD, 2012; ZOOK et al., 2017) Esse problema atravessa a coleta, o tratamento

1 É válido destacar que há amplo debate acadêmico sobre o uso de dados pelo Estado e por instituições – públicas ou privadas – que, ao desenvolverem processos de governança ou práticas de mercado, ameaçam, ao mesmo tempo, a privacidade e a liberdade dos cidadãos em sociedades democráticas – Ananny e Crawford (2018); Chen e Quan-Haase, Park (2018); Habermas (2015); Kwok e Chan (2020); entre outros. Como neste capítulo tratamos de utilização de *big data* em pesquisa acadêmica, não iremos abordar com profundidade esse assunto. Porém, consideramos pertinente que os pesquisadores interessados em métodos digitais estejam cientes de tais preocupações no campo da pesquisa.

e a interpretação dos resultados obtidos nas plataformas digitais. (ZOOK et al., 2017)

Logicamente, não é razoável demandar que os pesquisadores obtenham o consentimento de todas as pessoas que publicam algum conteúdo nas plataformas. Diante dessa questão, como proceder? Os pesquisadores devem reconhecer, em primeiro lugar, que a maioria dos dados representa ou impacta pessoas e, por isso mesmo, podem causar danos ou prejuízos. (ZOOK et al., 2017) É aconselhável, assim, que as pesquisas criem estratégias para omitir as identidades dos usuários – nomes, fotos ou quaisquer outros dados que permitam a identificação pessoal – e, também, evitem replicação *ipsis litteris* dos conteúdos publicados. Os pesquisadores devem fazer a si mesmos as seguintes perguntas: é possível que alguém leia o meu trabalho e se reconheça nele? Caso a pessoa se reconheça, ela pode se ofender? Mesmo que ela não se ofenda, o registo feito na pesquisa pode engendrar algum problema ético ou de qualquer outra natureza?

Em segundo lugar, é aconselhável que os pesquisadores busquem auxílio dos comitês de ética de pesquisa localizados em suas universidades. Os pesquisadores devem atuar, sobretudo, de modo congruente com processos de *accountability* e de responsabilidade ética, considerando tanto o campo da pesquisa quanto os sujeitos envolvidos. (BOYD; CRAWFORD, 2012; ZOOK et al., 2017) Cabe destacar que, apesar dos diversos exemplos de estudiosos com boas intenções para anonimizar suas fontes, há casos em que tais esforços são nitidamente superficiais. Grande parte dos dados, uma vez escrutinados através de ferramentas de busca, são facilmente reidentificados. (ZOOK et al., 2017) De tal sorte, os pesquisadores devem minimizar possíveis vetores de reidentificação de dados nas publicações oriundas da pesquisa. (ZOOK et al., 2017) Por exemplo, eles podem apresentar ilustrativamente os termos observados, recombinar termos em frases exemplares e utilizar técnicas de apagamento de faces em imagens. É essencial que todos os procedimentos e recursos éticos empregados sejam clara e detalhadamente descritos no trabalho.

Coleta de dados

Como indicado em seções anteriores, as pesquisas em ambientes digitais enfrentam frequentemente obstáculos na coleta de dados, decorrentes de alterações em *softwares* utilizados para raspagem de dados (*web scraping*), modificações relativas ao funcionamento das plataformas e, ainda, novas

regulamentações que reconfiguram formas de acesso e uso dos dados. O incidente com a Cambridge Analytica, responsável por usar dados do Facebook durante a campanha eleitoral norte-americana de 2016, ilustra bem esses problemas. Após esse incidente, a empresa desativou sua API,[2] a qual permite a extração de dados de *sites*. Assim, a raspagem de dados no Facebook não disponibiliza toda a rede de comentários e respostas, o que torna difícil para pesquisadores produzirem generalizações com base nos dados disponíveis. Atualmente, a API do Twitter é uma das mais utilizadas, já que permite, sem grandes desafios, a leitura dos *tweets.* O acesso aos dados digitais pode ser feito através de programas de *software* especialmente elaborados (*scripts*) para esse fim – o que demanda o suporte de especialistas em computação e cientistas de dados. A solução para não inviabilizar a pesquisa, nesses casos, é deixar nítido o problema envolvido na realização da coleta. Ademais, as limitações da amostra, em relação ao universo de dados, devem ser claramente descritas para que, assim, os achados sejam compatíveis com o rigor científico e, também, com uma abordagem crítica sobre o funcionamento das plataformas.

Modalidades de pesquisas

A multiplicidade de pesquisas empíricas sobre interações *online*, na área de comunicação política, desafia a tentativa de sínteses. Nesta seção, temos por objetivo demonstrar a importância de se atentar para as especificidades das interações e das *affordances* das plataformas digitais. Para tanto, exploramos três conjuntos de literatura: (i) estudos que focalizam a qualidade das discussões, com foco nos procedimentos normativos da deliberação como justificação, inclusão, respeito, reciprocidade, entre outros, (ii) estudos que investigam incivilidade, desrespeito e intolerância no ambiente digital e (iii) estudos voltados para a ação coletiva, mobilização e ativismos. Como discutido em outros trabalhos (MAIA, 2018; MAIA et al., 2020), os princípios

2 Aqui, cabe uma explicação detalhada sobre o significado de API, em inglês, *Application Programming Interface*. A aplicação corresponde a um conjunto de protocolos essenciais para a construção de aplicativos, que definem como os componentes dos *softwares* devem interagir entre si. (BEAL, 2016; PUSCHMANN; AUSSERHOFER, 2017) Em outras palavras, uma API é criada para que um sistema possa usar as funcionalidades de outro sistema, de acordo com as linguagens programáticas. Algumas plataformas de mídias sociais fornecem APIs para desenvolvedores, que também podem ser aplicadas na coleta de informações para cientistas, pesquisadores e jornalistas. (PUSCHMANN; AUSSERHOFER, 2017)

normativos ajudam a fazer distinções teoricamente informadas sobre os princípios e as expectativas democráticas, bem como os comportamentos que violam ou negam esses princípios. Por fim, tratamos de:

Discussão política *online*

Estudos que se dedicam a examinar processos de discussão política em ambientes digitais, apesar de respectivas especificidades, apresentam algumas conclusões coincidentes. Entre as pesquisas que utilizam análises de conteúdo, a unidade básica de análise são frequentemente os *posts* e comentários *online*. A literatura mostra que o fornecimento de informações sobre o tópico sob escrutínio aos usuários melhora a qualidade das discussões *online*. (STRANDBERG; GRÖNLUND, 2014, 2018; STROMER-GALLEY, 2007) Além disso, diferentes pesquisas já indicaram que os fóruns de discussão abrigados em casas legislativas e *sites* de notícias são relativamente mais bem planejados para desencadear discussões políticas do que o Facebook. (ROSSINI, 2020; ROWE, 2015) Ao comparar quatro ambientes *online* – fórum consultivo do Legislativo, *site* de notícias, YouTube e Facebook –, Mendonça e Amaral (2018) concluíram que os participantes em *sites* legislativos tendem a justificar melhor suas opiniões, em comparação aos demais. O estudo de Esau e demais autores (2017, 2021) também confirmou esse padrão: os usuários em fóruns de consulta legislativa têm melhor desempenho ao justificar suas opiniões em comparação com *sites* de notícias e, por último, os usuários do Facebook. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2017, 2020) Nossas pesquisas que examinaram discussões sobre a redução da maioridade penal em fóruns *online* de audiência pública, portal de notícias sobre tal temática e em uma página de Facebook de ativistas contra a redução da maioridade penal também corroboram esses achados. (MAIA et al., 2020) A maioria dessas pesquisas utiliza o Discourse Quality Index (DQI), discutido em mais detalhes no capítulo 2, para avaliar a qualidade deliberativa das discussões.

Estudos diversos confirmam que fóruns *online* mais formais refletem níveis mais elevados de linguagem respeitosa. (ESAU; FRIESS; EILDERS, 2021; HALPERN; GIBBS, 2013; SARMENTO; MENDONÇA, 2016) Isso pode ser explicado pelo fato de os participantes já esperarem lidar com perspectivas conflitantes nesses espaços, uma vez que são convidados a expressar considerações e recomendações para processos de tomada de decisão ou configuração de novas normas ou políticas públicas. Podem assim lidar com

ideias divergentes, opiniões conflitantes e desacordos que emergem nesses ambientes, sem ataques, ofensas ou expressões chulas. Já as normas de comportamento esperado no Facebook, por exemplo, apoiam e até incentivam a linguagem confrontadora e agressiva. (HALPERN; GIBBS, 2013; ROSSINI, 2020; SARMENTO; MENDONÇA, 2016) O estudo comparativo conduzido por Esau e demais autores (2021) destaca que o nível de respeito diminuiu do fórum legislativo para o Facebook – um padrão também observado em nossas análises comparativas. (MAIA et al., 2020)

Exemplo 1

Para oferecer maior concretude, indicamos abaixo as categorias de análise usadas em nossa pesquisa que examinou o debate sobre a redução da maioridade penal em três ambientes *online*. (MAIA et al., 2020) São elas:

» Plataforma 1: fórum *online* de participação eletrônica legislativa. As audiências públicas legislativas foram transmitidas pela televisão e um fórum digital – portal e-Cidadania, hospedado pelo Senado – foi disponibilizado para comentários e participação virtual dos cidadãos.

» Plataforma 2: espaços *online* para comentários dos leitores no portal UOL, um *site* de notícias. Em período de coleta de dados, esse portal foi o primeiro no *ranking* de acessos no Brasil, com 35.801 milhões de acessos mensais.

» Plataforma 3: a página do Facebook "18 motivos para dizer 'não' à redução da maioridade penal" – administrada por 153 entidades cívicas. O Facebook, como se sabe, é uma rede social na qual os participantes se identificam e interagem transversalmente com familiares, colegas de trabalho, amigos e um grupo mais ou menos grande de contatos pessoais, com laços mais próximos ou mais soltos.

Variáveis

a. Relevância. Esta categoria classifica os comentários como relevantes quando se referem a questões relacionadas com o tópico em discussão, a redução da idade para questões de responsabilidade criminal. Duas categorias foram utilizadas: (i) relevante e (ii) irrelevante.

b. Justificativa. Para capturar o nível de justificativa que apoia as reivindicações, usamos uma versão adaptada do DQI. (STEINER, 2012; STEINER et al., 2004) Uma vez que nosso estudo é baseado

em discussões informais de cidadãos, os comentários *online* são normalmente mais curtos do que atos de fala em fóruns projetados deliberadamente. (STRANDBERG; GRÖNLUND, 2014, 2018) Para tanto, foram utilizados três códigos: (i) expressão de preferência sem justificativa (opinião), (ii) justificativa simples, contendo um argumento e (iii) justificativa complexa, contendo mais de um argumento.

c. Respeito. A linguagem respeitosa é operacionalizada aqui como ausência de incivilidade (ou seja, linguagem chula, linguagem pejorativa e ataque a ideias ou argumentos) e intolerância (ou seja, ataques às liberdades e direitos individuais, intolerância a posições e opiniões, uso de estereótipos ofensivos e incentivo à violência).

d. Alvo de reciprocidade/mensagem. As medidas mais convencionais de reciprocidade em discussões face a face dificilmente se aplicam a configurações *online,* porque grande parte da discussão permanece implícita. Os usuários podem dirigir seus comentários a informações às quais estão sendo expostos ou aos comentários de outros usuários do fórum – na dinâmica de interação *online* –, ou mesmo apresentar suas opiniões sem qualquer destinatário claro ou referência explícita. Codificamos: (i) o usuário faz uma referência explícita ao conteúdo na arena base (ou seja, os debates legislativos reais, artigos de notícias ou postagens no Facebook), (ii) o usuário responde ou reage explicitamente à declaração ou ação de um usuário *online* anterior e (iii) o usuário faz um comentário sem um destinatário claro (nenhuma relação é explicitamente estabelecida).

e. Histórias. Histórias pessoais são definidas aqui como "uma série de declarações conectadas em que um falante relembra alguma experiência passada em uma ordem sequencial". (BLACK, 2008, p. 3) Esta categoria não inclui referências de passagem a experiências pessoais, quando nenhum enredo ou ordem narrativa sequencial é estabelecida – por exemplo, "Já viajei neste ônibus". Codificamos três tipos de contação de histórias: (i) histórias pessoais, (ii) histórias de outros – quando a história é de uma terceira pessoa e os episódios não são vivenciados pelo locutor (OLIVEIRA, 2017) – e (iii) histórias da mídia, quando o locutor se refere a casos relatados pela mídia.

Variáveis de razões

a. Posição do comentário. Em nosso estudo, as posições expressas nos comentários foram classificadas em três categorias: (i) pró-redução, (ii) contrário e (iii) misto.
b. Posição ideológica da maioria/minoria. A posição "pró-redução" foi codificada como pertencente ao lado do debate majoritário, uma vez que pesquisas nacionais indicaram que mais de 90% da população era favorável a essa política durante o período de coleta de dados.
c. Conteúdo do argumento. Esta variável captura as justificativas dos participantes para sustentar suas opiniões, preferências e recomendações. Construímos uma lista de argumentos favoráveis e argumentos contrários à redução da maioridade penal. Essa lista foi construída tanto indutivamente, por meio da leitura das transcrições das audiências públicas, notícias jornalísticas e *posts* e comentários em mídia social, quanto dedutivamente, com base em estudos anteriores sobre a idade de responsabilidade criminal.
d. Tipo de argumentação. Seguindo os escritos de Habermas (1996), bem como o trabalho de Peters e demais autores (MAIA, 2009, 2012; PETERS et al., 2008), distinguimos três modalidades de argumentação. Os argumentos presentes em nossa lista foram classificados em: (i) argumentos pragmáticos (razões baseadas nos meios adequados para o cumprimento de preferências previamente estabelecidas e para se atingir os fins com sucesso), (ii) argumentos ético-político-morais (razões que apresentam considerações baseadas em valores, princípios morais, justiça ou crenças) e (iii) argumentos jurídicos (razões envolvendo normas constitucionais ou legais válidas e precedentes legais aplicáveis na situação).

Expressões de desrespeito, incivilidade e intolerância nos ambientes *online*

Estudos empíricos sugerem que a natureza e o propósito das plataformas digitais também interferem na ocorrência de incivilidade e expressões desrespeitosas e intolerantes. Nesse contexto, é importante saber diferenciar entre incivilidade e intolerância para tornar possível que elas sejam identificadas na codificação do material. A noção de civilidade/incivilidade tem caráter mais geral como regras concernentes a modos de convivência

à vida associativa que articula a sociedade civil e o Estado. Papacharissi (2004, p. 262-263) distingue entre polidez, definida como uma "interação que flui tranquilamente [com relação à etiqueta e formalidade, e civilidade, descrita como o tipo de interação que] fortalece nossas relações mútuas e nossos laços com a democracia". Já a noção de respeito é explícita e diretamente associada ao valor moral de uma pessoa como cidadão de direitos. O respeito é o que permite garantir a um indivíduo o *status* pleno de cidadão – fundamental para reconhecer como legítima a sua participação no processo de discussões sobre questões de interesse comum, para assegurar oportunidades reais de engajamento na autodeterminação individual ou coletiva. (GUTMANN; THOMPSON, 2009; HABERMAS, 1995, 1996; HONNETH, 2003; MAIA, 2014; STEINER et al., 2017)

As expressões intolerantes – por exemplo, racistas, homofóbicas e xenofóbicas – são hostis e abrangem comentários que ameaçam ou atacam a pluralidade democrática, o convívio social ou as liberdades individuais por meio da utilização da violência ou do não reconhecimento de certos grupos como parceiros de discussão (ou como fontes de razões das quais podem razoavelmente discordar). (FORST, 2013; HABERMAS, 2003; HONNETH, 2003) A intolerância indica um profundo desrespeito aos outros participantes da discussão, identificada por meio de ataques diretos a características individuais, preferências ou crenças, assim como em expressão de ódio e ameaças violentas. (MAIA, 2014; ROSSINI, 2017, 2020; ROSSINI; MAIA, 2021) Os regimes liberais e democráticos apresentam a tolerância como cerne de suas questões, portanto ser intolerante ao outro significa discriminar, excluir e ferir pressupostos democráticos. (FORST, 2013; HABERMAS, 2003) A incivilidade, por sua vez, se alinha à falta de polidez e à adoção de palavras chulas, vulgares e de tom rude contra determinados atores e argumentos.

Exemplo 2

O trabalho de Rossini (2017, 2020, 2021) combina métodos digitais com análise de conteúdo sistemática. Ao abordar as características e especificidades da discussão política em ambientes mediados, o estudo tem como objetivo compreender a forma como indivíduos interagem com informações sobre política *online*, com foco no papel da incivilidade nas discussões, e nas *affordances* das plataformas digitais. Apesar da alta frequência de incivilidade nas discussões mediadas, a autora argumenta que tais comportamentos não são necessariamente nocivos para a conversação,

mas podem, entretanto, corresponder a um atributo decorrente da impessoalidade e do distanciamento dos debates *online* e, nesse sentido, pode promover alguns dos benefícios frequentemente associados à conversação política informal. Assim, para Rossini, a fim de identificar o tipo de conduta que é ofensivo nas interações virtuais, é fundamental discernir entre incivilidade e intolerância, já que a última deturpa os princípios democráticos e mina a condição de igualdade a pessoas ou grupos. A autora investigou comentários coletados na *fanpage* do portal UOL no Facebook e em *sites* de notícias como o UOL e *Folha de São Paulo*, além de *blogs* sobre política.

Os resultados da pesquisa indicam que a percepção da incivilidade: (i) está sujeita à interpretação ao contexto, (ii) é fortemente associada à expressão de opinião, inclusive justificada, o que sugere que ela seja empregada como recurso retórico para marcar posicionamentos – especialmente em situações de desacordo. Tal pesquisa pode contribuir para a compreensão da relação entre a tecnologia e as dinâmicas políticas e sociais das sociedades democráticas contemporâneas.

Exemplo 3

Em trabalho anterior, de Maia em coautoria com Thaiane Rezende (2016, 2018), buscamos explorar expressões de desrespeito em seis espaços de discussão política *online*, dando a ver correlações com identificação/anonimato dos usuários e condições de homogeneidade/heterogeneidade de posições políticas no espaço. Para realizar esse estudo, focalizamos um evento que provocou indignação e ampla mobilização na época: uma declaração racista e homofóbica feita pelo então deputado federal Jair Bolsonaro no programa de TV *Custe o Que Custar* (*CQC*) em 2011. A fala do deputado teve grande repercussão em redes sociais, assim como em veículos da mídia convencional e independente, levando a mobilizações organizadas no Facebook. Bolsonaro foi processado por quebra de decoro parlamentar e por crime de intolerância racial. Esse estudo investiga como o desrespeito se manifesta nos seguintes ambientes: (i) uma plataforma colaborativa de vídeos produzidos por usuários (YouTube), (ii) um espaço para a discussão de questões de interesse comum (*blogs*) e (iii) uma rede social em que os usuários normalmente interagem com indivíduos de seus grupos de amigos, familiares, colegas e assim por diante (Facebook). Buscamos distinguir diferentes alvos de ofensa – parceiros de conversação, argumentos, atores e grupos envolvidos no conflito ou xingamentos sem um objeto definido – e analisamos como o desrespeito se relaciona com

outros aspectos da deliberação, como a justificação das opiniões e a reciprocidade. Considerando que o conceito de desrespeito é dependente do aspecto contextual, esse estudo ajuda-nos a esclarecer em que situações a hostilidade e a linguagem ofensiva constituem um ataque direto a uma pessoa ou às suas opiniões ou, ainda, a certos grupos e modos de vida. Indicamos abaixo as categorias utilizadas nesse estudo. (MAIA; REZENDE 2016, 2018) São elas:

» *Desrespeito*, que foi caracterizado como: ataques *ad hominem*, calúnia, xingamentos, palavras chulas e ofensivas, hipérboles pejorativas, vulgaridade e marcas retóricas que indicam hostilidade. (COE; KENSKI; RAINS, 2014; PAPACHARISSI, 2004)

» *Alvos de desrespeito e linguagem ofensiva*: (i) outros participantes em nível pessoal, (ii) argumentos apresentados por outros participantes, (iii) pessoas e grupos relacionados ao conflito em questão, (iv) ofensas sem um destinatário claramente definido.

» *Anonimato/identificabilidade*. Estudos anteriores mostram que o anonimato e a ausência de marcadores de origem social dos participantes – por exemplo, em relação a gênero, raça, categoria e assim por diante – encorajam a prática de *flaming*. (HILL; HUGHES, 1998; PAPACHARISSI, 2004) O anonimato contribui para que os participantes expressem atitudes verbais, termos rudes e vulgares e ataques pessoais. (JANSSEN; KIES, 2005; ROWE, 2015) Com base nesses estudos, elaboramos a seguinte hipótese: usuários em plataformas anônimas usarão linguagem ofensiva de modo mais frequente que usuários em plataformas em que há identificação de participantes.

» *Heterogeneidade/homofilia.* Ao interagir com pessoas que compartilham perspectivas políticas, crenças e interesses similares, os sujeitos tendem a ver suas opiniões serem endossadas; e essas situações tendem a criar um terreno seguro para a discussão. (GERVAIS, 2015; HILL; HUGHES, 1998; SUNSTEIN, 2001) As trocas comunicativas entre pessoas que têm perspectivas ideológicas distintas, por outro lado, costumam levar à discordância, que por sua vez produz emoções negativas, desrespeito e manifestações de agressividade. A partir dessas considerações estabelecemos a seguinte hipótese: os usuários em plataformas homogêneas demonstrarão mais respeito aos participantes intragrupo, porém mais ofensas e ataques a grupos externos, em comparação com as plataformas heterogêneas. Como esperado, nossos resultados corroboraram a suposição de que as pessoas tendem a empregar linguagem ofensiva mais

> frequentemente em espaços anônimos do que em ambientes identificáveis. (HILL; HUGHES, 1998; PAPACHARISSI, 2004; ROWE, 2015) Porém, regras comportamentais das plataformas são também fundamentais para configurar esse comportamento. No YouTube, um espaço anônimo no qual se manifestam perspectivas conflitantes, observamos os maiores níveis de linguagem ofensiva e também insultos pessoais. No entanto, no *blog* Lola – um espaço também anônimo, mas voltado para a discussão entre pessoas com opiniões semelhantes –, os participantes respeitaram inteiramente seus parceiros de interação: não houve ataques em nível pessoal e apenas algumas críticas moderadas foram dirigidas aos comentários dos participantes. De modo semelhante, os participantes do *blog* Papo de Homem (PdH) – um espaço heterogêneo no qual os usuários se identificam – expressaram ultrajes ou ironia frente a afirmações específicas, mas evitaram sistematicamente insultar o caráter ou a dignidade de seus interlocutores. Essa atitude presente nos *blogs* sugere que os participantes são capazes de argumentar e contra-argumentar com aqueles de quem discordam sem uso de ataques pessoais ou ofensas. Participantes do evento Fora Bolsonaro (43.808 membros) e da página Jair Bolsonaro (1.746 membros) no Facebook demonstraram respeito por participantes do próprio grupo, mas geralmente lançaram ofensas e confrontaram participantes "do outro lado". Portanto, para além de fatores ligados às *affordances* (homogeneidade/heterogeneidade e anonimato/identificabilidade) das plataformas, as normas de comportamento em plataformas específicas também constituem um importante preditor de linguagem respeitosa/desrespeitosa. (MAIA; REZENDE, 2016; ROSSINI, 2020)

Alguns trabalhos operacionalizam o conceito de intolerância em outros contextos. Uma forma de apreender intolerância é por meio da codificação dos alvos (ataque a atores políticos, partidos e instituições; ao Legislativo, Executivo; à comunidade negra, indígena, LGBTQIA+; à imprensa ou membros da mídia; a outros participantes do debate, entre outros) (OLIVEIRA, 2020; ROSSINI, 2017) e do tipo de intolerância – personificada ou coletiva ou, ainda, intolerância a uma ideia. (OLIVEIRA, 2020) No caso de desrespeito, Leonardo Santa Inês (2021), em sua tese, investiga também os alvos: (i) adversário político, (ii) interlocutor, (iii) grupos sociais, (iv) agentes do Estado. Em relação à incivilidade, Papacharissi (2004) sugere três tipos de códigos: 1) ataque à democracia, 2) estereotipação do adversário, 3) ameaça ao direito de outro indivíduo.

Mobilização e ativismo *online*

Para examinar ações coletivas, isto é, práticas de um grupo de pessoas que decide agir em conjunto em busca de interesses ou anseios comuns, o papel da comunicação no planejamento e na estruturação dessas ações é central. (BIMBER, 2017; FLANAGIN; STOHL; BIMBER, 2006; MAIA, 2009; MENDONÇA, 2017; PRUDENCIO; LEITE, 2013) Considerando a ação coletiva como uma atividade comunicativa que conecta os sujeitos concernidos, as transformações decorrentes das mídias interconectadas e redes sociais (BENNETT; SEGERBERG, 2012; DELLA PORTA; DOERR, 2018) ampliaram sobremaneira as capacidades comunicativas da sociedade e, assim, os usuários se deparam com uma variedade de arranjos para a ação. Dentre as mudanças acarretadas pela inserção das plataformas de redes sociais nas mobilizações contemporâneas, estão, principalmente, a personificação e descentralização de lideranças. (BENNETT; SEGERBERG, 2012; BIMBER, 2017; FLANAGIN; STOHL; BIMBER, 2006) Essas características permitem que as ações coletivas atinjam uma audiência maior, sendo que, potencialmente, os próprios usuários comuns podem atuar como ativistas. Contudo, as novas oportunidades comunicativas por si só não garantem que as ações coletivas ganhem maior número de apoiadores ou sejam eficazes para encetar transformações sociais na direção almejada. Ao contrário, o ativismo pode provocar ações reativas, de modo que complexos processos de politização e despolitização podem ocorrer, simultaneamente, em diferentes níveis na esfera pública e no domínio governamental.

Exemplo 4

Uma pesquisa desenvolvida por Orlandini e Maia explorou processos de politização e despolitização em três diferentes *hashtags* feministas contra assédio sexual. As *hashtags* podem ser vistas como conteúdo "problemático" (OMENA; RABELLO; MINTZ, 2020), já que possuem ambiguidades difíceis de serem apreendidas em análises simples. As disputas de repertórios, ironia e humor, por exemplo, podem confundir e enviesar análises quantitativas ou que utilizem apenas o conteúdo textual presente nas plataformas. Nesse sentido, a pesquisa explorou os conceitos de politização/despolitização, segundo a acepção de Hay (2007), que visa compreender mecanismos de transição de demandas entre as esferas privada, pública e governamental. (HAY, 2007, 2014; MAIA 2017, 2019; VIMIEIRO; MAIA,

2017; WOOD, 2016; WOOD; FLINDERS, 2014) Hay (2007) conceitua três diferentes etapas de politização e despolitização. A politização Tipo 1 é o primeiro e mais básico processo, que ocorre por meio do reconhecimento e questionamento de uma questão que antes pertencia apenas ao reino do fato. A politização Tipo 2 ocorre quando debates que antes eram limitados à esfera privada migram para a esfera pública e a do Tipo 3 trata das questões que se tornam agenda política formal, ou seja, é a transição da esfera pública para o Estado – quando determinadas demandas públicas se tornam foco de debate legislativo, leis, regulamentações etc. Já o conceito de despolitização descreve o deslocamento da tomada de decisões do Estado para a sociedade civil, fazendo o caminho reverso. A primeira despolitização, Tipo 1, é caracterizada pela delegação das funções do Estado para instituições e atores sociais. O Tipo 2 diz respeito às questões antes politizadas na esfera pública, mas que foram deslocadas para a esfera privada. Por último, a despolitização Tipo 3 mostra a transferência de questões do âmbito privado para o reino dos fatos, como a naturalização de problemas sociais, por exemplo.

Para apreender as especificidades das *hashtag*s, a pesquisa focalizou a mobilização no Twitter e no Instagram. Uma análise de conteúdo e multimodal foi empregada, com o objetivo de explorar três dimensões: (i) usuário, (ii) conteúdo textual e (iii) conteúdo visual. Essa análise combinada de texto e imagem facilitou compreender melhor as ambiguidades das mobilizações e distintos tipos de dinâmicas de politização/despolitização que ocorrem simultaneamente no ambiente digital.

Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

ANANNY, M.; CRAWFORD, K. Seeing without knowing: limitations of the transparency ideal and its application to algorithmic accountability. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 20, n. 3, p. 973-989, 2018.

ASENBAUM, H. Anonymity and democracy: absence as presence in the public sphere. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 112, n. 3, p. 459-472, 2018.

BAYM, N. K. *Personal connections in the digital age*. Cambridge, UK: Polity Press, 2010.

BEAL, V. API-application program interface. *Webopedia*, [*s. l.*], 1995. Disponível em: https://www.webopedia.com/definitions/api/. Acesso em: 27 jul. 2022.

BENNETT, W. L.; PFETSCH, B. Rethinking political communication in a time of disrupted public spheres. *Journal of Communication*, local, v. 68, n. 2, p. 243-253, 2018.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, Oxford, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BIMBER, B. Three prompts for collective action in the context of digital media. *Political Communication*, Philadelphia, v. 34, n. 1, p. 6-20, 2017.

BIMBER, B.; ZÚÑIGA, H. G. de. The unedited public sphere. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 22, n. 4, p. 700-715, 2020.

BLACK, L. W. Deliberation, storytelling, and dialogic moments. *Communication Theory*, Hoboken, v. 18, n. 1, p. 93-116, 2008.

BOCZKOWSKI, P. J.; SILES, I. Steps toward cosmopolitanism in the study of media technologies. *Information, Communication & Society*, London, v. 17, n. 5, p. 560-571, 2014.

BOYD, D. None of this is real: identity and participation in friendster. *In*: KARAGANIS, J. (ed.). *Structures of participation in digital culture*. New York: Social Science Research Council, 2007. p. 132-157.

BOYD, D. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. *In*: PAPACHARISSI, Z. (ed.). *Networked self*: identity, community, and culture on social network sites. New York, NY: Routledge, 2011. p. 37-58.

BOYD, D.; DONATH, J. Public displays of connection. *BT technology Journal*, Gewerbestrasse, v. 22, n. 4, p. 71-82, 2004.

BOYD, D.; CRAWFORD, K. Critical questions for big data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, Communication & Society*, London, v. 15, n. 5, p. 662-679, 2012.

BRANTNER, C.; LOBINGER, K.; STEHLING, M. Memes against sexism? A multi-method analysis of the feminist protest hashtag# distractinglysexy and its resonance in the mainstream news media. *Convergence*, Thousand Oaks, v. 26, n. 3, p. 674-696, 2020.

BRAVO, R. B.; SÁEZ, E. S. From protest to political parties: online deliberation in new parties in Spain. *Media Studies*, Zagreb, v. 7, n. 14, p. 104-122, 2016.

CHADWICK, A. The hybrid media system: politics and power. *Public Administration*, Hoboken, v. 92, n. 4, p. 1106-1114, 2013.

CHADWICK, A. *The new crisis of public communication*: challenges and opportunities for future research on digital media and politics. Loughborough: Loughborough University, 2019.

CHADWICK, A. Four challenges for the future of digital politics research. *In*: DUTTON, W. H. (ed.). *A research agenda for digital politics*. Londres: Edward Egar Pub, 2020. p. 2-12.

CHADWICK, A.; DENNIS, J.; SMITH, A. P. Politics in the age of hybrid media: power, systems, and media logics. *In*: BRUNS, A. *et al.* (ed.). *The routledge companion to social media and politics*. New York, NY: Routledge, 2016. p. 7-22.

CHADWICK, A.; VACCARI, C.; O'LOUGHLIN, B. Do tabloids poison the well of social media? Explaining democratically dysfunctional news sharing. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 20, n. 11, p. 4255-4274, 2018.

CHAGAS, V. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 95, p. 1-22, 2021.

CHEN, W.; QUAN-HAASE, A.; PARK, Y. J. Privacy and data management: the user and producer perspectives. *American Behavioral Scientist*, Thousand Oaks, p. 1-8, 2018.

COE, K.; KENSKI, K.; RAINS, S. A. Online and uncivil? Patterns and determinants of incivility in newspaper website comments. *Journal of Communication*, Oxford, v. 64, n. 4, p. 658-679, 2014.

COSTANZA-CHOCK, S. *Out of the shadows, into the streets!*: transmedia organizing and the immigrant rights movement. Cambridge: MIT Press, 2014.

D'ANDRÉA, C. F. de B. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. *Galáxia*, São Paulo, n. 38, p. 28-39, maio/ago. 2018.

D'ANDRÉA, C. F. de B. *Pesquisando plataformas online*: conceitos e métodos. Salvador: Edufba, 2020.

DAVENPORT, T. H. *Big data at work*: dispelling the myths, uncovering the opportunities. Boston Massachusetts: Harvard Business Review Press, 2014.

DELLA-PORTA, D.; DOERR, N. Deliberation in protests and social movements. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 391-406.

EDWARDS, A. R. The moderator as an emerging democratic intermediary: The role of the moderator in Internet discussions about public issues. *Information polity*, Amsterdam, v. 7, n. 1, p. 3-20, 2002.

EKSTRÖM, M.; SHEHATA, A. Social media, porous boundaries, and the development of online political engagement among young citizens. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 20, n. 2, p. 740-759, 2018.

ESAU, K.; FRIESS, D.; EILDERS, C. Design matters! An empirical analysis of online deliberation on different news platforms. *Policy & Internet*, Washington, v. 9, n. 3, p. 321-342, 2017.

ESAU, K.; FLEUß, D.; NIENHAUS, S. M. Different arenas, different deliberative quality? Using a systemic framework to evaluate online deliberation on immigration policy in Germany. *Policy & Internet*, Washington, v. 13, n. 1, p. 86-112, 2021.

FLANAGIN, A. J.; STOHL, C.; BIMBER, B. Modeling the structure of collective action. *Communication Monographs*, London, v. 73, n. 1, p. 29–54, 2006.

FORST, R. *Toleration in conflict*: past and present. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

GERVAIS, B. T. Incivility online: Affective and behavioral reactions to uncivil political posts in a web-based experiment. *Journal of Information Technology & Politics*, London, v. 12, n. 2, p. 167-185, 2015.

GILLESPIE, T. *et al*. Expanding the debate about content moderation: Scholarly research agendas for the coming policy debates. *Internet Policy Review*, Berlin, v. 9, n. 4, p. 1-29, 2020.

GOGGINS, S. P.; PETAKOVIC, E. Connecting theory to social technology platforms: A framework for measuring influence in context. *American Behavioral Scientist*, Thousand Oaks, v. 58, n. 10, p. 1376-1392, 2014.

GRÖNLUND, K.; HERNE, K.; SETÄLÄ, M. Does enclave deliberation polarize opinions? *Political Behavior*, Berlin, v. 37, n. 4, p. 995-1020, 2015.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. F. *Why deliberative democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2009.

HABERMAS, J. *Três modelos normativos de democracia*. São Paulo: Lua Nova, 1995.

HABERMAS, J. *Between facts and norms*: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.

HABERMAS, J. Intolerance and Discrimination. *International Journal of Constitutional Law*, New York, v. 1, n. 1, p. 2-12, 2003.

HABERMAS, J. *The lure of technocracy*. Cambridge: Polity Press, 2015.

HALL, M. et al. Following user pathways: Cross platform and mixed methods analysis in social media studies. *In*: KAYE, J.; DRUIN, A. (ed.). *Proceedings of the 2016 CHI conference extended abstracts on human factors in computing systems*. New York: Association for Computing Machinery, 2016. p. 3400-3407.

HALPERN, D.; GIBBS, J. Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. *Computers in Human Behavior*, Amsterdam, v. 29, n. 3, p. 1159-1168, 2013.

HAY, C. *Why we hate politics*. Cambridge: Polity Press, 2007.

HAY, C. Depoliticisation as process, governance as practice: what did the'first wave'get wrong and do we need a'second wave'to put it right? *Policy & Politics*, Hoboken, v. 42, n. 2, p. 293-311, 2014.

HERNÁNDEZ, E. B. R.; MARQUES, A. C. S. O anonimato online como ponte entre experiências cotidianas e presença digital na performance identitária. *Tríade:* Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, SP, v. 8, n. 18, p. 49-74, set. 2020.

HIGHFIELD, T.; LEAVER, T. Instagrammatics and digital methods: studying visual social media, from selfies and GIFs to memes and emoji. *Communication Research and Practice*, London, v. 2, n. 1, p. 47-62, 2016.

HILL, K. A.; HUGHES, J. E. *Cyberpolitics*: citizen activism in the age of the Internet. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JANSSEN, D.; KIES, R. Online forums and deliberative democracy. *Acta politica*, London, v. 40, n. 3, p. 317-335, 2005.

KIES, R. *Promises and Limits of Web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KWOK, C.; CHAN, N. K. Towards a political theory of data justice: a public good perspective. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, London, v. 19, n. 3, p. 374-390, 2021.

LEN, F.; MAZZILLI, P. Imagens líquidas: Um estudo sobre a construção de identidades no aplicativo Snapchat. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM); CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. 20., 2015, Uberlândia. *Anais* [...]. Uberlândia: Intercom, 2015. p. 1-12.

LYONS, B. A. From code to discourse: social media and linkage mechanisms in deliberative systems. *Journal of Deliberative Democracy*, London, v. 13, n. 1, p. 1-35, 2020.

MAIA, R. C. M. Mediated deliberation: the 2005 referendum for banning firearm sales in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, Thousand Oaks, v. 14, n. 3, p. 313-334, 2009.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2014.

MAIA, R. C. M. Politicization, new media, and everyday deliberation. *In*: FAWCETT, P. *et al. Anti-politics, depoliticization, and governance*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 68-86.

MAIA, R. C. M. Deliberative media. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
p. 348-364.

MAIA, R. C. M. Politicisation and depoliticisation within the deliberative system: assessing interactions and tensions of political communication. *Les Enjeux de l'Information et de la Communication*, Grenoble, v. 19, n. 3, p. 149-159, 2018.

MAIA, R. C. M. *et al*. Can the deliberative system break up pre-deliberative consensus? Examining discussions within forums and across wider publics. *In*: INTERNATIONAL COLLOQUIUM: THE DELIBERATIVE SYSTEM AND INTERCONNECTED MEDIA, 3., 2015, Belo Horizonte. *Proceedings* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 4-6.

MAIA, R. C. M.; LARANJEIRA, M. D.; MUNDIM, P. S. The role of experts across two different arenas in a deliberative system. *Journal of Deliberative Democracy*, London, v. 13, n. 1, p. 1-32, 2017.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Los Angeles, v. 21, n. 2, p. 121-139, 2016.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. Redes sociais online e deliberação: examinando manifestações de respeito e desrespeito em múltiplos espaços de conversação política. *In*: MAIA, R. C. M.; PRUDENCIO, K. C. S.; VIMIEIRO, A. C. (org.). *Democracia em ambientes digitais*: eleições, esfera pública e ativismo. Salvador: Edufba, 2018. p. 182-214.

MAIA, R. C. M. *et al*. Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation? Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums. *European Political Science Review*, Cambridge, v. 12, n. 2, p. 113-132, maio 2020.

MAIA, R. C. M. *et al*. What kind of disagreement favors reason-giving? Analyzing online political discussions across the broader public sphere. *Political Studies*, Hoboken, v. 69, n. 1, p. 108-128, 2021.

MARKHAM, A.; BUCHANAN, E. Ethical decision-making and internet research 2.0: Recommendations from the AoIR Ethics Working Committee. *AoIR*, [*s. l.*], 2012. Disponível em: https://aoir.org/reports/ethics2.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [*s. l.*], n. 66, p. 130-159, abr. 2017.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Online rationality: reason-giving in virtual discussions. Opinião Pública, Campinas, v. 22, n. 2, p. 418-445, 2018.

MITOZO, I.; MARQUES, F. P. J. Context matters! Looking beyond platform structure to understand citizen deliberation on Brazil's portal e-democracia. *Policy & Internet*, Hoboken, v. 11, n. 3, p. 370-390, 2019.

MORRELL, M. Listening and deliberation. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 237-250.

MUDDIMAN, A.; POND-COBB, J.; MATSON, J. E. Negativity bias or backlash: Interaction with civil and uncivil online political news content. *Communication Research*, Thousand Oaks, v. 47, n. 6, p. 815-837, 2020.

OLIVEIRA, V. V. de. *Mídia, memória pública e comissão da verdade no Brasil*: a luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, B. S. M. de. *O mal-estar da regulação discursiva*: o brasileiro e a aversão ao politicamente correto no período eleitoral de 2018. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

OMENA, J. J.; RABELLO, E. T.; MINTZ, A. G. Digital methods for Hashtag engagement research. *Social Media & Society*, Thousand Oaks, v. 6, n. 3, p. 1-18, 2020.

PAPACHARISSI, Z. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New media & society*, Thousand Oaks, v. 6, n. 2, p. 259-283, 2004.

PETERS, B. *et al*. Red biotechnology in media debate. *In*: WESSLER, H. (ed.). *Public deliberation and public culture*: the writings of Bernhard Peters, 1993-2005. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. p. 160-184.

PRUDENCIO, K.; LEITE, W. D. Comunicação e mobilização política na campanha Fora Ana de Hollanda. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v. 14, n. 35, p. 445-462, 2013.

PUSCHMANN, C.; AUSSERHOFER, J. Social Data APIs. *In*: SCHÄFER, M. T.; VAN ES, K. (ed.). *The DATAFIED society*: studying culture through data. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017. p. 147–154.

RIDGWAY, J. L.; CLAYTON, R. B. Instagram unfiltered: exploring associations of body image satisfaction, Instagram# selfie posting, and negative romantic relationship outcomes. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, Larchmont, v. 19, n. 1, p. 2-7, 2016.

RIEDER, B. Examinando uma técnica algorítmica: o classificador de bayes como uma leitura interessada da realidade. *Parágrafo*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 123-142, jan./abr. 2018.

ROGERS, E. M. *Diffusion of innovations*. New York: Free Press, 2003.

ROGERS, R. Digital methods for cross-platform analysis. *In*: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (ed.). *The SAGE handbook of social media*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017. p. 91-110.

ROSSINI, P. G. da C. *Conversação política, incivilidade e intolerância em ambientes digitais*. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROSSINI, P. G. da C. Beyond incivility: understanding patterns of uncivil and intolerant discourse in online political talk. *Communication Research*, Thousand Oaks, v. 49, n. 3, p. 399-425, 2020.

ROSSINI, P. G. da C.; MAIA, R. C. M. Characterizing disagreement in online political talk: examining incivility and opinion expression on news websites and Facebook in Brazil. *Journal of Deliberative Democracy*, London, v. 17, n. 1, p. 90-104, 2021.

ROWE, I. Deliberation 2.0: comparing the deliberative quality of online news user comments across platforms. *Journal of broadcasting & electronic media*, London, v. 59, n. 4, p. 539-555, 2015.

RUPPERT, E.; LAW, J.; SAVAGE, M. Reassembling social science methods: the challenge of digital devices. *Theory, Culture & Society*, New York, v. 30, n. 4, p. 22-46, 2013.

SARMENTO, R; MENDONCA, R. Disrespect in online deliberation: inducing factors and democratic potentials. *Rev. cienc. polít.*, Santiago, v. 36, n. 3, p. 705-729, 2016.

SOUZA, F. *et al*. Dawn of the selfie era: the whos, wheres, and hows of selfies on Instagram. *In*: CONFERENCE ON ONLINE SOCIAL NETWORKS, 2015,

California. *Proceedings [...]*. California: Association for Computing Machinery, 2015. p. 221-231.

STEINER, J. *The foundations of deliberative democracy*: empirical research and normative implications. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STEINER, J. *et al*. *Deliberative politics in action*: crossnational study of parliamentary debates. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

STEINER, J. *et al*. Deliberation across deep divisions: transformative moments. *Belgrade Philosophical Annual*, v. 29, p. 157-178, 2017.

STRANDBERG, K.; BERG, J. Impact of temporality and identifiability in online deliberations on discussion quality: an experimental study. *Javnost: The Public*, Ljubljana, v. 22, n. 2, p. 164-180, 2015.

STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation and its outcome: evidence from the virtual polity experiment. *Journal of Information Technology & Politics*, London, v. 9, n. 2, p. 167-184, 2012.

STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation: theory and practice in virtual mini-publics. *In*: GRÖNLUND, K.; BACHTIGER, A.; SETALA, M. (ed.). *Deliberative mini-publics*: involving citizens in the democratic process. Colchester: ECPR Press, 2014. p. 93-113.

STRANDBERG, K.; GRÖNLUND, K. Online deliberation. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 365-377.

STRANDBERG, K.; HIMMELROOS, S.; GRÖNLUND, K. Do discussions in like-minded groups necessarily lead to more extreme opinions? Deliberative democracy and group polarization. *International Political Science Review*, Thousand Oaks, v. 40, n. 1, p. 41-57, 2019.

STROMER-GALLEY, J. New voices in the public sphere: a comparative analysis of interpersonal and online political talk. *Javnost: The Public*, Ljubljana, v. 9, n. 2, p. 23-41, 2002.

STROMER-GALLEY, J. Measuring deliberation's content: a coding scheme. *Journal of Public Deliberation*, London, v. 3, n. 1, p. 1-35, 2007.

SUSTEIN, C. R. *Republic. com*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SUNSTEIN, C. R. *#republic*: divided democracy in the age of social media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TRÉNEL, M. Facilitation and inclusive deliberation. *In*: GANGADHARAN, S. P.; DAVIES, T. (ed.). *Online deliberation*: design, research, and practice. Stanford: CSLI Publications, 2009. p. 253-257.

TUCKER, J. A. *et al*. From liberation to turmoil: social media and democracy. *Journal of democracy*, Baltimore, v. 28, n. 4, p. 46-59, 2017.

VACCARI, C.; CHADWICK, A. Deepfakes and disinformation: exploring the impact of synthetic political video on deception, uncertainty, and trust in news. *Social Media+ Society*, Thousand Oaks, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2020.

VAN DIJCK, J. *The culture of connectivity*: a critical history of social media. New York: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. *The platform society*: public values in a connective world. New York: Oxford University Press, 2018.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol. *Esferas*, Brasília, DF, v. 6, n. 10, p. 33-46, 2017.

WOJCIESZAK, M. E.; MUTZ, D. C. Online groups and political discourse: Do online discussion spaces facilitate exposure to political disagreement? *Journal of communication*, Oxford, v. 59, n. 1, p. 40-56, 2009.

WOOD, M. Politicisation, depoliticisation and anti-politics: towards a multilevel research agenda. *Political Studies Review*, Hoboken, v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.

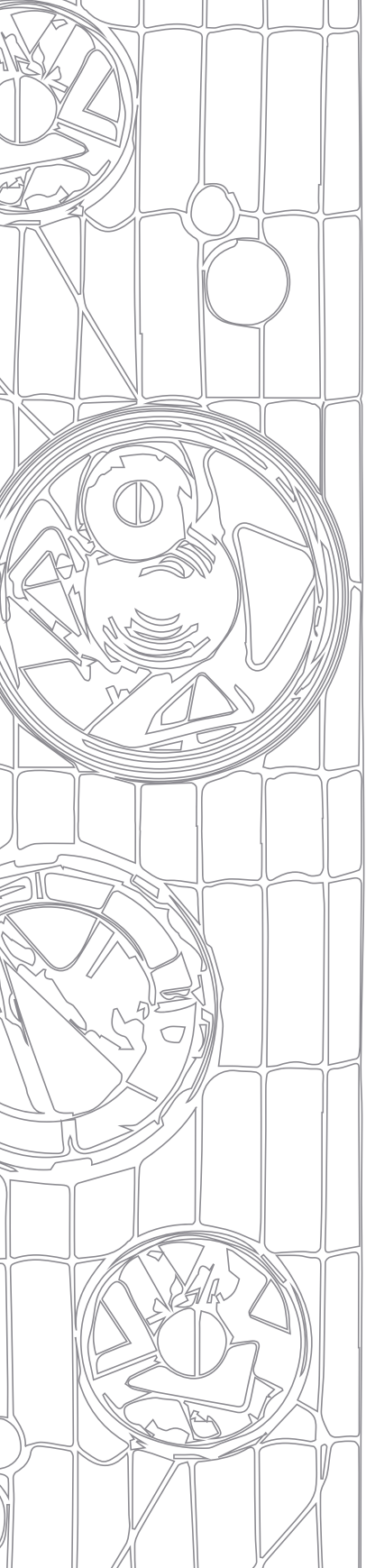
WOOD, M.; FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. *Policy & Politics*, Hoboken, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

WRIGHT, Scott. Government-run online discussion fora: moderation, censorship and the shadow of Control 1. *The British Journal of Politics and International Relations*, Hoboken, v. 8, n. 4, p. 550-568, 2006.

YARCHI, M.; BADEN, C.; KLIGLER-VILENCHIK, N. Political polarization on the digital sphere: a cross-platform, over-time analysis of interactional, positional, and affective polarization on social media. *Political Communication*, Philadelphia, v. 38, n. 1-2, p. 98-139, 2021.

ZHANG, Y. *et al*. Attention and amplification in the hybrid media system: the composition and activity of Donald Trump's Twitter following during the 2016 presidential election. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 20, n. 9, p. 3161-3182, 2018.

ZOOK, M. *et al*. Ten simple rules for responsible big data research. *PLoS: Computational Biology*, San Francisco, v. 13, n. 3, 2017.



Observação e etnografia

Janine Bargas
Rousiley C. M. Maia

Introdução

Este capítulo visa contribuir com as discussões sobre perspectivas de metodologias qualitativas e suas aplicações nos estudos da área de comunicação e política e de mídia e esfera pública. Em particular, buscamos enfatizar as potencialidades de abordagens de inspiração etnográfica, especialmente diante de fenômenos contemporâneos como a mobilização, a articulação política e internet, as interações cotidianas e mídias digitais, o consumo e a circulação de informações etc. Oferecemos, ainda, uma breve contextualização histórica e a fundamentação teórica da etnografia, assim como os procedimentos de aplicação com a demonstração de experiências reais de pesquisa.

Originalmente tratada como um campo teórico pela antropologia (GEERTZ, 2008), em que a descrição densa e a percepção sobre o fato social entremeado e articulado com diversas camadas da vida real ganham

relevo, a etnografia emerge contemporaneamente como paradigma metodológico nos estudos de comunicação. (BOYD; CRAWFORD, 2012; CAMPANELLA; BARROS, 2016; HINE, 2009) Aqui, essa perspectiva coloca em relevo o papel do pesquisador na investigação científica, as nuances das tramas sociais em fenômenos complexos e a empiria como eixo de formulação de generalizações teoricamente fundamentadas.

Trata-se, portanto, de um esforço para adensar os debates sobre a pertinência da etnografia que, embora mostre-se bastante profícua na investigação desses fenômenos, ainda é vista e utilizada com desconfiança por pesquisadores da área. Isso porque, para alguns, a etnografia consistiria apenas em uma conjugação de técnicas qualitativas, enquanto, para outros, mostra-se como uma abordagem em si. Este capítulo está assim organizado: na próxima seção, discutimos o contexto histórico e a base teórica da etnografia e, na sequência, tratamos da etnografia em pesquisas em comunicação e política. Nas seções seguintes, oferecemos orientações sobre como fazer etnografia, dando a ver distintas modalidades de aplicação em pesquisa. Por fim, exemplos práticos de pesquisas baseadas em etnografia são apresentados.

Contexto histórico e base teórica da etnografia

A etnografia emerge de um quadro científico maior, o da pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais, especialmente na antropologia e na sociologia, em que a pesquisa de campo, a imersão e a interpretação do pesquisador, a sistematização de dados e a escrita têm papéis fundamentais na construção da análise.

Sua emergência pode ser remontada ao final do século XIX e início do século XX, como uma alternativa às especulações filosóficas até então tradicionais, consideradas distantes das realidades sociais. (ANGROSINO, 2009) Foi com Bronislaw Malinowski e Clifford Geertz que a etnografia ganhou amplitude e se consolidou enquanto teoria e abordagem metodológica. A pesquisa de campo passou a ser fundamental para os estudos etnográficos e as técnicas da observação participante e da entrevista em profundidade, nas quais o pesquisador se torna um membro de uma determinada comunidade, passaram a ser fortemente defendidas por esses pesquisadores. (CASTRO, 1986; GEERTZ, 2008)

A Malinowski atribui-se o pioneirismo da pesquisa de campo. O estudo de sociedades consideradas primitivas ou exóticas insere-se no contexto

de surgimento da etnografia como método, até então inovador, por propor a imersão do pesquisador nesses grupos sociais. Em 1914, Malinowski viajou para conviver com os mailu, habitantes das ilhas Trobriand, por anos. Trabalho que originou o clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), em que o autor argumenta, entre procedimentos e descrições, que a única forma de compreensão profunda da diferença – matéria-prima da etnografia – seria o mergulho por um longo período de tempo nas realidades do Outro.

Fazer etnografia pressupõe, na prática, como disse Geertz (1997), a pesquisa de campo, isto é, um conjunto de procedimentos de investigação que consiste no estabelecimento de relações, na captura e seleção de informações *in loco*, na transcrição de textos, no levantamento de genealogias, no mapeamento de campos, na manutenção de um diário entre outras ações. Mas, além de tais procedimentos, a etnografia significa um esforço intelectual de interpretação que dê conta de estruturas, fatos, fenômenos e ações por trás do mais ínfimo gesto humano.

A piscadela foi o exemplo utilizado por Geertz para ilustrar as diferentes formas pelas quais um simples gesto pode ser distintamente compreendido por quem o observa, a depender de sua posição relativa no contexto social, histórico e cultural de um grupo. Para o autor, só se compreende se uma piscadela tem o sentido de um código comunicativo ou um tique nervoso quando se compartilha do presente contexto e da interpretação intersubjetiva do gesto.

Foi com a emergência da Escola de Chicago, como um local e como um paradigma da teoria social, que as metodologias qualitativas de inspiração etnográfica, especialmente o trabalho de campo e a teoria fundamentada (Grounded Theory), ganharam espaço nos estudos de contextos e grupos urbanos. (TRAVANCAS, 2008) Isso significa que não se tratava mais de realizar grandes deslocamentos dos pesquisadores para locais desconhecidos ou da necessidade de aprender uma língua para entrar em um novo terreno social. O que se firma é a adaptação do olhar para os grupos pesquisados de modo a buscar o que Roberto DaMatta chamou de ver o "exótico no familiar" ou "o familiar no exótico".[1] Trata-se, portanto, de movimentos de aproximação e afastamento de quem investiga em relação ao contexto ou grupo pesquisado.

1 Artigo: "O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues" (1978).

A etnografia em pesquisas em comunicação e política

A pesquisa etnográfica está localizada, hoje, como um dos principais paradigmas nas humanidades. (DENZIN; LINCOLN, 1998) No entanto, mesmo diante da pertinência e do potencial da etnografia para a apreensão de fenômenos de forma pormenorizada, essa metodologia ainda é pouco utilizada em estudos de comunicação política. (KENSKI; JAMIESON, 2017b; LUHTAKALLIO; ELIASOPH, 2017)

Entre as principais vantagens da adoção da abordagem etnográfica em estudos sobre mídia e esfera pública destacamos: um olhar através de pontos de vista sobre o entendimento das instituições que abordagens mais tradicionais sequer tratam, o exame de novas formas de engajamento – processos de politização e subjetivação – ainda não definidas como políticas, a expansão da análise sobre os modos de comunicação, incluindo comunicações verbais, não verbais e em ambientes digitais, entre outras. (LUHTAKALLIO; ELIASOPH, 2017)

É possível dizer, ainda, que essa ausência das etnografias nesse campo de estudos deve-se a questões de fronteiras disciplinares, sob o argumento de que a etnografia pertence, eminentemente, à antropologia. Em outras palavras, embora a emergência de processos de politização a partir das relações e conversações cotidianas básicas em contextos específicos seja objeto de grande valia para a comunicação e para a ciência política – especialmente em suas interfaces –, a escolha da etnografia como base metodológica não se coloca uma escolha natural ou possível. (BARGAS, 2018)

Se entendemos, assim como Geertz, que a etnografia se volta ao Outro, em movimentos de identificação cultural, a definição sobre o que é político, sobre o que entendemos como fenômeno político, encontra na etnografia diversas possibilidades de experimentação. Isso porque a política se inscreve como uma das principais arenas de construção de estruturas significantes de uma cultura. Dessa forma, portanto, a observação pormenorizada de fenômenos culturais tende a revelar situações ainda não percebidas como políticas. A complexificação das relações sociais, agora incorporadas pelas novas tecnologias, particularmente pelas mídias digitais e a internet, tem requisitado dos pesquisadores habilidades fornecidas pela etnografia para seu entendimento.

Trabalhar com etnografia enquanto método de pesquisa em aspectos que envolvem de alguma forma a internet não significa literalmente fazer um tipo completamente diferente das etnografias tradicionais.

No entanto, segundo Hine (2015), isso também não significa que seja exatamente igual. Segundo a autora, são necessárias novas "criatividades" para lidar com as distinções, limitações e especificidades do ambiente digital ou *online*, tal como inovações culturais no sentido de uma ambiência cultural, com costumes, hábitos, rituais, regras etc.

Ainda segundo Hine (2015), devido às permanentes mudanças nos sistemas de redes *online* e, portanto, devido à necessidade de abordagens diversas, flexíveis e múltiplas, cada estudo é único em sua abordagem. Seguindo essa perspectiva, propomos uma elaboração reflexiva de possíveis padrões metodológicos – a partir dos procedimentos expostos – fundamentados na experiência compartilhada, na observação e interlocução atentas, na plasticidade controlada de categorias, na interpretação fundamentada e na construção dialógica de estratégias de análise dos dados.

Atualmente, portanto, a utilização da etnografia como abordagem metodológica na comunicação tem sido amplamente discutida em áreas como a comunicação e política e o consumo de mídia. (CAMPANELLA; BARROS, 2016; KENSKI; JAMIESON, 2017a) Os debates destacam alguns pontos de análise importantes, principalmente como uma resposta à crescente centralidade da internet e de tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas, incluindo sua incidência sobre fenômenos tradicionais, como a circulação de notícias, mobilizações políticas, e mesmo debates metodológicos, com a emergência do *big data* e das chamadas ciências de dados. (VIMIEIRO; BARGAS, 2019)

Nos estudos com internet e tecnologias digitais, diversos termos já foram utilizados para definir os contornos de uma etnografia própria. (BOYD, 2009; BOYD; CRAWFORD, 2012; HINE, 2009, 2015) Se em uma etnografia tradicional faz-se um deslocamento para um determinado território – onde é necessária a autorização dos seus membros para se ter o acesso, permanecer e fazer pesquisa naquele espaço – e se nesse espaço compartilha-se de vidas privadas, exposições íntimas, certas vulnerabilidades, segredos, regras, ritos etc., nos ambientes digitais isso também se faz premente, mas, de certa forma, a exposição individual de cada interlocutor em *sites* de redes sociais ou grupos de conversação já ocorre segundo os critérios de cada perfil. No capítulo 9, sobre métodos digitais, tratamos de questões éticas e protocolos de pesquisas em ambientes *online* em mais detalhes.

Aplicações da etnografia

Fazer pesquisa etnográfica significa realizar uma prática reflexiva, em que princípios éticos devem ser permanentemente acionados na produção do conhecimento. Além disso, nesse sentido, contém um componente colaborativo, porque depende do assentimento e, de certa forma, em maior ou em menor grau, da participação dos interlocutores da pesquisa para a realização da investigação.

A etnografia envolve, também, grande responsabilidade sobre os riscos que podem afetar esses interlocutores. "Ser reflexivo pode ser definido como a forma na qual nós, como etnógrafos, produzimos conhecimentos através de nossos encontros com outras pessoas e coisas". (PINK et al., 2016, p. 397, tradução nossa) Essa forma de agir eticamente em uma etnografia no campo da comunicação não se difere totalmente das formas de se fazer pesquisa qualitativa em disciplinas e abordagens tradicionais. (BOYD, 2017; GEERTZ, 2008; HINE, 2015; PINK et al., 2016)

Como fazer etnografia

Como dito, a pesquisa de campo é, objetivamente, o terreno da etnografia, independentemente do *locus* onde será realizada inclusive – se *online* e *offline*, nos ambientes digitais, ou na comunicação síncrona e física. O primeiro passo, portanto, considerando que relações de pesquisa são relações sociais, é a constituição de contatos e conhecimentos prévios sobre o campo, que são fundamentais. Constrói-se, assim, na primeira etapa da pesquisa, o levantamento de dados prévios sobre o campo e os principais interlocutores.

1. *Definição de roteiro de pesquisa*

O roteiro da pesquisa deve conter a sequência de eventos que serão realizados na pesquisa de campo, considerando todos os recursos materiais e informações atinentes ao *locus* da pesquisa.

É no roteiro que deve haver a quantidade estimada de interlocutores-chaves, os locais que precisam ser visitados ou conhecidos, a quantidade de visitas, o número de pessoas a serem entrevistadas ou que servirão de fontes diretas para coleta de dados por meio de outras técnicas – questionários, por exemplo. É importante que, no roteiro de pesquisa, o objetivo

geral da pesquisa esteja expresso de modo a servir como um guia na elaboração e atualização do passo a passo em campo.

2. *Definição de roteiro de entrevistas ou de procedimentos de aplicação de outras técnicas de coletas de dados*

Antes de ir a campo, é esperado que o pesquisador já esteja devidamente ciente de suas premissas teóricas e das principais categorias analíticas que busca investigar. Além disso, o desenho metodológico já precisa estar minimamente estruturado, de modo a permitir que a pesquisa de campo seja proveitosa e produtiva, salvo em caso de ser a pesquisa de campo o momento experimental da investigação.

Com os pilares teóricos e metodológicos definidos, é necessário desenvolver o roteiro de questões a serem feitas aos entrevistados – em caso de realizações de entrevistas, individuais ou coletivas, de grupos focais ou de discussão, e aplicações de questionários e formulários. Obviamente, ao longo da pesquisa de campo, intercorrências e outras experiências podem provocar mudanças ou adequações em uma ou outra técnica de pesquisa ou mesmo nas questões de investigação, o que é plenamente aceitável e até desejável em algum nível. No entanto, faz-se necessário manter o foco nas bases teórico-metodológicas sob o risco de dispersão completa da investigação, geralmente desenvolvida com recorte e limitação de tempo específico.

Assim, é recomendável ter registro, no roteiro de questões, dos objetivos específicos da pesquisa, que ajudam a manter as balizas e o escopo da pesquisa de campo. Esse roteiro deve incluir as técnicas que serão utilizadas e as tarefas a serem realizadas para conduzir o pesquisador a uma resposta suficientemente satisfatória. A quantidade de questões ou o nível de estruturação das perguntas devem ser adequados à técnica escolhida e às questões da pesquisa a ser realizada. A definição desses elementos deve ser sempre fruto de cuidadosa reflexão e de discussão com colegas de estudo, pesquisa ou com orientadores.

Junto aos roteiros de questões, o pesquisador deve elaborar termos de autorização para que as fontes atestem ter conhecimento da pesquisa e confiram assentimento para o uso das informações prestadas, áudio gravados, imagens registradas. Normalmente, um termo de consentimento livre e esclarecido ou o uso de gravador de voz ou vídeo são os recursos mais usados. Há diversos modelos disponíveis na literatura, mas recomendamos que haja sempre uma consulta aos comitês de ética em pesquisa com seres humanos para averiguação da documentação pertinente.

O mesmo deve ser feito em casos de autorização para pesquisa em locais restritos, como comunidades tradicionais, reservas biológicas, grupos privados de aplicativos de mensagens instantâneas, *sites* de redes sociais, espaços e comunidades em situação de vulnerabilidades sociais, de proteção a mulheres ou crianças e adolescentes, observando a legislação vigente em cada caso. Todos os elementos indicados nesta seção devem fazer parte do pacote ou do *kit* de campo, que devem estar com o pesquisador a todo momento, mesmo naqueles informais ou não planejados.

3. *Organização de materiais e equipamentos*

Definidas as técnicas de coleta de dados, o pesquisador deve buscar as ferramentas ou os materiais que serão utilizados em cada etapa do trabalho de campo. Em geral, esse material inclui os roteiros de pesquisa e questionários impressos, gravadores de voz e vídeo, bloco de anotações, caderno de campo, formulários de apresentação e outras documentações do pesquisador, tripés, bilhetes de viagens, carteira de vacinação e outros elementos a serem usados em campo. É fundamental que esses recursos sejam organizados com boa antecedência em relação a ida a campo e testados, com o objetivo de garantir o funcionamento no momento planejado.

4. *Realização de contatos com interlocutores (lideranças, responsáveis por associações, gerenciadores e administradores de grupos e perfis)*

Com o roteiro de pesquisa e as questões de inquérito definidas, caberá agora ao pesquisador entrar em contato com seus interlocutores principais. Não necessariamente são os mesmos a serem entrevistados. Os interlocutores-chaves são aqueles que provêm informações prévias e mantêm o pesquisador atualizado sobre o *locus* da pesquisa de campo ou do grupo a ser pesquisado. Trata-se de figuras fundamentais para a pesquisa etnográfica, uma vez que relações de confiança são os nutrientes mais potentes para permitir a entrada a campo do pesquisador.

Por meio desses contatos prévios, é interessante buscar agendar visitas, entrevistas, reuniões, encontros informais, conhecer possíveis eventos a serem realizados durante a pesquisa de campo etc. Frutos desses contatos devem ser atualizados no roteiro da pesquisa.

5. *O trabalho em campo*

Em campo, o pesquisador precisa estar muito bem-informado de seus fundamentos teórico-metodológicos e absolutamente atento aos acontecimentos referentes ao grupo ou ao *locus* em pesquisa. Deve-se buscar

seguir o mais próximo possível do roteiro de pesquisa. Aqui, um elemento fundamental deve estar à mão e funcionar como um diário: o caderno de campo. Toda boa etnografia é acompanhada de registros e informações pormenorizados, alguns deles não captados por outros equipamentos de trabalho, como filmadoras, câmeras, celulares, gravadores de voz e outros. O caderno de campo deve ser atualizado permanentemente e será um filtro, restrito ao pesquisador, sobre suas impressões, fatos, acontecimentos, relações, casos, situações-limite ou surpresas. Enfim, o caderno de campo é o lugar de registro próprio do pesquisador e configura-se como uma das mais preciosas fontes de informações em uma etnografia.

Cabe destacar que equipamentos eletrônicos, como câmeras ou celulares, nem sempre são bem-vindos no ambiente da pesquisa, mas a presença do pesquisador é fundamental. Isso porque, embora haja um roteiro de pesquisa, é justamente nos momentos informais ou não previstos que percepções sobre a realidade em tela podem emergir, bem como *insights* de pesquisa. São momentos em que as relações de pesquisa – que são relações sociais, lembremos – são constituídas e fortalecidas (ou não).

Sugerimos, então, uma rotina de trabalho que culmine sempre com um registro no diário de campo, de modo a garantir que os fatos de um determinado momento não sejam esquecidos ou passem despercebidos na investigação. Além do registro no caderno de campo, fotos, vídeos e áudios são sempre boas fontes de informação e registro. A depender do teor dos contatos com os interlocutores, esses registros podem também se converter em importantes elementos históricos do grupo pesquisado – a exemplo de acervos fotográficos ou de depoimentos de figuras emblemáticas. Deve-se ter sempre em mente a necessidade de pedir autorização para registro e uso dos conteúdos.

6. *Sistematização de dados*

De forma geral, a etnografia precede a sistematização dos dados. Após a pesquisa de campo, o momento é de levantar os dados coletados e avaliar o grau de proximidade entre os procedimentos executados e o roteiro de pesquisa. Quanto mais próximos, maior a possibilidade de a pesquisa de campo ter sido bem-sucedida nos termos da investigação, isto é, de que o pesquisador tenha levantado dados suficientes para buscar responder às suas questões de pesquisa. Daí a importância de manter sempre à vista os objetivos gerais e específicos da pesquisa, bem como ter em mente os fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho. Caso contrário, corre-se

o risco de conduzir uma investigação vazia ou desnorteada do ponto de vista científico.

Com os dados em mãos, é indicado o agrupamento de informações por questões, em conformidade com as perguntas de pesquisa. Deve-se buscar examinar a ocorrência de padrões esperados ou de ocorrências que destoam das expectativas acerca do fenômeno ou do grupo de participantes em tela. Fazer mapas mentais, esquemas interpretativos e reagrupamento ou categorização de informações pode ser particularmente útil nessa etapa.

Atualmente, *softwares* de análise qualitativa estão disponíveis no mercado e podem ser acionados nesse processo de sistematização de dados. Entre algumas ferramentas úteis estão a categorização e classificação de imagens e textos, transcrição de entrevistas, temporizadores, nuvens de palavras e outros tipos de gráficos. Tais ferramentas podem não apenas ajudar na sistematização como também na armazenagem dos dados e na transformação das informações sistematizadas em achados da pesquisa, que poderão ser posteriormente representados de forma visual, por exemplo, no documento final da pesquisa.

A sistematização é a etapa de confirmação e validação dos dados, em que o pesquisador pode avaliar se informações ou pesquisas complementares são necessárias ou não. Vale demarcar, no entanto, que processos mais modestos e mais simplificados de sistematização podem ser feitos ao longo da pesquisa de campo, de forma a possibilitar uma rotina de organização permanente das informações coletadas.

7. *Escrita etnográfica*

Para Clifford Geertz (1997), a etnografia poderia ser traduzida como uma descrição densa. Uma escrita pormenorizada atenta aos elementos mais detalhados da pesquisa de campo; um olhar sobre os fenômenos mais elementares, que escapam eventualmente de outras abordagens metodológicas. Vale ressaltar que essa descrição densa, muito caraterística da antropologia, pode diferenciar-se um pouco, na forma, no campo da comunicação, admitindo-se outros arranjos textuais e estruturais na forma de apresentação da pesquisa. Sem prescindir da descrição densa, no entanto, a etnografia difere-se de outras metodologias justamente por oferecer um conjunto detalhado de observações que devem aparecer no relatório textual. Nesse sentido, sugerimos que haja uma seção ou seções específicas do trabalho final para essa descrição pormenorizada.

Experiências de pesquisa com etnografia

Além de discutir, em linhas gerais, a fundamentação histórica, teórica e os procedimentos da etnografia como método de pesquisa na comunicação política, pretendemos apresentar uma experiência de aplicação do método.

A pesquisa desenvolvida por Janine Bargas (2018) investigou a interação cotidiana de grupos quilombolas no Facebook e no WhatsApp e os desdobramentos políticos dessas interações. Em particular, examinou como a sociabilidade, o conflito e a mobilização emergiram nessas interações. Ainda que diferentes estudos abordem separadamente tais modalidades de relações (CHAGAS, 2001; FARIAS JR, 2011, 2013; SANTOS; OLIVEIRA, 2015; SOUZA FILHO, 2017), entender como elas se articulam na prática impõe enormes desafios metodológicos.

A escolha da etnografia como base metodológica desse estudo colocou na linha de frente a capacidade de imersão e observação da pesquisadora sobre as interações dos quilombolas em ambos os ambientes digitais. Tal como em uma pesquisa de campo etnográfica tradicional, a exposição aos fenômenos e interlocutores a serem observados foi por um longo período: 24 meses. Nessa imersão, portanto, o olhar da pesquisadora funcionou como o primeiro filtro de coleta de dados. Em meio a diversos temas que suscitam diferentes indagações, optou-se por investigar as relações (de sociabilidade, de conflito e de mobilização) no que diz respeito à luta de grupos quilombolas pelos seus direitos territoriais (BARGAS, 2018) – uma questão central na vida cotidiana dessas comunidades, tanto em momentos em que o conflito está latente quanto naqueles de efervescência política.

O conhecimento prévio sobre o contexto, sobre as pessoas envolvidas nas interações, sobre as dinâmicas sociais e políticas foram ferramentas primordiais para esse filtro funcionar. O caderno de campo foi a principal ferramenta no registro de informações importantes que escapassem à possibilidade de coleta "formal", como a feita em um gravador de áudio. No caderno foram feitas anotações sobre as impressões cotidianas das interações, dados advindos de conversas informais, dúvidas sobre os caminhos da pesquisa, *insights* que emergiram em situações específicas de vivência no campo.

Grande parte dos registros cotidianos também foi feita com capturas de tela, tanto quando o caderno de campo não estava à mão quanto com o objetivo de assim proceder, posteriormente a uma tentativa de sistematização dos dados e na busca por padrões que pudessem fundamentar

os achados e possibilitar certo nível de generalizações da investigação. Os dados coletados passaram por duas camadas de sistematização e análise: a primeira, semelhante a uma etnografia tradicional, correspondeu aos processos de observação e interpretação cotidianos, devidamente registrados em anotações; e a segunda, que emergiu de uma codificação, com a utilização de um *software,*[2] das capturas de tela. Essa segunda camada teve dois momentos principais, norteados por categorias e variáveis mais específicas.

A primeira codificação, realizada em uma perspectiva indutiva, sobre os dados coletados pelo período de um ano, gerou um livro de códigos. A explicação sobre a construção de livros de códigos pode ser encontrada no capítulo 2 sobre análise de conteúdo. O conjunto de categorias assim elaborado passou a guiar a segunda etapa de observação, coleta, codificação e análise para os 12 meses subsequentes e foi útil também para a análise dos dados completos, dos 24 meses. A primeira fase da codificação também auxiliou no aperfeiçoamento das questões de pesquisa e no refinamento das categorias que fazem parte da análise final. Trata-se, portanto, da utilização de uma técnica complementar, a de análise de conteúdo, em especial a construção de livros de códigos e codificação, que se mostrou profícua para a sistematização dos padrões de interação encontrados.

As capturas de tela (*printscreens*) feitas no computador pessoal, no tablet ou no celular foram convertidas em imagens e analisadas de forma conjunta e contextual – tanto no contexto da conversação quanto no contexto do tempo. Foram considerados, ainda, momentos importantes para o movimento quilombola como o Mês da Consciência Negra (novembro), o Dia Internacional da Mulher (oito de março), as datas de julgamentos de ações judiciais, entre outros. Ao todo, durante os dois anos de observação participante, foram geradas 1.159 imagens de capturas de tela, uma média aritmética simples de 1,6 capturas por dia.

É importante ressaltar que essas capturas já são em si recortes, materializações da observação, que sintetizam determinado microfenômeno. Dessa forma, as capturas de tela literalmente enquadraram algum aspecto das práticas cotidianas no WhatsApp e no Facebook que chamaram a atenção em um determinado momento da interação e da observação. Tais capturas, sozinhas, já guardam potencial analítico. Além disso, as capturas funcionam também como anotações no caderno de campo, para fazer

2 NVivo versão 11.

referência a práticas da etnografia tradicional, na medida em que registram os dados de um determinado momento.

Com o refinamento das categorias e das questões de pesquisa, possibilitado pelo livro de códigos e pela primeira etapa de codificação sobre as capturas de tela, foi realizada uma segunda codificação, como dito anteriormente, norteada pelas definições conceituais sobre as formas de sociação em análise – sociabilidade, conflito e mobilização – que, por sua vez, emergiram também, como uma síntese, das interações observadas.

Em ambos os momentos de codificação, a percepção da pesquisadora e integrante do movimento possibilitou a reflexão sobre o pertencimento ao contexto dos interlocutores. Em outras palavras, os sentidos submersos só foram percebidos pela posição relativa da pesquisadora com seus interlocutores que, de outra forma, poderiam ser nebulosos. Isto é, a familiaridade da investigadora possibilitou a análise das situações, convertidas agora em dados, padrões e achados.

Além de técnicas de análise de conteúdo, ferramentas como questionários aplicados em diferentes momentos da pesquisa e os *backups* das mensagens via aplicativo do WhatsApp foram analisados com o auxílio do *software*, que possui recursos específicos para a codificação conjunta de imagens e textos, entre outros formatos de dados. Por exemplo, codificar várias regiões de uma imagem, ou trechos de vídeos, ou mesmo produzir gráficos e mapas, o que ajuda a encontrar padrões e sintetizar os achados entre os dados codificados. A partir de recursos específicos desse *software* – de análise de imagens, de cruzamento de dados e informações, produção de gráficos, construção de esquemas – foram localizados os padrões de ocorrência de determinados aspectos já focalizados, bem como as "surpresas" próprias dos fenômenos sociais.

Ao reportar resultados e achados, foram utilizados trechos de falas, imagens autorizadas, capturas de tela, bem como gráficos e registros fotográficos da pesquisadora. Essas informações foram utilizadas em uma espécie de costura teórico-empírica-interpretativa na produção da análise.

Aplicação da etnografia em práticas profissionais da comunicação

Na atuação profissional da comunicação, setores ligados ao consumo de mídia, que buscam apreender hábitos e práticas cotidianas, preferências

e formas de relacionamento entre seres humanos e máquinas, utilizam a etnografia de maneira sistemática.

Descrever percepções pormenorizadas sobre determinados fenômenos ou grupos é justamente uma habilidade requisitada para profissionais do mercado, de onde derivam inclusive outras nomenclaturas, como etnografia da comunicação e *marketing* etnográfico. A etnografia fornece, assim, possibilidades de apreensão da realidade de modo a orientar processos e produtos específicos, em conformidade com demandas específicas dos ambientes corporativos.

Referências

ANGROSINO, M. V. *Etnografia e observação participante*. São Paulo: Artmed Editora, 2009.

BARGAS, J. de K. R. *Quilombolas do Pará e mídias digitais*: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-B9DHN6. Acesso em: 4 set. 2019.

BOYD, D. A response to Christine Hine. *In*: MARKHAM, A.; BAYM, N. (ed.). *Internet inquiry*: conversations about method. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Inc., 2009. p. 26-32. Disponível em: http://sk.sagepub.com/books/internet-inquiry/n3.xml. Acesso em: 30 set. 2017.

BOYD, D. Êxodo branco em redes sociais? Como raça e classe moldaram o envolvimento de adolescentes estadunidenses com MySpace e Facebook. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 19-35, jun. 2017. Disponível em: http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/560. Acesso em: 29 jul. 2022.

BOYD, D.; CRAWFORD, K. Critical questions for Big Data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, Communication & Society*, [*s. l.*], v. 15, n. 5, p. 662-679, jun. 2012. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2012.678878. Acesso em: 29 jul. 2022.

CAMPANELLA, B.; BARROS, C. (org.). *Etnografia e consumo midiático*: novas tendências e desafios metodológicos. [*S. l.*: *s. n.*], 2016.

CASTRO, E. B. de V. Sociedade minimalistas: a propósito de um livro de Peter Rivière. *Anuário Antropológico*, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 265-282, 1986.

CHAGAS, M. de F. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998.

FARIAS JR, E. de A. Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas. *RURIS:* Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, SP, v. 5, n. 2, 2011.

FARIAS JR, E. de A. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n. 1, p. 36-39, jan. 2013.

GEERTZ, C. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HINE, C. How can qualitative internet researchers define the boundaries of their projects? *In*: MARKHAM, A.; BAYM, N. (ed.). *Internet inquiry*: conversations about method. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Inc., 2009. p. 1-20. Disponível em: http://sk.sagepub.com/books/internet-inquiry/n1.xml. Acesso em: 30 ago. 2017.

HINE, C. *Ethnography for the Internet*: embedded, embodied and everyday. London: Bloomsbury Academic, 2015.

KENSKI, K.; JAMIESON, K. H. (ed.). *The Oxford handbook of political communication*. New York: Oxford University Press, 2017.

LUHTAKALLIO, E.; ELIASOPH, N. Ethnography of politics and political communication: Studies in Sociology and Political Science. *In*: KENSKI, K.; JAMIESON, K. H. (ed.). *The Oxford handbook of political communication*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 749-762.

MALINOWSKI, B. *Ein Tagebuch im strikten Sinn des Wortes*: Neuguinea 1914-1918. Magdeburg: Klotz, 2003.

PINK, S. *et al*. *Digital ethnography*: principles and practice. Los Angeles: SAGE, 2016.

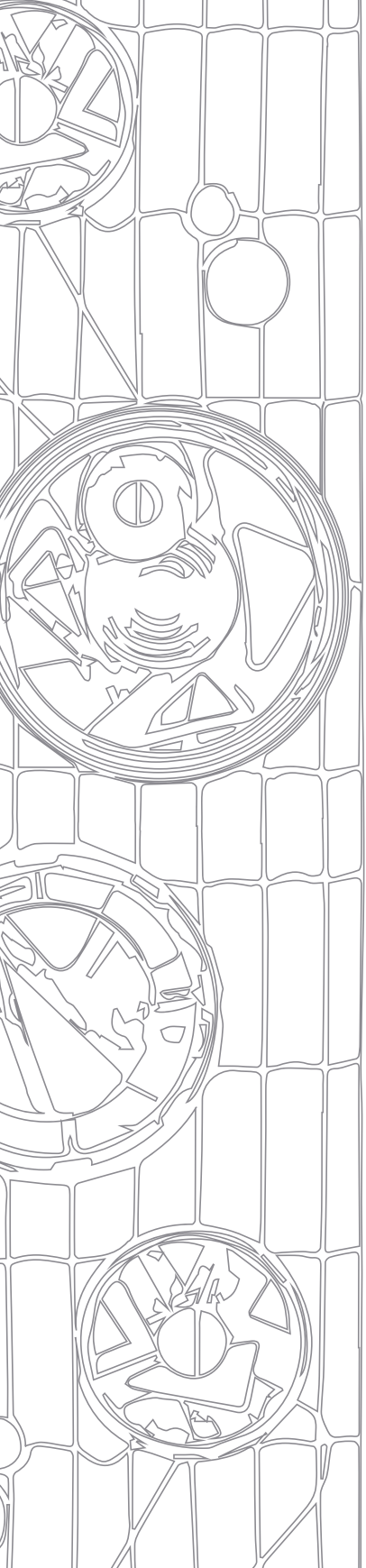
SANTOS, C. B. dos; OLIVEIRA, A. L. de. Saberes culturais das mulheres quilombolas de Macapazinho no município de Santa Izabel do Pará: contribuições para o desenvolvimento local. *Acervo On-line de Mídia Regional*, v. 9, n. 10, p. 103-121, fev. 2015.

SOUZA FILHO, B. Quilombos e quilombolas: entre o conceito e a politização semântica. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, set. 2013. Disponível em:

http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/748. Acesso em: 20 abr. 2017.

TRAVANCAS, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 98-109.

VIMIEIRO, A. C.; BARGAS, J. de K. R. O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 1-24, dez. 2019.



Pesquisas com desenho experimental

Rousiley C. M. Maia
Augusto V. Leão
Pedro Camelo

Introdução

Atualmente, assistimos a um renovado interesse em pesquisas experimentais na área de comunicação política. Ao lado de técnicas de observação e *surveys*, os estudos com formatos de experimentos ou quase-experimentos envolvem intervenções nos processos sociais como forma de identificar uma relação de causa e efeito. Auxiliam, assim, os pesquisadores a explorar, de modo sistemático, as nuances que eles precisam conhecer, entender e explicar. Em contraste com pesquisas que formulam questões descritivas ou questões interpretativas, os experimentos convidam os pesquisadores a observar quais são os elementos que produzem determinados comportamentos e atitudes em participantes que são expostos

a diferentes condições. Nas palavras de James Druckman e demais autores (2011, p. 4), experimento é "um teste premeditado de uma proposição causal, geralmente com atribuição aleatória de condições. Os investigadores elaboram experimentos para avaliar os impactos causais de variáveis explicativas potencialmente informativas".

Uma das vantagens das pesquisas experimentais é que, em conformidade com as características apontadas acima, há muita flexibilidade no modo de desenvolvê-las. Os experimentos podem ser conduzidos em locais organizados pelos próprios pesquisadores ("laboratórios"), em ambientes naturais de convivência dos participantes ou através de *surveys*. A pesquisa experimental também pode apresentar diferentes desenhos, com formas distintas para recrutar participantes, administrar intervenções e, ainda, estimar e avaliar a extensão dos efeitos. Os pesquisadores devem, contudo, estar cientes dos desafios e das limitações inerentes a cada tipo de aplicação. A desvantagem com relação a outros métodos é que as pesquisas experimentais podem ser custosas para administrar e caras, porque os testes precisam ser repetidos diversas vezes para que as observações possam oferecer informações apropriadas sobre a hipótese.

Neste capítulo, argumentamos que os experimentos oferecem importantes oportunidades para complementar estudos não experimentais. Na próxima seção, traçamos rapidamente as bases conceituais e origens das pesquisas experimentais no campo da comunicação política e, também, endereçamos algumas críticas e questões controversas. Na terceira seção, "Por que realizar experimentos?", exploramos distintos desenhos de experimento, buscando demonstrar em que circunstâncias eles são importantes e úteis. Na sequência, apontamos alguns procedimentos na seção "Como conduzir experimentos?" e delineamos condições para fazer inferências e apreciar a validade dos resultados experimentais. Apresentamos também, na quinta seção, um passo a passo resumido das etapas de realização de pesquisas com desenho experimental. As duas seções subsequentes discutem questões essenciais nessa área de estudo: os problemas de generalização e as preocupações éticas em estudos que envolvem seres humanos.

Bases conceituais

Inspiradas em experimentos tradicionalmente empregados nas ciências naturais e ciências da saúde, as pesquisas experimentais foram adaptadas para o campo da comunicação política e mídia, a partir de pesquisas

sociopsicológicas em cognição e aprendizagem. O conceito de Druckman e demais autores (2011), indicado na introdução deste capítulo, permite elucidar alguns elementos centrais de uma pesquisa experimental. O primeiro é que essas pesquisas fazem um "teste premeditado", ou seja, intencionalmente reproduzem uma determinada situação em condições especiais para observar seus resultados. O segundo elemento é que o teste visa comprovar uma "proposição causal", portanto, pretende verificar o que causa um determinado efeito.[1] Por fim, o terceiro elemento é a atribuição aleatória de condições. Essa característica sugere que o teste, mencionado por Druckman e demais autores (2011), seja realizado em diferentes condições a fim de permitir observar que a relação causal entre as variáveis não é fruto do acaso, ou acontece por variáveis que não estão sendo medidas. Uma vez que não é possível reproduzir o teste em todas as condições possíveis, o ideal é que ele seja feito seguindo uma atribuição aleatória. Ao longo deste capítulo, aprofundaremos as discussões sobre esses três elementos. No contexto intelectual dos anos 1940, com o advento da comunicação de massa, esses estudos buscaram analisar como as pessoas adquirem e processam informação, com grupos que recebiam determinados estímulos e grupos de controle, que não recebiam nenhum tipo de estímulo. (HOVLAND; LUMSDAINE; SHEFFIELD, 1949) Algumas dessas pesquisas focalizaram processos de retenção da informação mediante a exposição a filmes com narrativas em primeira ou em terceira pessoa; a percepção das pessoas expostas à informação unilateral ou à informação balanceada; processos de mudança de opinião em curto ou em longo pra-

1 O termo "variável explicativa", utilizado por Druckman e demais autores, também pode ser utilizado como sinônimo de "variável independente". Convencionou-se chamar de variável independente o que os pesquisadores supõem que sejam as causas de um determinado efeito, ao passo que o efeito é chamado de "variável dependente". A característica de "independência" se refere exclusivamente ao relacionamento previsto entre as causas e os efeitos naquele estudo, ou seja, a hipótese da pesquisa deve supor que as variáveis independentes causam mudanças na variável dependente e, simultaneamente, que a variável dependente não causa mudanças nas variáveis independentes. Para aumentar o potencial de explicação dos estudos, é comum que as pesquisas experimentais envolvam apenas uma variável dependente e poucas variáveis independentes. A possibilidade de se encontrar uma relação causal entre variáveis é mais alta quando há menos elementos sendo analisados em um mesmo estudo, como também aumenta-se a possibilidade de descartar que exista uma relação causal entre as variáveis. Um resultado de pesquisa experimental que sugira a inexistência de uma relação causal entre variáveis é um achado extremamente relevante, já que indica a necessidade de se pensar novas hipóteses e relações causais para o fenômeno em estudo.

zo e, ainda, fatores sociodemográficos que interferem nessas dinâmicas, tal como o nível educacional. (LUMSDAINE, 1984) Atreladas a interesses diversos, essas pesquisas forneceram subsídios para práticas políticas e militares durante a Segunda Guerra Mundial e, também, para iniciativas mercadológicas.

O período entre 1960 e o começo dos anos 1970 é visto como uma "era de ouro" dos experimentos. (OAKLEY, 2000; ROSSI; WRIGHT, 1984) Segundo Peter Rossi e James Wright, os experimentos controlados com amostras aleatórias tornaram-se o "paradigma dominante" (ROSSI; WRIGHT, 1984, p. 334) nos Estados Unidos da América (EUA). Nessa fase, os estudos em ciências sociais aplicadas buscaram tipicamente examinar impactos de políticas públicas, como a avaliação de programas de assistência social para as famílias de baixa renda, o baixo rendimento acadêmico entre jovens, o desemprego e a criminalidade, por exemplo. (OAKLEY, 2000) Nesse período, porém, a utilização de experimentos em estudos em comunicação política ou sobre esfera pública é pouco documentada.

As pesquisas experimentais vêm se expandido em diversos campos – na ciência política, sociologia, psicologia, medicina, economia, em administração e educação. (ALDRICH; LUPIA, 2011; ESTERLING, 2018; IYENGAR, 2011; MCDERMOTT, 2011) Nos estudos sobre mídia no Brasil, experimentos são ainda pouco utilizados, mas podem ser encontrados nas pesquisas de Mauro Porto (2004, 2007), sobre a recepção de conteúdos políticos da televisão, de Pedro Mundim e demais autores (2019), sobre a elaboração de estratégias de comunicação do governo, e Márcio Carlomagno e demais autores (2018), sobre a responsividade de parlamentares em diferentes meios de comunicação e redes sociais. Em particular, o desenvolvimento das tecnologias da informação, da internet e dos aplicativos móveis facilitou sobremaneira a condução das pesquisas experimentais, com mecanismos de randomização mais precisos, possibilidades de superar barreiras geográficas para recrutar participantes e, ainda, para mitigar o artificialismo de condições laboratoriais. Com o amadurecimento e a sofisticação dos métodos, as pesquisas experimentais permitem o refinamento de teorias em diálogo com evidências empíricas e intervenções práticas em distintos campos da vida social e política.

A pesquisa experimental frequentemente suscita diferentes críticas, sobretudo de estudiosos pouco familiarizados com o potencial dos experimentos para auxiliar pesquisas não experimentais. Possivelmente, uma das críticas mais recorrentes diz respeito à artificialidade (ou à trivialidade)

das condições laboratoriais, em contraste com os ambientes nos quais as pessoas vivenciam determinadas práticas. Por certo, técnicas empregadas no contexto experimental, além de constrangimentos de outras naturezas como tempo, normas culturais e disposições dos participantes, impõem limitações às observações experimentais. Seria equivocado, contudo, supor que um dado experimento somente é válido se replicar o ambiente do "mundo real".

Para estudar aspectos específicos do comportamento das pessoas não é necessário mimetizar as condições do mundo natural. Como já salientamos em capítulos anteriores, os pesquisadores não são invisíveis e nem neutros e o modo através do qual eles se relacionam com os participantes – seja em grupos focais, entrevistas, *surveys*, observação etnográfica ou em experimentos – afeta o comportamento das pessoas e as relações sob observação. Pesquisadores em ciências sociais, via de regra, conduzem as pesquisas (experimentais ou não) com preocupações mais gerais para conhecer, entender e explicar processos mais amplos que aqueles de um estudo de caso. Os participantes, como sujeitos socializados, aprendem constantemente e alteram as condições sob investigação em pesquisas na área de ciências humanas e sociais. Como destaca Rose McDermott (2011, p. 37):

> interferência pode ocorrer não apenas em função do resultado do que acontece dentro de um dado contexto experimental, mas, também, tais respostas podem mudar ao interagir com variáveis diversas e imprevistas em contextos do mundo real que podem operar para suprimir, potencializar ou de outra forma sobrepujar a expressão dos processos considerados relevantes.

Uma das vantagens centrais das pesquisas experimentais, se bem compreendidas, é precisamente buscar delinear os componentes – as variáveis ou os mecanismos mais específicos – subjacentes às atitudes ou aos comportamentos em foco no estudo, em meio a diferentes fatores intervenientes.

Ao explorar um determinado fenômeno, os estudiosos que usam experimentos frequentemente estão cientes da multiplicidade de fatores que compõem os fenômenos e, também, das dificuldades para isolar variáveis e estabelecer relações causais em ciências sociais. Por isso mesmo, a definição cuidadosa das variáveis sob análise é crucial para que se reconheça explícita e claramente a natureza das relações sob investigação. De acordo com McDermott (2011, p. 38), "clareza conceitual e metodológica emergem

da documentação cuidadosa e consciente das variáveis e das medidas adotadas". Em termos práticos, isso requer que os pesquisadores explicitem claramente suas premissas e conclusões e descrevam de modo detalhado e completo – com acuidade e transparência – como operacionalizam conceitos, estabelecem formas de observá-los, de mensurá-los e de tratar analiticamente os resultados. Tal descrição inclui a exposição de fatores que provocam confusões na observação e na mensuração da extensão de efeitos, as limitações da representatividade do conjunto de participantes, as dificuldades para gerar conclusões, entre outros. Nesse sentido, os experimentos têm o potencial de oferecer *insights* substantivos para aprendizagem e críticas pelos pares; sendo que eles também ajudam os pesquisadores em estudos transdisciplinares a se comunicarem de maneira mais eficaz.

Outra vantagem é que os estudos experimentais podem oferecer informações e subsídios difíceis de serem obtidos de outra maneira. Isso se dá à medida que os pesquisadores descobrem novas maneiras de aplicar experimentos para auxiliar a solucionar quebra-cabeças teóricos e derivar hipóteses e para testar ou examinar limitações de modelos teóricos e evidências empíricas de estudos prévios. Frequentemente, os experimentos também ajudam a delinear mecanismos relevantes a serem explorados em pesquisas subsequentes, colocando novas questões na agenda de pesquisa. Em síntese, as vantagens da pesquisa experimental podem compensar a artificialidade de algumas de suas condições práticas e as dificuldades de aplicação.

Por que realizar experimentos?

Os experimentos, diferentemente de outros métodos observacionais e de *surveys*, permitem aos pesquisadores examinar relações complexas entre múltiplos fatores. Nas palavras de Aldrich e Lupia (2011, p. 100):

> Enquanto os pesquisadores, com conhecimento sobre contextos políticos, desejarem produzir modelos mais próximos dos fatos e construir premissas com maior realismo psicológico e sociológico, haverá necessidade de criar pontes entre esses modelos e o mundo em que vivem. Os experimentos são particularmente aptos para servir como fundamento dessas pontes

Antes de apresentar os procedimentos para conduzir experimentos é necessário saber quando e para que os desenhos experimentais são

importantes. (DRUCKMAN et al., 2011; ESTERLING, 2018) Podemos indicar três diferentes situações de aplicação.

Experimentos configurados para complementar formas de fazer inferências

Não raro, os pesquisadores se deparam com estudos que oferecem evidências conflitantes ou lacunares a respeito de um determinado fenômeno. Uma das funções dos experimentos é buscar isolar causas de alguma regularidade observada e guiar, de modo empírico, refinamentos teóricos. Nesse sentido, os experimentos buscam estabelecer um profícuo diálogo com modelos teóricos, mas, também, com outros estudos empíricos disponíveis – geralmente estudos observacionais, não randômicos – ou, ainda, com uma série de experimentos que complementam uns aos outros numa dada especialidade. As pesquisas experimentais nesse caso frequentemente incluem no estudo uma variável já bastante conhecida – ou com forte suspeita de prever a variável dependente – e buscam desenvolver hipóteses relativamente não testadas, de modo a criar testes mais eficientes e estimativas mais precisas. (MUTZ; PEMANTLE; PHAM, 2017)

Para ilustrar, podemos utilizar o estudo de Tali Mendelberg, Christopher Karpowitz e J. Baxter Oliphant (2014) sobre desigualdade de gênero em fóruns de discussão política. Os autores partem da visão relativamente consensual em estudos de gênero de que as mulheres são sub-representadas. Em grupos em que são minoria numérica, elas tendem a participar menos e influenciar menos o grupo. Os autores se baseiam no que chamam de "hipótese de gênero": (i) as mulheres carecem de autoconfiança e motivação, nutrindo um sentimento de que não possuem a devida autoridade para tal e, assim, expressam menos a própria voz em debates públicos, (ii) as mulheres são socializadas para evitar conflito, exercer o papel de moderação ou acomodação, enquanto os homens são treinados para serem assertivos e (iii) desigualdades incrustadas nas instituições tendem a reforçar modelos de ação das mulheres baseados não na autoridade, mas, ao invés disso, na inclusão e colaboração e na busca de consensos.

Para fazer avançar o debate, Christopher Karpowitz e demais autores (2012) lançam a hipótese de que a composição de gênero dos participantes, importante fator na dinâmica do grupo, também interage com as regras institucionais. Ao invés de examinar apenas comportamentos individuais, os autores sugerem que o comportamento das mulheres deve ser examinado no contexto das interações entre os participantes e também em relação

a regras institucionais – por exemplo, normas estipuladas para a tomada de decisão pelo grupo. Essa combinação pode exacerbar ou eliminar as diferenças de gênero.

Esse estudo conduziu um extenso experimento em duas cidades dos EUA com diferenças significativas entre elas, segundo os autores (KARPOWITZ; MENDELBERG, 2014; MENDELBERG; KARPOWITZ; OLIPHANT, 2014): uma com tradição religiosa na região de Mountain West (Provo, Utah) e outra secularizada, rica, predominantemente liberal na costa leste (Princeton, New Jersey). Os pesquisadores buscaram variar o número de mulheres na composição de grupos a fim de examinar a dinâmica de discussão e interrupções. Conduziram também grupos de discussão com diferentes regras para a produção da decisão – por maioria e por unanimidade. Em grupos em que as mulheres constituem minoria, e os processos exigem tomada de decisão por maioria, as mulheres experimentam mais interrupções ao falar e, também, essas mulheres percebem a si próprias (e são vistas pelos demais participantes) como menos influentes. Contudo, quando o grupo é designado para tomada de decisão por unanimidade, as mulheres experimentam menos interrupções, mitigando o efeito prejudicial de estarem em pequenos números. Esse estudo corrobora a suposição de que, se a participação das mulheres for necessária para a tomada de decisão, elas são incluídas. Os homens não experimentam esse padrão. A pior condição para a participação e influência das mulheres é a condição mais prevalente no mundo social – a vigência da regra de decisão por maioria em situações em que as mulheres são minoria. O estudo mostra que em situações em que as decisões devem ser tomadas por unanimidade, as mulheres se dão muito bem, mesmo quando elas constituem uma pequena porcentagem do grupo. Essa pesquisa apresenta várias implicações para entender desigualdades de gênero, processos de representação e autorização e para a deliberação democrática.

Experimentos configurados para dialogar com predições teóricas

Em outras circunstâncias, os pesquisadores não contam com estudos empíricos prévios para desenvolver análises contrafactuais ou para identificar novas variáveis. Nessas circunstâncias, os experimentos favorecem o diálogo dos pesquisadores com as teorias – e essa modalidade de pesquisa tende a ser mais exploratória. (DRUCKMAN et al., 2011) Para ilustrar essa função dos experimentos, vamos utilizar uma parte de nossa pesquisa "Deliberação em escolas públicas: criando capacidades deliberativas",

realizada pelo Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) da Universidade Federal do Pará (UFPA), juntamente com Jürg Steiner (*in memoriam*) da Universidade de Berna e da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill. Para esse estudo, conduzimos um quase-experimento de campo, envolvendo mais de 500 estudantes em cinco escolas públicas no Brasil. O propósito central dessa pesquisa foi investigar a possibilidade de desenvolver capacidades deliberativas – por exemplo, respeito, capacidade de justificação de argumentos, inclusão, entre outros – através de oficinas práticas com jovens estudantes. Uma vez que as pesquisas sobre a interface entre deliberação e educação são relativamente recentes (ANDERSSON, 2015; ENGLUND, 2000, 2004, 2011, 2016; LONGO; MANOSEVITCH; SHAFFER, 2017), o conhecimento empírico sobre a eficácia do ensino da deliberação ainda é muito limitado. Por um lado, os resultados da série de pesquisas sobre fóruns deliberativos compostos por cidadãos – como minipúblicos ou assembleias de cidadãos – não podem ser transportados para o campo da educação de adolescentes e jovens ou para as práticas de sala de aula de modo direto ou automático. Por outro lado, estudos baseados em educação cidadã, nas áreas de educação e pedagogia, tipicamente focalizam virtudes cívicas, como o interesse pela política e o desenvolvimento do repertório de conhecimento político, o capital social e a motivação para cooperar em ações coletivas ou a confiança em instituições políticas. Essas pesquisas não têm respostas específicas ou satisfatórias sobre a eficácia de ensinar e treinar deliberação. Se as pesquisas empíricas comparam situações que não são epistemicamente moldadas pelo conceito de deliberação (ESTERLING, 2018), não podemos saber se os resultados nos dizem algo sobre o ensino e o desenvolvimento das capacidades necessárias à deliberação. Ademais, a falta de clareza sobre como o ensino é planejado, conduzido e percebido também cria dificuldades para estabelecer parâmetros sobre a eficácia de ensinar capacidades deliberativas. (ANDERSSON, 2015)

Nesse sentido, os experimentos ajudam os pesquisadores a dialogar com predições teóricas. Em nossa pesquisa, a definição de deliberação (COHEN, 1997; HABERMAS, 1996) foi fundamental para definir estratégias de ensino e para avaliar os efeitos das oficinas sobre as atitudes e os comportamentos dos estudantes. (MAIA; CAL; HAUBER, no prelo) De acordo com a teoria deliberativa, as habilidades deliberativas podem ser definidas como capacidades que permitem aos participantes da discussão:

(i) fornecerem explicação para suas preferências e posições, (ii) engajarem-se reciprocamente com os pontos de vista uns dos outros, (iii) tratarem-se com respeito mútuo, reconhecendo seus interlocutores como politicamente iguais, (iv) estarem abertos para incluir outros parceiros, tópicos, pontos de vista ou perspectivas na discussão e (v) estarem abertos a mudanças de preferências com base em considerações ou justificativas críticas. Essa abordagem nos permitiu sugerir, de forma mais realista, que certas capacidades deliberativas são mais difíceis de alcançar do que outras. Por exemplo, nossos resultados mostram que a expansão do repertório de argumentos para sustentar ou criticar determinadas demandas políticas está associada ao acesso e processamento da informação (CAMELO, 2021); a contação de histórias dentro do tópico foi predominante em grupos que participaram de oficinas práticas sobre deliberação de modo que os alunos se engajaram em discussões significativas, compartilhando pontos de vista, explicando problemas e possíveis soluções, em comparação com os estudantes do grupos de controle. (MAIA; CAL; HAUBER, no prelo) Enquanto a maior parte das interações foi igualmente respeitosa em todas as classes, os alunos que participaram nas oficinas de deliberação demonstraram participação mais ativa e inclusiva, superando parcialmente as desigualdades de raça e gênero.

Para aumentar a validade dos resultados, recomenda-se que o experimento seja replicado em diversas circunstâncias e situações, para determinar se as regularidades observadas se mantêm ou se são necessários novos testes, mais refinados. (DRUCKMAN et al., 2011; ESTERLING, 2018) Recomenda-se também que múltiplas medidas sejam utilizadas para entender as correlações, estimar os efeitos ou as relações de probabilidade. (MUTZ; PEMANTLE; PHAM, 2017) Nesse sentido, os experimentos podem oferecer subsídios consistentes para realimentar aspectos específicos das teorias.

Experimentos configurados para estruturar iniciativas práticas

A terceira função dos experimentos é oferecer *insights* e orientações práticas para abordar um conjunto de questões, problemas e situações em diversos subcampos no mundo real. Esse seria o diálogo dos pesquisadores experimentais com gestores públicos, ativistas, agentes do mercado, entre outros. Uma determinada pesquisa pode cumprir mais de um propósito. (DRUCKMAN et al., 2011; ESTERLING, 2018; IYENGAR, 2011) Os experimentos, por exemplo, oferecem subsídios para construir minipúblicos e

assembleias de cidadãos, com objetivo de subsidiar decisões relacionadas à governança e ao planejamento de políticas públicas. Nesse campo, pesquisas com desenho experimental ou quase-experimental ajudam a elaborar procedimentos para oferecer material informativo com diversidade de enquadramentos, perspectivas e interpretações e incentivar considerações reflexivas pelos participantes (FISHKIN; LUSKIN 2005; FISHKIN, 2009, 2018); a desenvolver estratégias de moderação, composição de categoria de participantes e motivação para interações recíprocas respeitosas (CALUWAERTS; REUCHAMPS, 2014; KARPOWITZ, MENDELBERG; SHAKER, 2012; LUSKIN et al., 2014; UGARRIZA; CALUWAERTS , 2014); criar maneiras de classificar opções políticas sob discussão, de modo a evitar maiorias cíclicas (FARRAR et al., 2010); e pensar formas práticas de engajar grupos divididos em discussões colaborativas para resolução de conflitos. (CALUWAERTS; REUCHAMPS, 2014; LUSKIN et al., 2014) A maioria dessas pesquisas usa o desenho quase-experimental com o mesmo grupo de participantes (*same-subjects design*), sendo que as variáveis dependentes são medidas antes e depois de uma determinada intervenção, através de entrevistas, questionários ou, ainda, através de observação e transcrição das discussões.

Além das aplicações relacionadas anteriormente, no setor profissional da comunicação, aplicações simples de métodos experimentais são largamente utilizadas para analisar a aceitação de determinados produtos midiáticos e para a formulação de campanhas políticas ou mercadológicas.

Como conduzir experimentos?

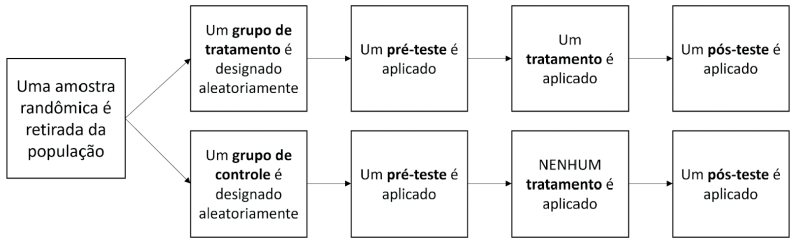
Paul Kellstedt e Guy Whitten sugerem que as pesquisas experimentais são definidas (i) pelo controle dos valores da variável independente X por pesquisadores, assim como (ii) a capacidade de pesquisadores de atribuir esses valores aos participantes do estudo com distribuição randômica. (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015, p. 95-96) Essa última característica dos métodos experimentais leva à necessidade de separação de participantes de estudos experimentais em dois grupos: grupos de tratamento, que vão receber valores altos da variável independente X, e grupos de controle, que não vão receber a variável X. Ao final da realização dos testes, ao comparar os valores médios da variável dependente Y no grupo de tratamento com os resultados no grupo de controle, será possível medir qual o efeito causal da variável X. A partir dessas características essenciais dos métodos

experimentais, é preciso esclarecer distinções entre experimentos e quase-experimentos e questões relacionadas com o local onde acontecem, a amostragem de participantes e a questão da distribuição randômica.

Experimentos e quase-experimentos

O desenho de experimento mais usual é aquele que gera a comparação entre os indivíduos de grupos de tratamento e grupos de controle (*between-subjects design*), ou seja, em que os participantes são distribuídos aleatoriamente entre esses tipos de grupos, como será discutido abaixo. (DRUCKMAN et al., 2011)

Figura 1 – Desenho experimental 1 (grupo de tratamento e grupo de controle, pré e pós-teste)



Fonte: McKee (2019, tradução nossa).

Outra abordagem possível são experimentos que geram comparação com os próprios indivíduos (*same-subjects design*), ou seja, os participantes são examinados antes e depois de serem expostos a uma determinada intervenção. Nesse caso, não há distribuição aleatória de participantes em grupos de tratamento e grupos de controle. Embora pareça apropriado para produzir inferências causais, essa última modalidade pode gerar efeitos indesejáveis e imprevisíveis, que dificultam a observação e a produção de inferências causais. De tal sorte, esse tipo de desenho gera questionamentos sobre "o que se relaciona com o que". (ALDRICH; LUPIA, 2011, p. 100)

Um experimento é usualmente chamado de "limpo" (isto é, experimento propriamente dito ou *clean experiment*) quando os procedimentos para randomização foram seguidos e devidamente alcançados e, ainda, quando outras variáveis (além do próprio tratamento) não afetaram as condições experimentais. (ESTERLING 2018) Nas palavras de Mutz e demais autores, podemos considerar o experimento limpo quando "a randomização foi feita, os tratamentos foram realizados, e o atrito diferencial

não ocorreu".[2] (MUTZ; PEMANTLE; PHAM, 2017, p. 6) É esse o tipo de experimento que, nas palavras dos autores, "permite que inferências estatísticas precisamente quantificáveis sejam feitas sobre relações causais". (MUTZ; PEMANTLE; PHAM, 2017, p. 6)

Se os pesquisadores identificarem problemas em relação a algum desses aspectos, o estudo e os resultados devem ser interpretados como um quase-experimento. Esses problemas incluem a ausência de aleatoriedade, a discrepância para assegurar comparabilidade entre grupos de tratamento e de controle, mecanismos de autosseleção dos participantes ou a comunicação para troca de informação entre membros de grupos de tratamento e de controle e, ainda, o abandono de alguns participantes de modo a comprometer a validade dos resultados experimentais. (ALDRICH; LUPIA, 2011; ESTERLING 2018; IYENGAR, 2011) Nas palavras de Mutz e demais autores, "quando detectados, a maioria desses problemas [sobretudo a ausência de aleatoriedade] faz com que os dados sejam tratados como observacionais. Nenhuma quantidade de variável de controle irá tornar esses dados passíveis de serem analisados como experimentais". (MUTZ; PEMANTLE; PHAM, 2017, p. 5)

Local

Os experimentos podem ser conduzidos em diferentes contextos: em laboratórios, no campo natural ou através de *surveys*. Cabe destacar que cada tipo de experimento possui desafios próprios e implicações distintas para interpretação dos resultados. As pesquisas em laboratórios envolvem intervenções em locais em que o pesquisador detém maior controle sobre a atuação dos participantes. No entanto, a artificialidade das condições laboratoriais gera preocupações sobre a possibilidade de os resultados observados serem reproduzidos em ambientes do dia a dia. (MCDERMOTT, 2011) Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, as pesquisas laboratoriais têm procurado construir de maneira mais fidedigna os estímulos e, também, oferecer condições mais próximas daquelas em que os participantes experienciam tais práticas, como a disponibilização de salas

2 O viés de atrito envolve falha na medição de alguns dados, seja porque alguns participantes saem ou descontinuam uma intervenção ou deixam de responder questões em questionários. Essas características podem alterar as características do grupo, independentemente da exposição ou intervenção.

de estar para assistir programas televisivos, com lanches intercalados e breves conversas paralelas, por exemplo.

Um dos meios para contornar o problema da artificialidade das condições laboratoriais é conduzir os experimentos nos ambientes naturais de atuação ou convivência dos participantes, também denominados "experimentos em campo". Como discutido no capítulo 1, esses locais incluem centros comunitários, escolas, ambientes de trabalho ou de interação cotidiana dos participantes. Experimentos realizados no campo permitem recrutar participantes com mais facilidade e os pesquisadores têm a oportunidade de observar comportamentos mais próximos àqueles do dia a dia. Não obstante, diversos fatores podem comprometer os protocolos experimentais, como será discutido adiante.

Os experimentos através de *surveys* envolvem uma intervenção aplicada ao longo de uma pesquisa de opinião. Atualmente, essas modalidades tornaram-se mais rigorosas – e administradas com maior eficácia através de plataformas digitais, com a possibilidade de incluir população variada (superando obstáculos geográficos) – em comparação com aquelas feitas por telefone ou por meio de contato pessoal com entrevistadores. Alguns estudos podem combinar diferentes modalidades, por exemplo, experimentos conduzidos em ambientes escolares e também por meio de *surveys*.

Amostragem

O planejamento da composição do grupo de pessoas que irá participar do experimento é obviamente fundamental. Uma crítica frequentemente endereçada às limitações do experimento refere-se à construção da amostragem. Kellstedt e Whitten (2015) lembram que não há necessidade, e é muito raro, que os participantes escolhidos sejam representativos de uma população – o que pode ser muito custoso para selecionar. Diferentemente de *surveys*, a categoria de participantes em experimentos (por exemplo, estudantes, donas de casa, imigrantes) é mais importante que a representatividade geral de uma dada população. Mas, se o interesse é testar efeitos válidos para uma grande população, a possibilidade de generalização dos achados, no entanto, pode ser comprometida. Assim, deve-se ter em mente que o tipo de grupo adequado a ser recrutado depende do interesse da pesquisa – o que condiciona, por sua vez, o tipo e a validade de generalização das conclusões experimentais.

Além disso, não se deve confundir a construção de amostra representativa com a distribuição randômica dos participantes entre grupos de tratamento e grupos de controle. Os experimentos devem ser planejados de modo que os participantes possuam as características sociodemográficas e as características sob observação pré-tratamento de modo balanceado, sendo que a distribuição dos participantes às diferentes condições experimentais deve ser feita de modo randômico.

Distribuição randômica

A distribuição randômica ocorre quando os participantes são atribuídos aos grupos de tratamento e grupos de controle de forma aleatória, ou seja, através de um método que não depende da escolha de pesquisadores ou da escolha de participantes – por exemplo, a partir dos resultados de um cara ou coroa. Isso significa que cada entidade sob análise tem a mesma probabilidade de ser alocada para uma dada condição particular de tratamento. (DRUCKMAN et al., 2011) Tida como a regra de ouro para produzir inferências sobre causalidade, a aleatoriedade é importante porque, embora não garanta a distribuição perfeita de qualquer característica entre os grupos de tratamento e controle, ela rigorosamente distribui todas as características, conhecidas e desconhecidas. De tal sorte, a aleatoriedade permite que os cientistas façam inferências matematicamente precisas. (MUTZ et al., 2017) Descrições detalhadas sobre mecanismos para gerar randomização podem ser encontradas em algumas fontes como Consolidated Standards Of Reporting Trials (Consort) (MOHER et al., 2010) e *Journal of Experimental Political Science* (APSA Standards Committee, 2014, Seção C).

Passo a passo para conduzir pesquisa com desenho experimental

O primeiro passo para desenvolver um estudo com desenho experimental é formular uma pergunta de pesquisa apropriada. Como já indicado, as pesquisas experimentais visam verificar relações causais entre variáveis – por exemplo, o efeito da variável independente X na variável Y. Assim, as perguntas de pesquisa devem descrever adequadamente essa relação causal que será investigada.

O segundo passo é criar um teste no qual os pesquisadores tenham controle sobre a variável independente X, assim como possam atribuir os

valores dessa variável aos participantes do teste. (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015) Para exemplificar, retomamos a nossa pesquisa quase-experimental "Deliberação em escolas públicas: criando capacidades deliberativas", que buscou responder à seguinte pergunta: "qual o efeito de oficinas destinadas a ensinar deliberação na capacidade de deliberação de participantes?". Consideramos o ensino de capacidades deliberativas como variável independente, isto é, a intervenção com potencial de provocar efeitos nas atitudes e nos comportamentos dos estudantes. Uma vez que o currículo das escolas brasileiras não aborda essas capacidades, foi possível presumir que as oficinas, se bem-sucedidas, teriam potencial de desenvolver tais habilidades e atitudes nos estudantes participantes e também que os alunos não tiveram ou terão contato com oportunidades de desenvolver essas habilidades em outras situações. Esses requisitos permitem aos pesquisadores argumentar que têm condições de atribuir os valores da variável X aos alunos, um elemento central para as pesquisas experimentais, de acordo com Kellstedt e Whitten (2015).

A distribuição randômica dos participantes permite presumir que os grupos de tratamento e os grupos de controle possuem o mesmo desempenho médio em capacidades deliberativas antes da intervenção. Em nosso exemplo, partimos da hipótese de que os estudantes que participassem das oficinas revelariam aumento em suas capacidades deliberativas – por exemplo, capacidade de justificação de argumentos, respeito à opinião dos outros, capacidade de relatar histórias relacionadas com o tópico de discussão, inclusão, entre outros. Ao comparar o desempenho médio dos estudantes dos grupos de tratamento com o desempenho médio dos estudantes dos grupos de controle, foi possível estimar o efeito médio do tratamento. Nesse sentido, os pesquisadores podem conduzir testes estatísticos para saber se as diferenças observadas entre os grupos ocorreram simplesmente por acaso (isto é, devido à variação da amostra) ou se essas são decorrentes do tratamento experimental.

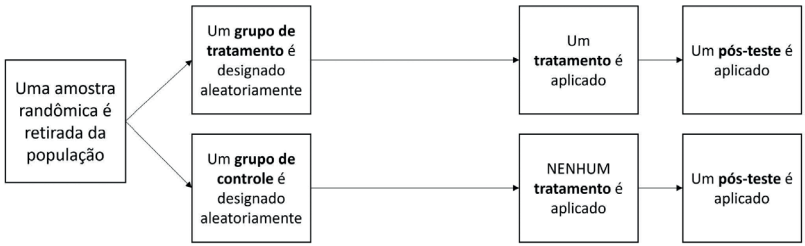
Em nossa pesquisa "Deliberação em escolas públicas: criando capacidades deliberativas", conduzida em quatro escolas em Belo Horizonte (MG) e uma em Belém (PA), tivemos dois grupos de tratamento e um grupo de controle em cada uma dessas escolas. Os estudantes do grupo de tratamento e do grupo de controle tiveram suas capacidades deliberativas medidas antes e depois de participarem de oficinas. Porém, somente estudantes dos grupos de tratamento se engajaram nas oficinas para aprender princípios e comportamentos necessários à deliberação, que duraram

aproximadamente dois meses. Os grupos de controle tiveram suas capacidades deliberativas medidas no mesmo período que os outros grupos, mas não participaram das oficinas. Para mensurar atitudes e comportamentos, utilizamos questionários e também observamos a natureza das discussões entre os estudantes, sob condições variadas nos dois grupos. Para calcular o efeito das oficinas no desenvolvimento de capacidades deliberativas, deve-se analisar a diferença média de capacidades deliberativas observadas entre os testes inicial e final dos grupos de tratamento, subtraindo a diferença média observada nos testes iniciais e finais do grupo de controle.[3] Esse resultado é chamado de efeito médio do tratamento. (SILVA, 2018)

É importante ter em mente que outras variáveis ou outros fatores, que não estão sob controle do pesquisador, podem intervir nos efeitos observados. Um exemplo de influência externa em nosso caso seria a promoção de um debate pela escola ou pela comunidade local, de modo a criar oportunidades e incentivos para que os estudantes – dos grupos de tratamento e também dos grupos de controle – exercitassem suas capacidades deliberativas. Podemos citar também como exemplo de influência a própria presença de pesquisadores na escola que poderia induzir os estudantes a responderem o que eles consideram ser a resposta correta na aplicação dos testes inicial e final. Para que os resultados das pesquisas experimentais sejam válidos e para que o efeito de outros elementos que possam afetar a variável Y seja minimizado, é importante que grupos de tratamento e de controle tenham características muito similares entre si e que a atribuição de um participante para um dos grupos seja definida com distribuição randômica. Pesquisas em formato experimental podem ser desenvolvidas em arranjos diversos, como mostram os gráficos abaixo:

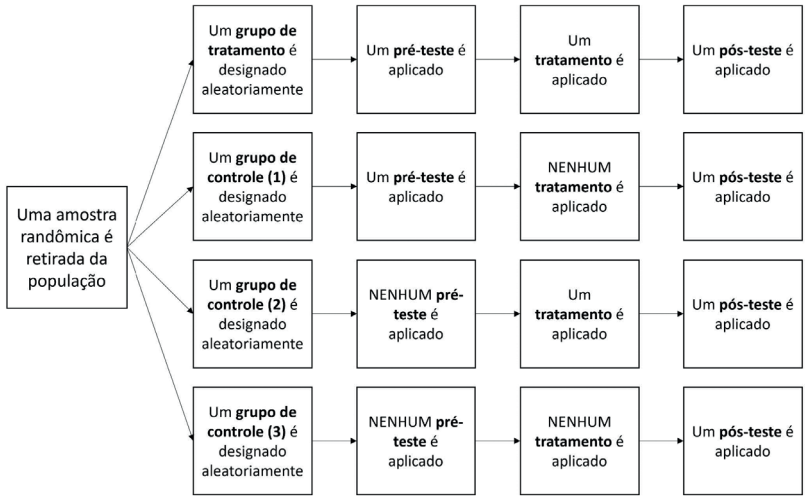
3 Para ilustrar, digamos que os participantes do grupo de tratamento tiveram resultado médio 3 – em uma escala de 0–10, em que 10 é o maior nível de capacidades deliberativas – no teste inicial e resultado médio 7 no teste final. Suponhamos também que os participantes do grupo de controle tiveram média 4 no teste inicial e média 5 no teste final. Nesse exemplo hipotético, percebemos que ambos os grupos tiveram um acréscimo no resultado médio no teste final – possivelmente ocasionado por uma variável que não foi identificada ou por uma variável de confusão (*confounding variable*) não prevista e, portanto, não testada. Contudo, notamos que o grupo de tratamento teve um acréscimo muito maior em suas capacidades deliberativas e, portanto, há evidências de uma relação causal entre a participação nas oficinas de capacidades deliberativas e o desenvolvimento dessas capacidades.

Figura 2 – Desenho experimental 2 (grupo de tratamento e grupo de controle, somente pós-teste)



Fonte: McKee (2019, tradução nossa).

Figura 3 – Desenho experimental 3 (*Solomon four-group design*, quatro grupos participantes)



Fonte: McKee (2019, tradução nossa).

De forma resumida, o seguinte quadro apresenta o passo a passo para o desenvolvimento de pesquisas com desenho experimental:

1. Desenvolvimento de uma pergunta de pesquisa que destaque uma relação causal entre uma variável independente X e uma variável dependente Y – por exemplo, "qual o efeito da variável X na variável Y?";
2. Desenvolvimento de um tratamento que permita estabelecer o controle sobre os valores da variável X;

3. Discussão do impacto e dos riscos da pesquisa e do tratamento para o bem-estar de participantes, exame das questões éticas relacionadas ao estudo, verificação do interesse público na pesquisa e, por fim, obtenção das autorizações necessárias dos comitês de ética em pesquisa responsáveis. A intenção dos pesquisadores deve ser minimizar, ao máximo, os riscos ao bem-estar dos participantes;
4. Escolha de um grupo para aplicação do estudo;
5. Medição da variável Y nos participantes através de testes iniciais;
6. Distribuição randômica de participantes a diferentes valores da variável X. No mínimo, formam-se dois grupos: o grupo de tratamento, que receberá altos valores de X, e um grupo de controle, que não receberá valores de X;
7. Aplicação do tratamento ao grupo de tratamento;
8. Medição da variável Y nos participantes dos dois grupos através dos mesmos testes realizados no início do estudo;
9. Observação das diferenças dos valores médios da variável Y nos testes iniciais e finais nos dois grupos e análise dos resultados;
10. Compartilhamento de informações sobre o método e o banco de dados que viabilizem a reprodução e replicação dos estudos.

Questões de generalização

Em pesquisas experimentais, problemas de generalização são colocados na linha de frente da indagação. (ALDRICH; LUPIA, 2011; DRUCKMAN et al., 2011; IYENGAR, 2011) Para propósitos heurísticos, podemos distinguir entre validade interna e validade externa dos estudos. Cabe destacar, no entanto, que o intercâmbio entre esses tipos de validade é mais bem compreendido como dois passos de um mesmo processo, tanto em termos lógicos (cronológicos e sequenciais) quanto práticos. (ESTERLING, 2018; MCDERMOTT, 2011)

Validade interna

Podemos dizer que a validade interna é alcançada quando o desenho de pesquisa experimental permite responder de modo consistente a pergunta enunciada. (ESTERLING, 2018; MCDERMOTT, 2011) Em ambientes como laboratórios, o pesquisador tem maior controle sobre o processo de intervenção ao atribuir os participantes a condições determinadas e observar seus efeitos, gerando, portanto, maior validade interna.

Pesquisadores familiarizados com experimentos sugerem que os bons experimentos são aqueles em que os participantes não têm percepção precisa de qual questão está sendo observada, *id est*, qual atitude ou comportamento está sob investigação. (ALDRICH; LUPIA, 2011; IYENGAR, 2011) Diversos problemas podem comprometer a validade interna de um experimento. Por exemplo, os participantes podem não levar a sério as proposições do pesquisador e, assim, podem dissimular conscientemente suas ações ou procurar manipular os observadores. Se os participantes apresentarem resistência às intervenções, possivelmente haverá distorções nas dinâmicas sob observação e nos resultados reportados. Outra questão refere-se às rotinas de ambientes, como as de escolas ou locais de trabalho, sob as quais o pesquisador não detém controle ao formular seus protocolos de pesquisa. Em experimentos no campo, uma série de imprevistos podem surgir: participantes podem inadvertidamente trocar o grupo ao qual foram designados ou compartilhar informações e experiências com membros de outros grupos. Alguns participantes podem não comparecer a algumas sessões de modo a não complementar todo tratamento e, consequentemente, comprometer a comparabilidade entre os participantes de grupos de tratamento e de controle. E, ainda, algumas medidas podem ficar comprometidas se informações faltantes – por exemplo, se respondentes deixam de completar questionários – impactarem um grupo experimental de modo mais saliente do que outro. (DRUCKMAN et al., 2011; MCDERMOTT, 2011; MUTZ; PEMANTLE; PHAM, 2017) Para avaliar se a pesquisa se qualifica como um verdadeiro experimento (*clean experiment*) ou como um quase-experimento, as dificuldades apontadas acima devem ser levadas em consideração.

Validade externa

Os pesquisadores, ao desenvolverem estudos com desenhos experimentais, têm preocupação de saber se os resultados podem dizer algo mais abrangente. A validade externa dos estudos refere-se à possibilidade de os resultados observados serem reproduzidos em ambientes do dia a dia. (MCDERMOTT, 2011) Em outras palavras, em que medida as conclusões podem ser extrapoladas para a população focalizada no estudo ou para outros contextos?

A validade externa diz respeito à possibilidade de um estudo produzir generalizações. Nesse sentido, os procedimentos utilizados para observar e mensurar os efeitos – precisão com a qual um efeito é estimado, tamanho

da amostra, graus de liberdade etc. – afetam a significância dos resultados. Kellstedt e Whitten (2015) alertam que os efeitos observados para a variável independente X no estudo podem ser menores do que os efeitos de outras variáveis que não foram analisadas, causando um erro de ênfase na pesquisa. Para aumentar a acurácia das observações, é recomendável que os pesquisadores utilizem distintas medidas e métodos para capturar evidências. (ALDRICH; LUPIA, 2011; IYENGAR, 2011; MUTZ et al., 2017) A título de ilustração, podemos mencionar que em estudos de neurociência, além de respostas a questionários ou relatos de participantes, são usados prontuários médicos e análise de imagem cerebral por ressonância magnética. Em estudos envolvendo pequenos grupos de discussão, além de medidas obtidas mediante autodeclaração dos participantes (*self-reported measures*) sobre aspectos do processo – possibilidade de participação, percepção de respeito ou escuta pelos demais participantes, satisfação com as decisões etc. –, os pesquisadores devem elaborar medidas sobre a natureza, a dinâmica e a qualidade da discussão, a partir de parâmetros próprios.

Em termos de produção de conhecimento, tanto pesquisas experimentais que revelam efeitos estatisticamente relevantes quanto aquelas que reportam ausência desses efeitos são importantes para o entendimento do fenômeno em questão. Afinal, os pesquisadores, em ambas as situações, devem se esforçar para explicar os resultados em relação a estipulações teóricas e estudos empíricos prévios. Cabe também destacar que a validade interna e o rigor do estudo, ainda que ligados ao próprio desenho do experimento, estão também intimamente relacionados à validade externa. Como McDermott (2011, p. 28) lucidamente indaga: como um estudo, sem atingir a validade interna, poderá alcançar validade externa, isto é, permitir extrapolação para entender fenômenos semelhantes em outros contextos temporal e espacial, ou, ainda, produzir orientações e recomendações práticas para intervir no mundo real?

Questões éticas

Outra preocupação central para pesquisadores, especialmente no caso de pesquisas experimentais em ciências sociais, que geralmente envolvem pesquisas com seres humanos, é o exame do impacto e dos riscos da pesquisa para seus participantes. Todas as etapas da pesquisa, e especialmente o tratamento, devem ser desenvolvidas com vistas a garantir o bem-estar e a segurança de participantes, causando o mínimo de estresse

possível nos participantes e buscando garantir que o impacto positivo da pesquisa exceda os riscos envolvidos na participação ou que esses riscos sejam inexistentes. Ao desenvolver seus estudos, pesquisadores devem obter consentimento explícito dos participantes e ter em mente a promoção do interesse público e a participação social nos diferentes estágios da pesquisa, a busca pela equidade entre os grupos sociais e a proteção dos grupos vulneráveis e do meio ambiente. (OPEN AND COLLABORATIVE SCIENCE IN DEVELOPMENT NETWORK, 2017) É também imprescindível que os pesquisadores se preocupem com o tratamento e divulgação de dados que possam identificar ou singularizar os participantes da pesquisa, especialmente se pertencentes a grupos vulneráveis, buscando apresentar os dados de forma agregada ou anonimizada. Pesquisadores devem igualmente estar atentos aos processos de obtenção de autorizações necessárias nos comitês de ética em pesquisa responsáveis pelas suas áreas de pesquisa.

Idealmente, pesquisadores interessados em estudos com desenho experimental devem se engajar em práticas científicas comprometidas com diferentes aspectos de ciência aberta, como o reconhecimento da diversidade e pluralidade de formas de conhecimento e produção de conhecimento; o engajamento em questões de poder e desigualdade na forma de produção de conhecimento e em seu compartilhamento; e a promoção de colaboração entre cientistas e atores sociais (OPEN AND COLLABORATIVE SCIENCE IN DEVELOPMENT NETWORK, 2017; OLIVEIRA et al., 2021); além de promover princípios de transparência relacionados com a coleta, produção e análise dos dados de suas pesquisas, como a utilização de pré-registros e o compartilhamento de banco de dados – agregados e anonimizados – para viabilizar a replicação de seus métodos e resultados. (DIENLIN et al., 2021)

Referências

ALDRICH, J. H.; LUPIA, A. Experiments and game theory's value to political science. *In*: DRUCKMAN, J. N. *et al.* (ed.). *Cambridge handbook of experimental political science*. New York, NY: Cambridge University Press, 2011. p. 89-101.

ANDERSSON, K. Deliberative teaching: Effects on students' democratic virtues. *Scandinavian Journal of Educational Research*, [*s. l.*], v. 59, n. 5, p. 604-622, 2015.

BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018.

CALUWAERTS, D.; REUCHAMPS, M. Does inter-group deliberation foster inter-group appreciation? Evidence from two experiments in Belgium. *Politics*, [*s. l.*], v. 34, n. 2, p. 101-115, 2014.

CAMELO, P. H. B. *Escola em disputa*: o espaço de razões e a sala de aula em tempos de escola sem partido. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CARLOMAGNO, M.; BRAGA, S.; SAMPAIO, R. Respondem os políticos a questionamentos dos eleitores? Um experimento controlando os incentivos de mensagem, período e meio. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 328-364, 2018.

COHEN, J. Procedure and substance in deliberative democracy. *In*: BOHMAN, J.; REHG, W. (ed.). *Deliberative democracy*: essays on reason and politics. Cambridge: The MIT Press, 1997. p. 407-438.

DIENLIN, T. *et al*. An agenda for open science in communication. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 71, n. 1, p. 1-26, 2021.

DRUCKMAN, J. N. *et al.* (ed.). *Cambridge handbook of experimental political science*. New York, NY: Cambridge University Press, 2011.

ENGLUND, T. Rethinking democracy and education: towards an education of deliberative citizens. *Journal of Curriculum Studies*, [*s. l.*], v. 32, n. 2, p. 305-313, 2000.

ENGLUND, T. *Skillnad och konsekvens*: mötet lärare-studerande och undervisning som meningserbjudande. Lund: Studentlitteratur, 2004.

ENGLUND, T. The potential of education for creating mutual trust: schools as sites for deliberation. *Educational Philosophy and Theory*, [*s. l.*], v. 43, n. 3, p. 236-248, 2011.

ENGLUND, T. On moral education through deliberative communication. *Journal of Curriculum Studies*, [*s. l.*], v. 48, n. 1, p. 58-76, 2016.

ESTERLING, K. Deliberation and experimental design. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018. p. 447-460.

FARRAR, C. *et al*. Disaggregating deliberation's effects: an experiment within a deliberative poll. *British Journal of Political Science*, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 333-347, 2010.

FISHKIN, J. S. *When the people speak*: deliberative democracy and public consultation. Oxford, NY: Oxford University Press, 2009.

FISHKIN, J. S. *Democracy when the people are thinking*: revitalizing our politics through public deliberation. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FISHKIN, J. S.; LUSKIN, R. C. Experimenting with a democratic ideal: deliberative polling and public opinion. *Acta Politica*, [*s. l.*], v. 40, n. 3, p. 284-298, 2005.

HABERMAS, J. *Between facts and norms*: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

HOVLAND, C.; LUMSDAINE, A.; SHEFFIELD, F. Introduction. *In*: HOVLAND, C.; LUMSDAINE, A.; SHEFFIELD, F. *Experiments on mass communication*. Princeton: Princeton University Press, 1949. p. 3-20.

IYENGAR, S. Laboratory experiments in political science. *In*: DRUCKMAN, J. N. *et al.* (ed.). *Cambridge handbook of experimental political science*. New York, NY: Cambridge University Press, 2011. p. 72-88.

KARPOWITZ, C. F.; MENDELBERG, T.; SHAKER, L. Gender inequality in deliberative participation. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 106, n. 3, p. 533-547, 2012.

KARPOWITZ, C. F.; MENDELBERG, T. *The silent sex*: gender, deliberation, and institutions. Princeton: Princeton University Press, 2014.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. *Fundamentos da pesquisa em ciência política*. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

LONGO, N., MANOSEVITCH, I., SHAFFER, T. J. Introduction. *In*: SHAFFER, T. J. *et al.* (ed.). *Deliberative pedagogy*: teaching and learning for democratic engagement. East Lansing: Michigan State University Press, 2017. p. 19-36.

LUMSDAINE, A. A. Mass communication experiments in wartime and thereafter. *Social Psychology Quarterly*, [*s. l.*], v. 47, n. 2, p. 198-206, 1984.

LUSKIN, R. C. *et al*. Deliberating across deep divides. *Political Studies*, v. 62, n. 1, p. 116-135, 2014.

MAIA, R. C. M.; CAL, D.; HAUBER, G. Learning deliberative capacities in Brazilian schools. *Journal of Deliberative Democracy*. No prelo.

MCDERMOTT, R. Internal and external validity. *In*: DRUCKMAN, J. N. *et al.* (ed.). *Cambridge handbook of experimental political science*. New York, NY: Cambridge University Press, 2011. p. 26-40.

MCKEE, A. J. *Fundamentals of Social Research*. Monticello: Forma Pauperis Press, 2019.

MENDELBERG, T.; KARPOWITZ, C. F.; OLIPHANT, J. B. Gender inequality in deliberation: Unpacking the black box of interaction. *Perspectives on Politics*, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 18-44, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Experimentos internacionais de participação: o Brasil em perspectiva comparada. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21. n. 1, p. 10-35, 2013.

MOHER, D. *et al*. CONSORT 2010 explanation and elaboration: updated guidelines for reporting parallel group randomised trials. *BMJ: the British Medical Journal*, [*s. l.*], v. 340, p. 1-28, 2010.

MUNDIM, P. *et al*. Bolsa Família, informação e preconceito: uma análise com o uso de experimentos. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 70, n. 4, p. 551-575, 2019.

MUTZ, D. C.; PEMANTLE, R.; PHAM, P. The perils of balance testing in experimental design: messy analyses of clean data. *The American Statistician*, [*s. l.*], v. 73, n. 6, p. 32-42, 2017.

OAKLEY, A. A historical perspective on the use of randomized trials in social science settings. *Crime & Delinquency*, [*s. l.*], v. 46, n. 3, p. 315-329, 2000.

OLIVEIRA, T. M. *et al*. Towards an inclusive agenda of open science for communication research: a latin american approach. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 71, n. 5, p. 785-802, 2021.

OPEN AND COLLABORATIVE SCIENCE IN DEVELOPMENT NETWORK. *Manifiesto de Ciencia Abierta y colaborativa*. [*S. l.*]: OCSDNet, 2017. Disponível em: https://ocsdnet.org/wp-content/uploads/2015/04/Manifesto-Infographic-Spanish-1.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, A. A. C. (org.). *Comunicação e política*: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

PORTO, M. P. *Televisão e política no Brasil*: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

ROSSI, P. H.; WRIGHT, J. D. Evaluation research: an assessment. *Annual Review of Sociology*, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 331-352, 1984.

SANDOVER, R.; MOSELEY, A.; DEVINE-WRIGHT, P. Contrasting views of citizens' assemblies: Stakeholder perceptions of public deliberation on climate change. *Politics and Governance*, [*s. l.*], v. 9, n. 2, p. 76-86, 2021.

SILVA, G. P. de. *Desenho de pesquisa*. Brasília, DF: Enap, 2018.

UGARRIZA, E.; CALUWAERTS, D. (ed.). *Democratic deliberation in deeply divided societies*: from conflict to common ground. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

Métodos combinados

Rousiley C. M. Maia
Diógenes Lycarião
Kelly Prudencio
Tariq Choucair
Hartmut Wessler

Introdução

Os pesquisadores podem considerar um único método insuficiente para atingir seus propósitos. Isso pode ocorrer porque a complexidade dos fenômenos exige diferentes estruturas analíticas, ou porque os dados disponíveis são fracos ou lacunares ou, ainda, porque há necessidade de integrar resultados oriundos de distintas áreas de conhecimento. Embora auxilie na superação dessas limitações, a combinação sistemática de métodos é relativamente rara nos estudos sobre comunicação política. (CRESWELL, 2003; JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007; RONKAINEN, 2015; TASHAKKORI; TEDDLIE, 2003) Sob diversas denominações – métodos mistos, métodos múltiplos, métodos integrados, triangulação, entre

outras –, a combinação de métodos é especialmente relevante para tratar os fenômenos numa escala de maior complexidade ou para obter respostas a perguntas inovadoras.

As Pesquisas de Métodos Mistos (MMR)[1] são aquelas que combinam a dimensão quantitativa com a dimensão qualitativa na formulação de estratégias de investigação. (CRESWELL, 2003; 2007) Esses métodos são considerados o "terceiro movimento metodológico" (TASHAKKORI; TEDDLIE, 2003) ou "terceiro paradigma de pesquisa" (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007) depois do quantitativo e do qualitativo. De certa forma, nos capítulos anteriores, mencionamos pesquisas que focalizam diferentes conteúdos, procedimentos ou contextos de debate. No capítulo sobre análise de conteúdo, por exemplo, indicamos estudos que conjugam estratégias para compreensão de discussões em parlamentos, cobertura jornalística e redes sociais. No presente capítulo, o tipo de integração a que nos referimos é a combinação de métodos diferentes, baseados em conceitos e tradições teórico-metodológicas próprias, com distintos modos de operacionalização e análise.

A análise baseada em diferentes métodos ajuda os pesquisadores a colocar em perspectiva os conceitos ou questões teóricas que guiam o estudo e, também, avaliar os dados empíricos de modo mais geral, sob diferentes ângulos. Este capítulo está estruturado em duas seções: esta, introdutória, e a próxima, dividida em cinco partes. Tratamos na primeira parte da integração da análise de conteúdo de grupos de discussão com questionários e entrevistas. O foco recai nas percepções individuais elaboradas em entrevistas ou expressas em um grupo focal ou grupo de discussão. Na segunda e terceira parte, abordamos estudos que combinam métodos para investigar as múltiplas dimensões dos conteúdos textuais e visuais nos *media*. Examinamos a análise multimodal desenvolvida por Wozniak, Lück e Wessler (2015). Trata-se de uma proposta de análise de conteúdo que investiga enquadramentos, narrativas e elementos visuais em matérias jornalísticas. (LÜCK; WOZNIAK; WESSLER, 2016; LÜCK et al., 2018; WESSLER et al., 2016) Na sequência, exploramos essa abordagem aplicada em conteúdo de plataformas digitais. Por fim, exploramos possibilidades de integração de análise de conteúdo de argumentos (ou justificações) com análise de enquadramento. Desenhos de pesquisa com métodos combinados fazem avançar estudos comparativos em larga escala.

1 Mixed Methods Research.

Como combinar métodos?

Nas pesquisas em comunicação e política, em particular sobre debates públicos e conversações, é possível encontrar duas principais tradições empíricas com combinação de métodos: os estudos envolvendo grupos de discussão – com formatos diversos como grupo focal, minipúblicos, assembleias de cidadãos etc. – e estudos com material dos *media* ou de plataformas digitais. Seja como for, "as pesquisas de métodos mistos que combinam abordagens quantitativas e qualitativas têm sido defendidas por colocar ênfase dupla no procedimento de análise e na compreensão contextual dos dados". (SUN, 2017, p. 146) Uma vez que os métodos carregam consigo premissas conceituais distintas, é importante que os pesquisadores apresentem com clareza o propósito que guia a articulação dos métodos.

Grupos de discussão: a combinação de questionários, dados estatísticos descritivos, entrevistas e análise de conteúdo

Estudos envolvendo grupos de discussão possuem longa tradição, como indicado nos capítulos 1 e 9. As iniciativas de deliberação envolvem fóruns com distintos formatos de minipúblicos, com diferente composição (participação de cidadãos, pesquisadores e agentes públicos) e propósitos empíricos variados. É comum que uma mesma experiência seja alvo de diferentes pesquisas, com uma gama de métodos quantitativos e qualitativos diferentes reunidos em livros, coletâneas ou em um conjunto de artigos – é o caso, por exemplo, de *Designing deliberative democracy: the British Columbia citizens' assembly* (WARREN; PEARSE, 2008) e de "Deliberative polling". (FISHKIN, 2009) A maior parte desses estudos se baseia em dados sociodemográficos e estatísticos sobre os participantes, técnicas de observação e questionários aplicados em diversos momentos do evento. Nesse contexto, os dados estatísticos descritivos são importantes para avaliar se a amostra dos participantes é representativa demograficamente (FISHKIN, 2018b), tanto em termos de tamanho quanto de estratificação. Através de questionários, os pesquisadores podem examinar fatores concernentes às opiniões e preferências dos participantes, seus usos dos *media* e fonte de informação, mudança de opinião e avaliações sobre a própria iniciativa em tela. Combinar questionários com dados estatísticos descritivos permite avaliar o que Fishkin (2018b) chama de "representatividade atitudinal", isto é, a representatividade das opiniões, dos pontos de vista

e das atitudes dos grupos de discussão em relação a uma dada população. Estudos que não possuem a pretensão de generalização frequentemente utilizam técnicas de observação e entrevistas, conjugadas com análise de conteúdo das discussões e questionários aplicados antes e depois da discussão. Essa combinação é útil para explorar distintos aspectos da discussão: a natureza dos argumentos, o processamento de desacordos e/ou a produção de consensos; se a participação se deu de maneira igualitária e distribuída ou se um grupo de pessoas dominou a discussão; assimetrias e atitudes relacionadas a gênero, classe, raça etc.; variação nas regras procedimentais da discussão e processos de tomada de decisão, entre outros. (JARAMILLO et al., 2017; MAIA et al., 2017, 2018; STEINER et al., 2017)

Com o desenvolvimento de uma visão mais holística sobre a deliberação, a combinação de métodos passou a ser ainda mais relevante nos últimos anos. Os métodos combinados podem ser úteis nesse contexto de diferentes formas. Dryzek e Tucker (2008) conciliam uma análise micro (entrevistas) e macro (referenciada a sistemas políticos) a fim de comparar "conferências de consenso" realizadas em três países, dando a ver como os minipúblicos têm potenciais diferentes e assumem papéis também diversos nesses diferentes sistemas. Talpin e Wojcik (2010) combinam análise de conteúdo, entrevistas, observação participante e questionários para compreender como, em uma experiência deliberativa sobre mudanças climáticas, diferentes formas de engajamento cívico *online* e *offline* impactam a inclusão, a participação política e o conhecimento dos participantes sobre o tema. Com o avanço dos estudos no campo de iniciativas deliberativas e a correspondente consolidação de determinados métodos – como o Discourse Quality Index (DQI), apresentado no capítulo 2, ou *surveys* e questionários, apresentados no capítulo 5 –, desenhos de pesquisa inovadores frequentemente demandam a colaboração entre pesquisadores versados em diferentes metodologias.

Textos jornalísticos: combinação de enquadramentos, narrativas e análise visual

A combinação de métodos é particularmente útil para realizar comparações sobre material dos *media* em larga escala ou em nível macro – por exemplo, entre países, sistemas políticos ou regiões, entre contextos subnacionais ou, ainda, entre ambientes sociais. Por exemplo, Hartmut Wessler e demais autores (2016), em um projeto de pesquisa denominado

"Eventos midiáticos sustentáveis? A produção e o impacto discursivo de eventos midiáticos sobre as mudanças climáticas", examinaram a cobertura jornalística de cinco edições da reunião da Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clina (UNFCCC) entre 2010-2015 em cinco democracias: Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, Índia, África do Sul e Brasil. (WESSLER et al., 2016; WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2015) A pesquisa incidiu sobre dois jornais da chamada imprensa de qualidade, direcionada a um público de classe média nesses países.[2] Baseada em teorias da esfera pública e debates transnacionais, essa pesquisa, ao comparar a cobertura jornalística e práticas comunicativas de um evento que atrai forte atenção global, em países com diferentes sistemas dos *media*, culturas e mercado, permitiu investigar uma dimensão supranacional de conexão de discursos sobre mudanças climáticas e práticas comunicativas de integração global e, paralelamente, uma dimensão subnacional, em que arranjos institucionais, estilos narrativos e contextos sociais são importantes para interpretar e explicar as diferenças observadas. (LÜCK et al., 2018; LÜCK; WOZNIAK; WESSLER, 2016; LYCARIÃO; MAIA, 2015; LYCARIÃO; WOZNIAK, 2017) Foram realizadas mais de 100 entrevistas, conduzidas durante as conferências realizadas em 2010 (Cancún), 2011 (Durban), 2012 (Doha), 2013 (Varsóvia) e 2015 (Paris), com jornalistas e delegações dos cinco países que são alvo da pesquisa e de agências de notícias transnacionais – Associated Press (AP) e Reuters –, bem como com representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) transnacionais – Climate Action Network, Friends of the Earth, Climate Analytics, Global Call for Climate Action, Greenpeace, One World, Oxfam e World Wildlife Fund (WWF).

As pesquisas estruturadas para comparação focada devem preencher alguns requisitos. (ESSER; HANITZSCH, 2012; GEORGE; BENNETT, 2005; HAGUE; HARROP, 2010) Primeiro, a investigação deve se ancorar em um objeto passível de ser comparado – no caso, cobertura jornalística sobre o encontro da COP em cinco países. Segundo, o pesquisador deve justificar a seleção dos casos sob escrutínio, de modo a explicitar a natureza desses, isto é, se o caso deve ser visto como "representativo" (ou seja, considerado típico de uma dada questão) ou "prototípico" (com muitas

2 Jornais diários: *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Süddeutsche Zeitung*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *The Times of India*, *The Hindu*, *Hindustan Times*, *Daily Sun*, *The Star*, *The New York Times*, *The Washington Post*.

características semelhantes ao caso representativo, ainda que não alcance todas elas, mas que pode vir a tornar-se um caso típico); "exemplar" (que cria uma categoria própria); "desviante" (cujas características escapam das expectativas correntes) ou um caso "crítico" (aquele que apresenta condições adversas ou desafiadores para um dado processo, ou seja, se uma determinada relação funciona ali, há grandes chances de que irá funcionar em qualquer lugar). (GEORGE; BENNETT, 2005; HAGUE; HARROP, 2010) Na pesquisa em questão, a escolha por jornais produzidos por grandes empresas midiáticas e com ampla circulação, chamadas de imprensa de qualidade, com reportagens detalhadas sobre eventos mundiais, em contraste com tabloides ou jornais sensacionalistas, forneceu um conjunto de expectativas a serem investigadas empiricamente. Para estabelecer as categorias ou as classificações, os pesquisadores frequentemente adotam tipologias existentes na literatura do campo de investigação, em diálogo com estudos prévios. Na pesquisa em questão, podemos citar obras de referência que oferecem uma tipologia sobre distintos sistemas de mídia (HALLIN; MANCINI, 2004, 2011), atitudes profissionais (ESSER, 2008) e classificação de culturas jornalísticas. (PFETSCH; ESSER, 2004, 2014) Por fim, e em terceiro lugar, espera-se que os estudos organizados mediante método de comparação estruturada e focada ofereçam resultados que ajudem a aperfeiçoar as tipologias existentes – com novas nuances, por exemplo – e as teorias em tela.

Um dos principais benefícios da pesquisa comparativa é precisamente o fato de ela propiciar maior generalização dos achados e da validade das interpretações, em contraste com pesquisas desenvolvidas em um único contexto. Ao submeter as teorias a testes em diferentes locais ou situações, os pesquisadores têm melhores condições para questionar premissas ingenuamente aceitas, desafiar concepções eurocentristas ou suposta aplicabilidade universal. Nesse sentido, cabe destacar que as pesquisas comparativas auxiliam os pesquisadores a contextualizar e compreender melhor suas próprias sociedades, ao colocar em perspectiva sistemas sociais e políticos, formas de pensar e agir e, ainda, modos de explicação "naturalizados" no ambiente local.

Análise multimodal

Como indicamos na introdução deste capítulo, a combinação de métodos é particularmente útil para tratar material volumoso em pesquisas comparativas. Wessler e demais autores elaboram uma abordagem de análise de

conteúdo, denominada de "análise multimodal", que congrega três níveis: enquadramentos, narrativas e elementos visuais. (WESSLER et al., 2016; WOZNIAK et al., 2015) Tomando as notícias como unidade de análise, um livro de códigos foi construído, com quase 100 variáveis. As variáveis compreendem: nível visual (variáveis formais como volume, tipo e dimensão da imagem, enquadramento visual, sentido denotativo, estilo); nível da narração (características da narratividade, gênero, caracterização dos personagens e papéis de vilão, herói, vítima); enquadramentos (atores que aparecem nas matérias e seus proferimentos, tipo de enquadramento no que tange à definição do problema, atribuição de causa, consequências, responsabilização e solução proposta).

Para construir as categorias de análise de modo padronizado, e seguir os preceitos de confiabilidade, validade e replicabilidade, os autores reconhecem que é preciso realizar certas simplificações, com perda das nuances próprias das análises com abordagem qualitativa. Não obstante, a análise multimodal apresenta vários benefícios. (WOZNIAK et al., 2014) Primeiro, ao conjugar três dimensões, o estudo oferece uma interpretação mais global das representações que circulam nos *media*, possivelmente mais próxima daquela realizada pelos leitores ordinários, em contraste com análises que se baseiam em um único método. Segundo, essa abordagem cria oportunidade para que o pesquisador estabeleça um rico diálogo entre enquadramentos, narrativas e imagens a fim de oferecer uma análise mais densa e aprofundada sobre o problema em questão. Terceiro, e por fim, a análise multimodal tem boas chances de trazer à tona questões que um único método não permitiria, contribuindo para fazer avançar o estágio de questionamento nesses subcampos de estudo.

Ao combinar métodos, é importante ter em mente que as definições e as operacionalizações dos métodos podem diferir (ou variar) significativamente. Por isso, é recomendável que os pesquisadores justifiquem a escolha dos métodos e, mais especificamente, explicitem as linhas conceituais adotadas como guia do estudo proposto. Por exemplo, as análises de enquadramentos em material jornalístico possuem longa tradição e elas podem ser empregadas para examinar discursos políticos, conteúdos de mídia social, conversas informais etc. Como demonstramos no capítulo 4, os pesquisadores podem seguir operacionalizações baseadas em estratégias indutivas ou dedutivas e focalizar conteúdos manifestos ou significados latentes. (DAVID; BADEN, 2017; MATTHES; KOHRING, 2008) A literatura oferece diferentes tipologias de enquadramento, em adição

à tipologia proposta por Entman (1993), adotada por Hartmut Wessler e demais autores (2016) na pesquisa citada anteriormente. A depender do interesse do estudo, os pesquisadores podem observar na cobertura jornalística enquadramentos "episódicos" em contraste com "temáticos" (IYENGAR, 1991); "enquadramentos de questões específicas" *versus* "enquadramentos de questões genéricas" (DE VREESE, 2005; SEMETKO; VALKENBURG, 2000); enquadramentos "noticiosos" *versus* "interpretativos" (CAPPELLA; JAMIESON, 1997); ou enquadramentos da política como um "jogo estratégico", de perdas e ganhos, em contraste com enquadramentos da política como "questões substantivas, de interesse coletivo". (AALBERG; STRÖMBACK; DE VEREESE, 2011)

Algo semelhante pode ser dito sobre as possibilidades de aplicação do conceito de narrativa em pesquisas empíricas. Com base na teoria literária e análise fílmica, o esquema analítico baseado na narratologia possui longa tradição nos estudos sobre os *media*. (BENNETT; EDELMAN, 1985; GILLESPIE, 2012; VAN KRIEKEN; SANDERS, 2019; ZELIZER, 1993) Por exemplo, estudos que tratam o texto jornalístico como uma narrativa podem focalizar diferentes elementos:

a. Estilos de narração: os jornalistas, como narradores, se posicionam em seus textos e podem adotar um estilo narrativo realista e objetivo (caracterizado por um narrador onisciente e técnicas narrativas associadas ao realismo social) ou um estilo narrativo fenomenológico e reflexivo (caracterizado pela reflexão sobre o assunto, a exploração de personagens e a interação entre eles). (ROBERTS; GILES, 2014)

b. Elementos dramatúrgicos: a partir da perspectiva dramatúrgica, pode-se dizer que as estórias (ou narrativas) constituem, em grande medida, o conteúdo da vida política dentro de um todo social. Estudos sobre a narrativa jornalística visam elucidar a estrutura das histórias nas notícias, a relação entre os personagens posicionados em diferentes situações, enredos e ambiência.

c. Papéis ou performances: as narrativas jornalísticas posicionam os atores, com papéis variados, tal como heróis e vilões, no desenrolar da trama. Para propósitos analíticos, as personificações são construídas de maneira ativa e pragmática, a partir das conceptualizações do drama e do encadeamento ou sequenciamento de acontecimentos. As narrativas comunicam às suas audiências e, ao mesmo tempo, sustentam sentimentos de "nós"/"eles" e configuram um sentimento ampliado de

> "comunidade imaginada", de modo dinâmico e processual. (HARTLEY, 2016)

A partir do conceito de narrativa, pesquisas com diferentes interesses, incluindo questões sobre factualidade, fidedignidade ou imparcialidade do jornalismo, oferecem importantes *insights* para investigar discussões e debates públicos. Como apontado acima, para combinar métodos, é importante ter em mente que as análises derivadas dos conceitos que orientam os métodos empregados não se sustentam de maneira isolada, mas devem, ao invés disso, propiciar reflexões multidimensionais.

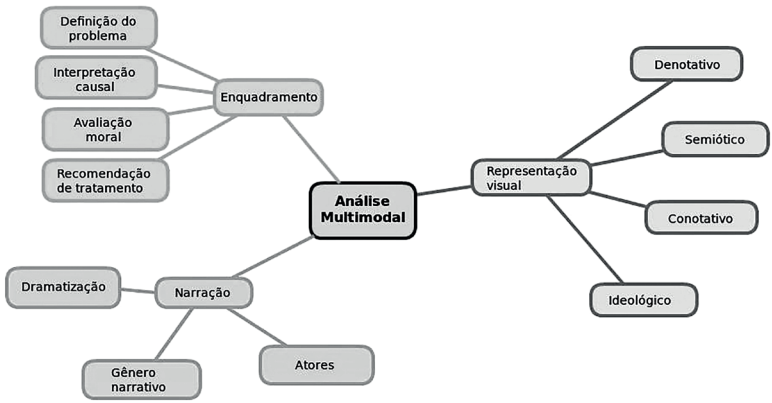
Exemplo 1: Aplicação de análise multimodal

Uma pesquisa sobre a cobertura jornalística do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff utilizou a análise multimodal para compreender as relações de poder existentes entre grupos políticos adversários no Brasil.[3] Desenvolvida pelo grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa), a metodologia foi aplicada a um *corpus* de 2.202 notícias publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* entre 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período que corresponde desde a abertura do processo na Câmara dos Deputados até a deposição definitiva pelo Senado Federal.

Como se tratava de um cenário de disputa política, uma abordagem que considerasse apenas o enquadramento noticioso simples correria o risco de, ao evidenciar apenas um dos vários processos de construção da notícia, oferecer mais uma interpretação que poderia pender para este ou aquele lado. Por esse motivo, a análise de enquadramento multimodal se apresentou como uma garantia de maior confiabilidade para o tratamento dos dados. Essa análise abrange, assim, as representações visuais e textuais da informação, bem como as duas possíveis construções comunicativas da notícia, quais sejam, o enquadramento e a narrativa, conforme ilustra a Figura 1.

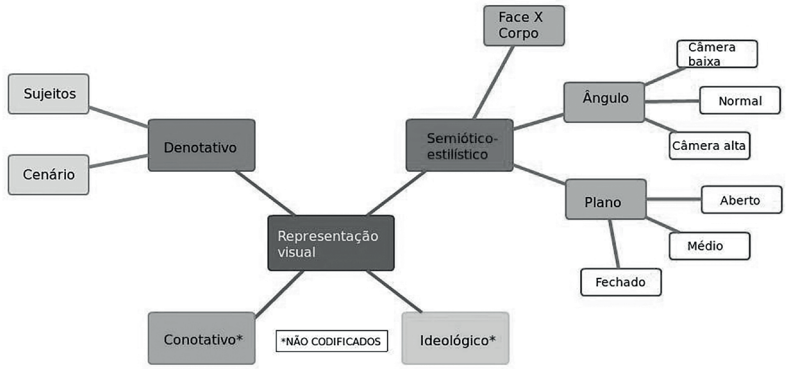
3 Foram definidas 36 variáveis, divididas entre os três modos de enquadramento. O livro de códigos pode ser acessado aqui: https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27.

Figura 1 – Análise multimodal



Fonte: Compa (2016).

Figura 2 – Análise de enquadramento visual



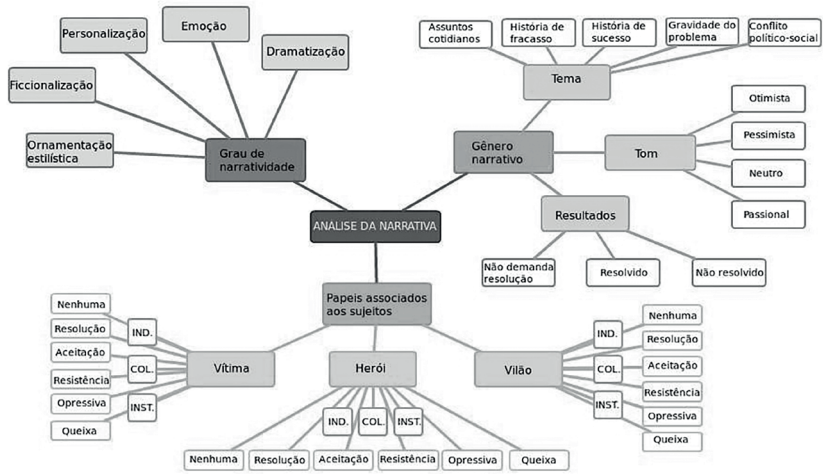
Fonte: Compa (2016).

No nível de enquadramento noticioso foram cinco variáveis consideradas: atores, definição do problema, causas do problema, julgamento moral e recomendação de tratamento. A análise revelou que as notícias deram um espaço ligeiramente maior para o grupo favorável ao *impeachment* (representado pelo então vice-presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados e apoiadores) contra o grupo contrário (a própria presidente Rousseff, seu partido e aliados), o que está de acordo

com a definição do *impeachment* como um caso de briga política e crise dela decorrente, e não de um processo excepcional em democracias. Curiosamente, a causa do problema é localizada também na disputa, num tratamento noticioso que se apoia no recurso dos "dois lados". Com julgamento moral quase ausente, quando evidente tende a mostrar a presidente como responsável pelo seu próprio destino. Por último, a recomendação de tratamento também pouco foi acionada nas notícias e nas poucas vezes em que foi identificada houve um sutil direcionamento para a consolidação do impedimento da presidente. (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017)

A análise de enquadramento visual segue as categorias definidas por Rodriguez e Dimitrova (2011), que procuram definir os aspectos das imagens que podem ser observados. Assim, os níveis denotativo (descrição da imagem) e semiótico-estilístico (composição da imagem) podem ser codificados por variáveis, enquanto os níveis conotativo (significados dos objetos) e ideológico (leitura cultural) precisam de análise interpretativa combinada. A Figura 2 mostra a representação do processo de análise.

Figura 3 – Análise de enquadramento narrativo



Fonte: Compa (2016).

Com predominância do plano médio nas fotos que acompanhavam as notícias sobre o *impeachment* – mais da metade do universo –, as imagens retratam os personagens das notícias sem cenário e em ambientes

fechados em 65,4% do *corpus*. Esse dado permite reforçar a inferência das variáveis codificadas nos níveis conotativo e ideológico, tendo a cobertura apresentado o processo como mera disputa entre dois grupos adversários, enquadrando o acontecimento como um problema de gabinete.

O enquadramento narrativo, por sua vez, permitiu observar a forma como a história do *impeachment* foi contada. Nesse modo, há o maior número de variáveis, conforme representado na Figura 3.

Sob a perspectiva narrativa, a análise demonstrou que quase metade das notícias foi focada em personagens, em suas ações e em suas declarações, o que indica um alto grau de narratividade pela personalização. Os acontecimentos são sempre narrados a partir da fala de um ator; no caso dessa cobertura, Michel Temer – o vice-presidente que assume na vacância de Dilma Rousseff – é o personagem principal. Na medida em que os personagens são posicionados, esses acabam por assumir um papel de vítima, vilão ou herói, mas numa proporção muito pequena do *corpus* e com oscilação entre os personagens, que ora eram tratados como um, ora como outro. Dilma Rousseff é um caso à parte: no início do processo foi tratada como vilã (crise econômica), depois como vítima do processo e ao final como heroína que resistiu ao processo. (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2019)

O que a pesquisa permitiu compreender foi que o jornalismo profissional deu legitimidade ao *impeachment* justamente ao não ressaltar a série de problemas que um processo como esse acarreta para a democracia. Com base no modelo de notícia "neutra", dando espaço para dois lados, uma análise que considerasse apenas o que estava escrito não alcançaria o enquadramento que o conjunto dos principais jornais brasileiros deu ao acontecimento. Notícia a notícia, não era possível inferir que houve enviesamento da cobertura, na medida em que essa seguiu os protocolos da produção. Somente com a triangulação entre enquadramento noticioso, narrativo e visual foi possível demonstrar que a cobertura, se não foi favorável, foi conivente com um processo viciado e, nesse sentido, normalizou um acontecimento único e com grandes repercussões, contribuindo assim para o desfecho que teve. (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017)

Exemplo 2: Discussões em plataformas digitais: combinação de análise de enquadramento com análise de conteúdo

Um bom exemplo de análise de plataformas digitais que busca combinação de métodos, incluindo uma amostra representativa para permitir inferências de uma população maior, é um estudo desenvolvido

por Choucair (2018) – ver também Choucair, Maia e Vimieiro (2018). Focalizando um debate temático específico – um projeto de lei que propõe uma criminalização mais rígida do aborto no Brasil (Projeto de Lei nº 5.069/2013) –, esse estudo investigou correlações entre justificativas expressas em discussões informais *online* de cidadãos na periferia do sistema político e aquelas expressas por representantes em legislaturas no centro do sistema político. Priorizando processos coletivos de trocas de razão (BOHMAN, 2012; MAIA 2012; SAWARD, 2009), essa pesquisa utilizou a análise de conteúdo conjugada com análise de enquadramento. Para tratar do debate em arenas formais e informais, ao longo de um ano, os dados incluíram (i) atos de fala de representantes políticos em três reuniões deliberativas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, que votaram para a constitucionalidade do projeto de lei, e (ii) postagens e comentários sobre respeito ao referido projeto de lei no Facebook, abrangendo uma ampla gama de atores. São eles: cidadãos comuns, membros de organizações de movimentos sociais, líderes religiosos, especialistas, representantes políticos e celebridades.

Como ponto de partida, essa pesquisa precisou lidar com o problema da seleção de páginas no cenário das plataformas digitais – um dos desafios centrais na pesquisa atual, dado o grande número de configurações *online*. Um mapeamento em quatro etapas foi feito para listar as principais páginas do Facebook que abordam o tema da criminalização do aborto. As etapas foram: (i) referências bibliográficas, ou seja, a extração de uma listagem de atores sociais importantes na discussão sobre o aborto no Brasil a partir de artigos, capítulos e livros que investigam o tema, (ii) pesquisa por palavras-chave, (iii) listagem das páginas compartilhadas pelas páginas já mapeadas, (iv) listagem das páginas curtidas pelas páginas já mapeadas. Após tais etapas, mapeamos, no total, 1.158 páginas do Facebook dos diferentes atores. Dessas páginas, um total de 310.151 postagens foram coletadas e submetidas a uma filtragem por palavras-chave, resultando em 58.989 postagens sobre o tema. Para lidar com um número gerenciável de observações, construímos uma amostra probabilística de comentários e postagens. Os comentários foram coletados apenas nos *posts* selecionados randomicamente na amostra (382 *posts*). Considerando o número de comentários dos *posts* da amostra, o número estimado de comentários sobre o total de postagens sobre o tema foi de 3.009.677. Em resumo, supomos que as postagens nessa ampla gama de páginas e seus comentários de usuários associados provavelmente reflitam as diversas

orientações ideológicas e a pluralidade ética incorporadas na esfera pública da sociedade brasileira.

Esse estudo combinou análise de conteúdo para examinar argumentos e análise de enquadramento. Construímos um livro de códigos com 19 variáveis para capturar a posição, os argumentos (prós e contras) e os elementos do enquadramento – definição do problema referente ao tópico e ao ator (MATTHES; KOHRING, 2008) –; julgamentos morais (positivos/negativos); diagnóstico de causas e sugestão de soluções. (ENTMAN, 1993)

A análise dos argumentos permite revelar quais as justificativas levantadas pelos atores sociais e as diferenças entre as razões apresentadas por cada lado em cada ambiente (formal e informal), tal como discutido no capítulo 3. Contudo, a análise de conteúdo por si só não é suficiente para compreender perspectivas mais amplas sobre questões controversas. Nesse sentido, a análise de enquadramento oferece análises mais macro de perspectivas e esquemas interpretativos, como os "princípios organizadores" que as pessoas usam para estruturar o significado e dar sentido aos eventos correntes e às suas experiências (DRUCKMAN, 2004; ENTMAN, 1993; GOFFMAN, 1974; KAHNEMAN; TVERSKY, 1984; MAIA; VIMIEIRO, 2013; MATTHES; KOHRING, 2008), como apresentado no capítulo 4.

A combinação da análise de argumentos e enquadramentos permite a investigação dos discursos com mais detalhes, em diferentes escalas, dentro de configurações e contextos distintos. Nessa pesquisa, a análise de argumentos indicou que uma ampla diversidade de questões sobre a criminalização do aborto foi discutida no Facebook, como a vulnerabilidade de mulheres negras e de mulheres pobres no acesso ao aborto, as controvérsias científicas sobre o início da vida e a autonomia e liberdade de escolha sobre o próprio corpo. Enquanto isso, os representantes políticos se concentraram nos argumentos envolvendo o Projeto de Lei nº 5.069/2013 de forma mais restrita. Uma ampla gama de argumentos foi empregada pelos usuários do Facebook, enquanto apenas alguns desses argumentos foram expressos por representantes políticos. Esses resultados não permitem fazer inferências sobre a desconexão discursiva entre a sociedade civil e o centro do sistema político, uma vez que os representantes eleitos podem "filtrar" uma infinidade de questões sobre debates polêmicos e fornecer justificativas sintetizadas. Ao examinar os enquadramentos empregados em ambientes formais e informais, no entanto, dois resultados notáveis vieram à tona: enquanto a questão do aborto foi principalmente enquadrada como uma questão pertencente às preocupações

das mulheres (38%) nas discussões do Facebook – um padrão observado em ambos os lados do debate, isto é, entre os debatedores a favor e contra a criminalização do aborto –, os debates no Legislativo raramente usaram esse enquadramento (15%); além disso, os atores sociais no Facebook enquadravam a questão significativamente mais como uma questão religiosa (25% dos casos) do que no Parlamento (8%). Essa discrepância sugere uma desconexão no esquema interpretativo empregado pelos cidadãos e atores sociais e seus representantes políticos.

Referências

AALBERG, T.; STRÖMBÄCK, J.; DE VREESE, C. H. The framing of politics as strategy and game: a review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 162-178, 2012.

BENNETT, W. L.; EDELMAN, M. Toward a new political narrative. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 35, n. 4, p. 156-171, 1985.

BOHMAN, J. Representation in the deliberative system. *In*: MANSBRIDGE, J.; PARKINSON, J. (ed.). *Deliberative systems*: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 72-94.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. *Spiral of cynicism*: the press and the public good. New York: Oxford University Press, 1997.

CHOUCAIR, T.; MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Deliberation across Arenas: why frame analysis matters in a systemic approach to deliberation. *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 25., 2018, Brisbane. *Proceedings [...]*. Brisbane: IPSA, 2018.

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA [COMPA]. [*S. l.*]: UFPR, 2016.

CRESWELL, J. W. A framework for design. *In*: CRESWELL, J. W. *Research design*: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2003. p. 9-11.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. *Designing and conducting mixed methods research*. California: Sage Publications, 2007.

DAVID, C. C.; BADEN, C. Frame analysis. *In*: MATTHES, J. *The international encyclopedia of communication research methods*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2017. p. 1-22.

DE VREESE, C. H. News framing: theory and typology. *Information Design Journal & Document Design*, [*s. l.*], v. 13, n. 1, p. 51-62, 2005.

DRYZEK, J. S.; TUCKER, A. Deliberative innovation to different effect: consensus conferences in Denmark, France, and the United States. *Public Administration Review*, [*s. l.*], v. 68, n. 5, p. 864-876, 2008.

DRUCKMAN, J. N. Political preference formation: competition, deliberation, and the (ir) relevance of framing effects. *American Political Science Review*, [*s. l.*], v. 98, n. 4, p. 671-686, 2004.

ENTMAN, R. M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. *In*: MCQUAIL, D. (ed.). *McQuail's reader in mass communication theory*. London: Sage Publications, 1993. p. 390-397.

ESSER, F. Dimensions of political news cultures: sound bite and image bite news in France, Germany, Great Britain and the United States. *International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 13, n. 4, p. 401-428, 2008.

ESSER, F.; HANITZSCH, T. (ed.). *Handbook of comparative communication research*. New York: Routledge, 2012.

FISHKIN, James S. Virtual public consultation: prospects for internet deliberative democracy. *In*: GANGADHARAN, S. P.; DAVIES, T. (ed.). *Online deliberation*: design, research, and practice. Stanford, CA: CSLI Publications, 2009. p. 23-35.

FISHKIN, J. S. *Democracy when the people are thinking*: revitalizing our politics through public deliberation. New York: Oxford University Press, 2018a.

FISHKIN, J. S. Deliberative polling. *In*: BÄCHTIGER, A. *et al.* (ed.). *The Oxford handbook of deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018b. p. 315-328.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*: an essay on the organization of experience. New York : Harper & Row, 1974.

GILLESPIE, B. Building bridges between literary journalism and alternative ethnographic forms: opportunities and challenges. *Literary Journalism Studies*, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 67-80, 2012.

HAGUE, R.; HARROP, M. *Comparative government and politics*: an introduction. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. *Comparing media systems*: three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. (ed.). *Comparing media systems beyond the Western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HARTLEY, J. Narrative, Political. *In*: MAZZOLENI, G (ed.). *The international encyclopedia of political communication*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2016. p. 849-857.

IYENGAR, S. *Is anyone responsible?*: how television frames political issues. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

JARAMILLO, M. C. *et al*. For more transparency in deliberative research: implications for deliberative praxis. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 1-8, 2017.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Choice, values, and frames. *American Psychologist*, [*s. l.*], v. 39, n. 4, p. 342-350, 1984.

LÜCK, J.; WOZNIAK, A.; WESSLER, H. Networks of coproduction: how journalists and environmental ngos create common interpretations of the UN climate change conferences. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 21, n. 1, p. 25-47, 2016.

LÜCK, J. *et al*. Counterbalancing global media frames with nationally colored narratives: a comparative study of news narratives and news framing in the climate change coverage of five countries. *Journalism*, [*s. l.*], v. 19, n. 12, p. 1635-1656, 2018.

LYCARIÃO, D.; MAIA, R. C. M. A COP-15 sob holofotes mediáticos: modos e níveis de intervenção política do jornalismo no sistema de mídia brasileiro. *E-Compós*, Brasília, DF, v. 18, n. 1, jan./abr. 2015.

LYCARIÃO, D.; WOZNIAK, A. The prism of the public sphere: the COP15 coverage by the Brazilian media system. *Journal of Public Deliberation*, [*s. l.*], v. 13, n. 1, p. 1-27, 2017.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Recognition and moral progress: a case study about discourses on disability in the media. *Political Studies*, [*s. l.*], v. 63, n. 1, p. 161-180, 2013.

MAIA, R. C. M. *et al*. Authority and deliberative moments: assessing equality and inequality in deeply divided groups. *Journal of Deliberative Democracy*, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 1-32, 2017.

MAIA, R. C. M. *et al*. Deliberation across a space of reasons: assessing epistemic changes in group discussions. *Human Communication Research*, [*s. l.*], v. 44, n. 4, p. 399-426, 2018.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

PFETSCH, B.; ESSER, F. (ed.). *Comparing political communication*: theories, cases, and challenges. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PFETSCH, B.; ESSER, F. Political communication in comparative perspective: key concepts and new insights. *In*: REINEMANN, C. (ed.). *Political communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2014. p. 87-106.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff. *Revista Contracampo*, Niterói, RJ, v. 37, n. 2, p. 8-36, 2018.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, set./dez. 2017.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do *impeachment*. *In*: GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. (org.). *Desconstruindo uma queda*: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff. Florianópolis: Insular, 2019. p. 84-95

ROBERTS, W.; GILES, F. Mapping nonfiction narrative: a new theoretical approach to analyzing literary journalism. *Literary Journalism Studies*, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 100-117, 2014.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. V. The levels of visual framing. *Journal of Visual Literacy*, [*s. l.*], v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

RONKAINEN, S. Goals, tasks and uses of knowledge: mixing methodologies in interdisciplinary research. *In*: BRUSILA, R.; JUNTTI-HENRIKSSON, A.-K.; VANHANEN, H. (ed.). *Integrated media in change*. Rovaniemi: Lapland University Press, 2015. p. 13-36.

SAWARD, M. Authorisation and authenticity: representation and the unelected. *Journal of Political Philosophy*, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p. 1-22, 2009.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing European politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, [*s. l.*], v. 50, n. 2, p. 93-109, 2000.

STEINER, J. *et al*. *Deliberation across deeply divided societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SUN, Y. Coding, Fixed. *In*: ALLEN, M. (ed.) *The sage encyclopedia of communication research methods*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2017. p. 1-33.

TALPIN, J.; WOJCIK, S. Deliberating environmental policy issues: comparing the learning potential of online and face-to-face discussions on climate change. *Policy & Internet*, [*s. l.*], v. 2, n. 2, p. 61-93, 2010.

TASHAKKORI, A.; TEDDLIE, C. Issues and dilemmas in teaching research methods courses in social and behavioral sciences: US perspective. *International Journal Of Social Research Methodology*, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 61-77, 2003.

VAN KRIEKEN, K.; SANDERS, J. Smoothly moving through mental spaces: linguistic patterns of viewpoint transfer in news narratives. *Cognitive linguistics*, [*s. l.*], v. 30, n. 3, p. 499-529, 2019.

VAN KRIEKEN, K. What is narrative journalism? A systematic review and an empirical agenda. *Journalism*, [*s. l.*], v. 22, n. 6, p. 1393-1412, 2019.

WARREN, M. E.; PEARSE, H. (ed.). *Designing deliberative democracy*: the British Columbia citizens' assembly. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WESSLER, H. *et al*. Global multimodal news frames on climate change: A comparison of five democracies around the world. *The International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 21, n. 4, p. 423-445, 2016.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, stories, and images: the advantages of a multimodal approach in comparative media content research on climate change. *Environmental Communication*, [*s. l.*], v. 9, n. 4, p. 469-490, 2015.

ZELIZER, B. Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Media Communication*, [*s. l.*], v. 10, n. 3, p. 219-237, 1993.

Análise de redes

Neylson Crepalde
Tariq Choucair
Diógenes Lycarião
Marcelo Alves
Rousiley C. M. Maia

Introdução

A análise de rede é um método amplamente utilizado em pesquisas científicas de diversas disciplinas acadêmicas e tem alta relevância tanto nas ciências naturais quanto nas sociais. O que importa nesse tipo de análise são as relações, conexões ou interações entre elementos (também chamados de unidades ou nós), que variam de acordo com o objetivo da pesquisa. Pode-se estudar, por exemplo, as redes formadas por cidades, empresas, animais, plantas, células, acontecimentos, mensagens, pessoas etc. Os elementos (ou unidades, ou nós) estão ligados por linhas (ou arestas), que podem significar diferentes tipos de relações: amizade, compra e venda, conversação, consumo etc.

No caso das ciências sociais, a análise de rede é fundamental, já que essa se baseia na

"noção de que os indivíduos estão inseridos em densas teias de relações e interações sociais". (BORGATTI et al., 2009) O potencial dessa análise reside no fato de que esse é "um meio muito sistemático de examinar a configuração geral das relações dentro dos sistemas sociais". (JOHNSON, 2017) No campo da comunicação, a análise de rede é utilizada para observar, entre outros exemplos, as interações *online* entre indivíduos, as conexões entre veículos midiáticos e os relacionamentos entre organizações e cidadãos. A seguir apresentamos as bases teóricas desse método; como foi sua inserção nas pesquisas de mídia, ambientes digitais e comunicação política; e como utilizá-lo. Terminamos mostrando três exemplos de pesquisas empíricas em que a análise de rede foi fundamental para responder perguntas importantes para o campo da comunicação.

Bases teóricas

Nas ciências sociais, a análise de redes – ou sociologia neoestrutural, como também ficou conhecida – enxerga o mundo social como estruturas interconectadas compostas por laços sociais. (NOOY; MRVAR; BATAGELJ, 2011) Nessa abordagem são comumente utilizados dois tipos de dados: os atributos, características e informações gerais sobre cada indivíduo ou entidade a ser estudada, e os dados relacionais, laços, relacionamentos que interligam indivíduos.

Quando a unidade individual da rede em questão são pessoas, normalmente observamos informações como a idade, o sexo, cor da pele, renda, anos de escolaridade etc. Se a rede é composta por organizações, por exemplo, é comum observarmos orçamento anual, quantidade de funcionários, valor de custo fixo ou receitas. (CREPALDE, 2019, p. 24) Esses seriam exemplos de atributos de entidades investigadas num estudo com análise de redes. Já o dado relacional não pode ser reduzido a uma propriedade de um indivíduo, mas, ao invés disso, consiste em algo que conecta dois ou mais indivíduos. A observação do dado do tipo relacional consiste, para Lazega e Higgins (2014), em um grande diferencial da sociologia neoestrutural. Isso porque essa abordagem permite investigar processos sociais como transferência de recursos, sistemas de comunicação, difusão da informação, seleção social, dentre muitos outros.

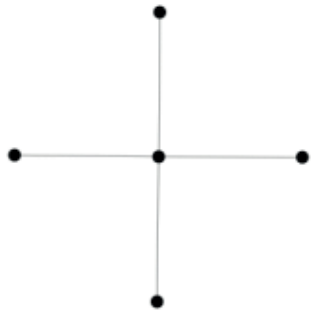
Representação

As redes são representadas predominantemente de duas maneiras: como matrizes e como grafos. As matrizes de redes (também conhecidas como matrizes de adjacências) são sempre quadradas de tamanho *m* x *m*, em que as linhas e colunas representam cada entidade na estrutura. Apresentamos a seguir uma matriz binária M_1, em que as células possuem apenas valores de 0 ou 1, mostrando a existência ou não de laços entre os indivíduos.

$$M_1 = \begin{pmatrix} 0 & 1 & 1 & 1 & 1 \\ 1 & 0 & 0 & 0 & 0 \\ 1 & 0 & 0 & 0 & 0 \\ 1 & 0 & 0 & 0 & 0 \\ 1 & 0 & 0 & 0 & 0 \end{pmatrix}$$

Podemos observar na Figura 1 a mesma matriz de adjacências, mas representada como grafo.

Figura 1 – Grafo



Fonte: elaborada pelos autores.

Note que as estruturas representadas anteriormente são redes não direcionadas, que não possuem uma direção clara do laço. Esse é o caso, por exemplo, de laços de casamento ou parentesco (não é possível o indivíduo A ser casado com o indivíduo B e o indivíduo B não ser casado com o indivíduo A). Já os laços direcionados representam uma relação que possui

uma direção intrínseca, como compra e venda, envio de *e-mails* ou pedidos de conselhos.

A matriz de adjacências M_2 a seguir mostra uma rede direcionada e valorada (ou ponderada), ou seja, uma rede na qual os relacionamentos não são binários, pois possuem um peso atribuído. Esse peso pode ser um volume de transações financeiras, quantidade de *e-mails* enviados etc.

$$M_2 = \begin{pmatrix} 0 & 1 & 2 & 0 & 1 \\ 1 & 0 & 0 & 1 & 0 \\ 2 & 1 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 3 & 0 & 0 \\ 3 & 0 & 0 & 1 & 0 \end{pmatrix}$$

A Figura 2 a seguir apresenta a mesma rede em um grafo com os pesos dos laços exibidos na espessura das linhas.

Figura 2 – Grafo direcionado e valorado

Fonte: elaborada pelos autores.

Métricas e mensurações

A análise de redes permite uma ampla gama de investigações, a partir da análise da topologia da estrutura em questão. Trata-se de uma análise descritiva do grafo, sobretudo com base em métricas específicas dessa metodologia. Utilizando a matriz de adjacências, é possível calcular a distância

geodésica entre dois vértices *i* e *j*, ou seja, a distância mais curta entre esses dois vértices. Quando a distância geodésica é pequena, podemos considerar que os vértices em questão são próximos; e quando é longa, podemos considerá-los como distantes. Perceba que a distância geodésica nada tem a ver com distância física, uma vez que ela é calculada com base no número de "passos" ou outras entidades que separam os vértices em questão. Da mesma forma, podemos calcular o diâmetro da rede, ou seja, a maior distância geodésica observada entre dois vértices na estrutura.

A densidade é uma métrica importante da análise de redes e representa, de modo geral, o quão conectada a estrutura é. A métrica é calculada tomando-se o número de laços observados sobre o número de laços possíveis, formalmente, em que g é o número de vértices e L é o número de laços observados. Essa métrica tende sempre a diminuir quando aumenta o tamanho da rede. (LAZEGA; HIGGINS, 2014)

$$\delta = \frac{L}{g(g-1)}$$

As medidas de centralidade são essenciais nos estudos de redes e nos apresentam um escore que permite classificar o quão "importante" cada nó é dentro da estrutura, de acordo com o critério escolhido. Essas medidas normalmente se relacionam com os conceitos de prestígio e atividade. No caso das redes direcionadas, é comum afirmarmos que um indivíduo possui alto prestígio quando recebe muitos laços e que um indivíduo é muito ativo na rede quando envia muitos laços. Nos casos das redes não direcionadas não é possível fazer essa distinção, visto que o laço não possui direção intrínseca. Nesses casos, falamos de uma maneira mais geral sobre a importância da entidade na estrutura.

As três medidas de centralidade mais comuns são a centralidade de grau (*degree centrality*), a centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) e a centralidade de proximidade (*closeness centrality*).

A centralidade de grau é dada pelo número de conexões que um indivíduo possui. No caso das redes ponderadas, essa centralidade será definida pelo somatório dos pesos dos laços que possui. Desse modo, quanto mais fortes forem os laços de um indivíduo, mais central ele será. "A centralidade de proximidade de um ator é medida pelo número mínimo de passos que ele deve fazer para entrar em contato com outros atores no

sistema". (LAZEGA; HIGGINS, 2014, p. 43) Formalmente, a métrica pode ser definida da seguinte maneira:

$$C_{pro} = \frac{1}{\sum_{j=i}^{g} d_{ij}}$$

em que d_{ij} representa a distância geodésica entre os indivíduos i e j. $\sum_{j=i}^{g} d_{ij}$ representa a distância total entre o indivíduo *i* e todos os outros, de modo que o somatório se efetua para todos os casos em que $j \neq i$. Em suma, essa métrica se trata do inverso da soma das distâncias entre o indivíduo *i* e todos os demais.

Já a centralidade de intermediação se baseia na premissa de que dois indivíduos podem ser intermediados por um terceiro que funciona como uma "ponte". Essa posição é privilegiada na estrutura, levando em conta que ela pode dar ao indivíduo a chance de controlar ou até mesmo de interromper o fluxo de informações ou recursos. Quanto mais intermediações um vértice realiza, mais central ele é. Formalmente, podemos definir a métrica da seguinte maneira:

$$C_{inter} = \frac{\sum_{j<k} g_{jk}(i)}{g_{jk}}$$

para todo $i \neq j, k$. O índice representa a proporção de distâncias geodésicas entre *j* e *k* que passam por *i*. O g_{jk} representa o conjunto de todas as distâncias geodésicas entre *j* e *k*. O $g_{jk}(i)$ representa todas as distâncias geodésicas entre *j* e *k* que passam pelo vértice *i*.

Para além das medidas de centralidade, Ronald Burt (1982, 1992, 2005) propôs uma medida que levasse em conta, além do posicionamento dos indivíduos, o perfil relacional dos vértices que o cercam. A medida conhecida como *constraint* se baseia na densidade proporcional da sub-rede de cada indivíduo. Mede-se, aqui, a restrição que cada indivíduo *i* exerce sobre *j* através das conexões que *i* possui com *j*, mas também pela força e laços que *j* possui com outros alters de *i*. Esse escore é comumente interpretado como uma medida de autonomia. Desse modo, "[...] autonomia significa, antes de tudo, a capacidade de substituir uma relação por outra; de ter uma alternativa relacional". (LAZEGA; HIGGINS, 2014, p. 71) Quanto maior for a restrição sofrida em um indivíduo por sua rede (ou seja, quanto mais densa for a rede de seus alters), mais "constrangido" ele será. Quanto

menor for essa restrição, maior liberdade de atuação ele possuirá e, consequentemente, mais poderá se aproveitar de benefícios que a estrutura tem a lhe oferecer, sobretudo em termos de informação e controle. Cabe ressaltar que essa é a principal métrica utilizada pelos analistas de redes para mensurar o conceito de capital social.

Formalmente, a densidade proporcional pode ser definida por:

$$p_{ij} = \frac{\sum_j \sum_q \delta_{ij}}{N(N-1)}, \qquad j \neq q$$

A partir dela, podemos calcular o *constraint* que *i* impõe sobre *j* da seguinte maneira:

$$c_{ij} = \left(p_{ij} + \left[\sum_q p_{iq} p_{qj} \right] \right)^2 O_j, \qquad q \neq i, j$$

em que p_{ij} representa a densidade proporcional e O_j é uma medida da organização de indivíduos que pertencem ao mesmo subconjunto de *j*. Somando-se todas as medidas de *constraint* individuais a *i* obtemos o *constraint* agregado.

Para além das métricas de redes aqui citadas, é importante mencionar outros caminhos de investigação. O conceito de equivalência estrutural é um marco para as ciências sociais na medida em que ele permite mensurar e operacionalizar conceitos basilares como papéis sociais. Através desse conceito, é possível identificar indivíduos que cumprem a mesma "função" na estrutura, que desempenham o mesmo papel. Matematicamente, pode-se dizer que esses nós são "intercambiáveis" na estrutura – embora esse tipo de intercâmbio nunca seja de fato observado na vida real, segundo Lazega e Higgins (2014). O conceito é mensurado através da técnica *blockmodeling* ou modelagem de blocos. Para maior aprofundamento nesse método, pode-se consultar Wasserman e Faust (1994) e Scott (2017).

Para além das análises topológicas

Extrapolando as análises que investigam a topologia das redes, é também possível analisar estruturas em grafo de maneira probabilística, utilizando modelagem estatística. Nesse sentido, duas abordagens são comuns.

A primeira abordagem utiliza métricas e escores de redes como variáveis preditoras em modelos estatísticos convencionais. Por exemplo, num estudo em que investiga-se o volume de importação/exportação de cada país, o escore de centralidade pode ser usado como uma covariável para ajudar a predizer o volume financeiro transacionado por aquele país. Num estudo de produtividade acadêmica, o escore final de produtividade pode ser predito utilizando as informações inerentes aos pesquisadores disponíveis junto a um escore de *constraint* (métrica comumente associada à produtividade). Nesse sentido, é importante ter em mente que o uso de várias métricas de redes em um mesmo modelo estatístico pode causar um problema de multicolinearidade no modelo, visto que essas métricas normalmente possuem uma correlação alta. É comum escolher apenas uma métrica, a que faz mais sentido para a análise, e levá-la para o modelo.

A segunda abordagem procura estimar a rede em si a partir de três tipos de parâmetros:

1. as configurações internas da estrutura da rede;
2. os atributos dos nós; e
3. outras redes funcionando como covariáveis.

Nesse tipo de abordagem, não é possível utilizar os modelos estatísticos convencionais, pois a maioria deles se baseia na premissa de independência das observações (GUJARATI; PORTER, 2011), o que não é verdade no caso das redes. A estrutura é interdependente de modo que o simples fato de retirar um nó pode modificar toda a estrutura. Para esses casos, desenvolveu-se uma gama de modelos estatísticos próprios de rede conhecidos como Exponential Random Graph Models (ERGM). (BRAILLY et al., 2017; LAZEGA; HIGGINS, 2014; LUSHER; KOSKINEN; ROBINS, 2013; ROBINS et al., 2007) Essa família de modelos é especialmente útil para identificar e explicar processos sociais que permeiam uma determinada rede.

A inserção nas pesquisas de mídia, ambientes digitais e comunicação política

A análise de rede já é utilizada no campo da comunicação há algumas décadas, mas a internet provocou uma grande proliferação no uso desse método. A própria natureza de rede e a conexão dos ambientes digitais proporcionam uma abordagem alicerçada em *links*, interações e relacionamentos entre páginas, plataformas, *sites*, usuários e conteúdos. A análise de rede "é um método lógico para os pesquisadores de CMC [Computer-Mediated Communication], uma vez que a comunicação mediada ocorre por meio de conexões em rede (por exemplo, a própria internet é uma rede gigante de redes de computadores)". (LEE; PIERCY, 2017)

A análise de rede é amplamente utilizada para tratar diferentes objetos *online*. Por exemplo, nos estudos de *blogs* e *microblogs*, esse método "pode ser usado para rastrear o relacionamento entre grupos de blogueiros que escrevem sobre uma próxima eleição; os blogs se tornam pontos em um gráfico e o relacionamento entre eles se torna linhas que representam uma conexão". (KULOVITZ, 2017) Nesse campo, há uma longa tradição de estudos que mapearam características relacionais de blogosferas na comunicação política (BRUNS et al., 2011), dentre os quais destacam-se aqueles que analisaram os padrões de polarização estrutural entre campos ideológicos, a partir da característica de recomendação entre os *blogs*. (ADAMIC; GLANCE, 2005; ADAMIC; HUBERMAN, 2000)

Todavia, essa abordagem teórico-metodológica recebe grande atenção à medida que cresce a adoção de plataformas de mídias sociais para consumo e distribuição de informação. Especialmente, *sites* de redes sociais possuem características topológicas de criar conexões entre diversos tipos de atores e objetos – o que gera um conjunto de problemas de pesquisa que pode ser explorado pelas técnicas empíricas da análise de redes sociais. (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015) Nesse sentido, surgiram estudos sobre modelos de exposição seletiva no Twitter (HIMELBOIM; SMITH, M.; SHNEIDERMAN, 2013), dinâmicas de coordenação inautêntica no espalhamento de *links* no Facebook durante eleições (GIGLIETTO et al., 2020) e, ainda, investigações sobre o algoritmo de recomendação de vídeos do YouTube. (MATAMOROS-FERNANDEZ et al., 2021)

Como utilizar?

A utilização da análise de redes impõe dois desafios, a saber, a coleta e organização de dados relacionais de maneira inteligível pelos *softwares* especializados e execução de rotinas de análise. Abordamos cada um desses tópicos separadamente.

A coleta de dados

Essencialmente, a coleta de dados relacionais pode ser feita através de *surveys* ou de maneira automatizada buscando dados da internet ou de algum sistema específico de onde desejamos obter as relações entre os indivíduos. Informações sobre esses métodos podem ser obtidas no capítulo 8 (*Surveys*) e no capítulo 9 (Métodos em plataformas digitais).

No caso do *survey*, é importante atentar para a pergunta que vai ser feita ao participante da pesquisa (também conhecida como "gerador de nomes"). O dado construído costuma ser bastante sensível à forma como o gerador de nomes é elaborado. Por exemplo, a pergunta "Para quem você *pediu* ajuda técnica no último mês?" normalmente traz resultados completamente diferentes da pergunta "Para quem você *pediria* ajuda técnica?".

O pesquisador também precisa escolher entre apresentar uma lista completa de nomes para que o entrevistado possa escolher entre eles (o que funciona muito bem para um universo pequeno, mas se torna inviável num cenário com mais de 150 nomes) ou não apresentar nome nenhum (e contar com os vieses cognitivos do respondente). Pode-se também limitar o número de respostas (a três ou cinco respostas, por exemplo) ou deixar o entrevistado livre para dizer quantos nomes desejar. Entre as opções mencionadas, não existe necessariamente uma opção melhor ou pior. A eficácia do método escolhido de coleta depende dos objetivos de pesquisa e do cenário empírico do estudo.

Já a coleta automatizada pode exigir do pesquisador alguma habilidade com técnicas de programação. É comum a utilização das linguagens R ou Python para desenvolver códigos que realizarão a coleta das informações necessárias. Esses dados podem vir de redes sociais, *sites*, *blogs* ou ferramentas de *workspace* de trabalho como *e-mail*, *slack*, *softwares* de mensagens etc. Após coletados, os dados devem ser organizados, primordialmente, no formato de uma matriz de adjacências ou de uma lista de laços, ou seja, uma planilha com duas colunas em que a primeira representa o *sender*, o nó que envia o laço, e a segunda coluna, o *receiver*, o nó

que recebe o laço. Ambas as estruturas podem ser lidas pela maioria dos *softwares* especializados em redes disponíveis.

Softwares para análise de redes sociais

Atualmente, existe uma grande diversidade de ferramentas que podem ser utilizadas para análises de redes. Dentre os mais tradicionais, podemos citar o Ucinet,[1] o Pajek[2] e o Gephi.[3] Todos eles possuem uma interface que facilita a escolha dos algoritmos e métricas a serem calculadas e permitem a elaboração de visualizações elegantes e inteligíveis (com destaque para o Gephi).

Há também bibliotecas robustas e bem consolidadas nas linguagens R e Python para trabalhar com redes. Em R, os pacotes Sna[4] e Igraph[5] são as duas principais escolhas para o trabalho com redes, possibilitando um arcabouço enorme de funções para construir visualizações e cálculos de métricas em redes. Já em Python, a biblioteca mais conhecida para esse fim é a NetworkX.[6]

Vale a pena mencionar ainda outra abordagem que utiliza uma nova tecnologia para análise de redes sociais, o Neo4j.[7] Diferentemente dos outros *softwares* mencionados, Neo4j é uma base de dados que armazena a informação de maneira nativa em rede. Ela é focada em *datasets* bastante grandes e alta performance. A *database* possui uma biblioteca chamada Graph Data Science (GDS), que permite o cálculo das principais métricas de redes, permite executar alguns algoritmos de detecção de comunidades e identificação de *paths*, bem como modelagem estatística. Neo4j possui uma linguagem própria chamada Cypher para a realização de consultas e análises dos grafos.

1 https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home.

2 http://mrvar.fdv.uni-lj.si/pajek/.

3 https://gephi.org/.

4 https://cran.r-project.org/package=sna.

5 https://cran.r-project.org/package=igraph.

6 https://networkx.org/.

7 https://neo4j.com/.

Exemplos de pesquisas empíricas

Abordamos a seguir três exemplos distintos de aplicação da análise de redes. Esses exemplos mostram como a análise de rede possibilita que o pesquisador compreenda os padrões de interação e conexão em ambientes comunicacionais.

Exemplo 1: Conversação entre usuários online

Os procedimentos da análise de rede são usados para entender a estrutura das conversas e debates tanto face a face (como em grupos focais ou reuniões, por exemplo) quanto em ambientes digitais. Para investigar o nível de reciprocidade nas discussões sobre questões polarizadas, Choucair (2022, p. 194) analisou oito anos de debates sobre o aborto em diferentes páginas brasileiras do Facebook. Em termos estruturais, uma discussão pode ser concebida como algo "visualmente comparável a uma rede, na qual todos os participantes estão conectados uns aos outros por meio de suas interações, suas mensagens". Com o objetivo de investigar a reciprocidade nesses debates, o autor utilizou a análise de redes, entre outras abordagens metodológicas. Essa análise permite observar se os usuários estão respondendo uns aos outros ou se ignorando, se eles continuam respondendo ou se abandonam a discussão e, ainda, se apenas alguns usuários respondem ou são respondidos. Nesta pesquisa, foi possível identificar que as arestas unidirecionais, ou seja, quando um usuário responde a outro, foram muito frequentes, o que demonstra o interesse dos usuários em interagir e reagir ao conteúdo postado por outros. Já as arestas bidirecionais, ou seja, quando dois usuários respondem um ao outro reciprocamente, foram mais raras, o que evidencia que o diálogo recíproco é mais difícil de ser encontrado.

Nesta pesquisa, a análise de redes foi combinada com outros métodos – análise de conteúdo (ver capítulo 2) e análise de enquadramento (ver capítulo 4). A integração de métodos permitiu identificar as características discursivas dos comentários mais interligados nas redes de interação e as características dos comentários menos interligados, ou seja, mais isolados, que não respondem e não são respondidos por outros comentários. As mensagens com mais conexões, mais inseridas na rede de respostas, apresentaram características extremas: ou demonstraram uma atitude altamente recíproca (ou seja, um alto nível de respeito, vontade de convencer, interesse pelo outro e escuta), ou demonstraram uma atitude pouco ou

nada recíproca (ou seja, desrespeito, toxicidade, repúdio ou recusa de interação e escuta do outro). As mensagens com menos conexões, mais isoladas na rede de interações, apresentaram uma atitude recíproca mediana (ou seja, sem recusar explicitamente a escuta e o diálogo, mas, também, sem engajar significativamente na interação em questão). Essa análise demonstra que as conexões mais frequentes e profundas entre usuários estão relacionadas a um risco na atitude desses mesmos usuários: ou eles apresentam um engajamento com trocas subsequentes mais consistentes ou eles buscam romper o diálogo.

Exemplo 2: O mundo relacional dos agentes penitenciários

Ribeiro e demais autores (2019) utilizaram a análise de redes para entender como se estrutura o mundo relacional dos agentes penitenciários na região metropolitana de Belo Horizonte, MG. Os autores investigam a hipótese de que o trabalho dos agentes penitenciários causa um sentimento de aprisionamento, o que pode ser verificado através do perfil de pessoas e da constância com a qual esses profissionais se relacionam em seu cotidiano. Neste trabalho, foram utilizados dados de entrevistas em profundidade e questionários sociométricos aplicados em presos e agentes penitenciários. A partir desses, foram construídas redes egocentradas (redes pessoais) para os entrevistados, representando visualmente membros da família, amigos ou conhecidos do mundo interno às prisões, amigos ou conhecidos do mundo externo, inimigos, equipe psicossocial, agentes prisionais e pessoas de relacionamento neutro (sem afetos mapeados ou identificação). Ao comparar as redes de presos e agentes, os autores identificam que

> O fato de os presos terem mais contatos (em termos de quantidade de alters) possibilita uma maior diversidade de laços (em termos de conexões com grupos de referência), os quais são, porém, mais distantes em termos de proximidade com o ego (dado pela média das distâncias geodésicas dos grafos). Aparentemente, os presos são mais livres para agir em suas redes, porque estas são menos coesas, posto que os alters estão menos interligados. O reverso seria verificado entre os agentes, cujas interações sociais estão mais centradas dentro de grupos muito específicos. Isso pode levar a uma constante vigilância de comportamento, pelo próprio trabalhador, por seus pares e pelos detentos com os quais ele se relaciona, sendo este resultado uma possível mostra do aprisionamento que se institucionaliza como consequência do trabalho custodial. (RIBEIRO et al., 2019, p. 11)

Exemplo 3: "Leve-me ao seu líder": unificando a análise de redes com a de conteúdo

Um dos usos mais recorrentes da análise de redes sociais em ambientes *online* visa identificar, através das métricas de centralidade, os indivíduos (os nós) mais influentes acerca de um determinado tema, fato ou opinião. Esse tipo de uso tem se mostrado bastante útil à identificação dos assim chamados líderes de opinião, os quais são comumente conhecidos como influenciadores.

Contudo, Lycarião e Santos (2017) apontam que essa agenda de investigação frequentemente operacionaliza as métricas de centralidade como suficientes para identificar e hierarquizar os líderes de opinião nas trocas discursivas de ambientes e plataformas *online* de comunicação. Os autores apontam alguns limites de tal abordagem, pois um ator pode obter alto nível de centralidade numa rede devido, ao menos, às seguintes possibilidades:

a. pelo fato de diversos outros atores (nós) fazerem referência a esse ator predominantemente concordando ou endossando seu posicionamento em relação a um determinado tema, fato, opinião etc.;
b. pelo fato de diversos outros atores fazerem referência a esse ator predominantemente discordando ou contestando seu posicionamento em relação a um determinado tema, fato, opinião etc.;
c. pelo fato de diversos outros atores fazerem referência a esse ator, em que as diversas reações estão equilibradas entre concordâncias, discordâncias e até posicionamentos ambíguos.

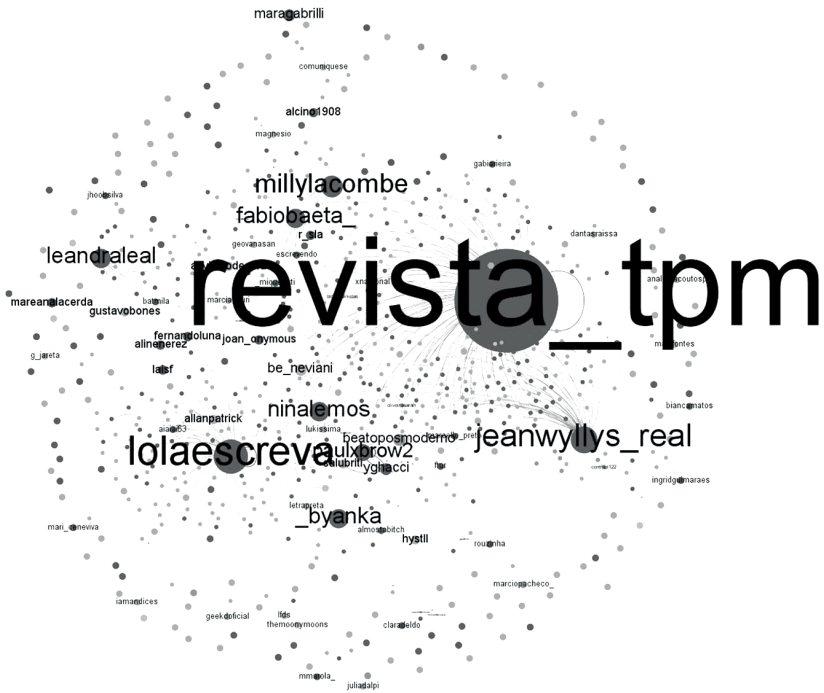
A observação desses três cenários é, segundo os autores, crucial para melhor determinar o quão bem-sucedidos são os atores em persuadir (ou influenciar) o público (os demais nós da rede). Nesse caso, num cenário como "b", descrito anteriormente, a própria ideia de líder de opinião ficaria comprometida, pois se a maioria das menções a um determinado ator são de contestação, talvez a ideia de um líder de contestação fosse até mais adequada.

Como as métricas de centralidade não são capazes por si só de determinar qual a relação semântica entre os atores (se de discordância, concordância etc.), Lycarião e Santos (2017) argumentam que é preciso complementá-la com outras técnicas, especificamente aquelas que possam identificar essa relação semântica entre os atores. Segundo os pesquisadores, esse procedimento permite determinar o real nível de liderança

de cada um dos atores (nós) em promover uma determinada opinião ou interpretação como válida entre os demais atores (nós) da rede.

Para isso, então, eles propõem e testam uma metodologia que unifica a análise de redes sociais com a análise de conteúdo (ver capítulo 2). Esse teste metodológico é aplicado a partir da coleta da *hashtag* "#precisamosfalarsobreaborto" na plataforma Twitter. Essa hashtag, um dos *trending topics* no Brasil em novembro de 2014, replicava, na plataforma, uma campanha da revista *Tpm*, destinada a promover os direitos reprodutivos da mulher. Os autores, com base nos trabalhos de Ferre e demais autores (2002), identificaram essa campanha como sendo pró-escolha (a favor do aborto de gestação como direito reprodutivo da mulher).

Figura 3 – Grafo sociossemântico da *hashtag* "#precisamosfalarsobreaborto" (azul: convergente; vermelho: divergente; verde: ambíguo)



Fonte: Lycarião e Santos (2017).

Ao combinar a análise de redes sociais com a análise de conteúdo, os pesquisadores conseguiram perceber, no grafo resultante, uma rede sociossemântica bastante homogênea, uma vez a maioria dos atores analisados endossaram o enquadramento pró-escolha. A líder de opinião, nesse

caso, foi o nó referente ao perfil da revista *Tpm*, o qual, além de ter as maiores medidas de centralidade, também conseguiu atrair de modo predominante reações convergentes ao seu enquadramento semântico sobre o tema.

Contudo, também se identificou aquilo que os autores denominaram de "*hotspots of contestation*", termo que designa atores que atraem em torno de si altos índices de contestação/discordância dentro de redes. No caso estudado, foi observado um *hotspot of contestation* no entorno do ator (nó) Jean Wyllys, então deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), o qual concentrou em torno de si as poucas contestações identificadas na análise de conteúdo. Os autores explicam esse resultado como ação provavelmente promovida por *haters*, ou seja, aqueles atores que seguem e perseguem outros para expressar discurso de ódio e sentimentos de ojeriza.

Essa aplicação demonstra, assim, os ganhos de combinar análise de redes sociais com a análise de conteúdo para que os pesquisadores alcancem uma compreensão mais precisa sobre o modo pelo qual determinados temas, fatos e opiniões são processados em ambientes de interação, dando a ver como os atores centrais estão sendo referenciados por outros atores (intermediários e periféricos). Tal combinação, contudo, não está restrita à análise de conteúdo. Outras abordagens que explorem o contexto e significado textual das trocas discursivas (a exemplo da análise crítica do discurso, a análise de deliberatividade etc. – ver capítulo 12, Métodos combinados) podem também produzir análises mais abrangentes e adequadas das redes sociais e semânticas que emergem das interações *online*.

Referências

ADAMIC, L. A.; GLANCE, N. The political blogosphere and the 2004 US election: divided they blog. *In:* INTERNATIONAL WORKSHOP ON LINK DISCOVERY, 3., 2005. *Proceedings* [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2005, p. 36-43. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/abs/10.1145/1134271.1134277. Acesso em: 10 jan. 2023.

ADAMIC, L. A.; HUBERMAN, B. A. Power-law distribution of the world wide web. *Science*, [*s. l.*], v. 287, p. 2115-2115, 2000. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.287.5461.2115a. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRUNS, A. *et al.* Mapping the Australian networked public sphere. *Social Science Computer Review*, Durham, v. 29, n. 3, p. 277-287, 2011. Disponível em:

https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/08944393103825O7. Acesso em: 10 jan. 2023.

BORGATTI, S. P. *et al.* Network Analysis in the Social Sciences. *Science*, Washington, v. 323, n. 5916, p. 892-895, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1126/science.1165821. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRAILLY, J. *et al.* Explorer les réseaux à l'échelle de la triade: l'apport des modéles statistiques ergm. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 67, n. 1, p. 219-254, 2017.

BURT, R. S. *Brokerage and Closure*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BURT, R. S. *Structural holes*: the social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

BURT, R. S. *Toward a structural theory of action*: network models of social structure, perception, and action. Paris: Academic Press, 1982.

CHOUCAIR, T. *Reciprocidade e polarização online*: as discussões em páginas públicas do Facebook sobre o aborto de 2012 a 2019 no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CREPALDE, N. J. B. F. *A construção social da qualidade num mercado de música de concerto.* 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357884309_A_Construcao_Social_da_Qualidade_num_Mercado_de_Musica_de_Concerto. Acesso em: 23 jan. 2023.

FERREE, M. M. *et al. Shaping abortion discourse*: democracy and the public sphere in Germany and the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GIGLIETTO, F. *et al.* It takes a village to manipulate the media: coordinated link sharing behavior during 2018 and 2019 Italian elections. *Information, Communication & Society*, London, v. 23, n. 6, p. 867-891, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/1369118X.2020.1739732. Acesso em: 10 jan. 2023.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. Tradução Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G. L. Rosa. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HIMELBOIM, I.; SMITH, M.; SHNEIDERMAN, B. Tweeting apart: Applying network analysis to detect selective exposure clusters in Twitter. *Communication Methods and Measures*, [*s. l.*], v. 7, n. 3-4, p. 195-223, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/19312458.2013.813922. Acesso em: 10 jan. 2023.

JOHNSON, J. D. Social Network Analysis. *In:*ALLEN, M. (ed.). *The SAGE Encyclopedia of Communication Research Methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications, California, 2017. v. 4. p. 1634-1636. Disponível em: https://doi.org/10.4135/9781483381411 Acesso em: 10 jan. 2023.

KULOVITZ, K. L. Blogs and Research. *In:* ALLEN, M. (ed.). *The SAGE Encyclopedia of Communication Research Methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications, California, 2017. v. 1. p. 101-101. Disponível em: https://doi.org/10.4135/9781483381411. Acesso em: 10 jan. 2023.

LAZEGA, E.; HIGGINS, S. S. *Redes sociais e estruturas relacionais.* Tradução Soraia Maciel Moreira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LEE, S. K.; PIERCY, C. Computer-mediated communication. *In:* ALLEN, M. (ed.). *The SAGE Encyclopedia of Communication Research Methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications, California, 2017. v. 1. p. 219-223. Disponível em: https://doi.org/10.4135/9781483381411. Acesso em: 10 jan. 2023.

LUSHER, D.; KOSKINEN, J.; ROBINS, G. (ed.). *Exponential random graph models for social networks*: theory, methods, and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LYCARIÃO, D.; SANTOS, M. A. dos. Bridging semantic and social network analyses: the case of the hashtag# precisamosfalarsobreaborto (we need to talk about abortion) on Twitter. *Information, Communication & Society*, London, v. 20, n. 3, p. 368-385, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2016.1168469. Acesso em: 14 fev. 2023.

MATAMOROS-FERNANDEZ, A. *et al.* What's "up next"? Investigating algorithmic recommendations on YouTube across issues and over time. *Media and Communication*, Lisboa, v. 9, n. 4, p. 234-249, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.17645/mac.v9i4.4184. Acesso em: 10 jan. 2023.

NOOY, W. de; MRVAR, A.; BATAGELJ, V. *Exploratory social network analysis with Pajek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

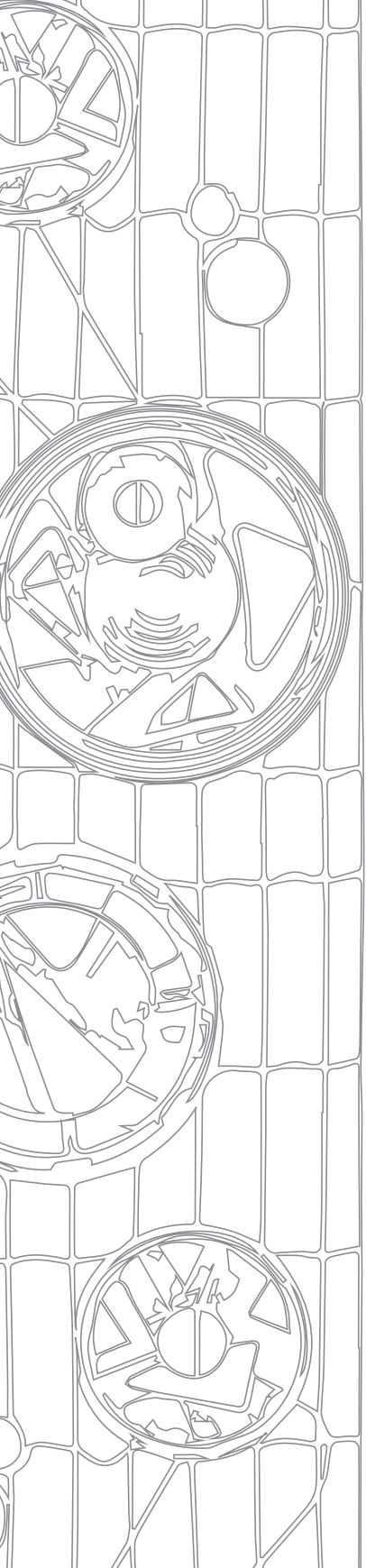
RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIBEIRO, L. M. L. *et al.* Agentes penitenciários aprisionados em suas redes? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 101, p. 1-24, 2019.

ROBINS, G. *et al.* An introduction to exponential random graph (p*) models for social networks. *Social Networks*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 173-191, 2007.

SCOTT, J. *Social network analysis*. Los Angeles: Sage, 2017.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis*: methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. v. 8.



Sobre a organizadora

Rousiley C. M. Maia

é professora titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-1B), membro do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (DSI) e líder do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). É doutora em Ciência Política (University of Nottingham, Reino Unido) e autora dos livros *Deliberation across deep-ly divided societies* (com J. Steiner, M. C. Jaramillo e S. Mameli, Cambridge University Press, 2017), *Recognition* and the media (Palgrave Macmillan, 2014), *Deliberation, the media and political talk* (Hampton Press, 2012), *Mídia e deliberação* (Editora FGV, 2008), *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas* (com Wilson Gomes, Paulus, 2008). Seus artigos estão publicados, entre outros, nos periódicos *Galáxia*, *E-Compós*, *European Political Science Review*, *Political Studies*, *Policy Sciences*, *Journal of Public*

Deliberation, *Human Communication Research, Journal of Computer-Mediated Communication*, *The International Journal of Press/Politics*, *Representation*, *Journal of Political Power*. Editou a *Encyclopedia of Political Communication* (Wiley-Blackwell) e é, atualmente, editora associada do *Journal of Communication* e do *Information, Communication & Society*.

Sobre os autores

Augusto V. Leão

É pesquisador do Grupo de Estudo sobre Distribuição Espacial da População (Gedep) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutor e mestre em Relações Internacionais (RI) pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Recebeu bolsa para estágio de pesquisa no Institute for European Studies da Vrije Universiteit Brussel e bolsa do Paulo Freire Program para estudar na Vrije Universiteit Amsterdam. Participa também do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e do Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano do Laboratório de Estudos da Ásia da USP. Atua principalmente com os temas de migração internacional, políticas públicas, teorias de RI e debate público.

Bruna Silveira de Oliveira

É doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Mestra em Comunicação pela mesma instituição. Graduada em

Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – com período sanduíche na Universidade de Coimbra (Portugal). Integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Tem interesse por pesquisas na área de comunicação e política, sobretudo em estudos sobre deliberação, intolerância, conflitos sociais, liberdade de expressão, censura e extremismos. Atuou como coordenadora editorial do Coletivo Narrativas Negras.

Danila Cal

É professora adjunta da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação e Esfera Pública pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/UFMG), lidera o grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa/UFPA/CNPq). Sua dissertação ganhou o primeiro lugar na categoria mestrado no Concurso de Monografias, Dissertações e Teses sobre direitos da criança (de 1990 a 2007), promovido pelo Programa InFormação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi – Comunicação e Direitos). Sua tese foi considerada a melhor tese na área de Comunicação defendida no ano de 2014 pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e recebeu o Prêmio Compós de Teses e Dissertações Eduardo Peñuela (2015). Também recebeu menção honrosa no Prêmio Compolítica de Teses e Dissertações (2013-2014) da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). Foi coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Comunicação e Política da Compós, no período de 2016-2018, e vice-presidente da Compolítica (gestão 2017-2019).

Diógenes Lycarião

É professor adjunto do curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/UFC). É líder do Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação (Gruppocom) da UFC, mestre e doutor pelo Programa de

Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCom/UFF) e dois estágios sanduíches. O primeiro, durante seu mestrado, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o segundo, no doutoramento, na Universidade de Mannheim (Alemanha). Esse estágio incluiu uma missão de pesquisa como parte do Projeto de Cooperação Internacional pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Alemã de Pesquisa Científica (DFG): "Eventos midiáticos sustentáveis? Produção e impacto discursivo de eventos midiáticos encenados no caso das mudanças climáticas". Tem experiência na área de comunicação, com ênfase em comunicação e política, com publicações nos periódicos *Information, Communication & Society*, *Journalism* e *New Media & Society*. Sua produção científica trata, principalmente, dos seguintes temas: jornalismo brasileiro, sociedade civil organizada, sistema mediático, paralelismo político, movimentos sociais, redes sociais *online*, internet, democracia deliberativa e esfera pública.

Edna Miola

É professora do Departamento de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da UTFPR. É doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vencedora do Prêmio Capes de Tese 2013 em Ciências Sociais Aplicadas I e premiada com menções honrosas no Prêmio Compós de Tese 2013 e no Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor-2013). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordena o Grupo de Pesquisa Discurso, Comunicação e Democracia (Discord/UTFPR); é integrante do grupo de pesquisa Estudos em Comunicação Organizacional: Cultura, Discursos e Processos Identitários da UTFPR e do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (Ponte) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua nas áreas de governança pública, democracia digital, comunicação política, cibercultura, comunicação governamental e opinião pública. Coordena

projeto de pesquisa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na área de comunicação pública.

Fernanda N. Sanglard

É professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e da Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). É doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e jornalista formada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com mestrado em Comunicação e especialização (Master in Business Administration – MBA) em Marketing pela mesma universidade. Foi repórter do jornal *Tribuna de Minas* entre 2008 e 2013, com atuação nas editorias de Cidade, Cultura e Política, e pesquisadora da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg). Atualmente pesquisa a circulação de informações em momentos de crise, as experiências de deliberação no ambiente escolar e a cobertura midiática de temas relativos à ditadura militar brasileira, à justiça de transição e às comissões da verdade. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e uma das fundadoras da Rede Brasileira de Pesquisadorxs de Memória e Comunicação (Rememora).

Gabriella Hauber

É professora adjunta do Departamento de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), doutora e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Pós-Doutorado Junior (PDJ) do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa deliberação, emoções e questões de violência. Tem trabalhos publicados em periódicos como *Political Studies*, *Journal of Deliberative Democracy*, *Policy Sciences*, *Human Communication Research* e *Brazilian Political Science Review*. Recebeu uma bolsa de estudos do Deutscher Akademischer Austauschdienst (Daad/Alemanha) e foi selecionada para a Bolsa de Estudo de Excelência do Governo Suíço. Entre 2019 e 2020, foi pesquisadora visitante, em período sanduíche, no Instituto de Estudos de Mídia e Comunicação da Universidade de Mannheim (Alemanha), sob

supervisão do professor Hartmut Wessler, e também trabalhou sob supervisão de Jürg Steiner da Universidade de Berna (Suíça).

Guilherme Marques Rodrigues

É mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Graduado em Comunicação Social – Publicidade pela mesma instituição. Atualmente pesquisa debates sobre o programa de transferência de renda Auxílio Emergencial na *Folha de São Paulo* e no Twitter. Áreas de interesse em pesquisa incluem deliberação, mídia, comunicação política, economia da atenção, algoritmos e plataformas digitais. Possui experiência também com produção audiovisual, redação publicitária e *marketing* digital.

Hartmut Wessler

É professor titular no Institute for Media and Communication Studies na Universidade de Mannheim (Alemanha) e *principal investigator* no Mannheim Centre for European Social Research (MZES). Pesquisa debates da mídia e eventos midiáticos envolvendo tópicos controversos atuais, como mudança climática, migração/fuga, religião/laicismo e terrorismo. Seus artigos estão publicados em *Journal of Communication*, *Political Communication*, *The International Journal of Press/Politics*, entre outros. É autor ou coautor de *Öffentlichkeit als Prozess* (1999), *Transnationalization* of public spheres (2008), *Transnationale Kommunikation* (2012) e *Habermas and the media* (2018).

Janine Bargas

É professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), onde coordena o Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Política (Nucomp). Ela é doutora em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG) e mestra em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem foco em pesquisas sobre

comunicação e política, interações sociais e mídias digitais, deliberação, reconhecimento, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais. Tem experiência em telejornalismo e produção audiovisual, jornalismo impresso, comunicação institucional e divulgação científica, além de atuar junto a comunidades quilombolas e outros movimentos sociais na Amazônia e em outras regiões brasileiras.

Julia Ester de Paula

É doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Mestra em Comunicação Social e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Desde 2015 integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e desde 2020 integra o Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT) da Faculdade de Direito da UFMG. Atuou nos projetos de pesquisa e extensão "A negociação de conflitos em sociedades divididas: uma investigação dos momentos transformativos na deliberação", "Deliberação em escolas públicas: criando capacidades deliberativas" e "Como ler um infográfico? Estratégias de informação e desinformação sobre a pandemia de covid-19". Atualmente pesquisa experiências de deliberação no ambiente escolar; o entendimento de autonomia e a percepção de danos no debate sobre a escolha pela via de parto; e a conversação política de grupos antivacinas no processo de decisão pela (não) vacinação.

Kelly Prudencio

É professora associada do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada pela UFPR, tem doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio doutoral na Freie Universität Berlin e pós-doutorado junto ao Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Secretária geral da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica) no biênio 2015-2017. Editora da revista *E-Compós*, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), no biênio 2017-2019. Tem experiência na área de comunicação e política, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia e movimentos sociais, comunicação

e participação política, lutas por reconhecimento, ativismo digital e estudos de enquadramento noticioso e interpretativo. Coordena o grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Organizou, com Rousiley Maia e Ana Carolina Vimieiro, o livro *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*, pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba-2018). E, com Carla Rizzotto e Rafael Cardoso Sampaio, o livro *Atores coletivos em tensão: uma década de pesquisa em comunicação e participação política*, pela Editora CRV (2022).

Leonardo Santa Inês

É professor do curso de Publicidade na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Possui graduação em Comunicação Social – Relações Públicas (2007) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Jorna-lismo (2017) pela Faculdade Social da Bahia (FSBA); e mestrado em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Atualmente é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG), com período sanduíche na University of California (Irvine), e membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Atua na área de comunicação e política, direitos humanos, relações públicas, democracia digital, deliberação e sistema deliberativo.

Maiara Orlandini

É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG) na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi professora substituta no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) nos anos de 2016 e 2017. Integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e o Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT). Estuda as especificidades da comunicação política e ativismo digital.

Marcelo Alves

É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da graduação de Estudos de Mídia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Mídia, Tecnologia e Dados (PUC-Rio). Doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa temas na interface entre comunicação, cultura digital e política, investigando problemas como plataformização, datificação, *analytics*, desinformação e polarização, e possui diversos artigos publicados em periódicos internacionais e nacionais. Publicou também o livro *#vaipracuba – A gênese das redes de direita no Facebook*. Recebeu o Prêmio Compós de Teses e Dissertações Professor Eduardo Peñuela Cañizal da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, categoria Melhor Tese de 2020, e o Prêmio de Melhor Tese de Doutorado da Categoria Humanidades da UFF.

Neylson Crepalde

É doutor em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Sociologia da Cultura (UFMG), pós-graduado em Gestão Cultural (Centro Universitário UNA) e bacharel em Música com habilitação em Regência (UFMG, 2010). Foi professor na UFMG, no Instituto Metodista Izabela Hendrix, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e na XP Educação – antigo Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação (IGTI). Entre 2017 e 2018 foi pesquisador visitante no Centres de Sociologie des Organisations na Sciences Po (Paris), onde desenvolveu parte de sua tese de doutorado analisando mercados culturais como estruturas em rede, sob orientação do prof. Emmanuel Lazega. É Chief Data Officer na A3Data, consultoria brasileira especializada em Data & Analytics. É palestrante convidado frequente em *podcasts*, cursos e *meetups* de tecnologia e dados.

Pedro Camelo

É doutorando em Media and Communication Studies na Universidade de Uppsala (Suécia) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em sua dissertação de mestrado, pesquisou sobre deliberação e o movimento Escola Sem Partido, sob

a orientação da professora Rousiley Maia. Como membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG, integrou o projeto "Deliberação em Escolas Públicas: criando capacidades deliberativas". Atualmente, pesquisa sobre processos de construção discursiva da extrema-direita no Brasil a partir da perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso (CDS), sob a orientação do professor Michał Krzyżanowski.

Pedro S. Mundim

É professor associado de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde também foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (2016-2020). É doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) – atualmente conhecido como Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2009, foi pesquisador visitante no Roger Thayer Stone Center for Latin American Studies da Universidade Tulane (Estados Unidos da América). Entre 2014 e 2015, foi assessor especial do gabinete e diretor da Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República.

Regiane L. Garcêz

É professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora, mestre e jornalista pela mesma universidade. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCom/UFMG). Recebeu, entre outros prêmios, menção honrosa por sua tese de doutorado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). Participa como pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Dedica-se a pesquisas que envolvem, de forma geral, a interface entre mídia, representação política, comunicação pública e ativismo. De maneira mais específica, se interessa também pelos processos comunicativos que envolvem a temática das pessoas surdas e com deficiência, especialmente sobre acessibilidade nos meios de comunicação.

Tariq Choucair

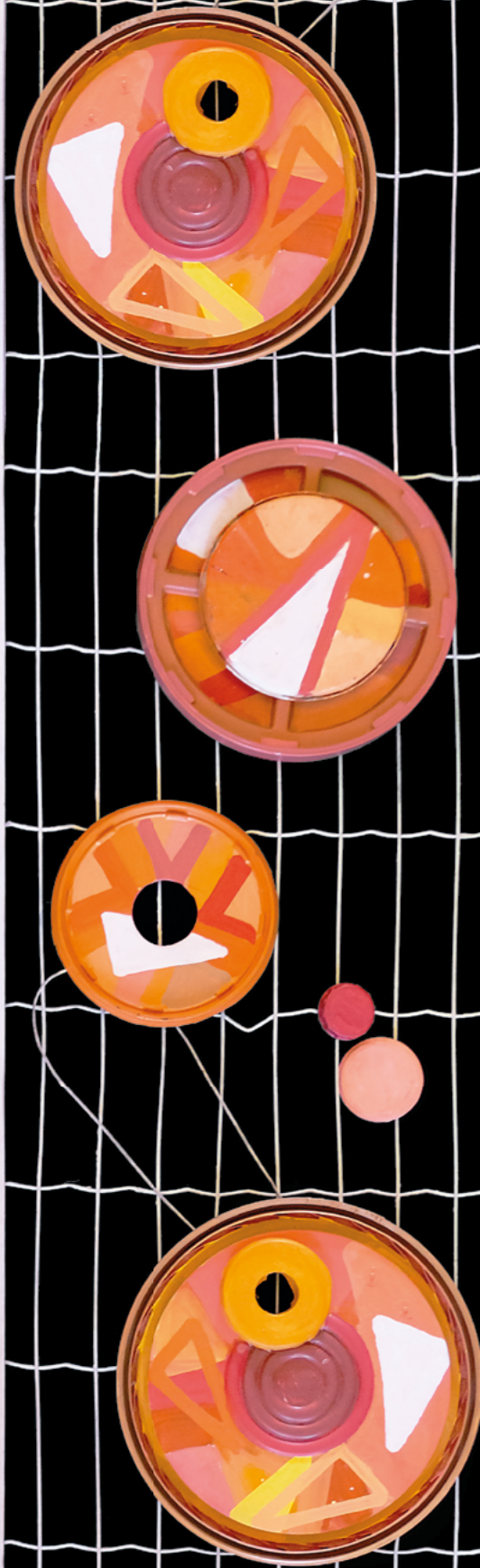
É pesquisador de pós-doutorado na Queensland University of Technology (QUT), em Brisbane (Austrália). É doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisador associado do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e do Digital Media Research Centre (DMRC/QUT). Pesquisa polarização em plataformas digitais, discussões políticas *online* e métodos computacionais para análise de conteúdos e discursos. Seu trabalho foi publicado em *Political Studies, Political Research Exchange, E-Compós* e outras revistas brasileiras. Ele é um dos colaboradores do livro *Assessing deliberation: research and methods in deliberative democracy* (Oxford University Press, 2022), editado por S. Ercan, H. Asenbaum, N. Curato e R. F. Mendonça. Em 2020, ele foi pesquisador visitante no Centro para Democracia Deliberativa e Governança Global da Universidade de Canberra (Austrália).

Formato: 16 x 23 cm
Fontes: Leitura Sans, Leitura News e Calluna
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m2
Capa: Cartão Supremo 300 g/m2
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 300 exemplares

Rousiley C. M. Maia é professora titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham, ela é pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação e líder do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). É autora dos livros *Deliberation across deeply divided societies* (com J. Steiner, M. C. Jaramillo e S. Mameli, Cambridge University Press, 2017), *Recognition and the media* (Palgrave Macmillan, 2014), *Deliberation, the media and political talk* (Hampton Press, 2012), *Mídia e deliberação* (Editora FGV, 2008), *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas* (com Wilson Gomes, Paulus, 2008). Atualmente, é editora associada do *Journal of Communication* e do *Information, Communication & Society*.

Este livro – fruto da colaboração de pesquisadores em comunicação política – visa abordar técnicas e instrumentos de pesquisa de modo mais apropriado e coerente com as indagações e os problemas nessa área interdisciplinar de conhecimento. Os métodos são tratados de maneira didática e sistemática, a fim de permitir um entendimento aprofundado e contextualizado sobre várias estratégias analíticas, dimensões e ângulos para tratar complexos processos comunicativos que atravessam a política institucional formal, organizações do mercado, associações cívicas e as experiências das pessoas em diferentes domínios sociais.

Numa sociedade cada vez mais organizada pela interconexão de plataformas digitais, este livro tem o potencial de despertar o interesse de pesquisadores e estudantes de comunicação, ciência política e ciências sociais de modo mais amplo, além de profissionais que atuam nesses campos.

CAPES
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPEMIG

ISBN 978-65-5630-455-7
9 786556 304557